

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

DIEGO RAMON SILVA MACHADO

**NO RASTRO DOS OVOS: UMA HISTÓRIA DA EXPLORAÇÃO E USO DA
TARTARUGA DA AMAZÔNIA (*Podocnemis expansa* Schweigger, 1812), 1727-1882**

Rio de Janeiro
2016

DIEGO RAMON SILVA MACHADO

**NO RASTRO DOS OVOS: UMA HISTÓRIA DA EXPLORAÇÃO E USO DA
TARTARUGA DA AMAZÔNIA (*Podocnemis expansa* Schweigger, 1812), 1727-1882**

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Magali Romero Sá
Coorientador: Prof. Dr. Nelson Rodrigues Sanjad

**Rio de Janeiro
2016**

DIEGO RAMON SILVA MACHADO

NO RASTRO DOS OVOS: UMA HISTÓRIA DA EXPLORAÇÃO E USO DA TARTARUGA DA AMAZÔNIA (*Podocnemis expansa* Schweigger, 1812), 1727-1882

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.^a Magali Romero de Sá
(Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz) – Orientadora

Prof. Dr. Nelson Rodrigues Sanjad
(Museu Paraense Emílio Goeldi – Coordenação de Informação e Documentação) – Coorientador

Prof. Dr. José Augusto Pádua
(Programa de Pós-Graduação em História Social - UFRJ)

Prof. Dr.^a Alda Lúcia Heizer
(Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ)

Prof. Dr.^a Dominichi Miranda de Sá
(Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Prof. Dr. André Felipe Cândido da Silva
(Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Suplentes:

Prof. Dr.^a Lorelai Brilhante Kury
(Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle
(Faculdade de História – Universidade Federal do Pará)

**Rio de Janeiro
2016**

Ficha catalográfica

M149n Machado, Diego Ramon Silva.
No rastro dos ovos: uma história da exploração e uso da tartaruga da Amazônia (*Podocnemis expansa* Schweigger, 1812), 1727-1882 / Diego Ramon Silva Machado. – Rio de Janeiro: s.n., 2016.
223 f.

Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2016.
Bibliografia: 209-223f.

1. Saúde Ambiental - história. 2. Exploração de Recursos Naturais - história. 3. Ecossistema Amazônico. 4. Brasil.
CDD 613.1

À Alanis, Bento, Maria Fernanda, Maria Luísa, Mitchel, Miguel, Sofia e Rafael, crianças de meu convívio, este trabalho é carinhosamente dedicado.

AGRADECIMENTOS

Consultando outros agradecimentos vejo o quanto se fala a respeito do trabalho solitário da escrita de uma tese e, ao mesmo tempo, da realização proporcionada por ela ao autor quando chega ao seu final. De fato, quando retomo às minhas memórias, desde a inserção no doutorado, confesso que muitas vezes me peguei em situação análoga àquela vivida por Carlos Drummond ao escrever: “Gastei uma hora pensando um verso/que a pena não quer escrever.” E quantas foram estas “uma hora”, às vezes durando dias, semanas, meses, a ponto de se estender por quase dois anos após o período ideal de defesa da tese. Neste tempo de angústia e árdua aventura, porém, não posso deixar de agradecer aos que colaboraram para que esta realização fosse possível.

A professora Dr.^a Magali Romero Sá agradeço pela orientação, ao mesmo tempo, segura, compreensível e cuidadosa. Desde quando encaminhou minha carta de recomendação ao programa, passando pelas orientações e incentivo para alguém que “vinha de longe”, a professora teve atenção com as questões pessoais e profissionais. Com ela aprendi a suavidade na condução das orientações e valorização ao trabalho do outro (neste caso, o meu). Apesar das dificuldades, meu esforço sempre foi bem acolhido por ela.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (PPGHCS – COC/FIOCRUZ) na figura dos professores doutores Flávio Edler, Lorelai Brilhante Kury, Gilberto Hochman, Dominichi Miranda de Sá, Robert Wegner, Maria Rachel F. da Fonseca, Ana Teresa A. Venâncio e Simone Kropf pela paciência e formação na referida área da História da Ciência, diferente, por sua vez, daquela escolhida por mim no início da carreira acadêmica em Ciências Biológicas. Se não fossem os ensinamentos e discussões nas disciplinas do programa, este trabalho não teria chegado até o fim. Também faço referência aos demais funcionários do PPGHCS, da secretaria à biblioteca, os quais nunca se negaram a dar todo o auxílio possível quando necessário.

Dedico este agradecimento também aos professores Dr. José Augusto Pádua e Dr.^a Lise Sedrez pela minha inserção na História Ambiental a partir do Laboratório de História Ambiental da UFRJ e da disciplina História e Natureza, pois foi justamente neste momento que as primeiras tentativas de falar sobre o tema da exploração da tartaruga da Amazônia tiveram eco e incentivo.

Agradeço, igualmente, ao professor Dr. Nelson Sanjad pela coorientação ao trabalho e partilha de conhecimento sobre a História da Ciência na Amazônia. A indicação de fontes e o olhar minucioso sobre a tese foram importantes para o impulso da proposta de trabalho, contribuindo de maneira direta e indireta para o material final.

Não poderia deixar de agradecer aos colegas e amigos de turma, Carla Lima, Miriam Jungahns, Wesley Kettle, Mariana Burlamarqui, Maria Gabriela Bernadino, Gabriela Miranda, Gustavo Ferreira, Elaine Gonçalves e Pedro Dolinski, pelo ambiente agradável, pelas discussões em sala de aula e fora dela, além dos momentos de descontração que passamos juntos.

Agradeço também aos meus amigos do grupo de Pesquisa em História da Ciência na Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Jerônimo Alves, Jônatas Barros, Luís Conceição e Marcelino do Carmo, pelos inúmeros momentos de discussão e amparo. Espero, sinceramente, que consigamos fortalecer ainda mais a História da Ciência na Amazônia com eventos e produções.

Agradeço conjuntamente aos meus amigos da Universidade do Estado do Pará (UEPA), em especial, a Ruy Guilherme Almeida, do Grupo de Estudo e Pesquisa em História e Epistemologia da Ciência na Amazônia, e Luciana Farias, parceira de bancas e trabalhos no curso de Ciências Naturais.

Agradeço de forma concomitante aos amigos de longa data que ficaram em Belém enquanto eu percorria minha aventura pelo Rio de Janeiro, em especial, ao Ericson Ferreira, Karol Oliveira, Danillo Silva, Pâmela Oliva Silva, Wesley Bezerra, Michael e Lorena Rodrigues, Diego e Gilliane Assunção. Sem dúvida seus incentivos foram importantes para a não desistência do meu objetivo. Também aos recentes amigos que a música me trouxe, Pedro Pamplona e Diego Rodrigues, tocar com vocês sempre é uma inspiração.

Meu agradecimento também vai ao olhar atento da minha avó materna, Dinair do Espírito Santo, e ao meu avô Orlei Alberto da Silva (*in memoriam*), sem deixar de citar Mônica Silva e Orlei Júnior, meus tios. Deixo um agradecimento fraterno e especial à minha tia Janete Machado, ao meu tio Osvaldo Machado e, aos meus primos, João Victor Machado e Osvaldo Junior, pois me acolheram inteiramente como mais um membro da família durante minha estadia no Rio de Janeiro. Sem dúvidas, serei eternamente grato pelo que fizeram por mim.

Agradeço imensamente aos meus pais, Raimundo e Dioneia Machado, e a Rayneia Machado, minha irmã, por todo o carinho e incentivo desde o primeiro momento da minha

escolha em partir para outra cidade até as últimas linhas da minha tese. Aliás, seus olhares, suas palavras e conselhos sempre me empurraram em direção à finalização desta jornada.

Por fim, meu agradecimento se estende à Paula Oliva Silva, minha companheira, presença intensa e amorosa em todos os momentos, desde a minha partida até o retorno à Belém, minha doce e bela “mangueirosa”. Você mais do que ninguém soube e acompanhou os sonhos, as alegrias, as tristezas e as angústias que perpassaram para o encerramento de mais esta etapa da minha vida acadêmica. Sua entrega e perseverança não me deixaram voltar atrás, obrigado! Agradeço, ainda, por ter me inserido no convívio com os “Oliva Silva”, por meio do qual pude agregar ainda mais pessoas que torcem pelo meu sucesso.

“De nada vale correr, há que partir na hora.”
A lebre e a tartaruga – La Fontaine

“O meio afeiçoa o homem: o indígena da Amazônia é principalmente ictiófago e,
conseqüentemente, pescador.”
José Veríssimo

RESUMO

O presente estudo investiga historicamente as ideias sobre o uso, consumo, apropriação, exploração e comercialização da carne, ovos e derivados da “Tartaruga da Amazônia” (*Podocnemis expansa* Schweigger, 1812) no estuário amazônico, entre os anos de 1727, quando se teve uma das primeiras tentativas de coibir e regular os excessos impostos pela pesca destes quelônios, e 1882, momento da proibição total da viração (técnica de pesca que consistia em virar a tartaruga no momento da desova com o peito para cima), produção de manteiga de ovos e captura dos filhotes de tartaruga nos rios Solimões, Madeira, Purus e Branco. Para esta investigação trabalhei, fundamentalmente, com análise de relatos de cronistas, expedicionários, viajantes e naturalistas estrangeiros que passaram pela Amazônia brasileira entre os séculos XVIII e XIX; periódicos como o Jornal do Rio Negro, Comércio do Amazonas e Correio do Purus; Correspondências Originais dos Governadores do Pará com a Corte; relatórios da Comissão Demarcadora de Limites e Comissão da Exposição Nacional; mensagens e relatórios de presidentes de Província e coleções de leis da Província do Pará e Amazonas. Destaco que o conjunto de práticas envolvidas na pesca da tartaruga, produção da manteiga de seus ovos e consumo dos filhotes apresentou diferentes práxis socioeconômicas, ambientais e culturais entre os grupos sociais envolvidos e que o processo de acumulação destes produtos da natureza, estimulado pela inserção de novos sujeitos no processo de exploração, a exigência alimentar e energética do mercado consumidor pela carne e ovos de tartaruga, levaram o número de indivíduos da espécie a uma redução drástica, identificada a partir da enfática crítica ambiental brasileira e estrangeira, além de tentativas e práticas efetivas de regulação, controle e proibição da pesca da tartaruga da Amazônia.

Palavras-chave: Tartaruga da Amazônia, História ambiental, Exploração, Crítica ambiental

ABSTRACT

This study historically investigates the socioeconomic and environmental processes performed from consumption, ownership, exploration and marketing of meat, eggs and dairies from “South American river turtle” (*Podocnemis expansa* Schweigger, 1812) in the Amazon estuary, between 1727, when it was one of the first attempts to restrain and regulate the excesses imposed by fishing these turtles, and 1882, when the total ban on the “viração” (fishing technique that consists in turn the turtle at the time of spawning with the chest up), production of eggs butter and the capture of turtle hatchlings in the Solimões, Madeira, Purus and Branco Rivers. For this analysis it was primarily analysed reports from chroniclers, expeditioners, foreign travelers and naturalists who passed through the Brazilian Amazon between the eighteenth and nineteenth centuries; journals such as the Journal of the Rio Negro, Amazonas Trade and Purus Mail; Original Correspondences of Pará Governors with the Court; Commission Demarcation of limits reports and Commission of the National Exhibition; Province presidents messages and reporting and collections of laws of Pará and Amazonas provinces. It’s emphasized that the set of practices involved in turtle fishing, production of eggs butter and consumption of the hatchlings showed different socio-economic, environmental and cultural practice among social groups involved and the process of accumulation of these products of nature, stimulated by inserting new subjects in the exploration process, food and energy requirement of the consumer market and the population for turtle meat and eggs, led the number of individuals of this species to a drastic reduction, identified from the emphatic Brazilian and foreign environmental criticism and resulted in attempts and effective regulatory practices, control and prohibition of the Amazon turtle fishing.

Keywords: Amazon Turtle, Environmental History, Exploration, Environmental Review

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Principais bacias de drenagem da América do Sul.....	25
Figura 2 – Número aproximado de espécies de tartarugas continentais por bacias hidrográficas.....	30
Figura 3 – Quelônios aquáticos consumidos na região amazônica.....	31
Figura 4 – Produção de óleo de tartaruga na Amazônia (<i>Podocnemis expansa</i>).....	38
Figura 5 – Mapa de distribuição da tartaruga-da-Amazônia.....	42
Figura 6 – <i>Podocnemis expansa</i> chamada de tartaruga da Amazônia.....	43
Figura 7 – Principais núcleos coloniais da Amazônia na época do Diretório Pombalino (1757-1798).....	78
Figura 8 – A pesca das tartarugas.....	100
Figura 9 – Produção da manteiga dos ovos de tartaruga.....	101
Figura 10 – Tartaruga da Amazônia (<i>Podocnemis expansa</i>).....	103
Figura 11 – Tartaruga da Amazônia (<i>Podocnemis expansa</i>).....	104
Figura 12 – Pesca da tartaruga e aventura com um Jacaré.....	152
Figura 13 – Indústria extrativa animal entre 1853 e 1883 (quantidade).....	171
Figura 14 – Indústria extrativa animal entre 1853-1883 (valor/réis).....	172

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo 1- A Paisagem Amazônica e a Tartaruga da Amazônia em seu contexto.....	21
1.1- O que é tartaruga afinal?.....	28
1.2- Caracterização, uso e comercialização da tartaruga da Amazônia (<i>Podocnemis expansa</i> Schweigger, 1812).....	34
Capítulo 2- Consumo, mão de obra e cultura renascentista nos primeiros registros sobre a exploração da tartaruga da Amazônia.....	44
2.1- Inventário da natureza colonial.....	47
2.2- A Mão de obra indígena na exploração das tartarugas nos séculos XVI e XVII.....	60
2.3- Em busca de uma crítica ambiental no vale amazônico dos primeiros séculos de colonização.....	65
Capítulo 3- Excessos, prejuízos e primeiras tentativas de controle sobre a pesca das tartarugas no século XVIII.....	69
3.1- Rendimentos do comércio dos índios.....	71
3.2- Consumo, registro e descrição da natureza no serviço das comissões.....	78
3.3- A “Galinha do Amazonas”: descrição da natureza e crítica ambiental de João Daniel.....	85
3.4- Memórias, diários e crítica ambiental em Alexandre Rodrigues Ferreira.....	95
Capítulo 4- O extrativismo da tartaruga da Amazônia no século XIX sob o olhar de viajantes naturalistas e exploradores estrangeiros do rio Amazonas (1817-1859).....	109
4.1- O espetáculo (da colheita dos ovos) das tartarugas.....	112
4.2- Descendo o Amazonas.....	117
4.3- Esse “bípede miserável”.....	121
4.4- Sensibilidade inglesa?.....	132
4.5- “Acepípe” especial.....	152
Capítulo 5- Rude, imprevidente e sem método: aspectos da crítica ambiental nos discursos imperiais sobre o extrativismo animal da tartaruga da Amazônia.....	158
5.1- A tartaruga vai à exposição ou “sacrificados à voracidade dessas aves de rapina”.....	172
5.2- O major e as tartarugas: João Martins da Silva Coutinho.....	179
5.3- Posturas, leis e tentativas de controle.....	191
Considerações finais.....	205
Referências.....	209

INTRODUÇÃO

Esta tese é sobre tartarugas. Mais que isso, ela é um estudo histórico das ideias sobre o uso, consumo, apropriação, exploração e comercialização da carne, ovos e derivados da “tartaruga da Amazônia” (*Podocnemis expansa* Schweigger, 1812) no estuário amazônico entre os anos de 1727, quando se teve uma das primeiras tentativas de coibir e regular os excessos impostos pela pesca destes quelônios, e 1882, momento da proibição total da “viração”¹, produção de manteiga de ovos de tartaruga e captura das tartaruguinhas nos rios Solimões, Madeira, Purus e Branco, a partir da lei nº 601, de 1º de junho daquele mesmo ano.²

Também conhecido pelos indígenas como *yurara-reté*³ (jurararetê), cujo significado é “tartaruga verdadeira”, ou ainda, *yurara-assu*⁴ (jurará-açu), o mesmo que “tartaruga grande”, esse animal é um dos maiores de, pelo menos, nove espécies de quelônios de água doce que servem de alimento ao homem na região⁵. A espécie é recorrente em águas claras, pretas e barrentas dos grandes rios e lagos locais, incluindo o Rio Amazonas e alguns de seus afluentes como o Rio Madeira e o Negro, além do Rio Orinoco, na Venezuela, onde é conhecida como *arrau*.

A histórica utilização da tartaruga da Amazônia envolveu fatores econômicos, culturais e ambientais emergentes desde os séculos XVI e XVII, quando foi relatada por cronistas como Francisco de Orellana, Gaspar de Carvajal e Lopes de Aguirre. Já no século XVIII, as narrativas de viagem do Padre João Daniel e Alexandre Rodrigues Ferreira também registraram a presença do animal na dieta local, traçando as primeiras

¹ Técnica de pesca que consistia em virar com o peito para cima as tartarugas fêmeas nas margens da praia no momento da desova e capturá-las, depois, para o consumo de suas carnes, gordura e demais derivados. Cf. COSTA, Kelerson Semerene. *Homens e natureza na Amazônia brasileira: dimensões (1616-1920)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2002, p. 236 e 238.

² CEZAR, Isidoro M. Trabalhos municipais. *O correio do Purus*, Lábrea, Ano XIII, num. 45, p. 3, 9 jun. 1910. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 out. 2015; AMAZONAS. Lei nº 601, de 1º de junho de 1882. *História do Poder Legislativo do Amazonas*. Disponível em: http://legislador.aleam.gov.br/Legislacao_1871_1889/index.htm. Acesso em: 05 mai. 2016.

³ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. "Memória sobre as tartarugas." In FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato grosso e Cuiabá*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972, p. 26. Afirma que na língua geral dos índios chamava-se esta tartaruga de *yurara-reté*, o que quer dizer na língua portuguesa *yurara-verdadeira*. Estas tartarugas podem chegar a 55 quilos, revelando-se um dos grandes quelônios da Amazônia.

⁴ SILVA COUTINHO, João Martins da. “Sur les tortue de L’Amazonie.” In: *Bulletin de la Société Impériale Zoologique D’Acclimatation*. 2º série. – Tome V, 1868, p. 147 – 166.

⁵ SMITH, Nigel J. H. “Quelônios aquáticos da Amazônia: um recurso ameaçado.” In *Acta Amazônica*, Manaus, v. 9, n. 11, 1979.

críticas e leis de proibição da exploração deste recurso. No século XIX o consumo permaneceu significativo e foi a vez de viajantes, naturalistas e missionários como Henry Bates, Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich von Martius, Louis e Elizabeth Agassiz, Daniel Parish Kidder e Paul Marcoy relatarem o uso da jurará-açu na região amazônica. Além deles, o engenheiro João Martins da Silva Coutinho, o naturalista Emilio Goeldi, então diretor do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, e o crítico literário José Veríssimo não deixaram de fazer o registro do uso dos quelônios, este último identificando a tartaruga, em 1895, como o “gado do Amazônia⁶”.

Já na primeira metade do século XX se viu, ao mesmo tempo, o uso e a proibição da pesca em nível nacional, a partir da proibição da caça e pesca de animais silvestres, pelo Decreto nº 23.672, de 2 de janeiro de 1934 do código de caça e pesca que proibiu, no art. 115, a pesca da tartaruga entre os meses de outubro a dezembro, impediu a apanha de tartaruga que não tivesse atingido ainda o pleno desenvolvimento e coibiu terminantemente a pesca denominada “batição”⁷, que consistia em bloquear a boca dos lagos de águas pouco profundas com rede de pesca ou canoas e bater nas suas margens para afugentar as animais em direção as próprias redes de tapagem ou facilitar a cata destes animais com as mãos dos pescadores.⁸

Durante todo esse tempo a tartaruga verdadeira foi amplamente utilizada pelos mais variados grupos sociais da região amazônica em suas mais diferentes formas. Sua carne poderia ser consumida ensopada, assada ou frita na própria gordura do animal, bem como seus derivados também eram usados para fazer pomadas e unguentos. Por vezes se cozinhava o animal no próprio casco, cujo uso como algibeiras e bacias também era comum. Os ovos eram consumidos *in natura*, fritos, com farinha de mandioca e açúcar (*mocangue*), mas dependendo da consistência poderiam servir para iluminação, calafetar barcos (quando misturados ao tabaco e alcatrão), frigar e conservar os alimentos, recebendo o nome de manteiga de tartaruga. A alimentação ainda era completada com o consumo dos filhotes do quelônio fritos e mantidos na própria gordura dos adultos, numa conserva denominada *mixira*.⁹

⁶ VERÍSSIMO, José. *A pesca na Amazônia*. [1895] Belém: Editora da UFPA, 1970, p. 54.

⁷ BRASIL. DECRETO nº 23.672, de 2 Janeiro de 1934. Aprova o Código de Caça e Pesca. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23672-2-janeiro-1934-498613-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 dez. 2015.

⁸ SILVA COUTINHO, João Martins da Silva. Sobre as tartarugas do Amazonas. *Terra das águas: revista de estudos Amazônicos*. Vol. 1, n. 2, 1999.

⁹ “Conserva de gordura de peixe boi, grande cetáceo, de banha branca, compacta; é excelente isoladora do ar. Faz-se a *mixira* não somente da carne do próprio peixe boi, como ainda do tabaqui e das próprias tartaruguinhas recém-saídas da cova, nas praias. Frita-se primeiro, na gordura do peixe boi, a peça a

Frente aos registros da exploração das tartarugas por vários anos na Amazônia, vale ressaltar que outros estudos já relataram a história de uma sociedade por meio da utilização e apropriação histórica de um recurso vegetal ou animal. Em geral, foram trabalhos da história econômica, sociologia e, mais recentemente, da História Ambiental, todos eles, fazendo um intercâmbio entre os fatores ambientais e a ação antrópica sobre os recursos. Gilberto Freyre, por exemplo, fez o que ele considerou “estudo ecológico” em seu livro “Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e paisagem do Nordeste do Brasil”, no qual buscou “esboçar a fisionomia” da região mediante seu centro de interesse: “o homem, formador da lavoura e transplantador e criador de valores à sombra da agricultura, ou antes, da monocultura da cana.”¹⁰ Na obra, Freyre não deixou de enfatizar “o homem colonizador, e suas relações com a terra, com o nativo, com as águas, com as plantas, e com os animais da região ou importadas da Europa ou da África.”¹¹

Dois anos mais tarde, em 1939, Bernardino José de Souza publicou “O Pau-Brasil na história nacional”, trabalho de expressão na historiografia econômica naquele momento e que buscou retratar a história da planta entre 1500 e 1875, momento, segundo o autor, no qual a planta “desapareceu da nossa exportação como pau-de-tinta.”¹² Ainda no âmbito da história econômica, Miryam Ellis estudou o processo de introdução e expansão da pesca baleeira no Brasil colonial nas regiões fluminense, paulista e catarinense, áreas passíveis “de um estudo regional e cujos núcleos, armações ou feitorias de pesca e de beneficiamento do óleo das baleias, matéria prima de primeira necessidade” constituíram o objeto de interesse do seu trabalho.¹³ Dentro de suas singularidades de análise e objeto de estudo, tais pesquisas tomaram os animais e plantas, mais especificamente seus usos e formas de exploração, como fontes historiográficas em

conservar, e, depois de frita, é ela encerrada, recoberta da banha em que sofreu a ação do fogo, em latas de cinco e dez galões hermeticamente fechadas. É um petisco apreciadíssimo, comido com farinha d'água torrada, em todo o vale amazônico. No baixo Purus e no baixo Solimões essa indústria é muito desenvolvida, se bem não se compare já há tempos coloniais, quando peixe boi, abundante, dava para carregar os navios holandeses no porto de Gurupá, ponto em que atualmente não existe nenhum desses cetáceos.” Cf. MORAIS, Raimundo. *O meu dicionário de cousas da Amazônia*. [1931] Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2013, p. 122-123.

¹⁰ FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e paisagem do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Global, 2004, p. 37.

¹¹ *Ibidem*.

¹² SOUZA, Bernardino José de. *O pau-brasil na história nacional*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1939, p. 29.

¹³ ELLIS, Myriam. *A baleia no Brasil Colonial*. São Paulo: Melhoramentos, 1969, p. 20.

potencial para nos dizer sobre a cultura, economia e relações sociais em determinado período da história brasileira.

A historiadora Leila Mourão, pelo viés da história ecológica das permanências, tensões e rupturas do uso e consumo do açaí no estuário amazônico entre 1973 e 1994¹⁴ ratificou que seguir os passos da utilização de um recurso natural específico também é uma tentativa de se elaborar a história de uma sociedade, uma vez que esta proposta historiográfica “ainda continua tratando do passado e do presente dos seres humanos, de suas relações sociais e práticas produtivas e reprodutivas, de suas formas de organização cultural política e ideológica”. Todavia, ela é incrementada da dimensão ambiental, instância de grande valia para a historiografia não só ambiental, mas também geral, a partir do momento que busca explicitar como essas formas de organização humanas “têm atuado sobre os ambientes, nos processos de apropriação, destinação e consumo dos produtos e serviços da natureza nele existentes, popularizados com a designação de ‘recursos naturais’, e as transformações nele provocadas por aquelas sociedades”, sem deixar de lado, obviamente, “as limitações que estes ambientes impõem ao desenvolvimento dessas sociedades”.¹⁵

Neste caminho, ao tomar a revisão bibliográfica mais específica ao nosso objeto de estudo, identifiquei também trabalhos anteriores que apresentavam, direta ou indiretamente, a exploração das tartarugas, apontando para pertinência do tema em questão. O médico Camillo Martins Vianna, por exemplo, escreveu o artigo “A tartaruga no contexto histórico¹⁶”, no qual apresenta uma coletânea cronológica dos comentários de diversos viajantes naturalistas e expedicionários sobre a tartaruga da Amazônia, ressaltando a importância do quelônio na estrutura histórica e cultural da região. Vianna, apesar de trazer uma historiografia memorialista do uso destes animais, contribuiu com os registros da exploração das tartarugas a partir da identificação das citações em relatos de viagem de diferentes naturalistas de diversas localidades, como o italiano Osculatti e o inglês Henry Bates.

¹⁴ MOURÃO, Leila. *Do açaí ao palmito: uma história ecológica das permanências, tensões e rupturas no estuário amazônico*. Belém: Ed.Açaí, 2011, p. 27. – Sobre este trabalho falaremos mais detalhadamente nos parágrafos posteriores referente ao quadro teórico.

¹⁵ MOURÃO, Leila. História e Natureza: do açaí ao palmito, In: *Revista Territórios e Fronteiras*, 2010, p. 79.

¹⁶ VIANNA, Camilo Martins. *A tartaruga no contexto histórico*. In *Preservação da tartaruga da Amazônia*. Belém, Ministério da Agricultura. Belém: Ministério da Agricultura, DEMA/PA, IBDF, 1973, p. 37-65. O texto fez parte da publicação “Preservação da tartaruga amazônica”, publicada em 1973 pelo Ministério da Agricultura, durante um período importante para as leis de proteção da espécie.

Outra pesquisa discutiu as tartarugas dentro de um contexto mais amplo na história da pesca, abastecimento e alimentação na região, e, por isso, aparece em meio à descrição da exploração e consumo de outros recursos naturais da Amazônia como peixe, peixe-boi, salsaparrilha e borracha. Trata-se da tese “Pesca e abastecimento na colonização da Amazônia” de Dante Ribeiro da Fonseca, que trouxe informações sobre técnicas de pesca, preparação da manteiga de tartaruga e produção de *mixira*, além de indicar a utilização da espécie como pertencente a um comércio rico e diversificado entre os grupos indígenas que apresentavam uma economia capaz de gerar recursos e condições para promover tanto o abastecimento interno quanto a formação de excedentes¹⁷.

No âmbito da história da alimentação em Belém, mesmo sem ter a carne e os ovos de tartaruga como seu objeto de pesquisa, a dissertação de Sidiana Macêdo, “Daquilo que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850- 1900)”, ressaltou o consumo de diversos gêneros na cidade, dentre eles a carne de tartaruga e manteiga dos ovos, e indicou a diminuição de seu consumo na capital em fins do mesmo século por razões ligadas ao novo padrão da alimentação em Belém, com ênfase nos gostos da *Belle époque*.¹⁸

Há, por fim, um grupo de estudos que inserem as tartarugas em seu contexto a partir da ênfase na relação entre homens, animais e as florestas, sob o olhar mais atento da História Ambiental, campo metodológico ao qual também delimito minha análise. Assim podemos ver em “Do assado do juraretê à manteiga dos ovos: as memórias de Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) sobre as tartarugas do Grão-Pará”, sob autoria de Marlon Marcel Fiori e Eulália Aparecida de Moraes, ambos responsáveis pela análise dos relatos de filósofo natural contidos no texto “Memórias Sobre as Tartarugas” e suas descrições acerca das espécies, ressaltando o considerável uso desse animal enquanto recurso em várias instâncias da sociedade (alimentação, fonte de matéria prima e combustível), concluindo a abundância de espécies de tartarugas naquele período no Rio Amazonas e a redução drástica da espécie após séculos de exploração. Já na tese “Homens e natureza na Amazônia brasileira: dimensões (1616-1920)”, o historiador Kerleson Costa

¹⁷ FONSECA, Dante Ribeiro da. *Pesca e abastecimento na colonização da Amazônia*. 507f. 2 vols. Tese (Doutorado em Ciência: Desenvolvimento Socioambiental). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004. Há, ainda, do mesmo autor, um artigo com alguns resultados da sua pesquisa de doutoramento Cf. FONSECA, Dante Ribeiro. *A Pesca na Amazônia: da pré-colônia ao mundo colonial (Séculos XVII ao XIX)*, Saber científico, Porto Velho, 2008 p. 201-222.

¹⁸ MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. *Daquilo que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2009, p. 63.

identificou a tartaruga da Amazônia como uma das espécies mais exploradas na região e também, entre os animais, a que mais mereceu comentários de cronistas e viajantes entre os séculos XVII e XIX, inicialmente, por sua impressionante abundância e, mais tarde, por já se anunciar a sua rota de extermínio.¹⁹ Costa fez ainda uma profunda análise dedicada ao tema da exploração da tartaruga da Amazônia, considerada por ele como o “caso mais grave e o símbolo maior da destruição ambiental ocasionada pela colonização da Amazônia, até o início do século 20”, tratando do método de captura, extração dos ovos, a importância da atividade para a economia regional e as dimensões culturais nelas envolvidas.²⁰

Os estudos citados acima assinalam a pertinência e a viabilidade de investigações que tenham a tartaruga da Amazônia como fonte de pesquisa e apontam para a necessidade do entendimento mais profundo e pontual sobre o processo de exploração e uso deste animal como contribuição para a historiografia da exploração dos recursos naturais durante o processo de colonização da Amazônia. Metodologicamente um estudo próprio e original sobre a dinâmica dos usos destes quelônios nos relatos dos intelectuais brasileiros e estrangeiros dentro do território amazônico se justifica pelo olhar analítico da História Ambiental que, como vimos, ainda não foi feito anteriormente e revela a relevância científica e acadêmica de trabalhos desta natureza.

Socialmente e, por que não, ambientalmente, esta pesquisa se apresenta como relevante pela passível vulnerabilidade dos quelônios diante das práticas de uso e consumo no decorrer dos séculos, cujas influências desta exploração ainda podem ser vistas nos dias de hoje. Atualmente, por exemplo, de acordo com o *Turtle Taxonomy Working Group* (TTWG/2011)²¹ e *Turtle Conservation Coalition* (2011)²² estão descritas 330 espécies de tartarugas, incluindo 125 subespécies, das quais oito espécies e duas subespécies já foram extintas e muitas outras estão em risco. Desafortunadamente, esta linhagem “antiga” e “carismática” de répteis está em sério perigo de desaparecer, pois as

¹⁹ COSTA. Homens e natureza na Amazônia brasileira, *op. cit.*, p. 233.

²⁰ COSTA, Kerleson Semerene. "Templos de tãatos, templos de Eros: a exploração da tartaruga nas praias amazônicas." In FRANCO, José Luiz de Andrade et.al. *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamound, 2012, p. 274.

²¹ Grupo de especialistas em tartarugas que traz comentários sobre a listagem e recentes mudanças na classificação dos testudíneos. Cf. SHAFFER, H. Bradley. *et. al.* Defining turtle diversity: proceedings of a workshop on genetics, ethics, and taxonomy of freshwater turtles and tortoises. *Chelonian Research Monographs*, 2007, p.173-199.

²² RHODIN, Anders G.J *et. al.* *Turtles in trouble: the world's 25+ most endangered tortoise and freshwater turtles*, Lunenburg, Massachusetts, 2011. Trabalho publicado por outro grupo de especialistas em tartarugas – Tortoise and Freshwater Turtle Specialist Group (TFTSG) – em colaboração Turtle conservation Fund (TCF) e Turtle Conservation Coalition (TCC).

tartarugas são um dos grupos de vertebrados mais ameaçados no mundo todo, com mais da metade de suas espécies em vias de extinção.²³ No caso da tartaruga da Amazônia, apesar da *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) classificá-la hoje como um animal com “baixo risco à extinção”, o mesmo documento aponta que ela é dependente de programas e ações de conservação, enquanto outras espécies como o tracajá (*Podocnemis unifilis*) e a iacá ou pitiú (*Podocnemis sextuberculata*) figuram como “vulneráveis à extinção”, sobretudo pela exploração direta e diminuição do habitat.²⁴

Destarte as justificações sobre a congruência do tema de pesquisa, identifico que em minha análise tenho como escopo investigar de que maneira foi relatado o uso da tartaruga da Amazônia por intelectuais brasileiros e/ou estrangeiros que estiveram na porção brasileira do vale amazônico entre os anos de 1727 e 1882. O recorte temporal apresentado retrata, em 1727, umas das primeiras tentativas de coibir e regular os excessos da pesca da tartaruga da Amazônia, enquanto que em 1882, a partir da lei nº 601, de 1º de junho daquele mesmo ano, se identifica o momento da proibição total da viração, produção de manteiga de ovos de tartaruga e captura das tartaruguinhas nos rios Solimões, Madeira, Purus e Branco.²⁵

De maneira concomitante, busco identificar como estes mesmos intelectuais descreveram o consumo da tartaruga da Amazônia pela população local, citando, por vezes, quem consumia, onde se consumia e como se consumia este recurso animal frente ao processo de colonização da região. Enfatizo, ainda, algumas práticas de pesca exercidas pelos diferentes grupos sociais envolvidos nesse processo, tais como indígenas, colonos e negros, em especial a “batição” e “viração”, além da coleta dos ovos para produção da manteiga de tartaruga. Tento citar legislações sobre a pesca destes quelônios presentes nas fontes consultadas e como elas representam, historicamente, uma tentativa de manutenção e melhor uso da espécie. Além disso, procuro reconstituir “a preocupação intelectual com a degradação do ambiente”²⁶, referente à exploração da tartaruga da Amazônia a partir de uma profunda reflexão sobre o problema da destruição destes

²³ PÁEZ. "Generalidades y estado de conservación del orden testudines", *op. cit.*, p. 59.

²⁴ IBAMA. Sumário Executivo do Plano de Ação Nacional para a conservação dos Quelônios Amazônicos. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/fauna-silvestre/quelonios-pqa/plano-de-acao-nacional-para-conservacao-dos-quelonios-amazonicos>. Acesso em: 20 abri. 2017.

²⁵ CEZAR, Isidoro M. Trabalhos municipais. *O correio do Purus*, Lábrea, Ano XIII, num. 45, p. 3, 9 jun. 1910. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 out. 2015; AMAZONAS. Lei nº 601, de 1º de junho de 1882. *História do Poder Legislativo do Amazonas*. Disponível em: http://legislador.aleam.gov.br/Legislacao_1871_1889/index.htm. Acesso em: 05 mai. 2016.

²⁶ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2004, p.11.

animais durante os séculos XVIII e XIX, ou seja, analisar a crítica ambiental ao extrativismo predatório traçada por estes personagens no decorrer deste período, com ênfase no pensamento político, nas sensibilidades e percepções sobre a natureza.

Para não causar anacronismos a partir dos discursos analisados, entende-se neste trabalho a crítica ambiental numa perspectiva política, cientificista, antropocêntrica e economicamente progressista, enraizada pelo ideário iluminista do século XVIII e contrapondo-se à ideia de defesa do ambiente natural pelo seu “valor intrínseco”, seja eticamente, esteticamente ou, ainda, espiritualmente, ressaltando muito mais a sua importância para a construção nacional.²⁷ De intelectuais brasileiros e estrangeiros, entendemos os sujeitos históricos, os homens de ciência que viveram, descreveram, relataram e interpretaram a natureza amazônica diante de suas percepções e experiências sensoriais, dentre eles cronistas, viajantes naturalistas, expedicionários e presidentes de província do Pará e Amazonas.

No âmbito desta pesquisa, a crítica à degradação da paisagem das praias, entendidas aqui como o ambiente natural, por meio da destruição das tartarugas e seus ovos, configura-se durante o período estudado muito mais com o posicionamento de manutenção do potencial econômico destes quelônios ao extrativismo local, do que com a tentativa de manutenção da espécie para biodiversidade amazônica ou sensibilidade à causa animal, discurso este mais contemporâneo.

Estudos mais recentes sobre a exploração de recursos optaram pela história ecológica e ambiental, como podemos ver nos trabalhos de Leila Mourão, Andrew C. Isenberg e Marcos Gerhardt, respectivamente. O primeiro, intitulado “Do açaí ao palmito: uma história ecológica das permanências, tensões e rupturas no estuário amazônico”, objetivou estudar historicamente os processos “socioeconômico, cultural e ecológico que se conformou e se realiza a partir da coleta, comercialização e consumo dos frutos e da extração do palmito nos açazais da Amazônia [...]” entre 1973 e 1994 sob as diferentes práxis²⁸. *The destruction of the bison: an environmental history, 1750-1920*, de Andrew C. Heinsenberg, foi uma análise da mudança das apreensões do bisão na cultura americana, enfatizada pelo historiador nas alterações e declínio da espécie durante o contato entre euro-americanos e indígenas na planície norte americana, que, segundo ele,

²⁷ *Ibidem*, p. 13.

²⁸ MOURÃO, Leila. *Do açaí ao palmito: uma história ecológica das permanências, tensões e rupturas no estuário amazônico*. Belém: Ed.Açaí, 2011, p. 27.

resultou num processo de “automodelação” de ambos.²⁹ Há, ainda, a tese de doutorado de Marcos Gerhardt³⁰, a qual investiga a História Ambiental da erva mate na tentativa de entender por que e como os ervais nativos – nos estados brasileiros do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e Mato Grosso do Sul e ainda no norte da Argentina e do sudeste do Paraguai – desapareceram durante o século XIX e nas décadas iniciais do século XX. Seu enfoque nesta pesquisa incidiu nas mudanças socioambientais que estavam em curso durante os dois séculos, justamente pela importância que o mate teve para a economia e sociedades sulinas durante o período, bem como as mudanças significativas ocorridas entre o final do século XIX e início do XX.

A relação entre o social, o ecológico e o econômico perpassam na metodologia da História Ambiental. Particularmente, a História Ambiental é uma trajetória de interação de forças dinâmicas, sendo ambas, natureza e sociedade humana, contribuintes para as mudanças. Daí a razão das trocas metodológicas entre as ciências sociais e naturais, respeitando os campos de pesquisa, pois tão importante quanto a física, a química, a biologia são, também, a sociologia e a história. Esse hibridismo, que também comporta as identidades culturais e os processos tecnológicos, tem emergido do discurso político e científico de nosso tempo, ressignificando nossa concepção de mundo, de desenvolvimento e relação com a sociedade e a natureza a partir do processo de “ambientalização” de uma série de disciplinas científicas, de práticas profissionais e ações sociais, como tem acontecido nas ciências sociais, a exemplo da história³¹. Isto faz da História Ambiental um campo de estudo importantíssimo sobre as transformações naturais na produção e informação social, bem como nas abordagens históricas a respeito da exploração dos recursos naturais e degradação ambiental, com a possível identificação de padrões de uso e formas de apropriação da natureza e, ainda, sua permanência ou insustentabilidade em determinado território durante determinado período histórico.³²

Segundo David Arnold³³, pode-se invocar a natureza na forma de ciência tanto como fonte de informação prática e conhecimento autorizado sobre o passado, quanto

²⁹ ISENBERG, Andrew C. *The destruction of the bison: an environmental history, 1750-1920*. Cambridge University Press, 2000, p. 1-12.

³⁰ GERHARDT, Marcos. *História Ambiental da erva mate*. 290f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2013.

³¹ LEFF, Enrique. *Vetas y vertientes de la historia ambiental latinoamericana – una nota metodológica y epistemológica*. *Varia história*, vol.21, n.33, Belo Horizonte, 2005, p.18; LEFF, Enrique. *Construindo a História Ambiental da América Latina*. *Revista Esboços*, Santa Catarina, vol.12, nº13, 2005.

³² *Ibidem*, p. 19.

³³ ARNOLD, David. *La naturaleza como problema histórico: el medio, la cultura y la expansión de Europa*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

como a informação técnica necessária para analisá-lo³⁴. Em outras palavras, as ciências naturais podem nos dizer sobre aspectos técnicos do clima, da vegetação e das enfermidades, mas também a maneira como estes fatores influenciaram na existência material das sociedades anteriores à nossa, dando aos historiadores noções sobre a estrutura e a dinâmica do passado.

Estudos mais recentes têm buscado tratar os conhecimentos científicos como atividade impulsionada por diferentes agendas políticas e culturais, indicando a subjetividade da natureza, enfatizando como o pensamento sobre o ambiente têm se construído socialmente e servido, de diferentes modos e em diferentes épocas, como instrumentos de autoridade, identidade e direito. Afinal, como defendeu Raymond Williams, “a ideia de natureza contém uma quantidade extraordinária de História humana.” Ou seja: [...] “o que é argumentado na ideia de natureza é a ideia do homem; e isso não apenas de modo geral ou absoluto, mas a ideia do homem na sociedade e, de fato, as ideias de tipos de sociedade.”³⁵

Neste sentido, a História Ambiental é levada a se ocupar com as mudanças do ambiente como resultado da atividade humana – ou outras causas – e os seus caminhos a partir da interferência das sociedades humanas, mas também se debruça sobre as concepções do mundo natural e como estas têm se desenvolvido e passado a formar parte do nosso conhecimento em história e cultura, ocupando-se o historiador ambiental em estudar os vários entendimentos e atos representativos dos diferentes grupos sociais no tempo.

Os historiadores ambientais, argumenta José Augusto Pádua, “foram também desafiados por movimentos internos ao mundo do conhecimento, especialmente por importantes mudanças epistemológicas consolidadas no século XX, mas que já estavam em gestação nos séculos anteriores, em relação ao entendimento do mundo natural e de seu lugar na vida humana”³⁶. Dentre as mudanças estão: primeiramente, o conceito de que a ação humana pode produzir impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive a ponto de provocar sua degradação; em segundo lugar, a já citada revolução nos marcos cronológicos de compreensão do mundo; e, por fim, a visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo.

³⁴ *Ibidem*, p. 10.

³⁵ WILLIAMS, Raymond. Ideias sobre natureza. In: WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Materialismo*. – São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 94.

³⁶ PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados*. [Online]. 2010, p. 83.

Os estudos propostos nesse campo desafiam as fronteiras nacionais, desenvolvendo-se em políticas de mais de uma nação, questionando a nacionalidade estreita dos estudos insulares e mais pontuais³⁷, fato observável no caso da exploração das tartarugas, pois estes quelônios foram consumidos tanto no território amazônico, abrangendo o Brasil colonial, depois imperial e republicano, e quantas outras territorialidades como a venezuelana, onde recebeu o nome de *arrau*. Por isso, o estudo da transformação nas paisagens ecológicas e culturais da Amazônia se faz necessário, uma vez que estas mudanças impulsionaram os debates de hoje a respeito do ambiente, em um contexto de predomínio europeu sobre várias instâncias. E mais que isso, diante do cenário atual, acredita-se que precisamos “rejeitar a suposição comum de que a experiência humana tem sido isenta de constrangimentos naturais, que as pessoas são uma espécie separada e singularmente especial, que as consequências ecológicas de nossos feitos podem ser ignoradas”.³⁸

Atento às fontes documentais, aponto que não observei, durante o período analisado, fatores ambientais que pudessem reduzir drasticamente o número de tartarugas, tais como catástrofes ou inundações das praias de desova. O mesmo se pode dizer de seus predadores, como os jacarés, piranhas e aves. Portanto, a influência do ambiente não é a única ou a primeira causa da quase extinção deste recurso aquático. Na verdade, este fenômeno é intrínseco à economia humana que se estabeleceu na região desde a segunda metade do século XVIII. Todavia, prefiro evitar a noção de equilíbrio ecológico ou mesmo de estabilidade natural no estuário amazônico, o que implicaria na evocação de uma natureza pacífica ou mesmo de uma cultura estuarina estática.³⁹

Para Christine Keiner, pesquisadora da História Ambiental marinha, todos os tipos de investigação da relação humana com os estuários, oceanos, mares longe da costa e paisagens encontradas ao longo dos rios requerem um diálogo crítico com a ciência e, ainda, buscam o compromisso com a história da ciência por uma razão muito importante: a pesquisa científica tem permeado as questões culturais, econômicas e políticas da demanda dos recursos de água doce e água salgada.⁴⁰ De certo modo, as implementações,

³⁷ WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Revista Estudos Históricos*. Vol. 4, nº 8, 1991, p. 199.

³⁸ WORSTER, Donald. Transformações da Terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente e Sociedade*. Vol.5, nº 2, Campinas, 2003, p.24.

³⁹ ISENBERG. The destruction of the bison, *op. cit.*, p.12. De acordo com o historiador, alguns estudantes têm sido relutantes em abandonar a noção de estabilidade natural porque uma natureza dinâmica pode ser observada como justificativa/desculpa das sociedades humanas para sua degradação do ambiente.

⁴⁰ KEINER, Christine. How Scientific does marine environmental history need to be? *Environmental History*, vol. 18, Jan. 2013, p. 112.

conceitos e recomendações científicas têm influenciado o uso humano, raramente honesto, dos recursos aquáticos.

Estudos históricos e antropológicos têm auxiliado o pensamento sobre o passado marítimo, oceânico e ribeirinho das sociedades artesanais de pesca. Estas comunidades encontraram tecnologicamente formas intensivas de comércio do pescado no início dos anos 1800, fato que teve como resultado o declínio do número de peixes e mamíferos aquáticos pela sobrepesca e que proporcionou o processo de burocratização da prática.⁴¹ Logo, uma detalhada análise contextual dos pescadores de uma região, considerando a complexa relação entre recurso ecológico, produção e regulação social ou legal da coleta, pode sugerir conclusões não só sobre a administração, mas também sobre as dificuldades da sociedade moderna industrial em sustentar seus recursos ambientais de modo geral.⁴²

No caso da exploração das tartarugas no rio Amazonas e seus afluentes, percebe-se que, durante anos, houve tensões entre os sujeitos envolvidos, bem como entre eles e a natureza estuarina, por vezes, marcada pela ocupação e modificação das praias durante o processo de colonização do vale amazônico. As mudanças ecológicas no modo de vida e no comportamento destes animais quanto à desova⁴³, e no seu local de sobrevivência, cuja paisagem foi modificada durante a pesca e a coleta dos ovos, foram fatores que provocaram a escassez destes quelônios, pela caçada excessiva posta no curso do processo colonizador. A evidência da superexploração das tartarugas no decorrer dos séculos XVIII e XIX é irrefutável. Sem a presença dos pescadores essa premissa talvez não fosse possível. Outros predadores, bem como a característica das planícies dos rios amazônicos, não poderiam, a não ser por uma catástrofe, ter levado a espécie a números tão baixos.

⁴¹ *Ibidem*, p. 113

⁴² McEVOY. The Fisherman's problem, *op. cit.*, p. 14.

⁴³ Um estudo sobre o manejo da tartaruga da Amazônia feito por Vitor Cantarelli (2006) infere que as fêmeas das tartarugas, por se tratarem de um animal extremamente arisco à presença humana, precisam de aparente segurança e tranquilidade para fazer suas posturas. Assim, a excessiva movimentação de embarcações e pressão predatória nos pontos de concentração da espécie podem promover um estresse aos animais, interrompendo o esforço da desova. De acordo com o Cantarelli, estes são um forte motivo para escolha de outros lugares para desova, inclusive mudando de praias, fato percebido pelo pesquisador no rio Trombetas, em 2003, quando a maioria das fêmeas escolheram a praia do Farias em detrimento da praia do Jacaré, onde desovavam por mais de 20 anos. Por essa razão, considerando a escala de degradação destas tartarugas durante o recorte histórico aqui estudado, além dos relatos que veremos mais tarde, para não cometer anacronismos, também podemos inferir que a mudança no nível comportamentais destes animais são possíveis, mesmo considerando que a prática extrativa de exploração sob elas foi a maior causa da sua diminuição nas praias de desova. Cf. CANTARELLI, Vitor Hugo. *Alometria reprodutiva da tartaruga da Amazônia (Podocnemis expansa): bases biológicas para o manejo*. 118 f. Tese (Doutorado em Ecologia de Agrossistemas). Escola Superior de agricultura Luiz Queirós, Piracicaba, SP, 2006, p. 19.

Além disso, a aproximadamente 12.000 ou 15.000⁴⁴ AP (antes do presente), na transição dos períodos geológicos do Pleistoceno e Holoceno, a região recebeu a influência humana, a qual habitou, alterou e impactou o mundo natural não humano.

A interação surgida entre indígenas e estrangeiros na bacia amazônica trouxe inúmeras trocas interculturais e ecológicas, além do intercâmbio entre pessoas, animais, plantas e lugares, ou seja, um ambiente natural não humano. O estuário amazônico, integrado por seus rios, igarapés, florestas, várzeas, baías, ilhas e suas praias, além de campos alagados, todos com suas especificidades ambientais e sociais, influenciou não só as tartarugas, mas os habitantes humanos da região e, particularmente, a comunidade de pescadores e coletores de tartaruga, obrigando, durante todo o período de sua exploração, o ajuste da estrutura social e estratégias de recursos para a ecologia daquele ambiente.

Diante desta dinâmica histórica, defendo a tese de que a drástica redução do número de indivíduos de tartarugas da Amazônia, descrita nas fontes consultadas, deveu-se à pesca, consumo dos filhotes e, principalmente, à produção da manteiga proveniente dos ovos destes animais. Esta redução se deu, de forma mais impactante, pelo processo de colonização estrangeira do vale amazônico, entre os séculos XVIII e XIX, diante da exigência alimentar e energética do mercado consumidor de carne, gordura, ovos e derivados do quelônio.

A pressão extrativista sobre as tartarugas também esteve aliada ao crescimento urbano-industrial das cidades amazônicas, como Belém e Manaus, e suas exigências de alimentação e energia. Todavia, isso não indicou que houvesse uma relação harmoniosa entre o homem da região e as tartarugas antes do processo de urbanização, mesmo sendo recorrente que as interações entre homem e natureza no decorrer do tempo histórico mudaram, tiveram outras exigências e moldaram o meio natural de outra maneira.

No mesmo passo, acredita-se que houve também um encorajamento à especialização na coleta dos ovos de tartaruga exigida, sobretudo, por uma crescente demanda do produto. A inserção de outros sujeitos nas coletas, tais como colonizadores, tapuios e negros, possibilitou a supressão em maior escala deste recurso. O que antes era utilizado pelos indígenas, passou a ser requerido também por outros grupos sociais envolvidos numa relação matemática simples: maior número de consumidores, menor

⁴⁴ MEGGERS, Betty J. *Amazônia: a ilusão de um paraíso*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1987, p. 64; LUI, Gabriel Henrique; MOLINA, Silvia Maria Guerra. Ocupação Humana e transformação das paisagens na Amazônia brasileira. *Amazônica - Revista de Antropologia*, vol. 1, n. 1, 2009, 200-228.

número de tartarugas. E, mesmo com a inserção de outros produtos impulsionados pela modernidade, como foi o caso da manteiga inglesa e, em parte, da carne de gado, o consumo dos quelônios permaneceu de maneira considerável, a ponto de, como veremos mais tarde, o animal ser considerado por José Veríssimo, em 1895, como o “gado da Amazônia”.⁴⁵

Mesmo assim, não posso afirmar que a diminuição do número de tartarugas se deu apenas pela entrada de estrangeiros nas praias de rios amazônicos, ou pela ação colonizadora, apesar de reconhecidamente ter havido mudança de hábitos e costumes na prática da pesca e coleta dos ovos. Parece-me claro, até agora, o fato de que a adoção indígena de alguns adereços aos artefatos e instrumentos de pesca, tais como anzóis e pontas de lança confeccionadas com ferro, bem como a utilização dos ovos dentro da perspectiva da acumulação para a produção da manteiga, em detrimento da cultura de subsistência antes estabelecida, trouxe à tona os primeiros sinais de declínio da espécie.

Conjuntamente, novas embarcações substituíam lentamente as montarias⁴⁶, como eram chamadas as embarcações da região, e faziam com que indígenas e colonos chegassem mais rápido ao seu destino, como nas praias de desova das tartarugas, diminuindo cada vez mais a sua possibilidade de fuga e, muitos menos, de seus filhotes, catados antes mesmo dos ovos eclodirem. Muitas vezes a mobilidade dos grupos indígenas ocorreu de acordo com a mobilidade das tartarugas. A subsistência dos caçadores também acompanhou o caminho por onde elas passaram.

De fato, a instituição da modernidade na Amazônia por meio do processo de ocupação desta região levou a drástica redução do número de indivíduos de tartarugas da Amazônia, também identificada pela enfática e crescente crítica ambiental sobre a pesca e coleta dos ovos destes animais a partir do fim do século XVIII e percebida nos discursos e legislações sobre a exploração destes animais século à frente. Daí advém a minha hipótese derivada de que as práticas e tentativas efetivas de regulação, controle e proibição da exploração da tartaruga da Amazônia e coleta de seus ovos, promovida por intelectuais brasileiros e estrangeiros em diversas fontes documentais, de diários de

⁴⁵ VERÍSSIMO, José. *A pesca na Amazônia*. [1895] Belém: Editora da UFPA, 1970, p. 54.

⁴⁶ “Montaria – pequena embarcação em que se navega a remo na Amazônia. É o cavalo do caboclo. Rasa, de três metros de comprimento e um de boca, não pega mais de quatro pessoas. Há algumas, na região das ilhas (estuário do Amazonas), que só permitem um tripulante dentro. Parecem verdadeiros brinquedos. Pintadinhas, limpas, com os bancos, rodela, casco, poço extremamente asseados e enxutos[...]. O homem ou mulher, curumim ou cunhantã, sentado a meia-nau, na remenda que dá impele e dirige ao mesmo tempo, tal a habilidade canoieira de gente que aí vive.” Cf. MORAIS. O meu dicionário de cousas da Amazônia. *op. cit.*, p.123-124.

viagem à leis municipais, deveu-se a motivos utilitários, pois já era visível a redução da quantidade dos estoques desses animais nas praias de desova em certas localidades, bem como por razões da política econômica fisiocrática e, mais tarde, liberal, que buscou pela economia agrária reduzir o potencial destrutivo que, segundo seus defensores, a indústria extrativista causava sobre os recursos naturais. Preocupado metodologicamente com a historicidade destas propostas de proteção e utilização da natureza, destaco que evitei usar termos tais como “ambientalismo”, “ecologia política” ou mesmo “desenvolvimento sustentável”, procurando não nomear as práticas antes de seu tempo.⁴⁷

Leis e medidas de proibição e regularização da pesca também influenciaram os grupos sociais envolvidos levantando dúvidas e suposições de como homens e mulheres reagiram a estas mudanças sócio burocráticas. Portanto, o estudo aqui desenvolvido identifica questões do campo do social, cultural e trabalho. Assim, por exemplo, é possível identificar quais eram as pessoas envolvidas nos processos de pesca, produção da manteiga e corte destes animais e, até mesmo, quais técnicas ou tecnologias foram utilizadas pelos ribeirinhos, ressaltando de que maneira eles se apropriaram de outras no decorrer dos anos de exploração das tartarugas e contato com estrangeiros. As introduções de novas tecnologias e materiais dos colonizadores, como as pontas de lança de metal, redes de pesca de grande porte e embarcações, fizeram com que muitos dos pescadores, sobretudo indígenas, reinventassem sua labuta, reduzindo, de um lado, as horas de pesca, e aumentando, de outro, sua eficácia e a acumulação dos produtos subtraídos da natureza.

É evidente que o estudo não analisa todos os pescadores de tartarugas, nem mesmo todos os lugares da região onde elas serviram de alimento, mas somente aqueles grupos e locais citados nas fontes. Mesmo assim, se levarmos em conta o contato dos viajantes e naturalistas com a sociedade vivente na região, inclusive com contribuições destes últimos ao conhecimento científico dos primeiros⁴⁸, poderemos pensar que onde estiveram pelo menos um destes homens de ciência, lá estavam os índios lançando flechas, lanças e virando tartarugas nas praias, ou negros encurralando-as nos igarapés, ou simplesmente todos os grupos amassando ovos com pés em busca de uma manteiga de tartaruga menos ou mais consistente.

⁴⁷ O mesmo fizeram FRANCO e DRUMMOND ao tratar os discursos de cientistas, intelectuais e funcionários públicos sobre a diversidade e riqueza da natureza aliada à identidade nacional durante esses anos. Cf. FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009, p 15-23.

⁴⁸ Sobre o contato entre os naturalistas e os “nativos” Cf. CAMERINI, Jane R. Wallace in the Field. *OSIRIS*, 2nd series, 1996, 11: 44-65.

Então, se de um lado o processo de colonização possibilitou o declínio da espécie, de outro podemos dizer que os índios também estiveram nesse processo a partir da apropriação não só de determinados instrumentos de navegação e pesca de outras sociedades (não exclusivamente europeias), mas também da adoção – mesmo que, às vezes, imposta – de uma cultura de acumulação exigida pelo Império e mais tarde pela república na região. No entanto é importante enfatizar a diferença deles em relação aos “pescadores modernos”, pois os grupos indígenas amazônicos sustentaram seu rendimento de tartarugas por séculos.

Diversas fontes serviram aos meus objetivos de investigação, sendo elas, em geral, escritas e impressas. Algumas destas fontes históricas utilizadas também dão razão à minha pesquisa, diferindo, no entanto, por partir de documentos não retratados em trabalhos anteriores sobre a histórica utilização da espécie, como no caso das Correspondências Originais dos Governadores do Pará com a Corte, constando os mapas gerais dos rendimentos dos índios, as cartas do Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, relatórios da Comissão Demarcadora de Limites e da Comissão da Exposição Nacional, conjuntamente com relatos de Angelo Brunelli, Daniel Parish Kidder, William Smith e Frederick Lowe, Paul Marcoy e Robert Christian Avè-Lallemant.

Quanto às Correspondências Originais dos Governadores do Pará com a Corte, sobretudo as cartas do Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, aponto que estes documentos trouxeram informações a respeito da empreitada portuguesa sobre a região amazônica e suas riquezas nos tempos da colônia, bem como sua miséria, além de descrever o comércio e mão de obra na região a partir de fontes como os mapas gerais dos rendimentos, os quais, como veremos, traziam registros dos produtos coletados e explorados pelos indígenas no vale amazônico, como a tartaruga, o peixe-boi, a salsaparrilha, dentre outros. Além dos referidos mapas, esta fonte apresentou descrições sobre a região e informações sobre as comissões demarcadoras de limites, responsáveis também pelo inventário amazônico, possibilitando a discussão sobre a descrição utilitarista e pragmática da natureza, bem como das percepções sobre a crítica ambiental sobre o uso dos recursos naturais da região e, novamente, a tartaruga.

Já as crônicas e narrativas de viagem têm sido um tema caro aos historiadores, pela riqueza das informações, possibilidades de abordagem que sugerem, pois por meio destes relatos e registro de suas impressões os viajantes “acabam por falar de si mesmos,

de suas experiências e das relações que estabelecem com os territórios visitados”⁴⁹. Na verdade, a autorrepresentação dos viajantes mostra-os como indivíduos crivados por diversas identidades, pois ao mesmo tempo em que eles podem ser identificados pelo seu local de nascimento, podem ser vistos como colonos, cientistas ou mesmo funcionários burocráticos. Identidades construídas no contato com outras populações. Este contato não só estava previsto, como foi parte integrante das tarefas do viajante naturalista, visto que muitos deles partilharam a missão científica com atribuições de cargos administrativos.

De fato, aqueles homens de ciência tiveram a oportunidade de conhecer e explorar a Amazônia por meio de rios e lagos e comentaram a presença das tartarugas nas margens das praias. No caso dos naturalistas e expedicionários, além dos já citados Brunelli, Kidder, Smith e Lowe, Marcoy e Avè-Lallemant, utilizei também os relatos de Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich von Martius, Henry Bates, Alfred Russel Wallace e João Martins da Silva Coutinho. Os milhares de animais que visitavam as costas para desovar entre os meses de outubro a dezembro – este período pode variar de acordo com os locais de desova – tiveram seu lugar nos escritos dos viajantes, fazendo do fenômeno natural um evento histórico, pois sua interpretação pelos discursos de cronistas, naturalistas, imprensa e documentos oficiais o fez adquirir uma significância histórica, relacionando o acontecimento à estrutura já estabelecida.⁵⁰

O relatório da Comissão da Exposição Nacional, encomendado pelo governador do Amazonas, Manuel Clementino Carneiro da Cunha, e presenciado por Antônio Gonçalves Dias, para ser apresentado na 1ª Exposição Nacional, realizada entre dezembro de 1861 e janeiro de 1862, como preparação para a terceira exposição universal a ser realizada em Londres naquele último ano, representou mais um conjunto de documentos impressos que trataram da crítica ambiental durante o Império. Obtidos pela consulta aos Relatórios dos Governadores da Província do Amazonas, ambos disponíveis no sítio do *Latin American Microform Project (LAMP)* do *Center for Research Libraries (CRL)*, estas comunicações da comissão possibilitaram verificar o caráter divulgador dos produtos naturais e indústria nacional, bem como o paradoxo entre a imagem brasileira das exposições e as condições reais da sociedade naquele momento, sem deixar de mostrar a improvidência da exploração das tartarugas da Amazônia.

⁴⁹ CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. As Viagens são os Viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, 2002, p. 65.

⁵⁰ Sobre o evento histórico Cf. SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1990, p. 17.

Por sua vez, os já citados Relatórios dos Governadores da Província do Pará e Amazonas possibilitaram a percepção do panorama diversificado e complexo de crítica ao extrativismo e defesa da inserção de práticas agrícolas como forma de progresso, científicisms e, portanto, modernidade no trato com o meio ambiente. Estes relatórios impressos no século XIX representam o valor dado por governantes e administradores públicos às tartarugas enquanto recurso animal, sem deixar de referenciar a crítica ambiental destes a respeito indústria extrativa animal, entendida como a “colheita e manipulação do produto espontâneo da natureza, para o qual não concorreu o trabalho humano.”⁵¹

As Coleções de Leis da Província do Pará, por sua vez, apresentaram toda uma legislação referente à tentativa de controle, regularização e organização da prática de pesca das tartarugas, mas também em relação a outros recursos naturais amazônicos explorados que não foram nossos objetos de estudo, porém serviram de paralelo para a análise. Infelizmente a reforma do Arquivo Público do Estado do Pará impossibilitou o aprofundamento nas coleções que pertencem ao seu acervo, mas consegui algumas delas na seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Viana. As Coleções de Leis do Amazonas também não foram estudadas na íntegra, necessitando de buscas mais acuradas no Arquivo Público do Estado do Amazonas, Arquivo Público Municipal de Manaus e Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas.

Periódicos e jornais de época representaram outro grupo de fontes impressas utilizados com destaque para o Jornal do Rio Negro, Correio do Purus e Comércio do Amazonas. A análise destes documentos possibilitou entender a dimensão social, cultural e econômica do uso das tartarugas, ressaltando as diferenças e semelhanças entre os seus consumidores, algo possível de constatar a partir das pautas quinzenais dos gêneros alimentícios importados e exportados nas praças comerciais da região, dentre eles a manteiga de tartaruga (identificada, às vezes, como óleo animal) e a *mixira*. Outro ponto a ser destacado nestes documentos é a crítica a respeito do abastecimento em cidades amazônicas como Manaus, constantemente relacionadas à falta de previdência provocada pelo extrativismo dos recursos naturais. Além disso, nestes periódicos também eram reproduzidos trechos da legislação sobre as tartarugas e notícias sobre viagens de vapores

⁵¹ Cf. AMAZONAS. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Amazonas na sessão ordinaria do 1.o de outubro de 1864, pelo dr. Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, presidente da mesma provincia*. Pernambuco, Typ. de Manoel Figueiroa de Faria & Filho, 1864, p. 40. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 24 mai. 2014.

no Amazonas e seus tributários, cujo transporte de animais era comum, inclusive de quelônios.

**

Esta tese divide-se em cinco capítulos. No primeiro capítulo discuto sobre o ambiente estuarino amazônico: sua formação histórica, características geográficas e o processo de ocupação da região, destacando, neste contexto, as tartarugas como espécie vivente deste ecossistema, com informações sobre sua história natural e presença na dieta amazônica, da qual faz parte desde o período pré-colombiano. A partir disso identifico, conjuntamente, os instrumentos e técnicas de pesca, além do procedimento de produção da manteiga de tartaruga, atividade citada constantemente nos documentos referentes ao animal.

Já no segundo capítulo, faço uma reconstituição histórica a respeito dos primeiros registros sobre a exploração da tartaruga da Amazônia, com ênfase no consumo e mão de obra envolvida na atividade nos primeiros séculos da colonização europeia. Para isso destaco, especialmente, a descrição e o inventário da natureza amazônica feitos pelos cronistas e missionários do mundo natural naquele território sob influência da cultura renascentista.

Em “Excessos, prejuízos e primeiras tentativas de controle sobre a pesca das tartarugas no século XVIII”, terceiro capítulo da tese, a análise perpassa a pesca das tartarugas e produção da manteiga de seus ovos como prática de exploração durante o oitocentos no vale amazônico. Descrevem-se as primeiras tentativas de controle e regularização da atividade extrativa sobre os quelônios; o abastecimento e exploração do comércio de descimentos dos índios com produtos de diversas vilas da região. Por fim, destaco a crítica ambiental a respeito da pesca das tartarugas presente nos estudos do padre João Daniel e do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira.

No quarto capítulo permaneço na tentativa de reconstituir a crítica ambiental sobre a pesca da tartaruga da Amazônia e a extração de seus ovos para a produção da manteiga seguindo, porém, as descrições feitas por viajantes, naturalistas e comissários estrangeiros durante o século XIX, tais como: von Spix e von Martius, Daniel Parish Kidder, Henry Bates, Alfred Russel Wallace e Paul Marcoy. Houve, nestes casos, uma tentativa de discutir sobre o progresso como forma da agricultura, em detrimento das práticas extrativas, geralmente consideradas como atrasadas e bárbaras, baseando-se, sobretudo, no ideal europeu de utilização da natureza e uso dos recursos naturais.

A crítica ambiental promovida por intelectuais locais sobre a indústria extrativa da tartaruga da Amazônia, durante o período do Império do Brasil, constitui o quinto e último capítulo deste trabalho. Nele relaciono a utilização das tartarugas junto ao comércio dos recursos naturais no vale amazônico, às práticas agrícolas, construção da nação e tentativas de modernização do Império, sobretudo no momento de transição para a república. Os relatórios de presidentes da província do Pará e Amazonas, relatórios da comissão de exposição nacional, legislação orçamentária e estudos sobre a tartaruga da Amazônia elaborados por João Martins Silva Coutinho trazem importantes pontos de análise a respeito da exploração do animal, bem como da consolidação, ainda “embrionária”, do pensamento protecionista do ambiente natural, portanto, da sua fauna. Mesmo sem o objetivo de buscar as origens do ambientalismo no Brasil, tento identificar como os sujeitos históricos preocupados com a proteção da natureza no Brasil constituíram suas reflexões e políticas governamentais, a ponto de posteriormente relacionar a proteção da natureza à identidade nacional como um legado do cuidado da modernidade com o mundo natural.⁵²

⁵² A respeito da crítica ambiental e o cuidado da natureza na modernidade, conferir os trabalhos de CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011; KEITH, Thomas. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação aos homens e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010; WOSTER, Donald. *Nature's economy: a history of ecological ideas*. New York: Cambridge University Press, 1994; PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CAPÍTULO 1 - A Paisagem Amazônica e a Tartaruga da Amazônia em seu contexto

De acordo com Ana Pizarro⁵³, “os discursos escritos sobre a Amazônia apresentam, frente aos demais da América Latina, a especificidade do fluvial.” Sendo assim, são discursos “conduzidos pela navegação”, que repousam sobre o decurso de uma “infinidade de furos, igarapés, lagoas, afluentes, tributários, numa geografia de águas que, quando não invade tudo, se faz pressentir à sua volta, em sua permanência, em seu ritmo.” Segundo a mesma autora, mesmo diante de um crescimento dos estudos latino-americanistas, sobretudo no século XX, em meados da década de 1970, o “espaço amazônico”, diferentemente da região andina e a mesoamérica, ou mesmo a região do Atlântico Sul, especialmente na porção caribenha, “continuou praticamente desconsiderado nos estudos da cultura latino-americana.”⁵⁴ Fatos contrastantes, visto a importância histórica da região como uma das primeiras áreas da América Latina a se modernizar, durante o período da borracha; além de sua importância hoje para a humanidade como local de pesquisa científica e tecnológica, em especial pela sua grande biodiversidade, recursos hídricos e minerais importantíssimos para o desenvolvimento energético em geral.

A Amazônia compreende a maior bacia hidrográfica do mundo. Sua área é de aproximadamente 7 milhões de quilômetros quadrados e abrange parte do território de sete países da América do Sul, a saber: Colômbia, Peru, Venezuela, Suriname, Guiana Inglesa, Guiana Francesa e Brasil. Tal extensão geográfica é, como afirmou Betty Meggers, obviamente, “um dado inadequado para demarcar a Amazônia, visto que o curso superior dos principais tributários irrigam regiões que diferem enormemente quanto a altitude, índice pluvial, temperatura, topografia e muitas outras características climáticas e edáficas” – ou seja, referente ao solo, “que afetam a subsistência e, de modo especial, a potencialidade agrícola.”⁵⁵ Mesmo diante de sua vasta extensão, o ecossistema da floresta equatorial constitui uma “área característica e extraordinariamente homogênea”, sobretudo por sua longa “história geológica, seu clima uniforme e sua posição equatorial”, sublinha Meggers.⁵⁶

⁵³ PIZARRO, Ana. *As vozes do rio: imaginário e modernização*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2012, p. 18.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 19.

⁵⁵ MEGGERS. *Amazônia: a ilusão de um paraíso*, *op. cit.*, p. 30.

⁵⁶ *Ibidem*.

Para o geógrafo Aziz Nacib Ab'Saber, este macrodomínio traz para o homem um “clima úmido e cálido, com temperaturas altas, porém suportáveis, cuja média anual de variação geralmente não excede os 3° graus, entre 24° e 27° graus; chuvas rápidas e concentradas, muitos períodos desprovidos de precipitações e raros dias de chuvas consecutivas e umidade relativa do ar, via de regra, superior a 80%⁵⁷. Todavia, ainda segundo o autor, mesmo com tais variações “o clima da Amazônia é considerado um dos mais homogêneos e de ritmo anual habitual mais constante de todo o Brasil intertropical”. Por meio desta vinculação entre tais condições climáticas “baseadas em uma íntima associação entre calor e umidade bastante extensiva foi possível gerar e autopreservar o grande *contínuo* – grifo do autor – de florestas biodiversas que se estende desde o nordeste do Pará aos sopés dos Andes, dos arredores da Serra dos Carajás às encostas do Pico da Neblina e serranias acidentais de Roraima, no Parque dos Yanomamis”⁵⁸.

Essas características geográficas, como a pequena altitude, a localização equatorial e a presença de rios planos durante grandes extensões, provêm de inúmeras transformações ocorridas no meio físico amazônico numa escala geológica de milhões de anos. Na verdade, a história do meio físico da região indica que há cerca de 600 milhões de anos, na era Pré-cambriana, os planaltos guiano e brasileiro, que ocupam os segmentos setentrionais da Amazônia, eram montanhas elevadas, as quais, a partir da erosão química e física, reduziram os antigos picos à colinas e planaltos isolados, resultando num solo com granito inerte e areia branca. O carbonífero caracterizou-se pelo afastamento do mar, onde a planície tornou-se cortada por rios.

O bloco continental da América do Sul destacou-se e afastou-se totalmente da África e da América do Norte há aproximadamente 60 milhões de anos, ficando como um continente isolado por muito tempo. Enquanto plantas e animais evoluíam, o continente sul americano continuou seu deslocamento para Oeste e, por meio do atrito com a placa tectônica de Nazca formou, dez milhões de anos mais tarde, a cadeia montanhosa da Cordilheira dos Andes, com sua extensa cadeia de vulcões⁵⁹. A partir de então foi possibilitada a formação de um extenso lago de água doce inundando a bacia amazônica durante parte da era Terciária, num ambiente de sedimentação e rios equatoriais que

⁵⁷ Ab'SABER, Aziz Nacib. "Amazônia Brasileira: um macrodomínio." In Ab'SABER, Aziz Nacib. *Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê editorial, 2003, p. 65-81; MEGGERS. *Amazônia: a ilusão de um paraíso*, op. cit., p. 30-31.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 67.

⁵⁹ MEGGERS. *Amazônia: a ilusão de um paraíso*, op. cit., p. 31-32; MIRANDA, Evaristo Eduardo de. *Quando o Amazonas corria para o pacífico: uma história desconhecida da Amazônia*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007, p. 20.

corriam em sentido oposto ao atual e desaguavam no pacífico, na atual região do golfo de Guayaquil, no Equador⁶⁰. Estes rios, conforme Evaristo Eduardo de Miranda, “inverteram progressivamente seus cursos em direção ao novo oceano surgido entre a África e as Américas, o Atlântico.” Inicialmente, continua o pesquisador, “o primitivo rio Amazonas seguiu um caminho próximo do traçado atual do rio Orenoco, desaguando no mar das Antilhas. Mais tarde, inverteu completamente seu curso, assumindo a posição e direção atual, como que acompanhando o traçado da linha do Equador.”⁶¹

Já no Pleistoceno, entre 1,8 milhão e 11.000 mil anos, em meio à ruptura entre o maciço brasileiro e o guiano e os episódios mais recentes de glaciações na região, as águas passaram a escoar e cavar o fundo do lago formado promovendo, milênios seguintes, a constituição da sua nova forma e resultando num terreno extraordinariamente plano, com pequenos declives e poucas intervenções de cachoeiras e corredeiras, além de alta velocidade de vazão. Nesse período, há aproximadamente 2,5 milhões de anos, a ponte surgida entre o continente da América do Sul e do Norte possibilitou uma mudança biológica e ecológica considerável, com modificações na flora e fauna locais, por meio do intercâmbio entre as Américas, derivando, em alguns casos, nos traços biológicos atuais.

A bacia Amazônica, ou seja, esse “mundo das águas” resultante da grande pluviosidade sob a gigantesca depressão topográfica regional existente, reúne milhares de cursos d’água com diversos tamanhos. São rios, furos e igarapés somando ao todo uma rede de aproximadamente 20% das águas doces no planeta, com uma estimativa de 20 mil quilômetros de cursos navegáveis, somente no Brasil, e profundidades que variam entre 30 e 120 metros em várias extensões do Amazonas, o que se faz pensar sobre a espessura e o volume da sua coluna d’água, ambas suficientemente grandes para promover, em determinados momentos do ano, um conflito entre águas doces e salinas conhecido como pororoca – nome indígena onomatopaico que identifica vagas ou vagalhões de um a quatro metros ao longo da superfície das águas fluviais.⁶²

Há rios menos numerosos, denominados “brancos”, que transportam uma imensa carga de sedimentos finos, altamente solúveis, e partículas de solo, tais como argilas e siltes em solução, além de arrastar areia na base de sua coluna d’água, na medida em que descem das montanhas andinas, com baixa transparência e ligeiramente alcalinas (pH 6,5

⁶⁰ MIRANDA. Quando o amazonas corria para o pacífico..., *op. cit.*, p. 20.

⁶¹ *Ibidem*, p. 26.

⁶² Ab’SABER. Amazônia Brasileira, *op. cit.*, p. 67-69.

a 7,0), formando em suas margens uma planície de aluviões recentes, denominadas várzeas, onde há um desenvolvimento da densidade e diversidade de fauna extraordinário⁶³. São exemplos desses rios os Branco, Madeira, Juruá, Purus e Amazonas.

Os rios “negros”, ou rios de água preta, em maior número no macrodomínio amazônico, são aqueles originados nos sedimentos arenosos do terciário da Amazônia Central e “deslizam” sobre a terra firme excessivamente florestada trazendo com eles materiais orgânicos oriundos do chão das florestas, tornando-se de cor semelhante ao pó de café, ou marrom transparente, devido, sobretudo, à elevada quantidade de ácidos húmicos e fúlvicos (pH entre 3,5 e 4,0) em suspensão resultante do avançado estado do processo de decomposição da planície e inundação da vegetação.⁶⁴ Sua visibilidade pode variar entre 1,5 e 2,5 metros e, em geral, suas margens são mal definidas e em declive, cobertas, periódica ou permanentemente, pela floresta inundada, denominada igapó.⁶⁵ Apesar de seu maior número, “do ponto de vista do aproveitamento humano”, complementa Betty Meggers, “os rios de água preta e as terras por eles irrigadas têm tão baixo potencial na produção de meios de subsistência que são conhecidos na Amazônia como “rios de fome.”⁶⁶ O maior exemplo é o rio Negro e a maior parte de seus afluentes da margem direita, como o Uaupés, que banha o estado do Amazonas.

Há, ainda, um terceiro grupo de rios denominados de “águas claras”, cujos representantes mais conhecidos estão os rios Xingu, Tapajós e Tocantins. Suas margens são altas e firmes, possuindo pouca quantidade de matéria orgânica consumidora de oxigênio em suas águas, desencadeando numa baixa acidez (pH de 4,0 a 7,0) e grande quantidade de espécies de vida aquática. Esses cursos d’água ou setor de rio se originam no Planalto Brasileiro ou no Planalto Guianense e exibem águas ligeiramente esverdeadas devido à pequena quantidade de partículas em suspensão, podendo ter sua visibilidade superior a quatro metros em algumas localidades. Portanto, são rios que quase sempre vêm de longe e “abandonaram areias na faixa de transição entre cerrados e primeiras grandes matas, sob a forma de bancos, praias de estiagem ou ‘tabuleiros’ de leito, onde

⁶³ Ab’SABER. Amazônia Brasileira, *op. cit.*, p. 69-70; MEGGERS. Amazônia: a ilusão de um paraíso, *op. cit.*, p. 37.

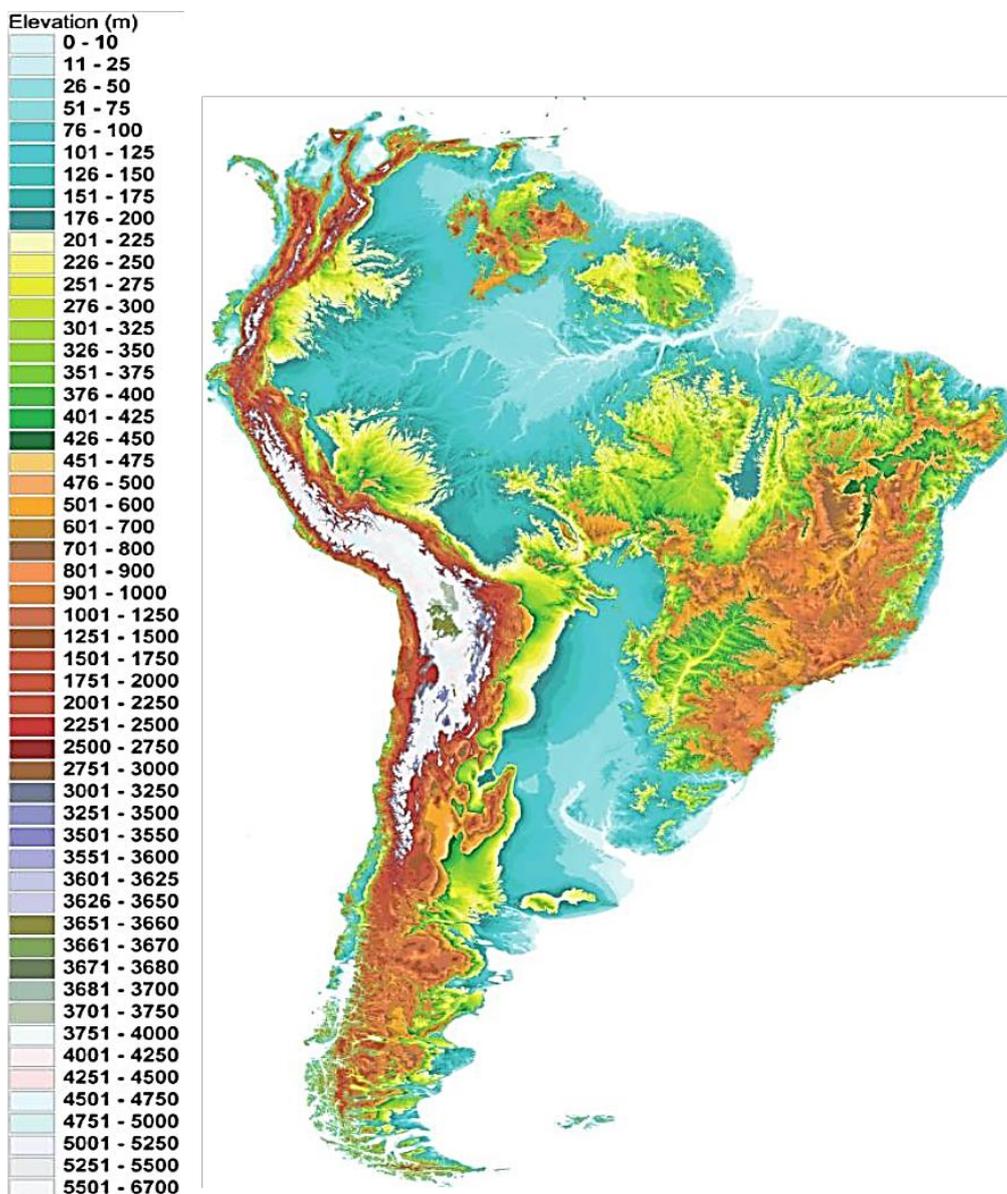
⁶⁴ *Ibidem*, p. 70; *Ibidem*, p. 36.

⁶⁵ Dão-se o nome de igapós também as florestas inundadas pelos rios de águas claras – os quais detalharei posteriormente –, enquanto que, como já citado anteriormente, as florestas inundadas pelos rios de água branca são chamadas de várzea.

⁶⁶ MEGGERS. Amazônia: a ilusão de um paraíso, *op. cit.*, p. 36.

algumas vezes ficam registradas largas marcas de ondas fluviais para a desova das tartarugas”.⁶⁷

Figura 1 – Principais bacias de drenagem da América do Sul.



Fonte: Mapa: Paulo Petry

As considerações ecológicas empíricas do conhecimento popular na Amazônia e posteriormente os estudos hidrobioquímicos fizeram várias considerações sobre a piscosidade destes rios e seus afluentes, sendo os “brancos” afirmados como mais ricos em peixes do que os “negros”. Na esteira deste pensamento, visto que cerca de 15% da

⁶⁷ Ab’SABER. Amazônia Brasileira, *op. cit.*, p. 70.

Amazônia é ocupada pelos rios ou inundada em caráter permanente ou sazonal, várias também foram as afirmativas quanto às terras ribeirinhas e a vegetação local. Deste modo, as planícies fluviais dos rios brancos, ou ainda, a floresta de várzea, são caracterizadas por uma maior riqueza em nutrientes e fertilidade, além de “lagos mais piscosos; sua drenagem, mais rica em passagens, pela existência de furos, paranás e baixos vales de igarapés.”⁶⁸ Oposto a tudo isso, os igapós, banhados pelos rios negros e claros, passam a ser caracterizados por uma maior acidez e pobreza das substâncias nutritivas, bem como o desprovimento de toda a rede hidrográfica presente na planície fluvial anterior.

Em números, cerca de 98% da Amazônia consiste em terra firme, com solo geologicamente antigo, pelo qual correm os rios de água preta estéril ou de água transparente, restando os outros 2% a serem ocupados pela várzea, anualmente renovada por sedimentos trazidos da cordilheira dos Andes. Assim, pode-se considerar a terra firme e a várzea como dois *habitats* distintos dentro do mesmo macrodomínio, onde “a importância de cada uma deles no tocante ao seu aproveitamento pelo homem, no passado e no futuro, é interessantemente proporcional às suas dimensões relativas.”⁶⁹

Na vasta rede hidrográfica amazônica temos ainda os furos e igarapés. Um furo, em suma, é o “canal fluvial sem correnteza própria que secciona uma ilha fluvial ou interliga componentes internos de uma planície de inundação”⁷⁰, além de apresentar profundidade relativamente escassa, bem como o caráter temporário das suas comunicações, porém esta última característica não é uma regra. Por vezes, estes furos podem interligar braços de rio; por outras, cortam ilhas fluviais transversal ou obliquamente, interligam a beira do rio com um lago de várzea, ou mesmo dois lagos, e, ainda, ligam um setor de um paraná com o rio principal ou com depressão lacustre da várzea. Os rios, quando em crescente, injetam águas para os lagos por meio destes canais. Já na estiagem acontece o processo inverso, a correnteza muda, e agora é a vez dos lagos liberarem águas para os rios por meio deles, novamente.

Os igarapés são cursos d’água amazônicos – de primeira ou segunda ordem – nascentes da junção de dois rios de primeira ordem, componentes primários de tributação

⁶⁸ *Ibidem*, *op. cit.*, p. 70.

⁶⁹ MEGGERS. Amazônia: a ilusão de um paraíso, *op. cit.*, p. 38.

⁷⁰ “Qualquer das origens assim propostas para os furos está em consonância com a reduzida secção transversal, a profundidade relativamente escassa e, conseqüentemente, a correnteza fraca desses canais, bem como o caráter temporário das comunicações que a maior parte deles proporciona: sinais esses porque empírica e morfológicamente os caracterizam.” Cf. ANDRADE, Gilberto Osório de. Furos, Paranás e Igarapés: análise genética de alguns elementos do sistema potamográfico amazônico. *Revista Geográfica*, t. 22, n. 48, 1958, p. 7 – grifo do autor

de rios pequenos, médios e grandes, caracterizados pela pouca correnteza e pela coloração escura de suas águas, as quais transportam poucos elementos clásticos, ou seja, aqueles gerados pelas fragmentações das rochas, e incluem materiais orgânicos em suspensão. São riachos autóctones, pois nascem e correm dentro de um espaço homogeneamente fechado de vegetação florestal e sua “boca” funciona como portal de acesso ao domínio das matas, fato importante para o processo de ocupação histórica da Amazônia pelos indígenas e, mais tarde, pelos estrangeiros. Na etimologia da língua indígena eles são classificados como “trilhas ou caminhos de canoa”, identificando a sua função de “estrada líquida” para a circulação de curta distância. “*Igara* é uma embarcação elementar, escavada no tronco de uma só árvore” e “*apé* ou *pé* é o designativo para caminho.” Essa função de “estrada líquida” para circulação à curta distância na região facilitou o contato entre homens e aldeias, além do transporte de alimentos trazidos das águas e florestas; por meio da mansidão de suas águas “subiam e desciam canoas transportando coisas essenciais à sobrevivência do pequeno estoque de humanidade vivente nas beiras e primeiras encostas de terra firme”.⁷¹

Tanto a diversidade geográfica, quanto a ecológica, influenciaram nos processos e padrões da ocupação humana na região. O território amazônico teve na sua rede hidrográfica, sobretudo na representação do rio Amazonas e seus tributários, o espaço de consolidação das políticas de ocupação, disputas fronteiriças e práticas culturais – dentre elas a pesca. No contexto dos rios, furos e igarapés, há de se imaginar que a atividade pesqueira favoreceu boa parte do abastecimento de alimentos na Amazônia, desde os momentos iniciais de sua colonização, onde o litoral forneceu farta alimentação ao colono, assim como vinha fornecendo desde antes ao indígena. O processo de ocupação se deu de maneira mais intensa ao longo da rede aquífera da região, pois eram nestes locais onde estavam as melhores condições de alimentação das populações humanas ali residentes e, por essas razões, a pesca é uma das atividades mais tradicionais da região, remontando à cultura indígena e pré-colonial. Sob forte influência de seus rios piscosos, ainda hoje, em alguns vilarejos e residências distantes dos centros de abastecimento, o

⁷¹ Ab’SABER, Amazônia Brasileira, *op. cit.*, p. 72. O autor ressalta também a importância desses igarapés durante o ciclo da borracha, pois a boca destes cursos d’água era utilizada como “sítios estratégicos” para a instalação de barracões nos seringais, retiros de vigilância contra forasteiros e também como mini portos de beira-rio, com a frequente visita dos regatões, chamado pelo geógrafo de “mascates fluviais do mundo amazônico”.

pescado representa a base alimentar, por excelência, em todas as camadas sociais e faixas etárias da população.⁷²

Como já citado na introdução deste trabalho, além da pesca convencional, outros recursos ribeirinhos participaram da comercialização, abastecimento e consumo nas diversas localidades da bacia Amazônica, este foi o caso do pirarucu, o peixe-boi e os mais diversos tipos de tartarugas existentes na região, tal como o tracajá, a perema, o muçã, a iaçá, o pitiú e a tartaruga da Amazônia.

1.1- O que é tartaruga afinal?

As tartarugas são de um táxon antigo de répteis, cuja origem data de pelo menos 220 milhões de anos, ou seja, seu surgimento remonta os finais do período triássico na Era Mesozóica⁷³. No que diz respeito à evolução, existem pelo menos quatro propostas sobre a posição das tartarugas na árvore dos tetrápodes, dentre elas a de maior aceitação é a dos testudíneos, atualmente representados pelas aves e crocodilianos, sem parentesco evolutivo com o grupo dos lagartos, serpentes e tuataras. Segundo Vivian P. Páez, no decorrer de sua história evolutiva estes animais, embora aparentemente tenham sofrido poucas modificações morfológicas quanto ao seu plano corporal, tiveram no habitat (terra, mar ou água doce) onde viviam um modelador determinante na forma, tamanho e fisiologia das espécies.⁷⁴

De acordo com o *Turtle Taxonomy Working Group* (TTWG/2011)⁷⁵ e *Turtle Conservation Coalition* (2011)⁷⁶ estão descritas, atualmente, 330 espécies de tartarugas, incluindo 125 subespécies, das quais oito espécies e duas subespécies já foram extintas e muitas outras estão em risco, todas elas reconhecidas e arrançadas num total de 455 grupos (táxons). Das 322 tartarugas viventes ainda hoje, sete são marinhas, enquanto 315 são

⁷² FONSECA, Dante Ribeiro. A Pesca na Amazônia: da pré-colônia ao mundo colonial (Séculos XVII ao XIX), *Saber científico*, Porto Velho, 2008, p. 204.

⁷³ WYNEKEN, J. *et. al.* *Biology of turtles*. CRC Press, Broca Raton, Florida, 2008;

⁷⁴ PÁEZ, Vivian P. "Generalidades y estado de conservación del orden testudines." In PÁEZ, Vivian P. *et. al.* (Org.) *Biología y conservación de las tortugas continentales de Colombia*. Bogotá: Instituto de Investigación de Recursos Biológicos Alexander von Humboldt, 2012, p. 57.

⁷⁵ Grupo de especialistas em tartarugas que traz comentários sobre a listagem e recentes mudanças na classificação dos testudíneos. Cf. SHAFFER, H. Bradley. *et. al.* Defining turtle diversity: proceedings of a workshop on genetics, ethics, and taxonomy of freshwater turtles and tortoises. *Chelonian Research Monographs*, 2007, p.173-199.

⁷⁶ RHODIN, Anders G.J *et. al.* *Turtles in trouble: the world's 25+ most endangered tortoise and freshwater turtles*, Lunenburg, Massachusetts, 2011. Trabalho publicado por outro grupo de especialistas em tartarugas – Tortoise and Freshwater Turtle Specialist Group (TFTSG) – em colaboração com Turtle conservation Fund (TCF) e Turtle Conservation Coalition (TCC).

continentais com habitat terrestre ou de água doce. Desafortunadamente, esta linhagem “antiga” e “carismática” de répteis está em sério perigo de desaparecer, pois as tartarugas são um dos grupos de vertebrados mais ameaçados no mundo todo, com mais da metade de suas espécies em vias de extinção.⁷⁷

Somente na bacia amazônica ocorrem aproximadamente 15 espécies de tartarugas. Porém, como algumas delas são recorrentes também em outras bacias, é provável que esse número possa exceder, ainda mais quando se leva em consideração toda a rede hidrográfica da América do Sul. Aliás, no continente sul-americano, o Brasil é o País com a maior riqueza de espécies do grupo⁷⁸ e apresenta um total de 36 espécies, das quais seis são endêmicas, de acordo com a lista de espécies de répteis brasileiros publicada pela Sociedade Brasileira de Herpetologia (2012).⁷⁹ (Figuras 2 e 3)

No que diz respeito à sua classificação, as tartarugas modernas são pertencentes à subclasse Anápsida, caracterizada pelo crânio sem fenestras (aberturas) na região temporal de sua cabeça. São distribuídas em duas principais linhagens: a dos Cryptodira (Grego, *crypto* = escondido, *dire* = pescoço) retraem a cabeça para dentro do casco curvando o pescoço em forma de um “S” vertical e estão espalhadas por todo o mundo, exceto na Austrália, incluindo a maior parte do Hemisfério Norte, além de formas aquáticas e terrestres na América do Sul, e terrestres, na África; já a dos Pleurodira (Grego, *Pleuro* = lado) são todas semiaquáticas, retraem a cabeça curvando o pescoço horizontalmente e são encontradas atualmente apenas no Hemisfério Sul, embora tivessem distribuição mundial durante a Era Mesozóico Superior e Era Cenozóica Inferior, quando podiam chegar a mais de 2 metros de comprimento, a exemplo da *Stupendemys*, uma tartaruga do Plioceno venezuelano⁸⁰. É neste último grupo que estão inseridos os principais representantes das tartarugas dos rios de água doce, distribuídos nos rios Amazonas e Orinoco, incluindo a tartaruga verdadeira (*Podocnemis expansa*), considerada o maior Pleurodira existente nos dias atuais, com fêmeas que podem chegar até os 90 centímetros de comprimento e alcançar 55 kg.

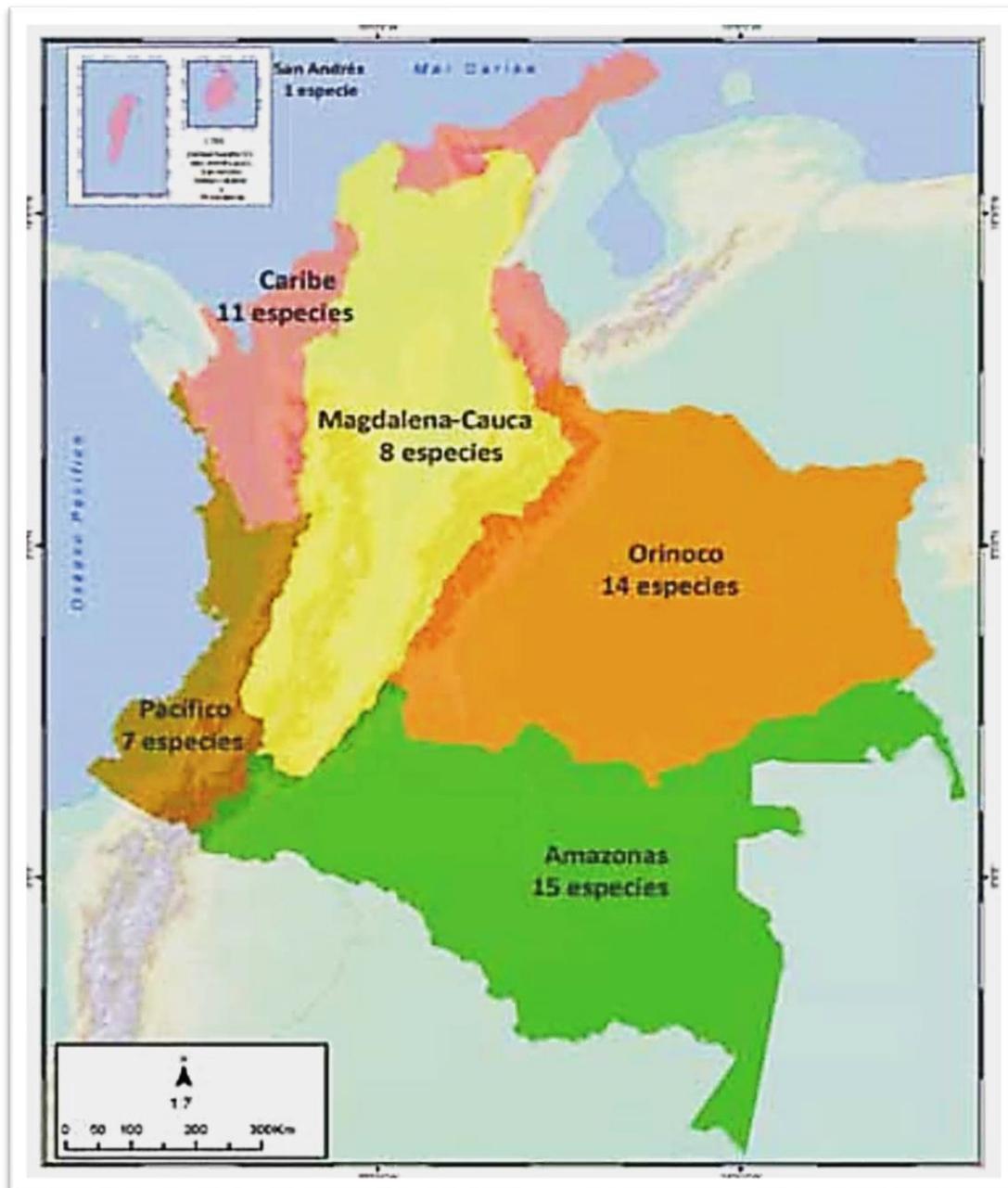
⁷⁷ PÁEZ. “Generalidades y estado de conservación del orden testudines”, *op. cit.*, p. 59.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 61.

⁷⁹ BÉRNILS, Renato Siqueira; COSTA, Henrique Costa (org.). Répteis brasileiros: Lista de espécies. Versão 2012.2. Disponível em: <http://www.sbherpetologia.org.br/>. Sociedade Brasileira de Herpetologia. Acesso em: 09 ago. 2013.

⁸⁰ POUGH, F. Harvey. *et.al. A vida dos vertebrados*. São Paulo: Atheneu Editora, 2008, p. 304-305.

Figura 2 - Número aproximado de especies de tartarugas continentais por bacias hidrográficas.



Fonte: PÁEZ, Vivian P. “Generalidades y estado de conservación del orden testudines” In PÁEZ, Vivian P. et. al. (Org.) *Biología y conservación de las tortugas continentales de Colômbia*. Bogotá: Instituto de Investigación de Recursos Biológicos Alexander von Humboldt, 2012, p. 64.

Figura 3 – Quelônios aquáticos consumidos na região amazônica (de cima para baixo, da esquerda para a direita). Tartaruga da Amazônia (*Podocnemis expansa*), Iacá (*Podocnemis sexturbeculata*), Muçuã (*Kinosternon scorpioides*), Irapuca (*Podocnemis erythrocephala*), Cabeçudo (*Peltocephalus dumerelianus*), Perema (*Rhinoclemmys punctularia*) Tracajá (*Podocnemis unifilis*) e matamatá (*Chelus fimbriata*).



Fonte: <http://www.tartarugasdaamazonia.org.br/>

Qualquer pessoa reconhece uma tartaruga! Anatomicamente estes animais se caracterizam por seu resistente casco de placas ósseas de origem epidérmica, onde a musculatura do tronco desapareceu e tornou-se desnecessária devido a proteção e rigidez de sua concha. A estrutura, que é a chave do sucesso evolutivo destes animais, também limitou a diversidade do grupo, daí a razão para tartarugas voadoras ou planadoras não terem existido nem nos registros fósseis e, concomitantemente, o hábito arborícola pouco se desenvolveu⁸¹, em outras palavras, é difícil encontrarmos tartarugas penduradas em árvores, o que de fato seria um grande perigo aos mais desavisados!

Tanto a carapaça (porção superior do casco), quanto o plastrão (porção inferior do casco) refletem a ecologia das espécies. Assim, formas terrestres, como os jabutis, apresentam casco com altas cúpulas e pés semelhantes aos de elefantes, enquanto outros, como o jabuti-panqueca da África, possuem um casco com pouca ossificação, de forma achatada e flexível, o que possibilita sua rápida fuga para fendas de rochas da região. Há,

⁸¹ POUGH. A vida dos vertebrados, *op. cit.*, p. 303.

ainda, as tartarugas aquáticas, com carapaças baixas que oferecem pouca resistência ao deslocamento na água⁸². Outra estrutura que se perdeu no decorrer da história evolutiva destes animais foram os dentes, embora a grande maioria seja onívora ou carnívora e, ainda, algumas outras são herbívoras⁸³. Além disso, sua história natural é considerada lenta com grande expectativa de vida, múltiplos eventos de reprodução, taxas de crescimento baixas, maturação sexual tardia, altas taxas de mortalidade quanto aos filhotes e jovens, enquanto que nas tartarugas adultas tais proporções são mais baixas e constantes.⁸⁴

Tartarugas aquáticas e terrestres são importantes componentes para a biodiversidade dos ecossistemas em que habitam. Frequentemente servem como espécies-chave beneficiando outros animais e plantas, a exemplo das tartarugas do deserto e golfo da América do Norte, tartaruga verdadeira na bacia Amazônica da América do Sul, tartaruga nariz-de-porco (*pig-nosed*) na Austrália e Nova Guiné, tartaruga gigante de Galápagos e Ilhas Seychelles, e das grandes tartarugas da carapaça ondulada (*Flapshell*) e mole (*Softshell*) na Ásia, todas representando importantes componentes em seus ambientes e fazendo parte de uma rede de interatividade e codependência com espécies que constituem um funcionamento saudável dos ecossistemas.⁸⁵

De fato, sem tartarugas os ambientes e o próprio bem-estar humano sofreriam, gradualmente, perda de biodiversidade e degradação incompreensíveis e difíceis de prever. Desta forma, as espécies não devem ser extintas, bem como não podem ser vistas como dispensáveis ou não importantes, embora as atividades humanas estejam colocando muitas delas em perigo e direcionando outras para a extinção.⁸⁶ Por isso, sem uma ação acertada de conservação, muitos dos quelônios espalhados pelos ecossistemas do mundo poderão ser extintos no intervalo de poucas décadas.

No caso das tartarugas que habitam os rios amazônicos, sua importância está, sobretudo, na contribuição à biomassa dos ecossistemas ribeirinhos, auxiliando por meio de sua alimentação no ciclo de nutrientes nestes locais. Por exemplo, a tartaruga da Amazônia, devido sua alimentação onívora, que inclui frutas, contribui seriamente para a dispersão de sementes e, portanto, para a diversidade de árvores na região.

⁸² *Ibidem*.

⁸³ PÁEZ. "Generalidades y estado de conservación del orden testudines", *op. cit.*, p. 57.

⁸⁴ *Ibidem*, 57-58.

⁸⁵ RHODIN. Turtles in trouble, *op. cit.*, p. 3.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 3.

Na Amazônia os quelônios aquáticos já podem ser considerados um recurso ameaçado. De acordo com Nigel Smith, pelo menos nove espécies de quelônios de água doce são comidas pelo homem na região.⁸⁷ (Figura 3) Só o gênero *Podocnemis* tem quatro espécies representantes no comércio e subsistência local, são elas: a irapuca (*Podocnemis erythrocephala*), pequeno animal com característico focinho vermelho, não ultrapassa os 3kg e está confinada a rios de água preta, tais como o Negro; o pitiú ou iacá (*Podocnemis sextuberculata*), de tamanho semelhante, está restrito aos rios de água barrenta como o Branco, Solimões e Amazonas; e o destaque para tartaruga da Amazônia (*Podocnemis expansa*), uma das maiores da água doce conhecidas, chegando a atingir 55 kg de peso e o tracajá (*Podocnemis unifilis*), que usualmente pesa menos de 8 kg, tem aproximadamente a mesma distribuição que a espécie anterior e a sua carne e ovos são igualmente apreciados⁸⁸, ambas despontando como as mais procuradas para a criação comercial.⁸⁹

⁸⁷ SMITH, Nigel J. H. Quelônios aquáticos da Amazônia: um recurso ameaçado. *Acta Amazônica*, Manaus, v. 9, n. 11, 1979, p. 87.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 87-88.

⁸⁹ MACHADO, Paulo César (org.). *Criação e manejo de quelônios no Amazonas*. Manaus: ProVárzea/FAPEAM/SDS, 2007, p. 4.

Há também outros quelônios aquáticos consumidos na região, tais como o cabeçudo (*Peltocephalus dumeriliana*), com possibilidade de atingir até 15 kg, distribuição em rios e igarapés de água preta e clara, além de representar, provavelmente, o quelônio mais importante em termos de subsistência ao longo do rio Negro; o mata-matá (*Chelus fimbriatus*) e lalá ou cágado (*Platemys platycephala*), os dois ocasionalmente capturados, porém menos importantes na dieta local que a tartaruga da Amazônia e o tracajá; e mais o muçua (*Kinosternon scorpioides*) e a perema (*Geomyda p. punctularia*), ambos com peso de aproximadamente 1kg e ingredientes comuns nos pratos locais, sobretudo na região da ilha de Marajó e na cidade de Belém, segundo relato de Nigel Smith, o qual afirmou que em novembro de 1978 se podia comprar pelo equivalente à US\$ 25 (25 dólares) e US\$ 40 (40 dólares) a dúzia do muçua e da perema, respectivamente.⁹⁰

1.2- Caracterização, uso e comercialização da tartaruga da Amazônia (*Podocnemis expansa* Schweigger, 1812)

Ditas as características gerais das tartarugas e a identificação dos quelônios aquáticos consumidos na bacia amazônica, passo a identificar, de maneira especial, a espécie objeto desta tese: a tartaruga da Amazônia, *Podocnemis expansa*, detentora dos mais diversos nomes, a saber: *arrau* (Venezuela), *charapa* (Equador, Colômbia e Peru), *chapanera* e *samurita* (planícies orientais da Colômbia), tartaruga (Bolívia e Brasil), *jurará-açú* e *aiuçá* (indivíduos novos) na linguagem indígena e *South American river turtle*, nos países de língua inglesa.⁹¹

Ora, tomando como ponto de partida a diversidade nominal da espécie, podemos afirmar que o animal tem uma ampla distribuição no bioma amazônico do Brasil, Bolívia, Colômbia, leste do Equador, Guiana, nordeste do Peru e Venezuela, e vive nas águas pretas, claras e barrentas nas bacias hidrográficas do Amazonas, Orinoco, Magdalena e Essequibo, desde o leste dos Andes até a região central nos estados do Tocantins, Goiás e Mato Grosso, no Brasil. Estritamente aquática, a tartaruga da Amazônia é considerada

⁹⁰ SMITH. Quelônios aquáticos da Amazônia, *op. cit.*, 87-89. O autor complementa com a afirmativa de que a dúzia da perema podia ser vendida em Belém escondidas em sacos de maneira clandestina.

⁹¹ TCA (Tratado De Cooperacion Amazonica). *Biología y manejo de la tortuga (Podocnemis expansa)*, 1997, p. 5; DUARTE, João Alfredo da Mota *et. al.* “Revisão sobre as características das principais espécies de quelônios aquáticos amazônicos.” In MACHADO, Paulo César (org.). *Criação e manejo de quelônios no Amazonas*, 2007, p. 25.

uma das maiores entre os quelônios vivos em rios de água doce. Seu tamanho pode variar entre 75 e 107 centímetros de comprimento, 50 a 75 centímetros de largura e cerca de 60 quilos de peso vivo. As fêmeas adultas alcançam um tamanho consideravelmente maior que os machos, chamados de *capitari* ou *capitaré* pelo povo local, e saem da água apenas para desovar.⁹²

São animais onívoros, podendo comer alimentos de origem animal como peixes e moluscos e, principalmente, frutos e sementes como tucumã, manga, açaí, cajá, abiú, uxi e folhas de plantas silvestres de várzea, além de ervas como o mururé, totalizando 32 espécies vegetais aproximadamente.⁹³ Daí sua importância para o ecossistema das bacias do Amazonas e Orinoco, devido à ciclagem de nutrientes, controle predatório de populações animais e dispersão de plantas. Estes são comportamentos que merecem atenção em projetos de manejo, conservação e criação da espécie.

A tartaruga da Amazônia se reproduz tipicamente em colônias com dezenas ou até mesmo milhares de indivíduos. Sua desova ocorre em locais denominados tabuleiros, caracterizados geralmente por uma pequena porção de areia em uma ilha. Exemplos destas áreas de desova estão nas margens do rio Trombetas, afluente da margem esquerda do rio Amazonas, nos tabuleiros denominados Leonardo, Farias e Jacaré, bem como no rio Tapajós no tabuleiro de Monte Cristo.⁹⁴

O início da migração da tartaruga da Amazônia em busca de áreas de desova pode ser influenciado pelas “condições pluviométricas da região, que determinam maior ou menor vazante, conseqüentemente abaixamento do nível das águas dos rios e o afloramento dos bancos de areia ou praias.”⁹⁵ Por essa razão, o período de desova pode ser dos mais variados. Nas margens do curso alto do rio Amazonas e seus afluentes (Marañón, Ucayali, Juruá, Purus, Madeira) a desova sucede em agosto e setembro ou até meados de outubro. Nos rios mais abaixo, esta ocorre um pouco mais tarde, entre setembro e novembro (o médio e baixo Amazonas, Trombetas e Tapajós); em locais como o rio Tigre, Putumayo, Caquetá, Negro e Branco, a desova ocorre em dezembro e janeiro; há, ainda, locais fora da bacia amazônica, no rio Essequibo (Guiana) e no Orinoco

⁹² SMITH. Quelônios aquáticos da Amazônia, *op. cit.*, p.87; TCA (Tratado De Cooperacion Amazonica), *op.cit.*, p.1; DUARTE. Revisão sobre as características das principais..., *op. cit.*, p. 25-26.

⁹³ TCA. Biología y manejo de la tortuga, *op. cit.*, p. 6-7. O texto possui uma detalhada lista das plantas alimentícias de populações silvestres de *Podocnemis expansa*; ALMEIDA, Samuel S. *et. al.* Vegetais utilizados como alimentos por *Podocnemis* (Chelonia) na região do Baixo Rio Xingu (Brasil-Pará). *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi – Botânica*, 1986, p. 199-211.

⁹⁴ VALLE, Rubem C. *et. al.* Contribuição ao estudo da tartaruga amazônica. *In* PRESERVAÇÃO da tartaruga amazônica, 1973, p. 67.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 69.

(Venezuela), onde a postura dos ovos se sucede em janeiro e fevereiro, e fevereiro e março, respectivamente.⁹⁶

Os indivíduos da espécie, antes de subir as áreas de desova, aglomeram-se na parte mais funda do rio, imediatamente adiante da praia, em trechos de água parada denominada de “poção, boiador ou boidaouro”, lá permanecendo entre dias ou semanas conforme o volume de água no tabuleiro e inundação das praias. Em 1967, o especialista Paulo Emilio Vanzolini, citado por João Alfredo da Mota Duarte e colaboradores, identificou em *P. expansa* os mesmos comportamentos das tartarugas marinhas na fase de desova: (1) assoalhamento – etapa caracterizada pela agregação dos animais em águas rasas, com subidas ocasionais na margem do tabuleiro para exporem-se aos raios solares; (2) subida à praia para a escolha do local da cova; (3) “Deambulação ou caminhada de vistoria”, por meio da qual há a subida dos animais à praia e exploração do tabuleiro à procura de um local de postura; (4) “escavação da cova” a partir da limpeza da areia solta e confecção do buraco de postura dos ovos com profundidade de 50-100 cm; (5) “postura”, com oscilação numérica entre 26 e 184 ovos e incubação de 40 a 70 dias, segundo a localidade e o ano; (6) reenchimento da cova e, por fim, (7) retorno à água.⁹⁷

Após a eclosão dos ovos, milhares de tartaruguinhas saem pelas areias das praias em direção a água e procuram por refúgio no fundo dos rios, embaixo de rochas, paus e pedras. Esse é um dos momentos de maior predação da espécie, pois os jovens indivíduos são avidamente consumidos, desde os ovos até a eclosão, por piranhas, sapos, lagartos, jacarés, urubus, carcarás, jaburus, onças e mamíferos de pequeno porte como o quati e o cachorro do mato.⁹⁸ Em geral, os quelônios adultos possuem menos inimigos que os filhotes, talvez por seu resistente casco.

O principal predador de jovens e adultos da tartaruga da Amazônia é o homem. A forte pressão da caça se estende por todo o ano, em diversas praias de desova desde há muito tempo. Atualmente, porém, a situação parece mais alarmante. A captura clandestina de inúmeros exemplares da espécie para alimentação ou uso como animais domésticos, a constante invasão das praias de desova, a coleta indevida dos ovos e filhotes

⁹⁶ TCA. Biología y manejo de la tortuga, *op. cit.*, p. 9.

⁹⁷ VANZOLINI *apud* DUARTE. Revisão sobre as características das principais..., *op. cit.*, p. 42-43; FERRARA, Camila Rudge. História natural e biologia dos quelônios amazônicos. In BALESTRA, Rafael Antônio Machado (Org.). Manejo conservacionista e monitoramento populacional de quelônios amazônicos. Brasília: IBAMA, 2016, p. 19.

⁹⁸ SALERA JUNIOR, Giovanni; MALVASIO, Adriana; PORTELINHA, Thiago Costa Gonçalves. Avaliação da predação de *Podocnemis expansa* e *Podocnemis unifilis* (Testudines, Podocnemididae) no rio Javaés, Tocantins. *Acta Amazônica*, Manaus, 2009, p. 207-213; TCA. Biología y manejo de la tortuga, *op. cit.*, p. 15.

para consumo caseiro e/ou fins comerciais, dentre eles a produção de cosméticos, despontam entre as principais causas de redução das populações de tartarugas em várias partes da América do Sul.

Os grupos mais ativos no comércio de fauna silvestre e seus produtos são as comunidades nativas que comercializam os excedentes de caça e as trocam por produtos alimentícios básicos; caçadores (mitayeros) que andam em busca de espécies da fauna silvestre para comercializar animais vivos, carne, bem como couros e peles; comerciantes ou regatões, os quais viajam pelos rios comprando animais vivos e derivados da fauna silvestre para comercializar nos centros urbanos; e também os comerciantes intermediários, situados nos principais portos das cidades e responsáveis pela revenda dos animais para os negociantes dos mercados que, por sua vez, repassam o produto ao público.⁹⁹

Os maiores consumidores das tartarugas constituem a população indígena e as comunidades rurais. Em geral, os preços variam de acordo com o país, local e tamanho do quelônio e, em algumas cidades, estes animais já são estimados como um prato de luxo. Nigel Smith relatou a ameaça sofrida pelas tartarugas nas intermediações de Itacoatiara, município do estado do Amazonas, durante a década de 1970.¹⁰⁰ Os poucos exemplares que apareciam no mercado clandestino da cidade vinham principalmente do rio de água preta Uatumã, cerca de 80 km do nordeste da cidade, reafirmou o autor. Um adulto de *P. expansa*, por exemplo, valia US\$ 60 em Itacoatiara e US\$ 100 em Manaus, indicando que a tartaruga havia se tornado um prato exclusivo das “classes superiores.”¹⁰¹ Por volta dos séculos XVIII e XIX, a manteiga de tartarugas tinha fabricação intensa na região – para fins alimentícios e iluminação – e a carne também já era consumida em grande quantidade. Com base nas informações históricas deste consumo, Smith elaborou uma tabela (figura 4) da produção do óleo de tartaruga na Amazônia, a partir de várias fontes, desde 1700 até 1903, com indicação da sua localidade, a quantidade de óleo comercializado anualmente e o números de ovos destruídos em milhões neste período.¹⁰²

⁹⁹ TCA, *Biología y manejo de la tortuga*, *op. cit.*, p. 33.

¹⁰⁰ SMITH, *Quelônios acuáticos da Amazônia*, *op. cit.*, p. 94.

¹⁰¹ *Ibidem.*

¹⁰² SMITH. *Quelônios acuáticos da Amazônia*, *op. cit.*, p. 90-91.

Figura 4 – Produção de óleo de tartaruga na Amazônia (*Podocnemis expansa*)

Ano	Localidade	Óleo comercializado anualmente	Millhões de ovos destruídos	Fonte
1700*	Itapuca, Corastewa	2.000 potes	12,0	Saint Cricq, 1875 : 429
1717	Solimões	87.168 kg	24,0	LeCointe, 1922 : 341
1719	Solimões	192.000 libras	24,0	Coutinho, 1868
1771	Portel, Pará	391 potes	2,3	BAPP, 120 : 13
1777	Faro, Pará	220 potes	1,3	BAPP, 171 : 23
1777	Outeiro, Pará	420 potes	2,5	BAPP, 173 : 16
1779	Alenquer, Pará	429 potes	2,6	BAPP, 794 : 3
1780	Faro, Pará	254 potes	1,5	BAPP, 200 : 32
1793	Santarém, Pará	371 potes	2,2	BAPP, 274 : 25. 50
1796	Portel, Pará	230 pote	1,4	BAPP, 294 : 64
1830*	Rio Acayali, Peru	1.000 galões	2,0	Smyth e Lowe, 1836 : 246
1839*	Manaus, Amazonas	6.000 potes	36,0	Herndon e Gibbon, 1854 : 265.
1850	Manaus, Amazonas	1.212 potes	7,3	Herndon e Gibbon, 1854 : 266
1860*	Amazonas, Solimões e Madeira	8.000 potes	48,0	Bates, 1892 : 314
1870*	Rio Madeira	2.000 potes	4,0	Keller, 1874 : 44
1882	Solimões	3.014 kg	0,8	Santa-Anna Nery, 1885 : 168
1885	Belém, Pará	6.855 kg	1,9	Veríssimo, 1970 : 117
1886	Belém, Pará	7.934 kg	2,2	Veríssimo, 1970 : 117
1887	Belém, Pará	5.070 kg	1,4	Veríssimo, 1970 : 117
1888	Belém, Pará	19.174 kg	5,5	Veríssimo, 1970 : 117
1889	Belém, Pará	20.260 kg	5,5	Veríssimo, 1970 : 117
1890	Belém, Pará	12.975 kg	3,6	Veríssimo, 1970 : 117
1891	Belém, Pará	10.256 kg	2,8	Veríssimo, 1970 : 117
1892	Belém, Pará	10.730 kg	2,9	Veríssimo, 1970 : 117
1893	Belém, Pará	17.922 kg	4,9	Veríssimo, 1970 : 117
1894	Amazônia brasileira	14.450 kg	4,0	Santa-Anna Nery, 1901 : 166
1896	Amazônia brasileira	7.781 kg	2,1	Santa-Anna Nery, 1901 : 166
1897	Manaus, Amazonas	6.699 kg	1,8	Georgette, 1902 : 85
1898	Manaus, Amazonas	5.957 kg	1,6	Georgette, 1902 : 85
1899	Manaus, Amazonas	3.132 kg	0,9	Georgette, 1902 : 85
1901	Amazonas, Brasil	3.697 kg	1,0	Gonçalves, 1904 : 107
1902	Amazonas, Brasil	429 kg	0,1	Gonçalves, 1904 : 107
1903	Amazonas, Brasil	1.160 kg	0,3	Gonçalves, 1904 : 107

Fonte: SMITH, Nigel J. H. Quelônios aquáticos da Amazônia: um recurso ameaçado. *Acta Amazônica*, Manaus, v. 9, n. 11, 1979, p. 91.¹⁰³

De acordo com estudos mais recentes, nas cidades de Belém e na comunidade de pescadores da praia do pesqueiro, na ilha de Marajó, tanto os ovos, quanto a gordura do animal eram usados no tratamento medicinal – reumatismo, hemorragia, artrite, acne, inflamação, dor de cabeça, tumores, manchas e cicatrizes – bem como produto cosmético.¹⁰⁴ Em 1997, segundo informações do Tratado de Cooperação Amazônia (TCA), o preço por tartaruga viva foi de US\$ 97,00 a 122,00 no Brasil, US\$ 5,00 a 61,00 na Colômbia, US\$ 8,00 a 20,00 no Peru e US\$ 18,00 a 47,00 na Venezuela.¹⁰⁵

¹⁰³ SMITH. Quelônios aquáticos da Amazônia, *op. cit.*, p. 91. De acordo com Smith, baseado nos estudos de Bates e Paul Le Cointe, as taxas de conversão eram as seguintes: 1 pote equivalia a 3 galões, sendo que para cada pote se usava aproximadamente 6.000 ovos, ou seja, 275 ovos ao peso de 1kg do produto.

¹⁰⁴ ALVES, Rômulo RN & SANTANA, Gindomar G. Use and commercialization of *Podocnemis expansa* (Schweiger 1812) (Testudinidae: Podocnemididae) for medicinal purposes in two communities in North of Brazil. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, 2008, p. 1-6.

¹⁰⁵ TCA. Biología y manejo de la tortuga, *op. cit.*, p. 35.

Na Colômbia o preço por um quilo foi de US\$ 4,80 e no mercado de Iquitos, no Peru, o preço por unidade dos ovos de *Podocnemis expansa* chegou a US\$ 0,22.¹⁰⁶ Na relação de trabalho, constatou-se que o preço pago nos centros urbanos amazônicos (Iquitos e Manaus) é cerca de o dobro do preço pago ao povo ribeirinho, e mais que o triplo do que recebe o trabalhador rural que o capturou.

Podemos afirmar que a preocupação com a proteção dos quelônios amazônicos foi intensificada a partir do período republicano no Brasil, mais precisamente na década de trinta com a criação da Divisão de Caça e Pesca (1932), pertencente ao Ministério de Agricultura, e, posteriormente, com a instalação do Serviço de Caça e Pesca, gerenciado na época pelo Ministério da Marinha do Brasil. Em 1934, houve a criação do já citado Código de caça e pesca para a produção de recursos faunísticos e pesqueiros, o qual já restringia o uso de quelônios, proibindo práticas como a “batição”. Após esse período, em 1964, o governo federal promoveu as primeiras ações de proteção aos quelônios, destinadas aos rios Trombetas (Pará), Purus (Amazonas) e Branco (Roraima). Nos dois últimos, o patrulhamento no período de desova foi estimulado e recebeu apoio de pesquisadores e outras instituições; no primeiro, estas ações foram iniciadas pela Agência do Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DRNR), do Ministério da Agricultura.¹⁰⁷

Em 3 de janeiro de 1967, o presidente Castelo Branco promulgou a lei nº 5.197 que dispunha sobre a proteção da fauna e dava outras providências, proibindo oficialmente a comercialização e uso de animais silvestres. De acordo com o artigo 3º do documento, era “proibido o comércio de espécimes da fauna silvestre e de produtos e objetos que impliquem [implicassem] na sua caça, perseguição, destruição ou apanha.” A partir de então, o uso de quelônios passou a ser clandestino, com venda ilegal para obtenção de renda de comunidades ribeirinhas. Todavia, já nessa legislação estava prevista, no artigo 6º, “a construção de criadouros destinados à criação de animais silvestres para fins econômicos e industriais”, os quais deveriam ser estimulados pelo poder público.¹⁰⁸ Isso viria a se consolidar a partir de consecutivas portarias e decretos

¹⁰⁶ TCA. Biología y manejo de la tortuga *apud* Johns, 1978; SMITH. Quelônios aquáticos da Amazônia, *op. cit.*, p. 93.

¹⁰⁷ SALERA-JUNIOR, Giovanni; BALESTRA, Rafael Antônio; LUZ, Vera Lúcia. Breve histórico da conservação dos quelônios amazônicos no Brasil. In BALESTRA, Rafael Antônio Machado (Org.). *Manejo conservacionista e monitoramento populacional de quelônios amazônicos*. Brasília: IBAMA, 2016, p. 11-14.

¹⁰⁸ MACHADO. Criação e manejo de quelônios no Amazonas, *op. cit.*, p. 2-3; BRASIL. Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5197-3-janeiro-1967-364679-norma-pl.html>.

(1.136/69, 2722/72 - DN, 3255-P/73, 130/78-P, 750/80-P, 132/88) do antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IDBF) e, posteriormente, as portarias e instruções normativas (126/90, 2314/1990, 142/1992, 139-N/1993, 16/1994, 108/1994, 117/1997, 118-N/1997, 04/2002, 169/2008) do atual Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com objetivo de normatizar a criação, reprodução e exploração econômica da tartaruga da Amazônia.

Mais recentemente, pela Lei de Crimes Ambientais (lei nº 9605/98), regulamentada pelo decreto federal nº 3.179 de 21 de setembro de 1999, a morte de animais silvestres para saciar a fome deixa de ser crime. Todavia, o comércio de animais silvestres continua inteiramente proibido, ou seja, no caso das tartarugas, a captura e o comércio destes animais permanecem clandestinos, ainda que sejam para a subsistência familiar e, por vezes, de comunidades tradicionais da Amazônia em geral, devido a suas multas de alto valor.¹⁰⁹

Hoje, somente no Amazonas, os principais fornecedores são os tabuleiros de Walter Buri, no rio Juruá, monitorado pelo Posto de Eirunepé, e Sororoca e Toró, no rio Branco/RR. O Estado tem aproximadamente 196 projetos de criação comercial de animais silvestres em análise junto ao Ibama- AM, sendo que já se encontram registrados 78 criadouros em Manaus, o que representa 21,66% do total; Manacapuru, 21,66%; Itacoatiara, 21,7%; Iranduba, 4,7%; Rio Preto da Eva, 21,66%; Lábrea, 4,7%; São Gabriel da Cachoeira, 2%; e Urucará, 2%, dos quais 88,46% são criatórios de tartaruga da Amazônia.¹¹⁰

A biologia, ecologia reprodutiva, comportamento, dinâmica populacional, conservação e manejo, além dos estudos sobre o uso da tartaruga da Amazônia têm sido objeto de vários estudos de campo no decorrer das últimas décadas. Conforme o TCA, esse desenvolvimento da pesquisa se dá, especialmente, em quatro localidades: o Refúgio de Fauna Silvestre da Tartaruga “Arrau”, no médio Orinoco, Venezuela; a Reserva Biológica de Trombetas, no rio Trombetas, Brasil; o Parque Nacional Cahuinari, no

¹⁰⁹ RIBEIRO, Ana Beatriz Nunes. *Captura e implicações da pressão antrópica para o Tracajá (Podocnemis unifilis TROSCHEL, 1848) na Região dos Lagos do município de Pracuúba, Amazônia, Brasil*. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade Tropical). Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2012, p. 15.

¹¹⁰ MACHADO. Criação e manejo de quelônios no Amazonas, *op. cit.*, p. 42. Segundo Machado, naquele ano de 1967 a Secretaria da Fazenda cobrava impostos sobre os produtos silvestres, onde pelo transporte em embarcação fluvial de 20 tartarugas adultas era cobrado Imposto de Circulação de Mercadoria (ICM) de Cr\$ 80,00 (oitenta cruzeiros), causando problemas entre a coletoria do estado e a delegacia local em locais como Parintins, por onde passavam embarcações advindas do Pará, trazendo tartarugas do Trombetas, Tapajós e Xingu.

médio Caquetá, Colômbia; e a Reserva Nacional Pacaya-Samiria, entre o baixo Marañón o baixo Ucayali, no Peru.¹¹¹

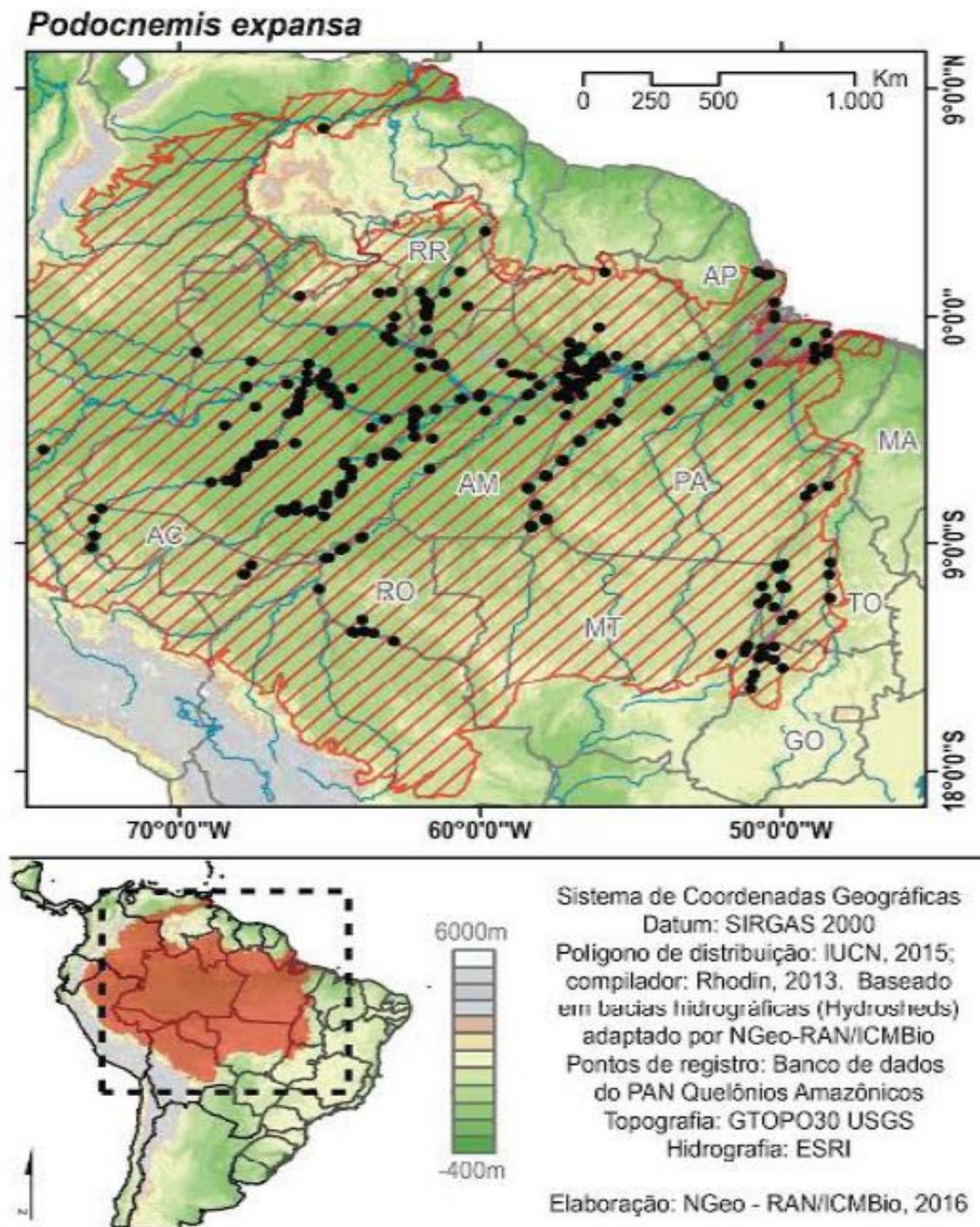
De acordo com o acervo de relatórios técnicos do Programa Quelônios da Amazônia (PQA), há fortes indícios de declínio populacional das espécies de quelônios da Amazônia em determinadas regiões. Acredita-se que a histórica coleta de ovos, caça extrativista e, mais recentemente, a sobrexploração desses recursos para o consumo não tradicional e o comércio ilegal, bem como o aumento da exploração da madeira, da introdução do gado e de pastagens na planície amazônica, além da destruição de praias e alagamento de sítios de nidificação pela construção de Usinas Hidrelétricas tenha influenciado consideravelmente este declínio.¹¹²

A destruição do habitat se destaca como a principal ameaça à riqueza das tartarugas. Elas também são perseguidas por sua carne e seus ovos, situação que exige policiamento e patrulhamento, conscientização ambiental, melhorias na educação formal nas comunidades rurais e atividades que possam gerar rendimento alternativo aos grupos de consumidores diretos e historicamente constituídos destes animais. Enfim, visto a diminuição histórica do número de indivíduos da espécie *P. expansa*, devem ser construídas, cada vez mais, efetivas ações estratégicas de conservação de um grupo comercialmente e culturalmente importante, pois sua distribuição e abrangência na Amazônia brasileira (figura 5), bem como fora dela, é recorrente, porém criticamente ameaçada.

¹¹¹ *Ibidem*

¹¹² SALERA-JUNIOR; BALESTRA; LUZ. Breve histórico da conservação dos quelônios amazônicos no Brasil, *op. cit.*, p. 14.

Figura 5 – Mapa de distribuição da tartaruga-da-Amazônia



Fonte: FERRARA, Camila R. *et al.* História Natural e Biologia dos quelônios amazônicos. In: BALESTRA, Rafael A. (org). Manejo conservacionista e monitoramento populacional dos quelônios amazônicos. Brasília: Ibama, 2016, p. 19.

Figura 6 – *Podocnemis expansa* chamada de tartaruga da Amazônia



Fonte: Alves Rômulo R. N.; SANTANA, Gindomar G. Use and Commercialization of *Podocnemis expansa* 2008 (Schweiger 1812) (Testudinae: Podocnemididae) for medicinal purposes in two communities in North of Brazil. *Journal of Ethnobiology and Etnomedicine*, vol. 4, n. 3, p. 3.

CAPÍTULO 2 - Consumo, mão de obra e cultura renascentista nos primeiros registros sobre a exploração da tartaruga da Amazônia

Os registros sobre o consumo de animais na Amazônia datam desde o século XVI. Destaca-se, neste período, a exploração de espécies vivente nos rios amazônicos como o peixe-boi, o pirarucu e a tartaruga, objeto deste estudo. Porém, como veremos, sua exploração não se rendeu apenas ao período quinhentista, estendendo-se para os demais séculos. Também conhecida como jurará-açu, significado indígena para tartaruga da Amazônia, a espécie foi amplamente utilizada pelos mais variados grupos sociais residentes e migrados na região, das mais diferentes formas e localidades do vale amazônico, inclusive pelos primeiros exploradores.

Talvez uma das primeiras menções sobre a utilização da tartaruga na alimentação da região tenha se dado já na expedição comandada por Francisco de Orellana, entre 1541/42, e escrita pelo padre franciscano, e cronista da viagem, Gaspar de Carvajal, frade da ordem de São Domingo de Gusmão. Padecendo de muitas necessidades e notabilíssimos perigos, os tripulantes da expedição de Orellana chegavam às povoações que por vezes fugiam e, por outras, os recebiam bem, os dando, num desses casos, muita “comida de tartarugas e papagaios em abundância”, apreciados pelo Capitão Orellana.¹¹³ Numa das passagens mais conhecidas da expedição, Carvajal falou da falta de mantimentos que levavam os tripulantes ao extremo de comer “couros, cintas e solas de sapatos cozidos com algumas ervas” e, ainda, se embrenharem pelas matas em busca de “raízes comestíveis”, comendo algumas desconhecidas pelo caminho e ficando, por isso, “às portas da morte, pois estavam como loucos e não tinham miolos[...]”.¹¹⁴

Mais tarde, seguindo o relato de Carvajal, numa bifurcação de rio, “subiram uns índios, a ver-nos, em quatro ou cinco canoas, carregadas de muita comida”. Esses índios se diziam os principais vassalos do cacique Apária e iam ao seu mando, segundo Carvajal, levá-los de comer; e começaram a tirar de suas canoas “muitas perdizes” como as da Espanha, porém maiores, e muitas tartarugas, do “tamanho de adargas”, além de outros pescados.¹¹⁵ Seguiram estes mesmos índios pelo rio até chegar às povoações de Apária, entre os rios Javará e Içá, afluentes do Solimões, hoje São Paulo de Olivença, com quem conversou o capitão, e “mandou tirar das canoas grande quantidade de comida, tanto de

¹¹³ CARVAJAL, GASPAR de. "Descobrimento do Rio de Orellana." In LEITÃO, Cândido de Melo. *Descobrimientos do Rio Amazonas*. Tradução: C. de Melo-Leitão. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, p. 27-28.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 19.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 28.

tartarugas como de manatis (peixe-boi) e outros peixes, e perdizes, gatos e monos assados.”¹¹⁶

Em 12 de maio, após semanas de navegação, chegaram às “províncias” governadas por Machiparo, onde se travou um ardoroso conflito com os indígenas daquela localidade. Em meio a bergantins, arcabuzes e balhastas disparadas contra os que vinham combatê-los, o alferes da missão, numa aldeia ali próximo, avisou ao capitão sobre a grande quantidade “tanto de tartarugas nos currais e tanques, como muita carne, peixe e biscoitos, tudo em tal abundância que daria para sustentar um batalhão de mil homens durante um ano.”¹¹⁷ Após a constatação, por ordem do capitão, Cristobal Maldonado “tratou de recolher a comida e tendo já apanhado mais de mil tartarugas”, tiveram de enfrentar mais uma vez os índios “determinados a matá-los e atacar o posto” onde estavam com o capitão.¹¹⁸

Depois de terem passado pelo “rio grande”, supostamente o rio Madeira, dado o tempo de viagem, os expedicionários continuaram saqueando outras aldeias e obtendo os alimentos que ali estavam, não com pouca resistência dos indígenas locais. Assim, atacaram mais uma aldeia, mataram seu chefe, e ateando fogo em suas casas “onde estavam os índios, que assim saíram delas, fugindo, dando lugar a que se recolhesse a comida que nessa aldeia[...], não faltou, pois havia muitas tartarugas, muitos perus e papagaios, e uma grande fartura, pois de pão e milho nem se fala.”¹¹⁹

Ainda nesse primeiro momento de viagens e descrições da natureza amazônica, estimulada pela expedição de Orellana, outra expedição, a de Pedro de Urzúa, que mais tarde, após sua morte de maneira drástica se tornaria de Lope de Aguirre¹²⁰, empreendeu a jornada em busca do Eldorado entre 1560 e 1561, navegando por vários rios, dentre eles

¹¹⁶ CARVAJAL. Descobrimento do Rio de Orellana, *op. cit.*, p. 29-30. A nota de rodapé feita por Cândido de Melo Leitão ainda diz: “Essas tartarugas, grandes como escudos (adargas), de que nos fala Carvajal, são principalmente as fêmeas da espécie *Podocnemys expansa*, a grande tartaruga amazônica. O que os espanhóis chamam manatis são o que os portugueses chamaram peixe-boi, abundante no tempo do descobrimento tanto no Amazonas como na foz e porção inferior de quase todos os rios, desde o Rio de Janeiro até às Antilhas. A espécie marinha é hoje raríssima; a amazônica é o *Trichecus inunguis*, muito bem descrito por Acuña, como se verá adiante.”

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 39.

¹¹⁸ *Ibidem*.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 56.

¹²⁰ Lope de Aguirre foi recrutado à expedição de Pedro de Urzúa (1559), ordenada pelo Marquês de Cañete, saindo do Peru em direção ao Eldorado, pelo rio Amazonas. Durante a viagem, percebendo as inúmeras debilidades da expedição como a fome, a ausência dos “tesouros” prometidos, e se posicionando contra o rei da Espanha, Filipe II, pelas injustiças vividas na América espanhola e abuso de poder, Lope de Aguirre participou e liderou um motim contra Urzúa, matando-o e assumindo a tripulação. Considerado como traidor, Aguirre deu à viagem, para além da busca pelo Eldorado, um caráter separatista e libertador da Coroa espanhola, favorecido pelo isolamento geográfico, num ambiente repleto de riquezas naturais. Cf. PIZARRO. As vozes do rio, *op. cit.*, p. 46-57.

o Javari até o Solimões. No início da viagem, Francisco Vásquez, principal cronista da viagem de Urzúa, relatou o consumo das tartarugas no caudaloso rio Cocama, que tinha “muito pescado de diferente classe e muita tartaruga”, bem como havia muita quantidade de ovos na praia, onde também se tomava grande quantidade de “pássaros do tamanho de pombos que são muito gordos e saborosos.”¹²¹

Muitas vezes os gêneros eram abandonados pelos indígenas quando enxergavam as expedições a exemplo de quando, há alguns dias de saída do rio Cocama, eles deram de repente com alguns índios que, de acordo com Vásquez, “estavam pescando em uma praia despovoada com suas canoas e tinham tomado mais de cem tartarugas grandes e chegados muitos ovos delas, e desde que nos viram se retiraram pelo rio com suas canoas e deixaram a presa [...], onde parou a armada e se repartiram as tartarugas e ovos entre todos.”¹²² Em outros locais, como na província de Casari – entre a foz do rio Napo, no Equador, e o rio Javari, no Solimões – os produtos de consumo serviam como base de troca entre caciques de paz e as armadas, que lhes davam utensílios de ferro como facas e contas de joias no lugar de pescados e tartarugas. Desse lugar saiu também muitas canoas com comida, tartarugas e peixes, além de outras coisas de serventia aos expedicionários.¹²³

O relato mais completo de Vásquez a respeito das tartarugas se dá em Machifaro, povoação situada nas proximidades de Tonantins, mais precisamente entre a boca do rio Tefé até próximo de Coari, e descrita por Altamirando e Monguia, outros integrantes da expedição de Urzúa.¹²⁴ Na ocasião o cronista relatou haver neste povoado, segundo se disse, “[...] mas de seis mil tortugas grandes que los indios tenían para su comer encerradas e unas lagunetas hechas a mano, llenas de água y cercadas e la redonda com um cerco de varas gruesas, porque no se pudiesen salir, a la puerta de cada bohío había dos o tres lagunetas llenas de las dichas tortugas.”¹²⁵

Três dos caminhos apontados pelos textos até aqui sobre a tartaruga da Amazônia em seu território são pontuais para as discussões posteriores sobre o seu extrativismo no

¹²¹VÁZQUEZ, Francisco. Relación... In PAPAVERO, Nelson *et.al.* *O novo Éden: a fauna da Amazônia Brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Idelfonso (1777)*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2000, p. 39. A crônica de Vásquez, de acordo com Kerleson Costa, apresenta dados geográficos "secundários e obscuros", não se tendo certeza de se eles realmente viajaram pela foz do Maraion como haviam afirmado ou, ao contrário, tenham chegado ao mar pelo Orinoco. Cf. COSTA. Homens e natureza na Amazônia brasileira, *op. cit.*, p.72.

¹²² *Ibidem.*

¹²³ *Ibidem*, p. 40.

¹²⁴ COSTA. Homens e natureza na Amazônia brasileira, *op. cit.*, p. 93.

¹²⁵ VÁZQUEZ. Relación..., *op. cit.*, p. 42.

decorrer dos séculos XVI e XVII, a saber: i. a importância dada nos relatos à numerosidade e profusão destes animais; ii. a prática curralista de retenção de indivíduos vivos; e, iii. a produção da manteiga dos ovos da tartaruga. Primeiramente, o destaque dado ao inventário da natureza feito por estes cronistas e viajantes diante da cultura renascentista; em segundo lugar, a visão de que o armazenamento e acúmulo destes animais poderia suprir a carência alimentar diante da sazonalidade do ambiente amazônico e, ainda, no terceiro caso, o preparo e a conservação dos alimentos, bem como a iluminação dos ambientes coloniais dos quais os sujeitos envolvidos no processo faziam parte.

2.1- Inventário da natureza colonial

Não se sabe ao certo se o número, em especial de tartarugas, relatado por Carvajal e Vásquez condiz com o verdadeiro número de animais coletados naquelas ocasiões. Todavia, sabe-se que eles faziam parte da maneira de descrever o mundo natural neste período. “A fantasia, a sensação de fome e sua saciedade” dominaram, por exemplo, o texto de Carvajal, com uma terra que além de alegre e vistosa era muito abundante de comidas e frutas.¹²⁶ Todavia, apesar da fartura, houve a falta de suprimentos nas embarcações, sobretudo quando havia confronto dos viajantes com os índios. Aliás, a fome e as batalhas foram os temas mais recorrentes nesta viagem inaugural.¹²⁷

Os números e a qualidade de fartura, como vimos, também são citados nos escritos de Aguirre numa proximidade de, pelos menos, 3 ou 4 mil tartarugas a mais em relação aos relatos de Carvajal. Termos como “abundância”, “muito pescado”, “grande quantidade” e afirmativas de alimentação para um batalhão de mil homens durante um ano corroboravam para o reforço um tanto quanto edênico do vale Amazônico. Ainda assim não se pode colocar todos os atores sociais deste momento como se falassem do mesmo lugar. Há, por exemplo, os que acreditam, como no caso da historiadora Ana Pizarro, que, diferente daquilo empreendido nos escritos de Carvajal, Aguirre é um “depredador” do meio natural, problema relativo ao poder e sua atitude antimonárquica, “frente ao qual a natureza tem um sentido totalmente utilitário; a pesca é para comer,

¹²⁶ PIZARRO. As vozes do rio, *op. cit.*, p. 44.

¹²⁷ GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2007, p. 100.

como os frutos da terra, os rios são meios de transporte. A força da natureza é um elemento contra o qual se luta para sobreviver.”¹²⁸

O encontro com um mundo natural diversificado e cheio de animais de interesse dos cronistas não é acompanhado de uma descrição minuciosa ou uma listagem exaustiva destes representantes da fauna. Isso ficará a cargo dos naturalistas do século XVIII, quando a História Natural “formulará e postulará o inventário minucioso e exaustivo dos seres vivos como procedimento padrão a ser seguido.”¹²⁹ Diferente disso, durante o século XVI e XVII, por influência da cultura renascentista, do forte viés humanista e, mais tarde, do início de uma História Natural, o interesse pela natureza se deu em conhecer plantas e animais com certa noção de “finalidade”, afinal, dentro desta perspectiva o mundo havia sido criado para o homem.

De fato, conforme Prestes, em relação à investigação da natureza no Brasil colônia do século XVI, podemos dizer que o inventário dos seres vivos para o homem renascentista era, em primeiro lugar, uma inserção e não necessariamente uma reinterpretação, reescritura ou, ainda, reelaboração da natureza ou do conhecimento que já se dispunha sobre ela, uma vez que o mundo natural seria dotado de um poder fecundo; em segundo aspecto, cada novo ser vivo descrito, fosse ele animal ou planta, era comparado às formas já conhecidas do europeu, num processo de descrição que tomava a semelhança como fator para a descrição das peculiaridades e diferenças dos novos seres.

Quanto aos primeiros relatos, a autora afirma ser pelas mãos dos europeus que se iniciou a “História da Biologia no Brasil”, mas pontua que a literatura historiográfica mais clássica e suas classificações não levou em consideração, por vezes, a sua cientificidade, reduzindo-se apenas ao caráter simbólico de suas descrições. Na acepção de Prestes, as histórias mais recentes da Biologia têm se desenvolvido na perspectiva de que os primeiros relatos sobre a natureza brasileira não podem ser separados entre “empíria e fantasia, pois o mundo não era então classificado segundo a existência de seres concretos e abstratos”; ou mesmo serem considerados como “esparços e assistemáticos”, visto que não havia naquele tempo a necessidade de um “levantamento amplo de dados empíricos, por meio de observações rigorosamente metódicas da natureza.”¹³⁰ Assim, “conhecer um animal ou vegetal significava tomá-lo como parte do cotidiano humano, inserido nas

¹²⁸ PIZARRO. As vozes do rio, *op. cit.*, p. 57.

¹²⁹ PRESTES, Maria Elice Brzezinski. *A investigação da natureza no Brasil Colônia*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000, p. 26.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 21.

práticas de coleta, caça ou pesca, no preparo para a dieta, no aproveitamento de suas partes ou dos produtos que geram. A utilidade do animal ou do vegetal sobrepõe-se à descrição de sua aparência. É pelo uso que são oferecidos alguns elementos de identificação e de organização para o conhecimento.”¹³¹

A ênfase na quantidade dos indivíduos, sem detalhar morfologicamente cada um desses animais e diferenciá-los dos demais a partir destas características, uniu-se ao interesse sobre a forma de como se podia cozinhá-los e consumi-los, o que se podia aproveitar ou como seria melhor utiliza-los. A história destas tartarugas, portanto, se definiu a partir delas mesmas no interior de seus usos, costumes, sabores e crenças, ligando-as ao mundo amazônico e europeu, ao mesmo tempo.

Na perspectiva apresentada por Michel Foucault, antes de torna-se História Natural, o que existia entre os séculos XVI e meados do século XVII eram “histórias”, sendo assim:

“[...] fazer a história de uma planta ou de um animal era tanto dizer quais são seus elementos ou seus órgãos, quanto às semelhanças que se lhe podem encontrar, as virtudes que se lhe atribuem, as lendas e as histórias com que se misturou, os brasões onde figura, os medicamentos que se fabricam com sua substância, os alimentos que ele fornece, o que os antigos relatam dele, o que os viajantes dele podem dizer. A história de um ser vivo era esse ser mesmo, no interior de toda rede semântica que o ligava ao mundo. A divisão, para nós evidente, entre o que vemos, o que os outros observaram e transmitiram, o que os outros enfim imaginam ou em que creem ingenuamente, a grande tripartição, aparentemente tão simples e tão imediata, entre *Observação*, o *Documento* e a *Fábula* não existia.”¹³²

Estes relatos ganham ênfase diante do contraste entre opulência e miséria no território amazônico seiscentista, afirma Rafael Chambouleyron.¹³³ De um lado, governadores, ouvidores-gerais, vereadores, capitães, padres jesuítas, mostravam um ambiente de fertilidade, adequabilidade e abundância (sobretudo pelas *Drogas do sertão*, as especiarias) para a ocupação e colonização portuguesa,¹³⁴ além de remeterem à “opulência da natureza, fertilidade dos campos, abundância de produtos naturais, de especiarias, animais, complexidade dos rios”¹³⁵ escondidas do Grão-Pará e Maranhão,

¹³¹ *Ibidem*, p. 27.

¹³² FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.176-177.

¹³³ CHAMBOULEYRON, Rafael. Opulência e miséria na Amazônia seiscentista. *Raízes da Amazônia*, Manaus, v.1, n.1, 2005, p. 108-114.

¹³⁴ *Ibidem*.

¹³⁵ *Ibidem*, p. 116.

com suas potencialidades e possibilidades em relação aos gêneros e drogas que produziam. De outro, estava a pobreza dos moradores e a miséria dos índios, sobretudo nos documentos de fins do século XVII, justificados pelos sujeitos históricos daquela época por conta de vícios, abandono, abusos dos governadores, papel das autoridades e falta de comércio.¹³⁶

Ainda segundo o historiador, “o discurso da abundância era muito mais do que um mero encantamento pela natureza paradisíaca da Amazônia. Era igualmente a expressão das angústias dos moradores e povoadores portugueses. Era por isso que a abundância e a opulência do Estado estavam intimamente vinculadas com a própria miséria dos colonos.”¹³⁷ Este fato poderia ser reforçado pelas poucas referências desta contradição nas décadas de 1610 a 1640, primeiros anos de conquista da região, e quando o domínio português sobre o território amazônico ainda não estava garantido.

Toda essa natureza superlativa, saborosa, imponente e cheia de quantidades, aliava-se ao edênico, ao simbólico, tão comum na literatura referente a este tempo, porém menos discutido aqui – por questões de escolhas metodológicas, quando se tratou do território amazônico tiveram mais destaque o imaginário das guerreiras Amazonas, o Eldorado e o Maligno.¹³⁸ Estas descrições acompanhavam navegadores e conquistadores de terras incógnitas num cenário ideal, feito de suas “experiências, mitologias e nostalgias ancestrais”, externando sentimentos que variavam do “primitivismo pré-endênico ao infernismo primordial”.¹³⁹ O Éden tropical, o onírico, contrastava como as citações que remetiam ao Inferno da natureza do Novo Mundo, fossem eles mosquitos, a fome, as guerras ou as epidemias. Em suma, diz Ana Pizarro, que as primeiras imagens da Amazônia foram impressas como “espaço paradisíaco e infernal, caótico, povoado por criaturas estranhas, objeto privilegiado do demoníaco e, portanto, aptas para sua transformação em servos da igreja Católica”, mais que isso, complementa a pesquisadora, “repleta de criaturas que habitam um espaço povoado de riquezas a serem consideradas para a exploração, assim como aquelas que pertencem a uma zoologia fantástica.”¹⁴⁰

Em meio a toda esta zoologia fantástica povoada por monstros, saltara nas crônicas, relações e escritos de viagens, as tartarugas. Estas, por sua vez, bem menos ou quase nada fantasiosas em determinadas citações, mas responsáveis, junto a outros

¹³⁶ *Ibidem*, p. 116-21.

¹³⁷ CHAMBOULEYRON. Opulência e miséria na Amazônia seiscentista, *op. cit.*, p.121.

¹³⁸ PIZARRO. As vozes do rio, *op. cit.*, 2012.

¹³⁹ GONDIM. A invenção da Amazônia, *op. cit.*, p. 97.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 91

animais e plantas, por influenciar, pelo discurso renascentista, toda uma literatura geográfica e biológica da região que virá mais tarde nos outros séculos, um estímulo à imaginação europeia. A descrição utilitarista do tamanho, forma, quantidade e variedade de plantas e animais que saltavam aos olhos dos cronistas nesse período desembocou num inventário do mundo natural constituído na relação mercantilista e catequista, na importância dada às informações geoeconômicas dos rios, sobretudo o Amazonas, nos inventários e descrições das inúmeras frutas, dos numerosos animais, das enormes riquezas e de tantas outras frondosas características citadas em relação ao vale amazônico.

Este tipo de descrição se estendeu para o século subsequente e pode ser vista nas obras de Simão Estácio da Silveira, em 1619, quando chegou ao Brasil na nau da capitania da expedição de Jorge de Lemos Betancor, um empresário dos açores, que pretendia estabelecer negócios e famílias açorianas no Grão-Pará e Maranhão. Segundo Papavero, logo em dezembro do mesmo ano, Estácio Silveira já se tornara procurador das coisas do Maranhão e de seus negócios particulares. Curiosamente, há um documento atribuído a ele, um ano antes, datado em Lisboa a 21 de setembro de 1618, chamado “Intentos da Jornada do Pará”. Os escritos, segundo o próprio Papavero, “beiravam a fantasia e faziam da terra a imagem do paraíso” num território mais pautado nas proposições que de fato nas realizações de Silveira, uma vez que ainda não se sabe se o autor já teria vindo ao Brasil, ou se somente citava o que havia sido descrito em outros documentos consultados. No referido trabalho, Silveira disse haver no rio “[...] tartarugas de boa carne de que se faz manteiga muito boa do ovo delas, muita diversidade de peixe, alguns muito grandes, e todos muito bons pescados solhos, e o peixe-boi, cujo couro é de proveito.”¹⁴¹ O capitão fez também referência à grande quantidade de porcos – que era possível se matar atravessando o rio em magotes –, veados, antas, pacas, além de animais como patos, galinhas, rolas, pombas, mutuns e muitas aves e papagaios de comer e de formosas penas. Enfim, uma numerosidade comum nas descrições daquele período.

Também é dele a “relação sumária das cousas do Maranhão”¹⁴², na qual afirmou serem as jurarás “mais carnosos que um porco”, cujos lombos assados e viandados eram vantajosos, pois se podia fazer deles “sarapatel até com torresmo, e muita manteiga, que

¹⁴¹ SILVEIRA, Simão Estácio. “Intento da Jornada do Pará [1618]”. In PAPAVERO, Nelson *et. al.* *O Novo Éden: a fauna da Amazônia Brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Idelfonso (1777)*, 2000, p. 105.

¹⁴² SILVEIRA, Simão Estácio da. “Relação sumária das cousas do Maranhão. Escrita pello capitão Symão Estácio da Sylveira. Dirigida aos pobres deste reyno de Portugal.” In PAPAVERO, Nelson *et. al.* *O novo Éden: a fauna da Amazônia Brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Idelfonso (1777)*, 2000, p. 110.

excede a das vacas [...].”¹⁴³ Recapitulando a escrita utilitarista da época, em sua rede semântica, o capitão Silveira não deixou de relatar o grande tamanho, numerosa quantidade, facilidade de captura e sobrevivência das tartarugas, as quais poderiam durar “em casa sem comer mais de um mês”. Somou, ainda, informações sobre seus ovos e cascos que, segundo ele, pelas praias se achavam suas ninhadas de ovos, vistos como são muitos “bons e sadios.” As conchas dos jurarás também seriam de proveito. A obtenção de azeite se daria a partir das “palmas de Guiné” (que havia em grande quantidade), dos rabos de peixe-boi (essa por sua vez, considerada “muito sofrível”), e principalmente pela manteiga dos próprios jurarás (que excedia as demais), além do óleo de copaíba, este último considerado melhor para iluminar em relação ao de oliva, pois além de cheiroso dava “uma botija”.¹⁴⁴

Em 1639, num intervalo de 20 anos após a descrição de Silveira e quase cem anos depois das remessas das tropas de Urzúa pelo território amazônico, o inventário da natureza apresentará poucas mudanças com o expedicionário Pedro Teixeira.¹⁴⁵ Em sua relação sobre o rio Amazonas, destinada ao presidente do Peru, Teixeira relatou ter encontrado, após algumas léguas do rio Madeira, no povoado de Santa Luzia, o qual ele mesmo nomeou, ‘pouca quantidade de prata, assim como pouco peixe, mas muitas tartarugas e muitíssima caça.’¹⁴⁶ No Rio Napo, admirou-se com a sua fertilidade de “peixes de diferentes qualidades, muitas carnes do mato, muitíssima mandioca e ainda muitíssimas frutas de diferentes castas, grande número de tartarugas [e] madeiras em grande número de diversos tipos [...]”.¹⁴⁷

Na “Relação do descobrimento do Rio das Amazonas, hoje S. Francisco de Quito e declaração do mapa onde está pintado”, documento atribuído, ainda que de forma duvidosa, ao padre jesuíta Alonso de Rojas, e um dos quatro relatos produzidos na expedição de Pedro Teixeira¹⁴⁸, mais uma vez aparecem as tartarugas. O texto traz

¹⁴³ SILVEIRA. Relação sumária das cousas do Maranhão, *op. cit.*, p. 120-121.

¹⁴⁴ *Ibidem.*

¹⁴⁵ TEIXEIRA, Pedro. “Relação do General Pedro Teixeira do Rio Amazonas para o Presidente do Peru” (1639). In PAPAVERO, Nelson *et. al.* O novo Éden: a fauna da Amazônia Brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Idelfonso (1777), Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2000, p. 141.

¹⁴⁶ *Ibidem.*

¹⁴⁷ *Ibidem.*

¹⁴⁸ A expedição de Pedro Teixeira produziu quatro relatos, sendo o primeiro de autoria do próprio Pedro Teixeira, enquanto o segundo, “Relação do descobrimento do Rio das Amazonas, hoje S. Francisco de Quito e declaração do mapa onde está pintado”, foi escrito pelo padre jesuíta Alonso de Rojas; já o terceiro e considerado o mais completo recebeu o nome de “Novo descobrimento do grande rio das Amazonas” (1639), do padre jesuíta Christóvão d’Acuña; o último e quarto relato é de Mauricio de Heriarte, “Descriçam do Estado do Maranhão, Para, Corupa, Rio das Amazonas”, escrito bem depois do fim da expedição, em

semelhanças de descrição e estilo com o produzido pelo Jesuíta Cristóvão d'Acuña, de quem falaremos daqui a algumas linhas. De acordo com Rojas, às margens do rio Amazonas, alguns soldados incumbidos de descer o rio encontraram índias Omáguas em canoas para quem deram adornos em busca de comida. Seu território era próximo ao trecho do rio onde estava o domínio de Apária, ou seja, na confluência do rio Napo com o Marañón, terminando abaixo do Jutaí. Depois do ocorrido citado por Acuña, as mulheres teriam partido e, em breve, teriam vindo “até onde estavam este soldado [o único que sabia falar a língua dos Omáguas] e os seus companheiros, mais de quinhentos homens e mulheres, carregados de milho, mandiocas e tartarugas.”¹⁴⁹

Em 1639, o padre Jesuíta Cristóvão d'Acuña, designado para acompanhar Pedro Teixeira na viagem de volta, de Quito a Belém, trouxe maiores detalhes sobre o consumo, a criação de tartarugas nos currais e a obtenção da manteiga de tartaruga. Do documento por ele escrito, intitulado “Novo descobrimento do grande rio das Amazonas (1639)”, se extrai a constatação da utilização de currais para se ter “carne fresca” durante o inverno amazônico, visto que não era possível se manter as “chacinas” de peixes boi durante o ano todo por não haver sal em abundância na região, o que tornava difícil a conservação de sua carne por muito tempo, recorrendo-se em alguns casos ao moquém.¹⁵⁰ Sobre a pesca deste mamífero d'Acuña reafirma sua destruição:

Debaixo d'água sustêm pouco o anélito e assim, onde quer que ande, levanta amiúde o focinho para cobrir novo alento, donde vem a sua total destruição, pois ele mesmo se vai mostrando ao seu inimigo; veem-no os índios e o seguem em pequenas canoas, e esperam que, querendo respirar, tire fora d'água a cabeça, e cravando-o com os seus arpões, que fazem de conchas, lhe tiram a vida; dividem-no em porções médias, que assadas em grelhas de pau, duram, sem estragar-se, mais de um mês.¹⁵¹

Interessante o relato de Acuña, no qual se mostrou a chacina e destruição do peixe-boi, como ele mesmo relatou, identificando já um caminho de diminuição do número desses animais em alguns lugares, embora a preocupação maior fosse, certamente, a

1662. Cf FERNANDES, Maria Luiza; FILHO, Gregório Gomes. A expedição de Pedro Teixeira e a “descoberta” do Rio Branco. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 7, n. 1, abr., 2014, p. 151.

¹⁴⁹ ROJAS, Alonso de. “Relação do descobrimento do Rio das Amazonas, hoje S. Francisco de Quito e declaração do mapa onde está pintado.” In PAPAVERO, Nelson *et.al.* *O novo Éden: a fauna da Amazônia Brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Idelfonso (1777)*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2000, p. 141.

¹⁵⁰ ACUÑA, Christóvão de. “Novo descobrimento do grande rio das Amazonas (1639).” In MELLO-LEITÃO, Cândido de. *Descobrimientos do Rio Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, p. 180.

¹⁵¹ *Ibidem*.

dificuldade de conservar os alimentos pela escassez do sal e, portanto, o seu desperdício. O sal, segundo d'Acuña, era pouquíssimo empregado pelos habitantes locais para temperar as comidas e era obtido, na sua maioria, de cinzas de certas palmeiras tidas por ele como mais “salitre que sal.”¹⁵²

Mesmo que não fosse possível consumir a carne fresca de peixe-boi durante todo o ano, por conta da dificuldade de conservação, era possível de alguma forma alimentar-se de outras carnes, pois de acordo com Acuña na região não lhes faltava indústria para terem esse alimento durante todo o inverno, como no caso das tartarugas que, embora não fossem consideradas tão gostosas como aquela, eram, para ele, “mais sã e não menos proveitosa.” Os indígenas faziam para isto, segundo ele, “uns currais grandes, cercados de paus, e cavados por dentro”, de modo que, como lagoas de pouco fundo, conservavam sempre em si a água de chuva, impossibilitando a alta mortandade destes animais nestes cativeiros.¹⁵³ Quanto a isso, o padre jesuíta complementou:

Feito isso, no tempo em que as tartarugas saem a desovar nas praias, eles também deixam as suas casas, e emboscando-se nos postos conhecidos, por elas mais frequentados, esperam que, saindo à terra, venha cada qual ocupar-se em fazer a cova onde pretende deixar os ovos; saem nesta ocasião os índios, cercam-nas pelo lado da praia, por onde devem fazer a sua retirada para a água, e de chofre acometendo sobre elas, em breve tempo se veem senhores de grande quantidade, sem outro trabalho que o de as virar de pernas para o ar, com o que, sem se poderem mexer, as mantêm todo o tempo que querem, até que ensartadas todas em vários cordéis, por uns furos que lhes fazem no casco, lançadas na água, remando eles em suas canoas, as levam a reboque sem nenhum trabalho, até metê-las nos currais que fizeram, onde as soltam, dando-lhes por prisão aquele estreito cárcere, e alimentando-as com ramos e folhas de árvores, as mantêm vivas por todo o tempo que necessitam.

São estas tartarugas tão grandes e maiores que rodela de bom tamanho; é sua carne como de vitela; as fêmeas têm no bucho, quando as matam, mais de duzentos ovos cada uma, um pouco maiores e quase tão bons como os de galinha, embora de mais difícil digestão. Estão nesse momento tão gordas, que de duas se tira uma botija de manteiga, a qual, temperada com sal, é tão boa, mais gostosa e dura muito mais que a cozida de vacas; serve para frigar peixe e para quaisquer gêneros de guisados, em que aqui se usa a melhor e mais delicada manteiga.

Apanham estas tartarugas em tal abundância, que não há um destes currais que não tenha de cem tartarugas para cima, com o que nunca

¹⁵² ACUÑA. Novo descobrimento do grande rio das Amazonas (1639), *op. cit.*, p. 180.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 181. Tanto os escritos de Pedro Teixeira como os de Christóvão d'Acuña e Mauricio de Heriarte também estão disponíveis, o segundo em espanhol, na já citada obra de PAPAVERO *et. al.* O novo Éden, *op. cit.*, p. 137-237.

sabem estes bárbaros que coisa seja a fome, pois uma só basta para satisfazer uma família, por muita gente que tenha.¹⁵⁴

Curiosa era a captura descrita por Acuña de virar as tartarugas fêmeas de pernas para o ar! Menos curioso, no entanto, foi o nome dado a ela: “viração”. Como quase que óbvio, Padre Antonio Vieira chamou os locais onde ocorriam tal fato de “praias de viração”, às margens dos areais de algumas ilhas do rio Tocantins em 1653. Nestes locais, nas palavras de Vieira, nem a “inocência” das tartaruguinhas escapava dos indígenas, os quais comiam e faziam matalotagem – além da indispensável farinha de mandioca – pois eram uma “delícia” e havia infinidade delas. Já adaptado ao paladar, Vieira afirmou que os portugueses mandavam buscar as pequenas tartarugas e as tinham “por comer muito regalado”. Assim como os demais, destacou os currais ou viveiros onde ficavam as tartarugas sem comer, salvo algumas folhas de “aninga”, por quatro a seis meses. A carne era como a de carneiro, da qual se faziam guisados, já os ovos eram como os de galinha na cor e muito próximos no sabor, dos quais se fazia em tachos “as belas manteigas do Pará”. O jesuíta descreveu o processo de captura como simples e prosaico, que requeria “mais notícia, que indústria”, pois os indígenas emboscavam as tartarugas que haviam desovado virando-as e deixando-as imobilizadas e indefesas. Além disso, referendou a coleta dos ovos destes animais.¹⁵⁵

Na primeira metade do século XVII, apenas o Frei Cristóvão de Lisboa se atreveu a ensaiar uma descrição mais sistemática das tartarugas e, sorratamente, teceu algumas palavras sobre a jurará, comparando-as como “um modo de peixe conforme a tartaruga do mar salgado”, com cores disformes e tamanho considerável.¹⁵⁶ As demais descrições parecem estar envolvidas em outra rede semântica que não era a da descrição morfológica detalhada. Mesmo assim, Cristóvão de Lisboa, sem se distanciar completamente dos relatos daquele período, pontuou a utilização dos ovos da jurará como um bom produto

¹⁵⁴ ACUÑA. Novo descobrimento do grande rio das Amazonas, *op. cit.*, p. 181.

¹⁵⁵ *apud* COSTA. Homens e natureza na Amazônia brasileira, *op. cit.*, p. 236 e 238; CHAMBOULEYRON. Opulência e miséria na Amazônia seiscentista, *op. cit.*, p. 28; VERÍSSIMO. A pesca na Amazônia, *op. cit.*, p. 48-49. A partir do tratamento das fontes coloniais Kerleson Costa afirmou ser apenas a partir dos escritos de Antônio Vieira que se é possível ver a menção da produção da manteiga a partir de seus ovos, inicialmente no Tocantins, aumentando a frequência destes relatos nos escritos do século XVIII, que passam a “mencionar também outras áreas exploradas, sobretudo o Solimões, já a partir da primeira metade do século”. Todavia, como já vimos nas citações anteriores, Simão Estácio da Silveira também já havia descrito, mesmo que rapidamente, a utilização destes ovos para a obtenção da dita manteiga.

¹⁵⁶ *apud* COSTA. Homens e natureza na Amazônia brasileira, *op. cit.*, 2002.

para se fazer muito boa manteiga, a qual serviria “tanto para comer, quanto para candeia.”¹⁵⁷

Em efeito, além de iluminação noturna necessária, é a partir da manteiga dos ovos que se tirará o proveito da conservação de uns alimentos e do frigrir de outros. Sua utilização culinária foi importantíssima, até pela pouca (ou quase nenhuma) utilização do sal no apetite indígena, em especial no caso amazônico, visto que a região é pobre deste conservante alimentar, exceto na costa. A alternativa foi a queima de certos vegetais, como o caruru, ou o comércio com outros grupos indígenas, litorâneos ou até mesmo andinos. Os indígenas também estavam acostumados a outras formas de conservação, tal como o moquém e o piracuí.¹⁵⁸ A primeira técnica consistia em assar carne ou peixe em fogo lento, a qual depois de moqueada, com leve sabor de fumaça, durava semanas e semanas. A segunda era, basicamente, uma farinha de peixe (pirarucu, tambaqui, pirapitinga, geralmente) que após submetido ao moquém era socado até reduzir-se à farinha, importantíssimo para a matalotagem de viajantes e pescadores.¹⁵⁹

João Felipe de Bettendorf (1698), outro padre que desbravou o vale amazônico no século XVII, também relatou a “viração” e vários locais onde as tartarugas eram consumidas e como elas (as vezes mais, as vezes menos) faziam parte da alimentação local e também daqueles que para ali se dirigiam. Igualmente a Antônio Vieira, de quem recebia ordens, Bettendorf elogiou o rio Tocantins e “suas águas”, em especial na capitania de Cameté, pois eram para ele “tão boas que as de todos os rios”, além de serem:

[...] ricas para beber e cheias de várias castas de peixes, como também suas ilhas, matas de caça e castanhas para banda de riba onde também se faz cada ano a viração de uma grande multidão de tartarugas, as quais suposto se acham pelas ilhas de todo o rio de flechas e covos¹⁶⁰, contudo as que chama de viração principalmente se acham mais para as cabeceiras onde se vão buscar com tanto recurso de canoas e gente, que as canoas passam de cinquenta e a gente de algumas mil pessoas, e veem comumente providas de todas de suas tartarugas que ajuntam em currais

¹⁵⁷ *apud* COSTA. Homens e natureza na Amazônia brasileira, *op. cit.*, 2002.

¹⁵⁸ FONSECA, Dante Ribeiro. *Pesca e abastecimento na colonização da Amazônia*. Tese. (Doutorado em Ciência: Desenvolvimento socioambiental). Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento sustentável do Trópico Úmido. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA. Universidade Federal do Pará, Belém, 2004, p. 133-139.

¹⁵⁹ MORAIS. O meu dicionário de cousas da Amazônia. *op. cit.*, p. 124; VARGAS, Milton. *História da técnica e da tecnologia no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade estadual Paulista, 1994, p. 42.

¹⁶⁰ Covo. “Redil de pesca formada por esteiras armadas em paus e munidas de sapatas de chumbo.” *Redil*. Aprisco. Curral. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Positivo, 2010, p. 206 e 648.

à borda da água quanto pode ser, servindo aí de sustento pelo ano todo ou ao menos para a maior parte dele [...].¹⁶¹

No rio Paru, pertencente à capitania de Gurupá, havia também, segundo ele, “muito peixe, caça, cacau, salsa, castanhas”, bem como “peixe e tartarugas em abundância.”¹⁶² Também foram citadas no rio Xingu, “Paranayba” para os indígenas, no rio Tapajós e no rio Amazonas, próximo aos tupinambaranas, local de “boas paragens para peixes e tartarugas” e na aldeia de Urubuquara.¹⁶³ Nas águas claríssimas do rio dos Jurunas, ou seja, o Xingu, local de missão do Padre Manoel de Souza, além de pescados de todo o gênero, Bettendorf disse ter “praias de areias belas e espaçosas”, pelas quais saíam de outubro em diante, “milhares e milhares de tartarugas a desovar”, como no rio dos Tocantins e outros semelhantes, as quais seriam o “ordinário sustento dos que vivem às suas margens”, e ainda dos “da terra dentro, os quais saem à viração delas.”¹⁶⁴

Mais adiante, em outro momento, Bettendorf seguiu em direção ao rio Amazonas levando consigo desde vinho para a celebração de missas, até aguardente, além de um “bujãozinho” de doce e materiais para a matalotagem, sendo ele mesmo indicado a pegar farinha em “Murtigura” (hoje Vila do Conde) e ir à Cametá em busca de “umas poucas tartarugas, que as daria o padre Salvador do Vale.”¹⁶⁵ Na mesma aldeia o padre afirmou que havia recebido do padre Francisco Veiga “uns três para quatro paineiros de farinha com uma só tartaruga, que os índios comeram por ceia”, enquanto que em Cametá, o já prometido padre Salvador do Valle não lhe deu mais que uma “boa vontade, por não ter peixe, nem coisa alguma” para lhe dar naquela missão, estabelecendo um diagnóstico de transição entre a fartura e a escassez nas missões. Após o ocorrido, os religiosos partiram e se sustentaram pelo caminho “com farinha e um bocadinho de doce”, tirado daquele “bujãozinho” que levavam.

Na missão enviada pelo governador Ruy Vaz de Siqueira, em meio aos confrontos e tentativas de submissão dos aruaques, Bettendorf descreve os hábitos alimentares daquele povoado nos rios tributários ao Amazonas que, segundo ele, se baseavam na mandioca desfeita “em vinhos”, ou consumida com outros legumes de batata e “carás”, e

¹⁶¹ BETENDORF, João Felipe. 1910 [1698]. *Chronica da missão dos Padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão*. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXXII, Parte I, p. 27. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/betendorf_1910_chronica. Acesso em: 10 nov. 2014.

¹⁶² BETENDORF. *Chronica da missão dos Padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão*, *op. cit.*, p. 32-33.

¹⁶³ *Ibidem*, p. 35-36 e 59.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 115.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 159.

também peixe-boi, tartarugas e vários peixes de rio.¹⁶⁶ Quanto ao rio Urubú, assim como fez com outros rios, Bettendorf teceu elogios aos seus ares e águas, ambos não tão “doentios” como os outros, e afirmou: “O sustento ordinário, enquanto lá estive em companhia do padre missionário frei Theodósio, era peixe de ‘moquém’¹⁶⁷, ou tartaruga, das quais ele e os índios vão fazer provimento para a banda do rio das Amazonas, de onde as trazem e guardam em currais para o sustento do ano.”¹⁶⁸

Após várias jornadas no referido rio Urubu, afluente que desemboca na margem esquerda do Amazonas, defronte ao rio Madeira, o jesuíta encontrou-se entre os tupinambaranas, às margens do rio Tapajós, na antiga aldeia de Santo Inácio, hoje distrito de Boim, assistida pelo Padre Antônio Fonseca na companhia de um homem branco chamado Sebastião Vieira. Na ocasião, tece mais uma vez elogios à natureza amazônica referenciando os bons ares, a água, as terras fortes para mandioca, as matas abundantes em caça, assim como as fontes e rios fecundos em peixe, onde não faltavam tartarugas a umas jornadas de lá, porque eram tantas que referido padre da aldeia tinha naquele ano “umas mil por sua parte, em um curral.”¹⁶⁹

Havia ainda outras técnicas de pesca e formas de utilização da jurará. Conforme Cristóvão d'Acuña, as tartarugas eram caçadas por “estólicas”, uma espécie de arpão de paus achatados, “de uma vara de comprimento e três dedos de largura”, em que se fixava na parte de cima um dente de osso e onde se prendia “uma flecha de nove palmos, com a ponta também de osso, ou de madeira muito dura”, seguro pela mão e disparada com força suficiente para fisgar “as tartarugas, quando, fugindo de ser reconhecidas só de quando em quando, e por um tempo muito breve, mostram a cabeça em cima das águas, atravessando-lhes o pescoço, único ponto em que, por estar livres das conchas, se pode fazer tiro.”¹⁷⁰ Ainda de acordo com o jesuíta, a necessidade ensinou os indígenas a “cortar no casco mais duro da tartaruga, que é a parte do peito, uma prancha de um palmo de comprimento e pouco menos de largura, que curada no fumeiro, e afiada numa pedra, é presa num cabo, e com ela, como bom machado, embora não com tanta presteza, cortam

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 234.

¹⁶⁷ Moquém [do tupi]. “Grelha de varas para assar ou secar carne ou peixe.” Moquear consistia em “assar em fogo sobre varinhas verdes, carne ou peixe. É trabalho que demora mais de dia e constitui uma das formas por que o índio conserva os alimentos, visto que não usa o sal. A peça moqueada, depois de bem seca, com leve sabor de fumaça, dura semana e semanas, bastando que, de vez em quando, sofra um ligeiro aquecimento no moquém.” MORAIS. O meu dicionário de cousas da Amazônia, *op. cit.*, p. 124.

¹⁶⁸ BETENDORF. Chronica da missão dos Padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão, *op. cit.*, p. 495.

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 498

¹⁷⁰ ACUÑA. Novo descobrimento do grande rio das Amazonas (1639), *op. cit.*, p. 201.

o que desejam”, ou ainda era utilizada a queixada de peixe-boi, ferramentas que ajudavam a lavar “tão perfeitamente, não só as suas canoas, mas também mesas, tábuas, assentos e outras coisas”, chegando a serem comparados com os melhores utensílios da mesma categoria feitos na Espanha.¹⁷¹

Na pesca, a utilização de flechas com ponta de osso ou madeira se tornaria cada vez menos frequente. No decorrer do tempo, no contato mais estreito com o europeu, elas seriam gradativamente substituídas pelas flechas com pontas de ferro, mais perfurantes e letais.¹⁷² O mesmo aconteceria com os machados feitos com casco do peito (plastrão) e queixada do peixe-boi, posteriormente cunhados com o duro metal. Numa comparação, Warren Dean apontou que a utilização de implementos de ferro possibilitou mudanças na mata atlântica pela intensificação de um regime de derrubada e queimada promovida naquele ambiente. A própria arte de fundir o ferro foi aos poucos fazendo parte da labuta indígena na convivência com os brancos e o comércio destes produtos entre eles tornou-se inevitável. A adoção destes novos instrumentos também se firmava nos interesses indígenas. Poupar trabalho, expandir sua base de subsistência e, até mesmo, evitar perigos da floresta eram alguns deles. Seguindo ainda as constatações de Warren Dean, facas e machados de aço, por exemplo, eram ferramentas que reduziam o trabalho indígena, “porque eliminavam a faina extenuante de lascar pedra e lavar madeira, e encurtavam cerca de oito vezes o tempo gasto para derrubar árvores e esculpir canoas.” Além disso, continua Dean, “anzóis de ferro inauguravam uma nova maneira de explorar recursos alimentícios dos estuários,” tornando-se “difícil imaginar o quanto deve ter sido gratificante seu súbito ingresso na idade do ferro, o quanto isso foi transformador de sua cultura e o quanto foi destrutivo para a floresta.” Gratificante, destrutivo e, claro, dependente, pois os portugueses procuravam manter os indígenas na dependência destes utensílios.¹⁷³

Aliás, neste ramo da pesca, eram diversas as formas para capturas de peixes, com destaque para a rede ou puçá, o cercado ou pari, e o cesto – ururu e jiki –, além das técnicas tóxicas oriundas da maceração de vegetais como o timbó, o açacu e o tingui, os quais

¹⁷¹ *Ibidem*, p. 203.

¹⁷² Quanto as técnicas indígenas de pesca, neste ramo da pesca eram diversas as formas para capturas de peixes nas quais geralmente eram utilizadas também para pegar tartarugas. A rede ou puçá, o anzol e a própria lança, no caso de peixes maiores como o pirarucu, eram técnicas compartilhadas na obtenção destes animais. O cercado - pari, o cesto - ururu e jiki, tal como os diversos timbós oriundos da maceração de raízes tóxicas para os peixes talvez não tenham feito parte do extrativismo das tartarugas ou pelo menos não foram citados.

¹⁷³ DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das letras, 1996, p. 63-93.

narcotizavam os peixes e os traziam à tona, facilitando sua aquisição. No caso dos tupis, também se confeccionavam armadilhas para peixes, anzóis e redes, feitas com lascas de bambu, cipó, taquara e traçados de tucum.¹⁷⁴ Embora historicamente algumas destas tecnologias não tenham feito parte do extrativismo das tartarugas, talvez por não terem sido citadas, tanto nos documentos relacionados até agora como nos que virão a ser relacionados nos próximos capítulos, é possível se pensar a inserção de novos elementos constituintes destes instrumentos no decorrer do contato com os estrangeiros e seu impacto nas práticas locais de pesca.

Diferente do puçá e do pari, cujo objetivo era capturar peixes, os currais utilizados para as tartarugas tinham a função de contê-las. Como vimos até aqui, quase todos os cronistas e responsáveis pela descrição da natureza amazônica nos séculos XVI e XVII relataram a presença deste instrumento de armazenamento dos animais vivos sob determinado período para o consumo posterior, prática indígena que já existia antes da chegada dos europeus abarrotados de tartarugas, fossem jurarás ou outras de serventia para o consumo.

2.2- A Mão de obra indígena na exploração das tartarugas nos séculos XVI e XVII

Seguindo a localização de captura e consumo indicada até aqui por alguns cronistas podemos verificar que estes animais eram capturados desde o rio Tocantins, com abundância na capitania de Cameté, até o Xingu, passando pelo Trombetas, o rio Paru, o rio Urubu e o rio Amazonas. Nestes locais a tartaruga serviu de alimentação aos homens e mulheres que por ali habitavam ou passavam, fossem eles indígenas, colonos, expedicionários ou jesuítas. Todavia, como no caso da mão de obra, o destaque será para as populações indígenas, em grande parte citadas constantemente pelas crônicas e documentos coloniais no processo de pesca e armazenamento das tartarugas, com ênfase para os currais, importante aparelho de pesca que, pelos relatos, estavam sempre abarrotados de quelônios, tais como a tartaruga da Amazônia, mas também muçuãs, tracajás e outras espécies de consumo.

¹⁷⁴ SOUZA, Maria Luiza Rodrigues. "Técnicas indígenas." In VARGAS, Milton. *História da técnica e da tecnologia no Brasil*. São Paulo: Centro Estadual de educação Tecnológica Paulo Souza, 1994, p. 44.

Os processos envolvidos na ocupação europeia desencadearam, nas palavras de Antonio Porro¹⁷⁵, uma “realidade etnográfica substancialmente distinta”, com desaparecimento de nações que viviam ao longo do rio Amazonas, além da sua substituição por “novos contingentes indígenas” que participaram destes descimentos para a calha amazônica durante a colonização. Como resultado, houve dois processos: primeiro, o desaparecimento de padrões adaptativos da população original, reconstituída só parcialmente após o repovoamento do colonizador; segundo, a formação de uma espécie de “neo-indígena”, constituída na figura do tapuio ou caboclo amazonense, inserido na sociedade colonial e marcado pelo “desenraizamento” e pela aculturação intertribal e interétnica, fato que não impediu que essa população assimilasse ou aprimorasse técnicas no âmbito da moradia, navegação e manejo da flora e fauna.¹⁷⁶

Acredita-se que já no final do século XVII a várzea amazônica estivesse fortemente despovoada e infestada de epidemias oriundas dos colonizadores. Fazendas, feitorias e aldeias missionárias que haviam sido originadas nos antigos povoados indígenas também sofriam com as epidemias e, concomitantemente, havia uma renovação da população ribeirinha, devido ao número cada vez maior de índios descidos, aliada à demanda de braços e a própria filosofia das reduções religiosas. Estes fatores levaram ao “apogeu” da economia missionária apoiada na mão de obra indígena na primeira metade do século XVIII, quando a concorrência com o Estado e a iniciativa privada estavam menos expressivas e, internamente, conseguiu “neutralizar” – ou pelo menos reduzir – as “especificidades culturais e linguísticas das nações indígenas, dissolvendo a diversidade das etnias na homogeneidade do tapuio.”¹⁷⁷

Segundo Rafael Chambouleyron e Fernanda Bombardi, que investigaram os descimentos privados dos índios na Amazônia colonial, durante os séculos XVII e XVIII, foi o indígena a principal força de trabalho na região do Grão-Pará e Maranhão, numa convivência dos mais diversos trabalhos da colônia. Este domínio do trabalho indígena foi corroborado pelo quase incontestado domínio das ordens religiosas na região, num controle absoluto sobre as populações indígenas aldeadas. Porém, não só a Coroa

¹⁷⁵ PORRO, Antonio. História Indígena do alto e médio Amazonas: séculos XVI e XVIII. In CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras - FAPESP, 1992, p. 175.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 175.

¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 170.

vislumbrou alternativas para uso do trabalho livre, mas até os próprios moradores apropriaram-se deste serviço e aproximaram-se dos grupos indígenas.¹⁷⁸

As tentativas de proibição da escravidão indígena no Estado do Maranhão e Grão-Pará, que se consolidará em 1757 com o diretório dos índios, já aparecia desde 1680, numa disputa com revogações e concessões, como o Regimento das Missões, em 1686 (influenciado pelo padre João Felipe Bettendorff), que dispunha da repartição dos trabalhos dos índios livres descidos por missionários e moradores; a provisão de 1684, que consentiu aos moradores o direito de descer indígenas do sertão sob sua custa e administrá-los; além da restituição da escravização em 1688 por parte do rei, permitindo e reorganizando a escravização dos índios no estados do Maranhão e Pará.¹⁷⁹

As epidemias que alcançavam estes indígenas, matando-os e, portanto, diminuindo suas populações, foram acompanhadas de outras inúmeras razões que também promoveram a redução do controle das ordens religiosas sobre os índios e resultou no aumento posterior da intervenção dos moradores locais nesse tipo de mão de obra, influenciado sobretudo pela presença dos aldeamentos privados, tornando-se frequente, em determinados períodos, a autorização destes moradores para descimentos por conta própria e a utilização dos serviços indígenas.¹⁸⁰ Desta maneira, é inegável que a mão de obra indígena foi fundamental para a sustentação, ocupação e defesa dos povoados portugueses e, por essa razão, criar estratégias de arregimentação e posse dela foi uma das grandes preocupações dos diversos grupos sociais na sociedade colonial, dentro de um engendramento das práticas de alianças entre as nações indígenas e os portugueses. Obviamente, eles alertam que não se pode esquecer a vitimização destes aldeamentos em meio à violência constante, à exploração desmedida dos colonos e moradores sob os aldeamentos, além das epidemias, utilizadas muitas vezes como justificção para as inflexões nas políticas de arregimentação dos indígenas nesse período.¹⁸¹

Todavia, a violência se estabeleceu para com os índios em busca de um maior número de descimentos privados, visto a escassez da mão de obra para particulares. A resposta, segundo Chambouleyron e Bombardi, foi mostrada a partir do momento em que

¹⁷⁸ CHAMBOULEYRON, Rafael; BOMBARDI, Fernanda Aires. Descimentos privados de índios na Amazônia colonial. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 27, nº 46, jul/dez, 2011, p. 602.

¹⁷⁹ CHAMBOULEYRON; BOMBARDI. Descimentos privados de índios na Amazônia colonial, *op. cit.*, p. 604-605.

¹⁸⁰ *Ibidem*.

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 622-623.

“as populações indígenas conformaram inúmeras políticas para garantir seus interesses e limitar o espaço da ação dos moradores e dos objetivos da Coroa, ensejando que os portugueses desenvolvessem mecanismos para desarticular essas políticas e garantir o acesso a mão de obra nativa”, por meio de fugas, resistência e do próprio aldeamento, que representava, as vezes, um espaço de proteção em meio à guerras interétnicas e contra os portugueses, escravizações e epidemias.

Como afirmou Caio Prado Júnior,¹⁸² o vale amazônico necessitou inteiramente desta mão de obra indígena, uma vez que a atividade exigia a penetração na floresta ou nos rios para “colher os produtos ou capturar o peixe”, e também a condução das embarcações, principais meios de transportes para obtenção e escoamento da produção e extração de produtos da natureza. Para as duas características, dizia Caio Prado Júnior, o indígena estaria “admiravelmente preparado”, complementando:

A colheita, a caça, a pesca, já são seus recursos antes da vinda do branco: como pescador, sobretudo, suas qualidades são notáveis, e os colonos só tiveram nesse terreno que aprender com ele. Remador, também é exímio: ninguém, como o índio, suporta os longos trajetos, do raiar ao pôr do sol, sem uma pausa; ninguém espreita e percebe, como ele, os caprichos da correnteza, tirando dela o melhor partido: ninguém compreende tão bem o emaranhado dos canais que formam essa rede complicada e variável de época para época em que se dividem e subdividem os rios amazônicos.¹⁸³

Neste caminho, aliando as missões aos “exímios pescadores”, lugares como a vila de Ega, chamada anteriormente de Tefé, se destacaria como local de embarque de expedições que seguiam em direção aos rios Japurá, Juruá, Içá, Jataí e Javari.¹⁸⁴ Unida à pesca de peixes, “manatis” e tartarugas, outras atividades extrativas se destacavam, como a coleta dos ovos das últimas para extração da já citada manteiga de tartaruga, empregada, sobretudo, na iluminação e alimentação. A pesca comercial se estabeleceu nos pesqueiros particulares ou reais, os quais se explorava por conta do erário; também podiam ser denominados temporários, estabelecidos em determinado local e época de acordo com o tipo de pesca que se propunha, ou fixos, mais frequentes, que chegavam a obter grande vulto, como o pesqueiro do Lago grande de Vila Franca, onde em dois anos se mataram só de tartarugas e peixes boi, cerca de 8.500 exemplares.¹⁸⁵

¹⁸² PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008, p. 70.

¹⁸³ *Ibidem*, p. 70.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 73.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p. 74.

A atividade pesqueira serviu, ao mesmo tempo, de recurso alimentar e comercial nas áreas coloniais onde se estabeleceram. Os recursos pesqueiros eram explorados consentidos pelo governo colonial, que reforçava cada vez mais seu controle sobre os recursos hídricos da região. Diante disso, houve a criação dos pesqueiros reais como forma de melhorar a exploração dos recursos pesqueiros da colônia. Estes locais eram assim chamados por serem mantidos pelo erário real e cuja produção servia ao estado, destinando-se não somente à pesca, mas também à salga e salmoura dos recursos adquiridos. Esse controle era realizado basicamente de duas formas: “através de legislação regulatória das atividades pesqueiras realizadas pelo colono e através do monopólio de certas praias pelos pesqueiros reais.”¹⁸⁶

A dependência da mão de obra indígena na obtenção dos produtos animais e vegetais levou os portugueses à ocupação de vários lugares do vale amazônico, começando pela expulsão de outros europeus no curso principal do rio Amazonas e seus afluentes, no século XVII; o estabelecimento das primeiras missões religiosas no mesmo século, se estendendo para o posterior; até chegar na política de Pombal, já em meados do século XVIII, com a criação do Diretório dos índios, tendo como culminância a expulsão dos jesuítas do território amazônico.

Por outro lado, o povoamento europeu assentou-se no Pará principalmente no extrativismo vegetal das drogas do sertão, nos apresamentos dos indígenas, bem como no aldeamento destes pelos missionários. O atraso e a situação de pobreza do Grão-Pará, até meados do século XVIII, se deram justamente pelo fato de que a extração silvestre das drogas do sertão era puramente predatória; e quando não se podia contar com o trabalho indígena, o colonizador não encontrava solução para a exploração, que viria mais tarde com a tentativa e inserção da mão de obra africana.

A respeito do sertão, ele significava na Amazônia do século XVII tanto o interior do estado amazônico, quanto uma outra dimensão caracterizada por uma região distante das comunidades portuguesas, onde acontecia uma incessante e intensa escravização, a conversão das almas indígenas e a expansão do domínio português sobre a região frente ao progressivo conhecimento do território amazônico, sobretudo pela decadência do controle português da Índia. As drogas do sertão implicavam no intercâmbio com grupos

¹⁸⁶ FONSECA. Pesca e abastecimento na colonização da Amazônia, *op. cit.*, p. 155-156.

indígenas deste sertão que auxiliavam os portugueses. As jornadas ao sertão na maioria dos casos seguiam um caminho certo e preciso: o curso dos rios.¹⁸⁷

Os “caminhos fluviais”, segundo o historiador, são fundamentais para entender a lógica da ocupação portuguesa na região amazônica; e a entrada no sertão amazônico tinha tempo certo, dependente das chuvas e do regime dos rios. A partir deles se destacavam dois personagens na economia e na própria ocupação da região, trata-se das canoas e dos índios remeiros, os quais imbricavam-se tecnicamente aos saberes portugueses, fossem por utensílios, fossem por atuações.¹⁸⁸ Além disso, as permutas também aconteciam em outros âmbitos, como no caso dos hábitos alimentares, proporcionando o encontro e o intercâmbio entre múltiplos sujeitos e experiências.

2.3- Em busca de uma crítica ambiental no vale amazônico dos primeiros séculos de colonização

Não é fácil definir a matriz de pensamento presente nos relatos dos séculos XVI e XVII sobre a descrição do mundo natural amazônico, tampouco achamos que conseguiremos fazer isso com precisão. Podemos, no entanto, inferir até agora que ela não se distanciou drasticamente no decorrer destes dois séculos, pelo contrário, constantemente os estudos sobre o imaginário e descrição das crônicas sobre o vale amazônico colocam nomes como Aguirre, Rojas e dos relatores da expedição de Pedro Teixeira na mesma esteira de pensamento, dando ênfase as exceções de cada uma das viagens, bem como dos relatos. No que diz respeito à fauna, em especial às tartarugas, parece bem claro, como nos textos acima, a preocupação com uma descrição utilitária destes animais, com atenção para as formas como eram consumidas e/ou armazenadas. A utilização dos ovos, a produção da manteiga de tartaruga, a maneira de captura, técnicas de trabalho envolvidas para o consumo, ou mesmo para a conservação, além das informações econômicas que poderiam lhes dar um possível enriquecimento posterior passam a aparecer de maneira mais detalhada posteriormente.

O caminho percorrido até aqui nos mostra que os cronistas envolvidos na descrição e exploração da natureza amazônica desde os primeiros anos de ocupação do vale amazônico basearam-se, em grande parte, no modelo predatório de ocupação,

¹⁸⁷ CHAMBOULEYRON, Rafael; BONIFÁCIO, Monique da; MELO, Vanice Siqueira. Pelos sertões "estão todas as utilidades". Trocas e conflitos no sertão amazônico (Século XVII). *Revista de História*, 2010, p. 17.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p. 24-8.

garantindo à elite local benefícios com este. Na afirmativa de Pádua, dentro de uma análise que abrangeu outros locais do Brasil colonial, esse processo só irá mudar efetivamente em fins do século XVIII, ainda que no século XVII algumas poucas vezes, como foi o caso do frei Vicente Salvador, tivessem se manifestado contra a massiva destruição do meio natural que vinha se processando no Brasil, sobretudo na região Nordeste, “onde as atividades econômicas alcançavam uma escala mais expressiva, chegando a gerar processos visíveis de degradação ambiental.”¹⁸⁹

No território que abrangia a Amazônia no período seiscentista é possível se encontrar algumas medidas como a que foi adotada por D. Pedro II, regente (1667-1683) e rei (1683-1706) de Portugal, em carta a Artur de Sá e Meneses¹⁹⁰, governador do Maranhão, datada de 24 de novembro de 1686, a respeito da extração do cravo no sertão amazônico. De acordo com o rei, com base nos escritos de Gomes Freire de Andrade, antecessor de Sá e Meneses, o modo de colheita do cravo feito naquela localidade levaria a planta à situação de extinção, semelhante ao Pau Brasil, algo a se temer. Por essa razão, D. Pedro II firmou legalmente que só colhessem o cravo das árvores que tivessem dez anos de “descanso”, enquanto que das novas árvores deveria se respeitar o tempo de 20 anos após plantadas, para que elas se fizessem “capazes de tornar a dar o cravo, que numa vez se corta e tira delas, e que não possa vir a cada um ano, mais que três, até quatro mil arrobas de cravo, que são, as que bastam para prover a Europa”, efetivando para isso um bando a fim de controlar todas as pessoas que possuíssem o produto. Sendo assim, a todo cravo que embarcasse seria dado despacho e verificada sua procedência numa junta composta pelo Governador, provedor da fazenda e mais duas pessoas eleitas pela câmara, as quais uma representaria o povo e a outra a nobreza.¹⁹¹

Apesar destas buscas por controle, nestes primeiros tempos da colonização europeia, “não encontramos na descrição da natureza americana uma preocupação com a natureza tomada em si mesma”, afirma Prestes. Esse utilitarismo antropocêntrico diminuirá gradativamente a partir das investigações da História Natural, responsável por produzir “um conhecimento crescente dos seres que não mantém qualquer relação com o homem, que não lhes trazem mal ou bem algum.”¹⁹² Ainda de acordo com a pesquisadora,

¹⁸⁹ PÁDUA. Um sopro de destruição, *op. cit.*, p. 81.

¹⁹⁰ A respeito de trajetória Artur de Sá e Meneses Cf. DEMÉTRIO, Denise Vieira. Senhores governadores: Artur de Sá e Meneses e Martim Correia Vasques. 322f. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Ciências Humana e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2014.

¹⁹¹ *Anais da Biblioteca e do Arquivo Público do Pará*, Tomo I, 1902, doc. 40, p. 88-90. Disponível em: <http://ufdc.ufl.edu/AA00013075/00001/3j>

¹⁹² PRESTES. A investigação da natureza no Brasil Colônia, *op. cit.*, p. 31.

agora sobre a diferença da descrição da natureza entre portugueses e espanhóis, “a cultura que trouxeram em sua bagagem, mais ou menos erudita, mais ou menos popular, foi a cultura do homem renascentista. E foi como homens renascentistas que olharam para a natureza tropical, do mesmo modo que outros ou eles próprios olhavam para a natureza em seus países europeus de origem.”¹⁹³ Enfim, foram estes homens os responsáveis pela produção dos primeiros documentos sobre a flora e fauna amazônica, os quais serão base de estudos para diversos outros homens de ciência no decorrer dos séculos posteriores.¹⁹⁴

Para Márcio Souza, embora existissem diferenças de atuação entre Espanha e Portugal, havia uma maneira ibérica de encarar a vida e a sociedade, com pouco senso de nacionalidade em Portugal, relações familiares extensas, patriarcalismo, pouca tolerância religiosa e poder administrativo dividido em várias entidades. Apesar da distinção no inventário da natureza feito por espanhóis e portugueses, ambos apresentavam descrições atreladas ao ideal europeu de Novo Mundo e também à busca de novas regiões extrativistas e agrícolas, resumidamente.¹⁹⁵

Por outro lado, como já vimos, não se pode conceber o extrativismo das tartarugas isentando os indígenas do processo. Com flechas em punho, anzóis e a destreza histórica sobre a atividade pesqueira nos rios amazônicos, eles fizeram parte da prática extrativa das tartarugas e outros animais, como o peixe-boi e, mais tarde, o pirarucu. Aliaram suas formas de consumo com a exigência alimentar e colonizadora dos europeus; usufruíram, mesmo de maneira desigual, da aliança comercial estabelecida nas trocas culturais e instrumentais de pesca. Num paralelo com os tupis na Mata Atlântica estudados por Dean, pode-se dizer que estes indígenas não eram “conservacionistas no sentido de poupar os recursos naturais para as gerações vindouras.” Essa provável ausência de preocupação pode ter sido não por descuido, mas resultado da “certeza razoável sobre a adequação dos seus recursos e sua capacidade de defende-los contra os competidores.” Esses competidores, infelizmente, foram os europeus, “cujos apetites insaciáveis eram muito mais destrutivos que qualquer uma das armas que empunhavam.”¹⁹⁶

¹⁹³ *Ibidem*, p. 33.

¹⁹⁴ As descrições da natureza dos cronistas também estavam sob fundamentos teológicos que davam destaque ao predomínio do humano e não ofereciam limites para a exploração, aliando-se às necessidades diárias de alimentação e adaptação num território totalmente novo a eles. Como constatou Thomas, no início da modernidade na Inglaterra era usual considerar o mundo como feito para o homem, e todas as outras espécies como subordinadas a seus desejos. Baseando-se nos fortes fundamentos teológicos difundidos a “civilização humana” era uma expressão virtualmente sinônima de conquista da natureza “ressaltada na perspectiva de singularidade humana quanto à fala, a razão, a capacidade de escolha, a disposição da consciência e instinto religioso.” Cf. KEITH. O homem e o mundo natural, *op. cit.*, p. 33-47.

¹⁹⁵ SOUZA, Márcio. História da Amazônia, *op. cit.*, 2009.

¹⁹⁶ DEAN. A ferro e fogo, *op. cit.*, p. 66.

Mais tarde, esses apetites europeus serão contrastados com as primeiras tentativas de controle da pesca das tartarugas nas praias locais, mesmo sendo elas não necessariamente ligadas à vontade de conservação dos produtos oriundos do extrativismo. A inserção cada vez maior da exigência comercial sobre a tartaruga e seus ovos para o consumo interno dos lugares, vilas e cidades levará estes animais a números de consumo grandiosos, colocando-a num local de observação de homens como Padre João Daniel e Alexandre Rodrigues Ferreira.

CAPÍTULO 3 - Excessos, prejuízos e primeiras tentativas de controle sobre a pesca das tartarugas no século XVIII

Dom João etc. - Faço saber a vós oficiais da Câmara da cidade de Belém que se viu o que me representastes em carta de vinte e oito de setembro do ano passado, em como pelo grande prejuízo que essa terra experimentava na falta das tartarugas que era quase o único sustento dela e se haverem os moradores na pescadela, em forma que pelos seus particulares interesses privam do comum da sua utilidade, representareis ao governador desse Estado publicasse um bando para se reportarem os excessos afim de que se pusesse a pesca na forma conveniente, e por vos parecer ajustado ao que é necessário ao bem comum o remiteis para que eu o confirmasse. Me pareceu dizer-vos que o Governador não podia fazer lei sobre as pescarias das tartarugas, impondo penas tão graves e só vós na forma de ordenação vos é permitido fazer sobre a tal pescaria postura e se vos declara que sobre o dito bando mando informar ao ouvidor Geral, e que este se exprima com que pena se poderá evitar o prejuízo nele se refere interpondo o seu parecer ouvindo-vos a vós e ao Povo. [...] ¹⁹⁷

A carta acima foi enviada pelo rei Dom João V aos oficiais da Câmara da cidade de Belém, em 30 de abril de 1728, como resposta à outra carta, de 28 de setembro de 1727, enviada pela mesma instância. Conforme o documento de solicitação, havia um grande prejuízo pela falta das tartarugas, visto como “quase o único sustento” daquela terra, bem como pela participação de moradores nas “piscadelas”, pois por seus “particulares interesses” estariam “privando do comum” a utilidade destes animais. Para isso, a câmara solicitou a Dom João V a publicação de um grupo de pessoas que pudessem reportar “os excessos afim de que se pusesse a pesca na forma conveniente”, exigência considerada pelo próprio rei como importante ao bem comum.

A resposta do rei à carta, no entanto, talvez não fosse a mais esperada pela Câmara. Para ele não cabia ao Governador “fazer leis sobre as pescarias das tartarugas” e nem mesmo impor “penas tão graves” quanto a isso, pois seria ela, a própria Câmara, responsável por tal decisão de posturas sobre a pescaria, bem como a obrigação de criar o exigido bando. Se o pedido de Dom João V se consolidou, ou mesmo se a câmara de Belém enviou seu bando para refrear os excessos, disso não sabemos, mas sabemos que a decisão, apesar de condenar os excessos da atividade, não proibia a pesca das tartarugas em si e, sim, buscava ações punitivas e posturas que regularizassem as pescarias, as quais

¹⁹⁷ PARÁ. *Anais da Biblioteca e do Arquivo Público do Pará*. 1902, Tomo I, Doc. 229, p. 233-234. Disponível em: <https://archive.org/stream/annaesdabibliot01archgoog#page/n6/mode/2up>. Acesso: 07.09.2014.

deveriam ocorrer na forma conveniente de acordo com os interesses da Câmara e do Povo.¹⁹⁸

Não há na carta, porém, uma sensibilidade em relação às tartarugas mortas. Elas, pelo contrário, estavam destinadas a funcionalidade de suprir a fome e a carestia de alimentos locais, bastasse o cumprimento das pretensas normas criadas pela Câmara. Além de ser atrelada à falta de alimentos no vale amazônico, a tentativa de coibir os excessos da pesca das tartarugas a partir de ações punitivas também se inseriu numa perspectiva do bem comum. Esta última instância, diferentemente da fome e falta de alimentos, não havia aparecido nos primeiros escritos sobre o mundo natural amazônico mas será, alguns anos mais tarde, tão caro ao reformismo ilustrado português. No âmbito colonial, diga-se de passagem, a economia do bem comum se consolidava por meio de intervenções da metrópole, controle de preços, práticas de acumulação, serviços e defesa dos interesses da Coroa, numa rede de reciprocidades com a elite local.¹⁹⁹ Portanto, a busca por medidas pela administração colonial à pesca das tartarugas soou como denúncia do consumo sem regras destes animais pelos chamados “particulares” e também como controle da exploração dos recursos visando a posse mais efetiva da terra e a fiscalização daquilo que ela poderia produzir no substrato das crescentes cidades, como Belém, as quais exigiam cada vez mais os produtos oriundos do extrativismo da floresta e dos rios.

Não sabemos se a lei se consolidou ou se os bandos foram efetivamente formados, mas sabemos que ela foi criada num momento de transformações sociais, econômicas e ambientais no vale amazônico e, conseqüentemente, nos núcleos populacionais. Subordinadas ao governo da capitania, as antigas missões religiosas – cujos objetivos seriam promover a “civilização” dos índios e impedir possíveis invasões europeias pelo rio – controladas por religiosos de diversas ordens, mais notadamente jesuítas, além do erguimento de fortalezas em pontos estratégicos da bacia do Amazonas, tornaram-se vilas com administração laica, sobretudo quando da retirada dos religiosos que ocupavam as missões e tinham das funções referentes ao poder do Estado do Grão Pará e Maranhão. Nestas vilas, tomando como base a administração do Governador e Capitão-general do Estado do Grão-Pará, Mendonça Furtado, na década de 1750, foi elaborada a ocupação

¹⁹⁸ Aliás, Kerleson Costa chamaria essas práticas como as “primeiras tentativas de controle legal” da pesca das tartarugas. COSTA, Kerleson Semerene. Templos de tãatos, templos de Eros: a exploração da tartaruga nas praias amazônicas. In FRANCO, José Luiz de Andrade et.al. *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamound, 2012, p. 274; COSTA. Homens e natureza na Amazônia brasileira, *op. cit.*, 2002, p. 245-246.

¹⁹⁹ FRAGOSO, João. *et. al.* Uma leitura do Brasil Colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. Penélope. *Revista de História e Ciências Sociais*. Lisboa, nº 23, nov. 2000, p. 67-88.

do território e domínio das fronteiras, melhorando a comunicação entre as capitânicas do Norte dentro da objetividade de defesa da região, auxílio no processo de pacificação dos índios, bem como do fornecimento de gêneros destes núcleos.

3.1- Rendimentos do comércio dos índios

Nírvia Ravena afirma que para entender a dinâmica do abastecimento no século XVIII no Grão-Pará o “olhar” do historiador deve examinar “não somente os atos de produção e de consumos de gêneros, mas também, fundamentalmente, as formas de organização do trabalho e os níveis de consumo”. Além disso, complementa, “a cultura, as formas de organização e de gestão do trabalho colonial, a adaptação e resistência dos trabalhadores indígenas à colonização” permitem definir a particularidade do abastecimento colonial da região.²⁰⁰

Com efeito, durante o Século XVIII verificam-se mudanças nas práticas de abastecimento da região amazônica, passando a haver maior interferência do Estado sobre o poder eclesiástico, sobretudo a partir das reformas pombalinas; somada a um estímulo do abastecimento para o autoconsumo, mas exigindo de maneira crescente uma força de trabalho adicional e excedentes que deveriam servir ao circuito mercantil. Ficava claro, quantos aos homens de ultramar, que o papel do Estado seria “provê-los do necessário”, nas suas empreitadas cada vez mais recorrentes na região. Essa função provedora não se restringiu apenas aos gêneros alimentícios, mas abrangeu também a infraestrutura necessária (fortificações, vilas, portos) para a ocupação das terras conquistadas. Mais que isso, concretamente, “verificam-se estratégias de arregimentação de força de trabalho e de obtenção de gêneros para dar suporte ao projeto de ocupar as terras conquistadas e torná-las produtivas para o capital mercantil.”²⁰¹

A inexistência de feiras livres onde produtores pudessem colocar suas mercadorias, os limites do consumo interno de produtos oriundos da “floresta”, tais como salsaparrilha, cravo, cacau, canela, os gastos e dificuldades nas expedições que desfavoreciam lucros por meio das perdas, a oscilação da demanda e de preços do mercado externo quanto aos produtos extrativos que não conseguiam afirmar-se por sua própria natureza, o aumento da mão de obra indígena, tanto nas expedições quanto no

²⁰⁰ RAVENA, Nírvia. O abastecimento no Século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. *Novos cadernos do NAEA*, Belém, v. 8, n. 2, dez. 2005, p. 126.

²⁰¹ *Ibidem*, p. 126-128.

transporte, aumentando progressivamente o abandono das roças e, com ele, os problemas do abastecimento, formaram a atmosfera do abastecimento no Grão-Pará daquele século.

A historiadora também afirma que as primeiras unidades produtivas a desenvolverem “sistema de abastecimento autossuficiente foram as missões”, sobretudo pela racionalidade empregada pelos religiosos no tocante à mão de obra indígena e seu sistema de produção. Seus proventos se davam, em sua maioria, no monopólio de alguns gêneros, a exemplo do bálsamo. E “a origem” da maioria dos proventos das missões estava na captura da tartaruga. De fato, afirma a historiadora, “os produtos oriundos da tartaruga – como a manteiga – eram de grande utilidade e tinham uma aceitação interna garantida. Missionários, moradores e índios usavam o óleo de tartaruga e também os ovos na alimentação e como combustível nas lamparinas.” A carne do Marajó, a farinha do Tocantins e a tartaruga do rio Negro supriam os missionários que organizaram a vida econômica do Grão-Pará com o tripé: trabalho organizado, racionalidade dos provimentos e coerção ideológica.²⁰²

Essas missões constituíram importantes “empresas comerciais”²⁰³ caracterizadas por um regime disciplinado e rigoroso de trabalho distribuído entre a construção das instalações das missões – igrejas, casas de habitação, armazéns e depósitos – e a cultura e/ou extrativismo dos gêneros florestais. Estes produtos mantinham as missões, bem como promoviam o enriquecimento das Ordens respectivas a partir de seus excedentes, atribuindo grande poder e importância financeira a estas instituições, em especial na primeira metade do século XVIII.

Já na política pombalina, montou-se uma tríade sobre o abastecimento das antigas missões, elevadas agora às categorias de vilas e lugares, que consistia na mão de obra importada (negra), agricultura comercial e exercício do monopólio pela companhia do comércio. A necessidade de produtos que trouxessem alimento e estrutura a essas novas vilas e fortalezas que surgiam, em especial, no percurso do rio Amazonas, possibilitou a busca pelo extrativismo, cultivo e produção de gêneros como o cacau, salsaparrilha, cravo, algodão, farinha de mandioca, além da exploração mais utilitária e consistente de animais tais como o peixe-boi e a tartaruga da Amazônia, suprimindo tanto as “vilas e lugares” quanto a própria metrópole, quando os produtos lhe convinham.

A preocupação com escoamento da produção e dos produtos oriundos do extrativismo aumentou e com ela houve um acréscimo do número das embarcações,

²⁰² RAVENA. O abastecimento no Século XVIII no Grão-Pará, *op. cit.*, p. 132-133.

²⁰³ PRADO JUNIOR. História Econômica do Brasil, *op. cit.*, p. 71.

mesmo que perdurassem por todo o século dezoito “reclamações acerca da debilidade dos transportes na Amazônia colonial.” A vila de Macapá, por exemplo, apesar das dificuldades impostas pelo transporte ao abastecimento no vale amazônico, atendeu por meio de suas olarias a povoados próximos como Arrayolos, às proximidades da vila de Almerim, local comprador de louças para acondicionamento de produtos extrativos, como o óleo de tartaruga. As transações se davam com Belém (sal, açúcar e produtos da metrópole), com o baixo Amazonas (mão de obra, farinha e peixe), o Marajó (gado e peixe), o Tocantins (mão de obra, farinha, aguardente e açúcar) e o Rio Negro, de onde provinha mão de obra, farinha, peixe e tartarugas; de Óbidos vinha a manteiga e o peixe-boi.²⁰⁴

Essas transações entre as vilas e lugares do vale amazônico foram sustentadas pelo comércio dos índios nas vilas da capitania do Grão-Pará. Seus relatos aparecem nas correspondências dos Governadores do Pará com a Corte na época pombalina pelo menos no decorrer de 26 anos, entre 1764 e 1790. Melgaço, Monforte (Joanes), Conde, Bragança, Moura, Barcelos, Salvaterra, Soure, Chaves, Portel, eram algumas das localidades citadas nas cerca de 62 vilas presentes nos mapas. Os produtos comercializados eram os mais diversos: salsaparrilha, algodão, cacau, tabaco, telhas, peixe-boi, potes de manteiga e, claro, tartarugas, contabilizados em réis. Esse controle dos rendimentos acompanhou a política mercantilista de Pombal e sua tentativa de conhecimento utilitário dos produtos coletados na colônia para provimento da metrópole.

A tabela abaixo indica os lugares de captura e os valores dos produtos, em réis, adquiridos com o comércio das tartarugas na Amazônia entre os anos de 1764 e 1790.²⁰⁵

²⁰⁴ RAVENA. O abastecimento no Século XVIII no Grão-Pará, *op. cit.*, p. 135-139 e p. 146.

²⁰⁵ TEIVE, Fernando da Costa de Ataíde e. [1764] Mapa geral do rendimento que houve na tesouraria do comércio dos índios este presente ano de todas as vilas e lugares com que cada uma importa. [18 de janeiro de abril de 1765]. *Correspondência Original dos Governadores do Pará com a Corte: Cartas e anexos*. Cod. 99, flash 1, volume 1, 1765, p. 12-13; TEIVE, Fernando da Costa de Ataíde e. Mapa geral do rendimento que houve na tesouraria do comércio dos índios este presente ano de todas as vilas e lugares com que cada uma importa [29 de novembro de 1765]. *Correspondência Original dos Governadores do Pará com a Corte: Cartas e anexos*. Cod. 99, flash 1, volume 1, 1765, p. 36-37; TEIVE, Fernando da Costa de Ataíde e. Mapa geral do rendimento que houve na tesouraria do comércio dos índios este presente ano de todas as vilas e lugares com que cada uma importa. [16 de outubro de 1766]. *Correspondência Original dos Governadores do Pará com a Corte: Cartas e anexos*. Cod. 99, flash 1, Volume 1, 1766, p. 90-91; TEIVE, Fernando da Costa de Ataíde e. Mapa geral do rendimento que houve na tesouraria do comércio dos índios este presente ano de todas as vilas e lugares com que cada uma importa. 23 de outubro de 1767. *Correspondência Original dos Governadores do Pará com a Corte: Cartas e anexos*. Cod. 99, flash 1, Volume 1, 1767, p. 219-220; TEIVE, Fernando da Costa de Ataíde e. Mapa geral do rendimento que houve na tesouraria do comércio dos índios este presente ano de 1769 de todas as vilas e lugares e o que cada uma importa. [14 de janeiro de 1770] *Correspondência Original dos Governadores do Pará com a Corte: Cartas e anexos*. Cod. 99, flash 2, volume 2, 1770, p. 152-153. Ver também p. 790; RIBEIRO, Matias José. Mapa de todos os efeitos que na Tesouraria Geral do Comércio das Povoações dos Índios do Estado do Grão Pará entraram no Ano de 1782, sendo tesoureiro o Capitão João Manoel Rodrigues. *Correspondência Original*

Vale ressaltar que os “mapas” destes produtos descritos nas correspondências dos governadores eram extensos e traziam também informações sobre outros produtos comercializados pelos índios no vale amazônico.

dos Governadores do Pará com a Corte: Cartas e Anexos. Cod. 99, flash 4, Volume 4, 1783, p. 123; RIBEIRO, Matias José. Mapa geral dos todos os gêneros e efeitos que na tesouraria geral do comércio das povoações dos índios do Estado do Grão Pará entraram no ano de 1784, sendo o Tesoureiro João Manoel Rodrigues [19 de março de 1785]. *Correspondência Original dos Governadores do Pará com a Corte: Cartas e anexos*. Cod. 99, flash 2, volume 6, 1785, p. 3-4.

Tabela 1 – Mapa dos rendimentos do comércio dos índios com ênfase nas tartarugas

Ano/Vilas e lugares	1764	1765	1766	1767	1768	1782	1785	1790
Melgaço	76	106	68	6	(Ilegível)			50
Beja		52			(Ilegível)			
(Ilegível)	41							
Conde	112	126	140	186	(Ilegível)			
(Ilegível)	61							
Vila de Silves	23			10				
Arrayolos		42		57	(Ilegível)			
(Ilegível)		91						
Óbidos					49			60
(Ilegível)					35			
(Ilegível)					23			
Almerim	133							
(Ilegível)	101							
Chaves	67	45		3				
Monte Alegre		70	140					
Portel	172	84	300	30		9		217
Porto de Moz							22	
Veyros		50	25	81				
Oeiras	115	55	25	27		19		
Pombal	186		60					
Boim			18					
(Ilegível)			10					
(Ilegível)						10		
Santarém				5				
(Ilegível)	104							
Fragoso	31							
Fonte Boa	47							
(Ilegível)	10							
Total	1279	721	786	441*	475	38	22	327

O estudo da formação territorial paraense feito por Maria Goretti da Costa Tavares (figura 3)²⁰⁶ permite a comparação entre os principais núcleos coloniais da Amazônia na época do diretório pombalino (1757-1798) e os locais citados pelos mapas de rendimentos do comércio dos índios, onde teremos na região das ilhas e furos as vilas de Melgaço, Portel e Oeiras; na região do interior do continente, a vila do Conde; no rio Xingu, as vilas de Pombal, Veyros e Porto de Moz; no rio Tapajós, as vilas de Santarém e Boim; no rio Amazonas, as vilas de Almerim, Monte Alegre, Óbidos, Silves (capitania do Rio Negro); já no rio Tocantins foi citada a vila de Beja (Figura 3); além de vilas como Chaves, Arrayolos, Fonte Boa e Fragoso.

Entre os anos indicados, Melgaço, Conde e Portel despontaram como os principais locais de venda de tartarugas, chegando esta última a vender cerca de 300 réis do animal em 1766. As três vilas apresentam-se numa localidade estratégica no abastecimento do Grão-Pará naquele momento por estarem muito próximas ou já banhadas pelo rio Amazonas.

Nos mapas não são apresentados os preços individuais do animal, ou mesmo o valor do quilo à venda, mas se compararmos com outros animais como peixe-boi, que chegava a apresentar de 10 a 12 arrobas²⁰⁷, contra as 3 arrobas de cada tartaruga²⁰⁸, podemos observar que havia grande saída na venda destas últimas no comércio na região. Por exemplo, no ano de 1764, o mesmo mapa indica que a venda de peixe-boi obteve um pouco mais de 150 réis em Óbidos, 120 réis em Melgaço, além de outras cidades já conhecidas como Veiros. Todavia, em termos biológicos, consideramos que um peixe-boi renderia muito mais que uma tartaruga, portanto guardada a proporcionalidade, ambos os animais obtiveram números consideráveis nos rendimentos do comércio indígena.

Os números são variáveis também em relação à quantidade de tartarugas vendidas no decorrer dos anos. Estes rendimentos reduziram entre 1785 e 1790, quando as únicas vilas a apresentarem registro da venda são Porto de Moz, Óbidos, Melgaço e Portel (217 réis). Não aparecem, neste momento, nos relatos, as vilas anteriormente citadas como Conde e Oeiras. Tal caminho pode ser um indicativo da redução do controle sobre os

²⁰⁶ TAVARES, Maria Goretti da Costa. A formação territorial do Espaço Paraense: dos fortes à criação de municípios. *Revista ACTA Geográfica*, Ano II, n°3, jan. - jun., 2008, p. 63.

²⁰⁷ PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. Os animais no estado do Grão Pará segundo um manuscrito do jesuíta Antônio Moreira (1750). *Arquivos de Zoologia*, volume 42 (2), 2011, p. 93.

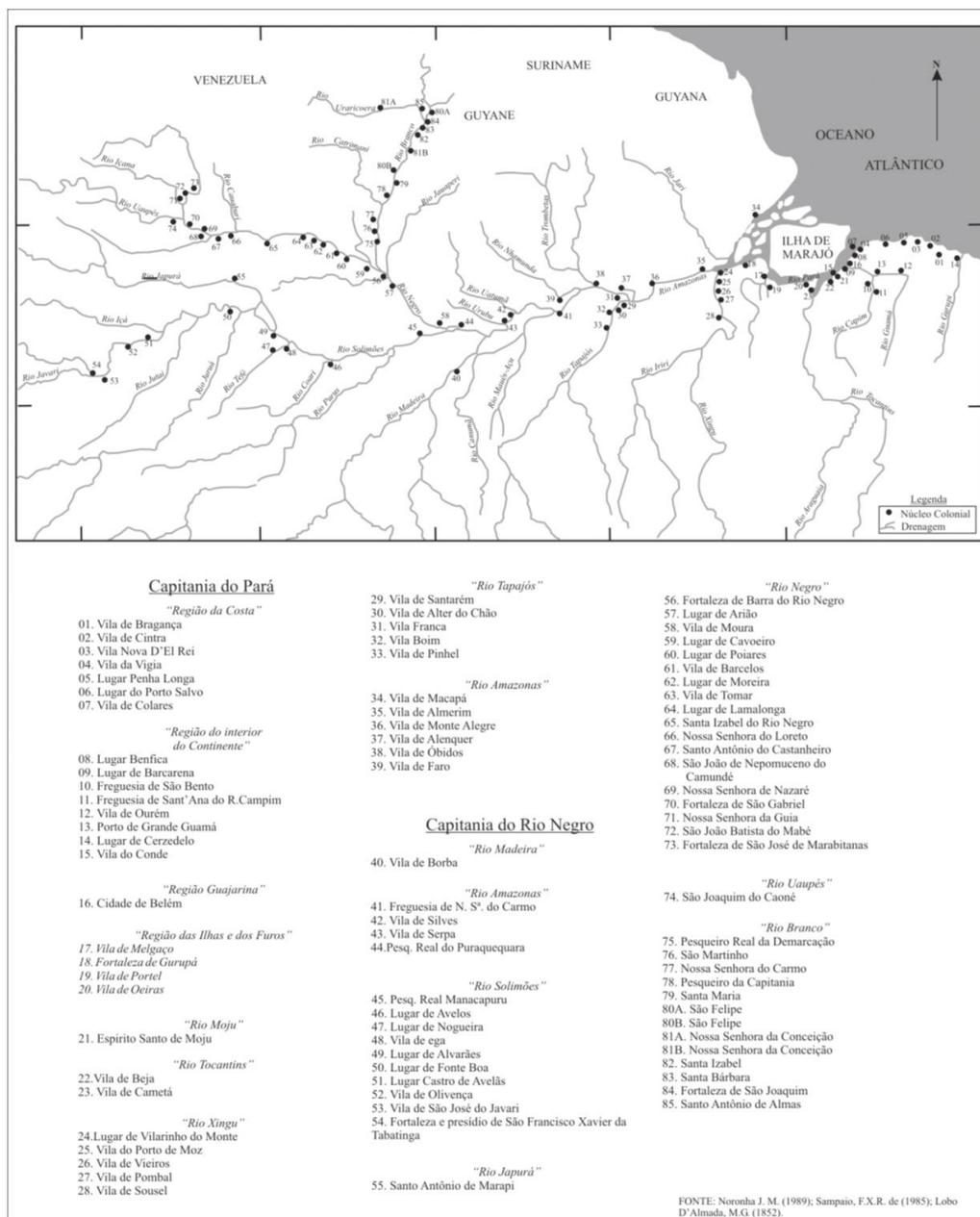
²⁰⁸ NORONHA, José Monteiro de. *Roteiro da viagem da cidade do Pará, até às últimas colônias do sertão da Província*. [1768]. Pará: Typographia de Santos & Irmãos, 1862, p. 28. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01230800#page/5/mode/1up>. Acesso em: 25 mai. 2013.

registros dos rendimentos, diminuição do número de tartarugas em determinadas localidades, o interesse por outras formas de comércio, como no caso da manteiga de tartaruga, ou ainda o aumento da mão de obra escrava, cada vez mais recorrente no final do século XVIII.

Vale ressaltar que estes números são oficiais e relatam os valores em quantidade de tartarugas consumidas. Sendo assim, ainda que descrevessem constantemente nos mesmos mapas a quantidade de gastos com a empreitada, como costumavam fazer, tais documentos descartavam as tartarugas que haviam sido consumidas como subsistência durante sua própria pesca – ou de qualquer outro produto do reino animal – ou extração dos gêneros como cacau e salsaparrilha, obtidos no decorrer dos rios. Estes mapas também não referenciam a venda de manteiga de tartaruga ou dos ovos do animal. Tudo indica que a manteiga citada nos mapas não seja necessariamente a manteiga de tartaruga, pois, em geral, a citação quando aparece “desacompanhada” do nome do quelônio é relacionada à manteiga derivada do leite de vaca.

Outro ponto em questão é que até antes de 1764 poucas eram as referências sistematizadas pelo Governo referente à troca, venda e consumo de produtos, a exemplo dos mapas de rendimentos. Posteriormente eles se tornam esparsos, porém constantes nas cartas. A isso se pode assinalar o que já vem sendo discutido sobre a presença cada vez mais forte do estado na economia extrativista da região, fruto das já citadas reformas pombalinas na Amazônia. O registro torna-se importante no controle produtivo e extrativo dos rendimentos da floresta, fossem eles obtidos por meio da mão de obra indígenas ou não.

Figura 7 – Principais núcleos coloniais da Amazônia na época do Diretório Pombalino (1757-1798).



Fonte: TAVARES (2008)

3.2- Consumo, registro e descrição da natureza no serviço das comissões

Outra forma de descrição, consumo e exploração da natureza do vale amazônico se deu por meio da Comissão Demarcadora de Limites portuguesa, comanda por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, geradora de uma série de documentos referentes à tentativa de ordenação fronteiriça da natureza e território amazônico sob o domínio

português e castelhano, as quais citavam, por vezes, as tartarugas como suprimento das tropas, frente à escassez e os óbices constantes da empreitada.²⁰⁹ A viagem entre Belém e o Arraial de Mariuá – depois transformada em Vila de Barcelos em 1757 – durou oitenta e oito dias, no período de 2 de outubro a 25 de dezembro de 1754, e tinha como objetivo encontrar-se com a Comissão Demarcadora de limites espanhola, um encontro que nunca se realizou.²¹⁰

Durante a expedição, em 26 de novembro de 1754, na fronteira com as colônias espanholas, o Governador Mendonça Furtado chegou às praias do rio Saracá ou Urubu. A pausa no itinerário foi relatada por João Antonio Pinto da Silva, secretário do Governador e responsável pela escrita do diário de viagem no rio Negro, onde expôs que o próprio Mendonça Furtado

[...] mandou às praias muita parte das canoas da tropa carregar inumeráveis tartarugas que lá **estavam viradas** por ordem do mesmo Senhor, que se tinha antecipado a mandar a esta diligência, que certamente foi utilíssima, porque fartou a todas as pessoas de que se compunha a tropa, e é sustento que dura muitos dias. Para fazer esta diligência foi preciso demorar-nos no mesmo porto no dia 27.²¹¹ [Grifo nosso]

O roteiro dessa viagem e, conseqüentemente, o episódio da ilha de Saracá, também foi escrito por Giovanni Angelo Brunelli, bolonhês destacado como astrônomo da segunda tropa (de um total de três) da expedição de Mendonça Furtado, sob o comando do primeiro comissário o Sargento-maior Gabriel de Sousa Filgueiras, com a tarefa de percorrer os rios Javari, Juruá e Purus, todos à margem direita do Solimões.²¹² De acordo com Brunelli, durante o dia 26 de novembro, a tripulação havia passado “por ilhas onde se produz manteiga de tartaruga”, chamada de Saracá, e após o almoço “quase todas as

²⁰⁹ FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. "113º carta." In MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pombalina: correspondência do Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759*. Brasília: Senado Federal, 2005, Tomo II, p. 419-421.

²¹⁰ KETTLE, Wesley Oliveira. "Ciclopes e profetas no rio Amazonas: História e natureza no século XVIII." In *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*, 2013, p. 4; PAPAVERO, Nelson *et. al.* Os escritos de Giovanni Angelo Brunelli, astrônomo da Comissão Demarcadora de limites portuguesa (1753-1761), sobre a Amazônia Brasileira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, Belém, v. 5, n. 2, p.493-533, maio-ago, 2010, p. 497.

²¹¹ SILVA, João Antonio Pinto da. "Diário da viagem que o Ilm. E Exm. Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do estado do Maranhão, fez para o Rio Negro. A expedição das demarcações dos reais domínios de sua majestade." [1754] MENDONÇA. *A Amazônia na Era Pombalina*, *op. cit.*, p. 278.

²¹² FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. "113º carta." In MENDONÇA. *A Amazônia na Era Pombalina*, *op. cit.*, 2005, p. 419-420; KETTLE. *Ciclopes e profetas no rio Amazonas*, *op. cit.*, p. 4; PAPAVERO *et.al.* Os escritos de Giovanni Angelo Brunelli..., *op. cit.*, p. 497.

canoas voltaram para tomar tartarugas e manteiga”, pesca que se estendeu para o outro dia em que as canoas regressaram, também, com tartarugas.²¹³

Segundo Pinto da Silva, após essa interrupção nas ilhas, a tripulação seguiu a rota e, no dia 30, depois de terem passado por Itacoatiara, no tempo de aproximadamente um dia, chegaram “em uma boa praia amparada de uma ilha da qual tiravam os índios grande quantidade de ovos de tartarugas, e se fez uma grande pescaria, toda de excelentes pescadas que se partiram na forma ordinária.”²¹⁴ Observa-se no relato a citação da mão de obra indígena para além da “viração”, até agora fator mais relatado entre os escritos referentes à tartaruga no período colonial. Sobre os ovos não foi citada uma utilização específica, visto que eles os coletavam desde antes da chegada da comissão, podendo assim afirmar a sua utilização na alimentação indígena.

Interessante foi, ainda, a retomada sobre este episódio da pesca nas praias de Saracá por Francisco Xavier Mendonça Furtado em carta datada de 6 de julho de 1755, quando ele já se encontrava no Arraial do Mariuá, informando ao seu irmão, Sebastião de José Carvalho e Melo, posteriormente Marquês de Pombal, que em toda viagem realizada havia tido “abundância grande de peixe, caça e tartarugas”, e com admiração disse ter achado uma imensidade delas naquelas praias, com as quais “carregaram as canoas as que puderam” e ficaram ainda “mais de três mil metidas nos currais.”²¹⁵

A “viração” aqui não era proibida, pelo contrário, tinha no Governador e na necessidade alimentar do agrupamento sua legalidade. A intervenção sob as inúmeras tartarugas, estimulada e consentida pelo Governador, fartou a tropa e a sustentou por alguns dias indicando a necessidade alimentar dos expedicionários. Estima-se que várias vezes as embarcações poderiam ser abarrotadas com os animais, visto que, uma delas era suficiente para suprir cerca de dez homens, para uma tropa de aproximadamente novecentas pessoas, seriam necessárias por volta de noventa tartarugas.²¹⁶

²¹³ *apud* PAPAVERO *et. al.* Os escritos de Giovanni Angelo Brunelli..., *op. cit.*, Anexo 2 [1754], p. 509-510. Logo falarei mais como as tartarugas aparecem nos escritos de Brunelli sobre o rio Amazonas.

²¹⁴ SILVA. Diário da viagem que o Ilm. E Exm. Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado..., *op. cit.*, p. 278.

²¹⁵ FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. "100ª carta." In MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pombalina: correspondência do Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759*. Brasília: Senado Federal, 2005, Tomo II, p. 372.

²¹⁶ FIORI, Marlon M.; PALMA, Monique; SANTOS, Christian Fausto Moraes. Milhares e milhares de tartarugas espalhadas pela praia: uma breve história do consumo de *Podocnemis expansa* na Amazônia do século XVIII. *Anais do VI Congresso Internacional de História*, 2013, p. 3.

O governador Mendonça Furtado fez também uma longa relação dos rios que desaguavam no rio Negro, listando entre eles o rio *Cassiquiare*²¹⁷, canal de integração fluvial entre o Brasil e a Venezuela, descrito como “abundantíssimo de toda a casta de caça, peixe e tartarugas”, além de “muitas frutas silvestres.”²¹⁸ Em meio às suas correspondências, o Governador descreveu as dificuldades na libertação dos índios, na inserção da mão de obra escrava e abastecimento de alimentos na região. Destacou que a terça parte do que era produzido deveria ser disponibilizada para as missões, mas nem sempre isso era possível, as vezes por resistência das aldeias, outras porque nem mesmo se chegava a produzir uma quantia considerável para render a frota. Na falta de provimentos nas povoações, o Governador exaltava a “Deus Nosso Senhor” por ter fertilizado tanto os rios que o socorreram com “grandíssima abundância de peixe, tartarugas, e caça de que tudo houve uma quantidade indizível”, o que o possibilitou de chegar ao Arraial de Mariuá, seu destino, em 1755.²¹⁹

Ao secretário do Estado, Diogo de Mendonça Corte Real, em 12 de julho de 1755, Mendonça Furtado relatou o adiantamento das roças do Arraial de Mariuá para provimento das tropas das demarcações que ainda não haviam chegado, mesmo diante de dificuldades como a deserção de indígenas das roças. Os rios Amazonas e Solimões eram os subterfúgios para quando havia a falta de alimentos, sendo estes exaltados pelo Governador por sua possibilidade de sempre disponibilizar os alimentos necessários para a sua permanência no local, bem como de seus homens:

O rio nos proveu abundantemente de caça e peixe, e a rede foi de excelente uso, e apanhando sempre bastante peixe, fizeram-se alguns lances tão copiosos, que provendo-se abundantemente toda a comitiva que constava de perto de 900 pessoas, sobejou peixe, que o deixaram nas praias.

²¹⁷ Trata-se, mais precisamente, do canal Cassiquiare, ou Braço Cassiquiare ou, ainda, rio Cachequirique, que corresponde ao ponto de confluência entre duas das bacias mais importantes da América do Sul, a do Amazonas, considerada a maior do planeta, com 6,2 milhões de km². Por essa situação geográfica, onde comporta a maior ilha marítima fluvial do planeta, a Ilha das G, tem se constituído em tema de “interesse geopolítico desde o começo da colonização e da conquista ibérica do continente.” Cf. BARROS, Pedro Silva; CORDOVA, Jesús Alberto Mercado. Cassiquiare: o canal da integração fluvial entre Brasil e Venezuela. *Boletim de Economia Política Internacional – BEPI*, n.18, Set. /Dez., 2014.

²¹⁸ FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. "Relação dos rios que deságuam no Rio Negro, de que até agora tenho achado na primeira parte da nascente, ou da mão direita." In MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pombalina: correspondência do Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759*. Brasília: Senado Federal, 2005, Tomo II, 2005, p. 350.

²¹⁹ FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. "Carta 105ª." In MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pombalina: correspondência do Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759*. Brasília: Senado Federal, 2005, Tomo II, 2005, p. 385-386.

Este rio, ainda que não é tão abundante como as Amazonas, no tempo em que está vazio, nos provê suficientemente, quando porém está cheio, com dificuldade se pode pescar, mas ainda assim, sempre ou mais, ou menos se apanha peixe, e só me lembra que um dia o não houve. A caça que aqui há é mais rara, e estando neste arraial há seis meses, ainda me não entrou nesta casa veado, javali, ou ave alguma, e vamos somente socorrendo-nos do rio, e das pescarias que tenho estabelecidas no Solimões, das quais além do peixe seco, nos têm vindo inumeráveis tartarugas. Pelas canoas que trago a resgatar galinhas, farinhas, e outros mantimentos por todas as Amazonas e Solimões, me têm vindo também algumas vitelas, ainda que muito poucas, porque se faz sumamente dificultoso o seu transporte.²²⁰

As particularidades do abastecimento na Amazônia foram recorrentes nos documentos coloniais e remetem às formas de organização e de gestão do trabalho colonial, bem como da adaptação e resistência dos trabalhadores indígenas à colonização. A dinâmica do rio ditou, tantas vezes, aquilo que se comia, e a frequência do que se comia. Mais uma vez abundância e ausência de alimentos contrastavam, e alguns animais, sobretudo os provenientes da caça, não chegavam à “mesa” das tropas. Há também uma rede de mantimentos proveniente de outros lugares, como no caso do Solimões, para alimentar os, aproximadamente, novecentos homens da expedição.

O contraste de quem se alimenta também é visível nas cartas e registros de Mendonça Furtado. Enquanto, como visto há alguns relatos atrás, Bettendorf relacionava estes animais na alimentação das missões jesuíticas, o Governador, anos mais tarde, descreve a alimentação com tartarugas a uma instituição que interferia na direção anteriormente instituída pelo poder eclesiástico no território amazônico. Mais que isso, o fato é latente: cronistas, jesuítas, tropas de demarcações de limites, governadores, bem como povoados indígenas se alimentavam destes animais de casco e davam a ele lugar constante na dieta colonial no vale amazônico.

Ainda na esteira da Comissão Demarcadora de Limites portuguesa, retomo outro documento escrito por Giovanni Angelo Brunelli, intitulado “Sobre o rio Amazonas.”²²¹ O documento de Brunelli encontra-se na transição entre a descrição da natureza antes dele e aquilo que começava a ser descrito do mundo natural na cultura iluminista. A ênfase, mesmo sorradeira, em algumas características morfológicas dos animais descritos e na relação entre eles, como uma cadeia, já mostra isso. Seu critério de cientificidade e sintonia com a ciência da natureza daquele momento aparece quando ele classifica o

²²⁰ FURTADO. Carta 105ª. In MENDONÇA. A Amazônia na Era Pombalina, *op. cit.*, p. 385-386.

²²¹ PAPAVERO *et. al.*. Os escritos de Giovanni Angelo Brunelli..., *op. cit.*, p. 497.

peixe-boi como pertencente ao grupo dos “cetáceos”, sintonizando-se como a classificação de Lineu; descreve, também, o “torpedo”, ou peixe elétrico, a raia e o “inseto” Candirú²²² pela sua história natural, comportamento, curiosidade e diferença em relação a outras espécies, mesmo que elas não tivessem nenhuma utilidade direta.

Brunelli, porém, não se afasta totalmente do relato utilitário e crenças quando passa ao relato das tartarugas. Ao observar duas espécies presentes na região, disse haver uma delas muito rara, quase sem uso, exceto por sua carapaça, pois de acordo com as informações de algumas pessoas, sobre quem ele não ousou comentar, os que comiam sua carne imediatamente eram tomados por febres²²³; já as pertencentes a outra espécie, as tartarugas do Amazonas, eram tantas e ocorriam sempre em todas as partes, sendo assim suficientes todo ano para alimentar “abundantemente todos os povos do Brasil”, os quais, quando a necessidade premia ou existia ocasião, pegavam e traziam dos rios e dos lagos quantas tartarugas quisessem usando ganchos de ferro, mais uma das inserções europeias nas práticas de pesca. Ainda de acordo com o astrônomo, o número de tartarugas capturadas aumentava e se tornava mais recorrente nos dois ou três últimos meses do ano, onde, em lugares espaçosos e abertos, pegavam “tão grande abundância destes animais” que vagavam juntos e, “num curto intervalo de tempo, depois de pegar o máximo”, enchiam e sobrecarregavam “muitos botes.”²²⁴

Esse período em que as águas eram poucas e corriam numa menor profundidade resultava numa margem com grande extensão de areia, onde “quase todas as tartarugas fêmeas, saindo das águas por todas as partes”, as buscavam para pôr os ovos, a ponto de se ver “escurecerem-se enormes trechos de areia de modo admirável”, que se prolongavam por um “espaço de muitas léguas.”²²⁵ Nas palavras de Brunelli, os pescadores

[...] observando isso e, ao mesmo tempo, lançando-se das barcas onde permaneciam, mal se pode dizer que os mesmos, no menor tempo possível, pegam, da forma mais fácil, aquela enorme quantidade desses animais, como disse. Portanto, tratam imediatamente e com a maior

²²² O Candirú (que representa vários peixes da Família Cetopsidade e Trichomycteridae) é conhecido, principalmente, por alimentar-se de animais feridos e pela possibilidade de entrada no pênis humano alojando-se aí para não mais sair. De acordo com Brunelli, que o descreveu como inseto, os homens da região não ousavam a entrar nos rios “senão com os previamente enfaixados e muito bem comprimidos”, pois uma vez dentro do órgão só seria possível sua retirada por um corte quase em toda parte do órgão. Essa descrição do comissário bolonhês é considerada por Papavero *et.al.* (2010, p. 529) como a primeira citação deste pequeno peixe feita na história da zoologia brasileira.

²²³ *apud* PAPAVERO *et. al.*. Os escritos de Giovanni Angelo Brunelli..., *op. cit.*, 2010, p. 530. Apesar de não ter citado diretamente, acredito que se trata, certamente, do matá-matá, devido haver outras citações referentes a recusa de alimentação por este quelônio, sobretudo por questões culturais devido sua aparência.

²²⁴ *Ibidem.*

²²⁵ *Ibidem.*

rapidez possível de colocar as tartarugas com a barriga para cima, para que não escapem. Muitas, no entanto, fogem, na verdade, as que estão mais perto da água e que ainda não puseram os ovos; deixando as areias, lançam-se o mais rápido que podem, imediatamente, ao rio e fogem nadando. Na verdade, as que são surpreendidas pondo os ovos, embora tocadas com as mãos e vigorosamente apalpadas, permanecem quase imóveis e olham muito estupefatas os homens. São pegas, finalmente, elas e os ovos que tiverem posto. Então, os pescadores levam para outro lugar as tartarugas que pegaram, depois de encherem completamente os botes, guardam-nas em viveiros e preservam-nas por muito tempo.

Quando as tartarugas põem os ovos, guardam-nos em buracos que fazem na areia, mexendo e jogando a areia principalmente com as patas posteriores, numa velocidade admirável. Há tartarugas que põem, ao mesmo tempo, oitenta ou cem ovos e mais, todos os anos. Na verdade, elas são de um tamanho tão grande e são tão pesadas que muito dificilmente podem ser carregadas cada uma por um homem. Muitas, contudo, porque são menores, põem somente 50 ou 60 ovos. Após botarem, juntam areia e aparam-na com a barriga, para que não se possa assim descobrir facilmente onde se escondem os ovos. Os habitantes, porém, batendo os pés, descobrem geralmente os lugares que contêm os ovos. Desse modo, acumulam uma quantidade quase incrível de ovos, dos quais, como dizem os portugueses, extraem a “manteiga”. Quase todas as nações brasileiras servem-se dela para temperar os alimentos. Também a colocam como óleo nas lamparinas.²²⁶

A “viração”, descrita, citada e autorizada pelo Governador Mendonça Furtado, é também trazida nos relatos de Brunelli, mesmo que a tartaruga descrita por ele tenha um caráter humanizado, afinal para o astrônomo elas olham para os pescadores de maneira “estupefata”, o que não atenuou sua captura e aprisionamento nos currais. Elas eram de um tamanho tão grande e tão pesadas que, dificilmente, poderiam ser carregadas por um homem apenas e a coleta dos ovos é ainda mais detalhada, pois os indígenas procuravam com os pés as covas onde teriam sido depositados e, assim como os de jacaré, eram consumidos quando encontrados pelos “bárbaros brasileiros” que comiam de tudo. Sobre a manteiga, ele afirma ser utilizada na culinária por quase todas as nações brasileiras para temperar os alimentos, é atribuída a denominação por parte dos portugueses, talvez em comparação à manteiga de vaca, utilizada nos países europeus.²²⁷ Outra utilização citada é como óleo nas lamparinas, aumentando o repertório de emprego das tartarugas na cultura colonial no vale amazônico.

Finalmente, Brunelli exalta a importância do rio Amazonas como o mais “importante da orbe terrestre”, sem comparação, sobretudo pela abundância e variedades

²²⁶ *apud* PAPAVERO *et. al.*. Os escritos de Giovanni Angelo Brunelli..., *op. cit.*, p. 530.

²²⁷ Segundo John Henry (2010, p. 33), a civilização da Europa medieval seria inconcebível sem o boi e o cavalo.

de peixes que alimentava, considerada “quase infinita”, fazendo-o, de longe, o maior e mais nobre rio de todos os rios vistos neste mundo.

3.3- A “Galinha do Amazonas”: descrição da natureza e crítica ambiental de João Daniel

Enquanto os comissários responsáveis pelas demarcações de limites narravam seus feitos no vale amazônico e davam continuidade ao projeto pombalino, descrevendo e reconhecendo o território, João Daniel, padre Jesuíta, também percorria várias vilas e localidades no entorno do rio Amazonas. Anos mais tarde, a experiência deste padre seria responsável pela elaboração de um extenso relato intitulado “Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas”. Nascido em Portugal em 1722, João Daniel foi despachado com menos de vinte anos para a Amazônia, em 1739, onde permaneceu entre os Estados do Maranhão e Grão-Pará por 16 anos, seis deles no vale amazônico, entre 1751 e 1757, momento de opulência da Companhia de Jesus da América na região. O jesuíta foi posteriormente desterrado e encarcerado em Portugal, entre o forte de Almeida e a torre e São Julião, cumprindo nesta última 14 anos de reclusão, e morreu em 1776.²²⁸

Do cárcere, João Daniel, com base em sua experiência vivida no vale amazônico, escreveu um “compêndio das riquezas e potencialidades da região” e ganhou destaque, primeiro, por ser o autor de uma das únicas vozes entre os jesuítas “silenciados por pombal” e, segundo, por falar da história de alguém que viveu tanto na Amazônia “pré-pombalina” como no momento das reformas de pombal na região. Em meio a descrição de um clima agradável, amplos e caudalosos rios, o jesuíta enumera nomes de plantas e animais com detalhada explicação descrevendo, neste último caso, “as características físicas, o comportamento e eventual utilidade; compara-os com espécies conhecidas, registra fábulas, superstições e situações curiosas que os envolvam, constrói parábolas, retirando do comportamento animal lições sobre as atitudes humanas.”²²⁹

As relações ecológicas entre os animais, presa e caçador, são trazidas no compêndio como em nenhum outro autor até o momento. Assim os jacarés, peixes-anfíbios²³⁰, segundo João Daniel, mordiscavam homens e podiam até os engolir “por

²²⁸ SALLES, Vicente. “Rapsódia Amazônica de João Daniel.” In DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, Volume I, 2004, p. 11.

²²⁹ COSTA, Kerleson Semerene. Natureza, colonização e utopia na obra de João Daniel. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, suplemento, dez. 2007, p. 97-99.

²³⁰ Os Jacarés são, na verdade, répteis da família dos *Crocodylia*.

inteiro”, não se “contentavam com ervas, frutas do mato, ou legumes, como os demais animais”. Pelo contrário, serviam-se só de “bom peixe, que pescam, e boa carne, que caçam”, além de pescar “muitas tartarugas no rios, e principalmente nos lagos, que são ordinariamente os seus viveiros” e também as “acometem nas praias, quando saem a desovar, e muito mais quando pequeninas saem dos ovos para a água, onde os jacaré estão esperando com os alçapões das suas grandes bocas, nas quais elas inocentes se vão meter, quais doninhas nas bocas de sapos.”²³¹

Estimada por João Daniel não apenas pelo tamanho, mas também por ser gostosa, a tartaruga da Amazônia, além de ser chamada pelos naturais de jurará, era também denominada por alguns europeus, de “galinha do Amazonas”. “Valente animalejo!”, diz o jesuíta de forma imperativa, afirmando o crescimento destes animais a tal grandeza suficiente para carregar um jumento.²³²

Como alimento, representavam estas tartarugas uma iguaria, sendo preparadas e consumidas de diversas formas.

Tem tempos de mais, e menos gordas; as suas carnes nas maiores, especialmente estando magras, são alguma coisa dura, e secas; mas se dão em mãos de um bom cozinheiro, sabem como gaitas, ou se convertem como carneiro estofado, ou ensopado, ou como porco a *fricassè*, ou como galinha. O seu sarapatel, e sangue em nada se distingue do sarapatel, e sarrabulho de porco, se é bem cozinhado. De cada tartaruga fazem sete ou mais menestras diversas; e todas a receber. Primeira o sarapatel, segunda o sarrabulho, terceira o peito assado, quarta *fricassè*, quinta o cozido, sexta a sopa, sétima o arroz. Isto é o mais usual, que em casas particulares ainda fazem mais guisados, especialmente se ela está com seus ovos; e se é das maiores, uma só pode dar de comer a uma comunidade. As pequeninas quando, e pouco depois que saem dos ovos, sabem como torresmos; e quando já de alguns meses, enquanto são como 1 palmo, ou pouco mais, lhe fazem uma brecha no peito, por onde as limpam, e enchem o vão de temperos, vinagre, cebola, etc., e assadas assim no forno são um pasmo, come-se sem fastio, e por regalo.²³³ [Grifos do autor]

Estes animais se diferenciavam em relação as tartarugas do Salgado no tocante à utilização do casco, pois diferente da última, as “conchas” das tartarugas do Amazonas eram muito finas, e “por isso ineptas para delas se fazer obra alguma.” Já os tracajás, outro grupo de tartaruga consumido na região, também citado por João Daniel, foram

²³¹ DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, Volume I, 2004, p. 121.

²³² *Ibidem*, p. 130-131.

²³³ *Ibidem*, p. 131.

consideradas, além de menores, “ordinariamente mais tenras; e por isso mais estimadas para o prato.”²³⁴

Para João Daniel, tanto os ovos de tracajá, quanto os da jurará pareciam com os de galinha, diferenciando-se em serem quase tudo gema, o que os tornavam ótimos para fazer “ovos moles.” A quantidade era admirada, cerca de 150 a 200 ovos, a ponto de o jesuíta achar que se as galinhas fossem tão fecundas e colocassem a mesma quantidade, não seriam eles tão caros. O processo de desova é descrito dentro de uma metáfora de um numeroso exército em busca das praias, pois elas saíam dos lagos em tão grandes cardumes, que chegavam a alterar as águas, fazerem ondas, por um considerável espaço de tempo, “quais as ventanias, quando assopram.”²³⁵ Estes ovos eram postos em covas de areia, posteriormente recoberto pelas próprias tartarugas, e, ainda que os indígenas fossem “lincs na vista”, não viam onde as tartarugas teriam posto seus ovos.

Estes animais, conforme João Daniel, tinham tanta simpatia com a água que “pondo uma tartaruga no interior do mato, ainda que lá virem o focinho para o sertão, em se vendo liberta, logo vira, caminha para o rio, e água. Só os homens tendo o Céu o seu centro, são para ele bem pouco inclinados!”²³⁶ Ou seja, tartarugas deveriam estar para as águas, como os homens deveriam estar para o Céu, uma inusitada comparação entre o comportamento do animal e as lições sobre as atitudes humanas!

A alimentação das tartarugas, baseada em frutas silvestres trazidas pelas águas, ou caídas das árvores às margens dos rios, ou ainda de “aningas”, planta aquática que faz parte da dieta alimentar de peixes, peixes-boi, capivaras e tartarugas, foi outra característica da descrição do jesuíta, pois, até então, os demais relatos haviam trazido poucas informações sobre o modo de vida destes animais. Surpreendia-se com elas pelo tempo que conseguiam ficar sem comer, nem beber, e em analogia afirmou não terem sido “tão sofrendores de fome, nem tão abstinentes os antigos anacoretas (monges eremitas) do deserto!”²³⁷ Vários cidadãos se abasteciam de tartarugas para se alimentarem delas no percurso do ano, e as aprisionavam em currais, ou mesmo as arremessavam “em algum canto da casa”, em que perduravam por semanas e até quatro, cinco e seis meses “sem outro alimento mais que o ar.” E se os moradores providenciassem viveiros onde se pudesse entrar e sair as águas das mares, ou outro tipo de água doce, elas poderiam viver

²³⁴ DANIEL. Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas, *op. cit.*, p. 131.

²³⁵ *Ibidem*, p. 131-132.

²³⁶ *Ibidem*.

²³⁷ *Ibidem*.

por um ano ou mais que isso, se mantendo gordas e causando grande confusão para os “comilões”, que não “podiam jejuar uma quaresma, e talvez nem um dia!”²³⁸

Os modos de pesca das tartarugas, segundo João Daniel, eram diversos: as vezes com redes, outras com flecha, além do arpão e da “viração”. Aliás, a “viração” merece mais uma vez o destaque entre os relatos sobre as tartarugas na natureza amazônica, sendo descrita pelo padre jesuíta da seguinte forma:

A viração é na ocasião em que elas saem à areia a desovar, cujas paragens, e tempo já sabem os moradores; e por isso escondidos as esperam em grande silêncio, para que não sejam presentidos das tartarugas, atalaias, e tanto que presentem aquele exército cavando, e fazendo suas covas na areia, lhe saem de repente da cilada cortando-lhe os passos, e retirada pela parte do mesmo rio. Daqui vem que posto que elas logo se ponham em descomposta marcha, e precipitada fuga; para na água segurarem com a liberdade a vida, que não fazem outra coisa mais do que dar-lhes um pontapé e virá-las de pernas acima, e assim vão fazendo a quantas podem, já com pontapés, já com as mãos, e já com encontrões. E posto que muitas escapam para o rio, também ficam outras muito viradas, e tão seguras, que, estando de costas nem se podem mexer, nem menear, assim seguras de pernas acima, as vão embarcando muito a seu salvo, e se carregam todos os anos muitas embarcações de que fazem grandes provimentos, e bom negócio.²³⁹

Havia ainda outros casos em que os moradores matavam as tartarugas para “só aproveitarem suas bandas”, da qual faziam “tão perfeita, e gostosa manteiga, como a de vaca”, deixando as demais partes destes animais “para pasto das feras, e aves.” Nas contas de João Daniel esta manteiga também era feita dos ovos em grande abundância, que chegavam até mil potes. Na afirmação do jesuíta, quase todos aqueles que subiam para a colheita dos cascos e mais riquezas, também faziam negócios com a manteiga. Por princípio, o abastecimento com elas era para comerem no decurso da viagem, e também quando demoravam no sertão, ou ainda para o carregamento no retorno das viagens, “deixando-as para isso fechadas em currais, e as manteigas no mato, até voltarem do sertão.”²⁴⁰ Os ovos eram obtidos picando com flechas a areia da praia, afim de encontrar as ninhadas. João Daniel se admirou com a quantidade de manteiga produzida, ressaltando: “É incrível a muita manteiga que sai todos os anos do rio Amazonas! Talvez, que pela abundância, e barateza, não cuidem na manteiga de vaca.”

²³⁸ DANIEL. Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas, *op. cit.*, p. 131.

²³⁹ *Ibidem*, p. 132-133.

²⁴⁰ *Ibidem*, p. 133. Visivelmente João Daniel concebe o sertão como a porção da mata distante das margens do rio.

Para João Daniel as tartarugas eram “animais inocentes” e não faziam mal a ninguém, contudo tinham “muitos inimigos”, a saber: os jacarés, que nelas tinham seu principal sustento, as consumindo desde pequenas, com seus “alçapões abertos”, nos quais elas inocentes iriam cair; as onças, caminhantes pelos areais e praias à caça delas; as aves; e os “índios naturais” com povoações que viviam e moravam sobre os “lagos em estacas”²⁴¹ e que tinham nelas seu principal sustento, devido sua abundância. Estes últimos, alimentavam-se das tartarugas grandes, mas também passeavam às praias “a caça de ovos”, dos quais se faziam seus guisados com mais de um deles, além da farinha de pão torrada ao fogo, ou no forno. Também apanhavam as pequenas, logo ao sair dos ovos, ocasionando grande diminuição. Todavia, consoante o pensamento de João Daniel,

Seus maiores contrários são os brancos, tanto das grandes, e pequenas, como dos ovos para as manteigas: e se vê claramente ainda pelos cegos; porque não obstante todos os mais inimigos, que tinham antes dos europeus, ainda havia tal multidão, e abundância, que muitas vezes não podiam navegar as embarcações, como referem os historiadores, e ainda confessam os mesmos brancos; mas depois que as tartarugas sobrevieram mais estes inimigos, as desbastaram tanto, e fizeram nelas tal destroço, que ia em muitas paragens, onde antes a multidão delas impedia o navegar, hoje não se pode colher uma.

A crítica ambiental de João Daniel coloca os europeus como os principais responsáveis pela diminuição e o destroço das tartarugas, tanto as grandes, quanto as pequenas e, ainda, seus ovos, pois antes deles se podia ver vários destes animais em meio às canoas, o que já não era mais possível naquele momento. Os grupos indígenas existentes antes disso, apesar de terem parte no consumo das tartarugas e seus ovos, não teriam parte nessa supressão.

No tratado terceiro do Tesouro descoberto, destinado à discussão das especiarias e riquezas produzidas nas matas do Amazonas, João Daniel traça os inconvenientes da extração das riquezas do sertão, propondo outro meio mais “suave, prudencial e econômico.” A crítica maior era em relação à numerosa quantidade de canoas do sertão enviadas por religiosos, oficiais, ministros régios, capitães e comandantes, tendo a exacerbada utilização para fins próprios, recaindo sobre os indígenas das missões, visto as correntezas que haviam de vencer, além do grande tamanho das canoas, que dificultavam a utilização dos remos usados nas embarcações indígenas.

²⁴¹ Acredita-se de que João Daniel falava sobre as palafitas, moradias às margens dos rios construída de madeira sob estacas.

Além destas canoas do sertão, também haviam canoas concedidas aos moradores para a feitura da manteiga dos ovos de tartaruga, ainda que fossem poucas só para isso, porque em geral, como já se foi dito em outro momento, se partiam mais cedo as canoas do sertão e faziam primeiro as manteigas, embarcadas posteriormente na viagem de retorno. Na afirmação de João Daniel, os missionários mais distantes não necessitavam de licença para fazer a manteiga e tinham também uma infinidade delas do rio Solimões, as quais eram transportadas à cidade do Pará (Belém), onde se havia muito consumo.²⁴²

Para que não houvesse falta de pescados nas cidades e povoações, indicou a necessidade de se tomar algumas providências nas pescarias do Amazonas e uma delas era a imprescindível existência de tanques e viveiros para peixes e tartarugas. Essa forma de confinamento era conveniente à manutenção das pescarias pela facilidade de se conduzir água aos “poços”, pela geografia da região, entrecortada por riachos e lagos, pela circunscrição das árvores que promoviam o sombreamento, evitando o aumento da temperatura nos lagos, causando a mortandade de peixes e tartarugas, e talvez pelo meio dos mesmos lagos. Segundo o padre jesuíta, muitos moradores já conservavam as tartarugas em viveiros, chamados de currais, de onde as tiravam e comiam constantemente. Porém fez críticas a estes currais por serem, em sua acepção, “como o de gado”, onde as tartarugas tinham dificuldades para se multiplicar ou mesmo caber neles. Na verdade, João Daniel considerava como melhores os currais onde entravam e saíam as marés, ou canais, porque lá se podia abastecer e se comer enquanto durassem as tartarugas. Mas seu conselho iria mais além: “Eu, porém não aconselharia semelhantes currais, mas sim viveiros onde as tartarugas não só tenham água suficiente para beberem, e nadarem, mas também tenham que comer, e comodidade para procriarem, e multiplicarem, o que é também muito fácil.”²⁴³

Para João Daniel, isso seria possível porque em quase todos os sítios havia “terras alagadiças, ou lagos”, em que entravam regatões, ou marés, onde se podia facilmente se fazer muros rodeados com estacas para conter as tartarugas, afim de que não fugissem. Para comerem, se podia dar frutas e folhas, ou mesmo seria o bastante qualquer pessoa que lhes desse “alguma erva, ou frutas bravas.” Nestes viveiros, complementa em seu relato, sua procriação se daria se colocassem fora da água alguns tabuleiros²⁴⁴ de areia

²⁴² DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, Volume II, 2004, p. 240.

²⁴³ *Ibidem*, p. 301.

²⁴⁴ **Tabuleiro**. "Praia alta, às vezes renteando a terra, às vezes isolada a meio rio, onde desovam as tartarugas." Cf. MORAIS. O meu dicionário de cousas da Amazônia, *op. cit.*, p. 156.

seca, onde houvesse sol, pois após saírem as tartaruginhas daqueles ovos em busca da água, ali se criariam, se multiplicariam, constituindo então “viveiros perpétuos”, desde que sempre existisse “algum lodo”, pois os animais gostavam dele. A partir de seus cálculos, bastaria uma tartaruga para iniciar um viveiro, visto que elas colocavam por vez mais de 300 ovos, e mesmo que fossem só 200 ovos, rapidamente se encheria o local.²⁴⁵

De fato, os viveiros eram vistos por João Daniel de maneira muito positiva para o abastecimento dos moradores e atendimento das exigências alimentares locais. A partir deles se poderia não só subsistir, mas lucrar com isso, como podemos ver na sua afirmação abaixo.

Estes viveiros de tartarugas sendo muito fáceis são de muitas conveniências a seus donos, nem parece que há meio mais apto para trazer fartura em uma casa; e se muitos moradores, que nos seus sítios têm ótimas paragens para semelhantes currais, e viveiros de tartarugas, tivessem esta boa providência, não só teriam fartura para suas famílias, mas também teriam muitas tartarugas para vender ao povo. Também para os missionários seriam estes viveiros ótima providência para acudir com fartura seus familiares, e pobres velhos, e estropiados das suas missões, sem necessidade de ocuparem, e pagarem pescadores. Enfim não há terras ou regiões que possam ser mais fartas do que a região do Amazonas com estes viveiros de tartarugas, que todos podem ter; os moradores nos seus sítios, os missionários nas suas missões, e ainda os moradores das cidades nos seus quintais, ainda que com mais alguma indústria para lhes terem sempre água fresca.²⁴⁶

Seguindo esses cuidados, moradores e missionários poderiam não só subsistir suas necessidades como também vender aos demais. Mesmo assim, não há dúvida de que as tartarugas não eram criadas por razões sentimentais. No caso das tartarugas e seus ovos, a função era mais prática: servir de alimento e matéria prima. Para os animais adultos, a prática de criação em viveiros facilitava sua manipulação, até mesmo próximo das casas, pois podiam ser criadas em quintais. Diferentes do gado, em pouca quantidade, que se inseria cada vez mais nas paragens do vale amazônico, as tartarugas eram numerosas, porém grande também era a sua mortandade nestes viveiros. Outrossim, as tartarugas não foram necessariamente domesticadas numa associação estreita de convivência dentro das missões e vilas com os grupos indígenas como outros animais aclimatados, a exemplo das galinhas, ou locais como foi o caso do jaboti, talvez por terem as tartarugas o seu habitat diferenciado, mais ligado ao rio que a terra. Não havia também tabu em comê-la, isso ficava para animais como o “matá-matá”, outra tartaruga fluvial, tida como

²⁴⁵ DANIEL. Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas - volume II, *op. cit.*, p. 301.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 301-302.

responsável pela febre de quem as consumia²⁴⁷ e a temível onça, a qual índios e tapuios procuravam matar somente em caso de extrema necessidade, apetecida muitas vezes pelos índios mais pelo poder que lhe atribuíam muitos deles, indicando força e coragem pela sua captura, do que pelo seu sabor.²⁴⁸

Grandes eram os roubos que aconteciam a estes viveiros pelos escravos que os moradores tinham em seus sítios. Estes “ladrões caseiros” roubavam seus senhores tanto para comer, quanto para dar e vender aos outros e, por essa razão, seria a obtenção de escravos mais danosa que proveitosa, sendo aconselhável evitá-los ou tê-los em menor quantidade, a não ser que fossem para serviços como guardar a casa e vigiar a fazenda. Caso contrário, João Daniel os considerava “de mais dano, do que proveito.”²⁴⁹

As propostas de inovações técnicas sobre a natureza, dentre elas a adequação dos viveiros, passam por uma tentativa de “reorganização do modelo de produção”, tendo como resultado a redução do trabalho necessário para sua execução, quase sempre abordando a defesa à liberdade da mão indígena do trabalho frente as bases mercantilistas de economia e o fortalecimento dos monopólios do Marquês de Pombal. O dinamismo interno da economia, a possibilidade de assentamentos dos colonos portugueses em pequenas propriedades, mantendo um cultivo subsistente, bem como a comercialização do excedente dessa produção contrapunha, em partes, a proposta em vigor da metrópole que se concentrava cada vez mais em manter grandes unidades produtivas baseadas na mão de obra escrava. O projeto ainda encaminha o encerramento da discussão sobre a relação entre Amazônia e paraíso terrestre, como no início da obra, e também nas descrições dos cronistas, mas não deixa de pôr o rio Amazonas, fértil e abundante, como um lugar divino e redentor.²⁵⁰

Tal como havia feito no referente às cidades e povoados, João Daniel propôs outras providências para a abundância de peixes nos rios, onde já se era possível admirar-se da brevidade com que se faziam “estéreis de peixe” muitos rios nos estados do Amazonas. Na afirmação do jesuíta, bastava a fundação de alguns sítios às margens destes rios para haver neles, brevemente, a carestia de peixe; fato, segundo João Daniel, não recorrente na Europa e muitas outras regiões onde os rios e mares eram “totalmente povoados” e tinham em suas margens cidades “populosíssimas”. Diante disso, o padre

²⁴⁷ *apud* PAPAVERO *et. al.*. Os escritos de Giovanni Angelo Brunelli..., *op. cit.*, p. 530.

²⁴⁸ Cf. THOMAS. O homem e o mundo natural, *op. cit.*, p. 129-170; HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 94-95.

²⁴⁹ DANIEL. Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas - volume II, *op. cit.*, p. 302.

²⁵⁰ COSTA. Natureza, colonização e utopia na obra de João Daniel, *op. cit.*, 2007, p. 104.

levanta, no caso dos peixes, a hipótese de que seria “o uso e abuso dos timbós”, além de outros venenos e o bagaço da cana que “os senhores costumavam deitar nos rios”, a causa para a mortandade destes animais. Os seguintes fatos exigiram a proibição do uso do timbó com graves penas, porém, relatou João Daniel, “como rios e praias estão tão solitários, e os sítios são tão raros, desta solidão se aproveitam muitos, os quais não olhando para o dano comum, mas só atendendo à [conveniência] própria que lhes oferecem as pescarias presentes, usam timbó sem medo de serem delatados.” Uma forma de solucionar esse problema seria fortalecer a vigilância sobre escravos e remeiros das canoas de peixe salgado, pois os peixes trazidos vivos nas embarcações indicariam não terem sido mortos pelos venenos.²⁵¹

Nesse caminho, João Daniel apontou também medidas para a questão da produção da manteiga de tartaruga. De acordo com o jesuíta:

Sobre as tartarugas se devem também por algumas providências proibindo a frequência da manteiga de seus ovos, para que pelo tempo adiante nos anos vindouros se não venha experimentar carestia, que já vão ameaçando. Já nos expusemos o grande abuso das manteigas, de que todos os anos se fazem muitos milhares de medidas, e carregações frequentes, e sendo necessários para cada pote de manteiga, ou medida, ovos a milhares, já se vê que cada ano se perdem muitos milhões de ovos, e por conseguinte tartarugas, que deles haviam nascer; e sendo esta diminuição todos os anos, e já por séculos inteiros, não é muito que já haja e se vá experimentando tanta esterilidade universal pelos tempos futuros.

Remetendo-se, mais uma vez, aos séculos anteriores e aos antigos, talvez a partir da leitura dos cronistas e contato com os sujeitos locais e outros missionários, João Daniel relatou um passado em que as canoas não podiam nem sequer passar devido a profusão de tartarugas nos lagos e rios, mas logo depois alertou já ser difícil encontrar uma delas para mostrar naquelas antigas paragens. Os números reforçavam as afirmações do jesuíta, pois ele contou que em uma missão os pescadores de tartarugas trouxeram pouco mais de 10 tartarugas em 15 dias, ou ainda em oito dias, enquanto que antes disso bastava um só pescador contemporâneo ao padre, para trazer, a cada dia, trinta ou mais tartarugas presenteadas ao seu missionário, “fora as que carregava para sua casa, e família, e as que repartia a seus amigos.” A conclusão de João Daniel foi que se essa diminuição se deu entre nove e dez anos nos rios vizinhos àquela missão, porque não existiria tanta esterilidade em “outras muitas paragens em que antes havia muita abundância?” e

²⁵¹ DANIEL. Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas - volume II, *op. cit.*, p. 303-304.

constatou que pelo menos “rios, lagos e baías mais vizinhos às povoações,” ou já não havia nenhuma, ou eram muito raras as tartarugas que apreciam, culpando a destruição dos seus ovos para fazer manteigas como a causa mais certa para sua esterilidade.²⁵²

A “esterilidade universal” das tartarugas apontada por João Daniel só poderia ser controlada por meio de medidas providenciais no tocante à coleta dos seus ovos, pois eram milhares deles utilizados na feitoria dos potes de manteiga e, por conseguinte, já se experimentava a carestia das tartarugas que deles nasceriam. O jesuíta projetou os resultados dessas ações para o futuro próximo e alertou para a diminuição excessiva das tartarugas nos rios, lagos e baías próximas às povoações. Isto posto, João Daniel pediu então “boa razão” e “boa economia” para a tomada de providências em relação à temida esterilidade para os anos vindouros daqueles animais, quando se viria o tempo em que se acabaria este importante pescado do Amazonas. Qual a solução? Para João Daniel ela era bem objetiva.

Deve, pois, ou proibir-se totalmente o uso das manteigas de ovos de tartarugas, ou ao menos proibirem-se por alguns anos, v.g, quatro ou seis anos, e só permitir o seu uso de tantos em tantos anos, pondo cautelas necessárias para sua observância, e castigando os transgressores com o castigo merecido, porque mais vale que falem estas manteigas, que se pode remediar com outras, ou com outros adubos, do que falem as tartarugas que são a maior fartura daquele estado.

Estas mesmas providências deveriam também ser tomadas para as manteigas do “boi-marinho”, ou “vaca marinha”, pois já se podia sentir a diminuição deste pescado, sobretudo porque, segundo João Daniel, sua reprodução – menos numerosa e por maior período – era diferente dos outros peixes²⁵³, os quais se multiplicavam por ovas, fato que os fazia serem encontrados somente nos “lagos mais solitários” onde os pescadores iriam fazer grande negócio com suas carnes e manteigas.²⁵⁴

As descrições da tartaruga da Amazônia discutidas por João Daniel trazem consigo alguns dos pensamentos aliados à crítica iluminista sobre a utilização do mundo natural amazônico no século XVIII. Sua formação de jesuíta indica o compartilhamento de uma perspectiva fisiocrata de ver a natureza entremeada da visão jesuítica de colonização e triunfo do cristianismo na Amazônia, na representação da Companhia de

²⁵² DANIEL. Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas - volume II, *op. cit.*, p. 304.

²⁵³ Diferente daquilo achado por João Daniel, os peixes-boi ou vacas marinhas, apesar do nome, não são peixes e sim mamíferos aquáticos. Os peixes-boi marinhos são referentes aos animais que habitam oceanos, enquanto que os peixes-boi citados por João Daniel habitam os rios amazônicos e, portanto, são fluviais.

²⁵⁴ DANIEL. Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas - volume II, *op. cit.*, p. 305.

Jesus. De maneira produtivista e cientificista, atentando para cuidados que reduzissem o potencial destrutivo da indústria extrativista, o jesuíta trouxe uma crítica ambiental a respeito da utilização das espécies consumidas no vale amazônico, com destaque para suas preocupações acerca da possibilidade de escassez futura do pescado na região ou, como ele mesmo preferiu chamar, acerca da “esterilidade” para os anos vindouros.

Mesmo sendo de caráter reformista, não se pode considerar que as reflexões de João Daniel representaram um rompimento radical com “a tradição de considerar os recursos amazônicos como largamente abundantes, inaugurando uma preocupação crítica explícita quanto aos malefícios do seu uso destrutivo.” Todavia, seu alerta à pesca e criação de tartarugas o coloca no lugar de um dos primeiros a chamar a atenção quanto ao extrativismo desenfreado destes animais.

3.4- Memórias, diários e crítica ambiental em Alexandre Rodrigues Ferreira

Essa característica de olhar para “o que virá” também se fará presente em outros estudiosos da natureza do século XVIII, ressaltando a inserção da cultura iluminista no âmbito da descrição do mundo natural. Tal como João Daniel, ainda neste século, outro nome será lembrado na esteira destas críticas ambientais sobre o vale amazônico, com destaque para animais como o peixe-boi e a tartaruga. Trata-se de Alexandre Rodrigues Ferreira, nascido em 1756, na Bahia, e ex-aluno do conhecido naturalista italiano Domingos Vandelli, em Coimbra, onde permaneceu em seus estudos durante os anos de 1770 e 1778.

Conforme afirmação de Pádua, a crítica ambiental de Alexandre Rodrigues foi produzida no calor da observação local, apontando diversas capitanias – desde a sua chegada no Pará, em 1783 –, o que revelou a “onipresença da destruição”, mesmo que de maneira menos radical em relação a de outros autores sobre a Mata Atlântica.²⁵⁵ Para o historiador, isso aconteceu devido três razões:

- 1) a densidade quantitativa e qualitativa da ocupação colonial da Amazônia foi menos expressiva que a dos antigos polos produtivos do Nordeste e do Sudeste, refletindo-se em uma menor visibilidade dos problemas de destruição ambiental; 2) no momento em que Ferreira começou a escrever, existia menos acúmulo de reflexão sobre esses problemas na cena cultural luso-brasileira. O próprio Vandelli ainda não havia publicado as memórias econômicas nas quais discutiu o tema;

²⁵⁵ PÁDUA. Um sopro de destruição, *op. cit.*, p. 85.

3) apesar de quase todos os ex-alunos de Vandelli possuírem alguma ligação com o Estado português, ao menos com ministro Sousa Coutinho, no caso de Ferreira essa dependência era mais pronunciada, já que toda a sua permanência na Amazônia foi financiada pelo poder público.²⁵⁶

Ainda de acordo com o historiador, a notável sensibilidade ambiental atribuída à Alexandre Rodrigues pode ser vista em seus principais trabalhos, desde 1784, com a crítica já lançada por ele em relação ao uso indiscriminado das árvores pelos colonos, os quais eram acusados de derrubá-las e queimá-las sem medida e regras. Segundo Ferreira, as árvores já eram usadas em reino como França, Alemanha, e repúblicas como da Veneza e da Holanda, constatando sua atenção para a legislação conservacionista difundida na Europa, naquele momento.²⁵⁷

Em suas memórias sobre o peixe pirarucu, peixe-boi e tartaruga verdadeira, o naturalista trouxe informações científicas e econômicas relevantes para quem recebesse as caixas com os animais que, geralmente, eram enviadas para o Gabinete Real de História Natural. Entre características morfológicas e classificações taxonômicas, pautadas no sistema de classificação de Lineu, Ferreira fala do uso destes animais na região e atenta para a sua destruição, no caso do peixe-boi e das tartarugas, sem esquecer de informações antropológicas, tais como a tipologia do nome, modos e instrumentos de pesca.²⁵⁸

Na “Memória sobre a jurararetê”²⁵⁹, datada de 3 de fevereiro de 1786, Ferreira exalta a utilidade das tartarugas, as quais poderiam ser consideradas como a “vaca cotidiana das mesas portuguesas”, rememorando a comparação feita por João Daniel em suas crônicas. Ele também apontou para o consumo dos ovos, a partir do qual se podia fazer a manteiga de tartaruga, além da feitoria da “banha” do animal. Mas somente a manteiga servia para a iluminação doméstica, devido à sua fluidez. Na obtenção das manteigas da gordura havia muito desperdício e infinitas tartarugas morriam sem dar a quantidade de gordura suficiente. Já em relação à manteiga dos ovos, o naturalista relata o zarpar de canoas das povoações tanto da capitania do Pará, quanto do Rio Negro, passando por várias praias nos rios Amazonas e Solimões, onde se faziam manteigas para

²⁵⁶ *Ibidem*.

²⁵⁷ *Ibidem*, p. 86.

²⁵⁸ As memórias sobre o pirarucu, peixe-boi e tartaruga verdadeira, podem ser encontradas em: <http://www.obrasraras.museunacional.ufrj.br/0017.html>.

²⁵⁹ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. "Memória sobre yurara-reté." [1786] *In Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, volume XII, ano 1903, p. 181-186. Disponível em: <http://www.obrasraras.museunacional.ufrj.br/0017.html>. Acesso em: 10 nov. 2014; FERREIRA. "Memória sobre o jurararetê", *op. cit.*, p. 37-43.

as provisões reais. Ali, naquelas praias demarcadas, os índios montavam suas palhoças, e, por alguns dias, coletavam e empilhavam inúmeros ovos, tudo isso inspecionado por um Cabo. Após fermentarem por alguns dias, os ovos eram pisoteados e misturados com água; o óleo sobrenadante era levado ao fogo para, só depois de esfriar, ser armazenado em potes. Ferreira afirma que o número de potes de manteiga chegava a mil, podendo dobrar essa quantidade dependendo do ano, com preços de mil réis, havendo a possibilidade de alcançar entre 1.600 e 2.000 réis em casos de pouca oferta do produto.²⁶⁰

O que causaria a falta dos ovos das tartarugas?

Alexandre Ferreira descreve um misto de razões ambientais e econômicas para essa situação. A primeira delas eram as enchentes repentinas que alagavam as praias antes da coleta dos ovos; a segunda, a concorrência entre as gentes envolvidas na atividade, as quais também necessitavam tanto dos ovos quanto das tartarugas para alimento próprio. Além disso, havia os grandiosos estragos aos ovos provocados pelos corvos, urubus e outros animais e, por fim, os desperdícios feitos pela “viração” à infinitas tartarugas no período em que elas abundavam, fato visivelmente levantado por ele como uma das causas da diminuição destes animais. Aliavam-se à “viração” outras formas de pesca como o anzol, arpão, flechas e tapagens nas bocas dos igarapés com o “puçá”, uma rede feita de algodão ou folhas de palmeiras tucum²⁶¹, de onde muitos destes animais eram transportadas e encerradas nos currais.²⁶² Junto a isso se tinha, ainda, o consumo das tartaruguinhas recém-nascidas por indígenas e “mazombos”, os quais também se alimentavam dos ovos, faziam *mixiras* e salgavam suas carnes.

Ferreira, diante de toda essa demanda de consumo, alertou para a falta de providências em relação às tartarugas sustentando sua crítica à pesca predatória. De acordo com ele:

Este anfíbio [réptil] tão útil ao Estado ainda não mereceu cuidados ou providências que são requeridas para evitar os abusos que se praticam contra ele. Uma tartaruga para chegar ao seu devido crescimento gasta alguns anos. Anualmente são inúmeras as que se desperdiçam ao arbítrio absoluto dos índios; todas ninhadas são descobertas, pisadas a

²⁶⁰ FERREIRA. Memória sobre yurara-reté, *op. cit.*, p. 182-183. Em outro texto, Ferreira dá números mais acurados sobre o preço da tartaruga grande, a qual teria o valor de 240 até 400 réis na Capitania do Rio negro, enquanto que na cidade do Pará (Belém) e seus arredores o menor preço era de 640 réis, chegando a valer 1.000 réis. A arroba do animal seco saíria por 500 até 640 réis, enquanto que a *mixira* custaria de 640 até 1.000 réis. Já o pote da manteiga no Rio Negro variava entre 800 e 1.600 réis, e na cidade ficava entre 1.920 e 3.000 réis.

²⁶¹ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Memória sobre as tartarugas. In FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitâneas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato grosso e Cuiabá*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972, p. 26.

²⁶² FERREIRA. Memória sobre yurara-reté, *op. cit.*, p. 183-184.

eito e a maior parte das tartaruginhas são comidas sem necessidade, o que em conjunto vem influir para sua raridade no decorrer do tempo.²⁶³

O argumento de Ferreira foi dominado pelo enfoque político, uma vez que o “massacre das tartarugas é denunciado não tanto por um sentimento de pena, mas sim pelo prejuízo que esse desperdício acarretava para o estado, inclusive em termos da continuidade futura dessa atividade econômica.”²⁶⁴ Era preciso, portanto, não a proibição da pesca, mas sim o aperfeiçoamento da prática, dificultando a destruição das tartarugas e o desperdício delas como recursos fundamentais para a coletividade. Ferreira citou o ato de 19 de setembro de 1769, promulgado por Joaquim Tinoco Valente, Governador da Capitania do Rio Negro, o qual proibiu a “viração” das tartarugas no rio Branco, mas que perdeu a validade posteriormente em prol do sustento das missões de demarcação de limites e também de outras expedições devido à necessidade deste alimento que supria a falta de carne.²⁶⁵ Em sua afirmação, agora no diário da Viagem filosófica ao Rio Negro em 1788, se fazia manteiga das banhas de tartaruga no Rio Branco antes da proibição do bando de 1769. Diante disso, porém Joaquim Valente haveria refletido que:

sendo as tartarugas daquele rio precisas para o sustento dos moradores deste, eles tão somente arrastados por uma cega avareza com a fatura das manteigas das banhas, desperdiçavam mais do que aproveitavam, porque todas as tartarugas morriam; porém nem todas davam banhas suficientes, nem das que davam se aproveitava mais do que as banhas; donde podia resultar que infinitas delas, cujas banhas podiam aproveitar para o sustento, pelo contrário se lançavam ao rio depois de tiradas as banhas, visto que se não podia salgá-las, e no rio serviam de pasto aos jacarés, aos urubus, às piranhas e às pirararas.²⁶⁶

As penas eram duras para quem fizesse a “viração” das tartarugas em busca da produção de manteiga: na primeira vez, poderiam perder os seus negócios pelo valor do dano que causassem, mais trinta mil réis, além de seis meses de cadeia; se fossem pegos mais uma vez, teriam de pagar o dobro da pena pecuniária mais um ano de prisão. As mesmas penas eram alertadas para quaisquer diretores que consentissem ou não dessem

²⁶³ FERREIRA. Memória sobre o jurararetê, *op. cit.*, p. 41; FERREIRA. Memória sobre yurara-reté, *op.cit.*, p. 184.

²⁶⁴ PÁDUA. Um sopro de destruição, *op. cit.*, p. 87.

²⁶⁵ FERREIRA. Memória sobre o jurararetê, *op. cit.*, p. 41; FERREIRA. Memória sobre yurara-reté, p. 185.

²⁶⁶ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da Viagem filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro. *Revista trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo LI, 1888, p. 56-57.

parte da ação criminosa. Todavia, mesmo com tais punições, ainda se faziam “furtivamente” alguns potes da manteiga no próprio rio Branco e no rio Uaracá.²⁶⁷

Em seu diário do rio Negro, ao citar a carta de 24 de outubro de 1772, na qual ficava estabelecido um período de aproximadamente três meses (de outubro à 25 de dezembro) para a produção indígena das manteigas nos rios Amazonas e Solimões, Ferreira deixa clara a preocupação dos diretores da capitania com a inclinação dos indígenas para a coleta das drogas do sertão e das manteigas, pois isso fazia com que eles andassem “sempre distraídos de suas respectivas povoações, sem lhes restar tempo para empregar na economia rústica e doméstica, como deviam obrigação às suas famílias.” Nove anos mais tarde, em 1781, até mesmo as quantias de manteiga recebidas por governantes, sargento, capitão, vigários, ouvidores gerais, bem como o almoxarife, ouvidor geral e cirurgião da capitania foram suspensas, se conservando somente a quantia necessária para a iluminação da matriz e “aquartelamento” das tropas de guarnição.²⁶⁸

Fosse a manteiga produzida a partir dos ovos, fosse advinda da gordura do animal, ambas foram denunciadas por Ferreira como práticas danosas à sobrevivência das tartarugas e, por conseguinte, à prosperidade das capitanias dos rios Branco e Negro, logo se estendendo às cidades abastecidas pelo rio Amazonas. Certamente sua intenção não visava à proteção da natureza em si, mas sim os interesses de diversos agentes privados entremeados em cascos, ovos e banhas de tartarugas na beira das praias, mesmo que estes atentassem, por meio de suas ações, contra seus próprios interesses a partir da destruição e do desperdício de recursos importantíssimos para a região. A irracionalidade da cega avareza chegava aos números cada vez mais reduzidos de tartarugas e da mortandade cada vez mais frequente nas areias do vale amazônico.

Mesmo os registros iconográficos advindos de sua experiência filosófica de viagem demonstram a numerosidade de consumo e destruição dos animais: colonos e indígenas, estes últimos de diferentes gêneros e idades, se envolveram na coleta dos ovos e na pesca das tartarugas. Até os menores estavam nessa empreitada. Toda a ação de produção da manteiga foi detalhadamente exposta desde a coleta dos ovos até sua fervura

²⁶⁷ *Ibidem*

²⁶⁸ “A propina que desde o tempo da demarcação passada ficaram percebendo os governadores, de toda a manteiga de tartaruga precisa para as luzes domésticas de sua residência, assim como a de quatro potes da dita por ano para cada sargento, a de seis para cada alferes ou tenente, a de doze para cada capitão, e o mesmo para cada um dos reverendos vigários, geral e particular da vila, o qual percebia outros tantos para a lâmpada da matriz, a de outros doze para o doutor ouvidor geral e o mesmo para o almoxarife, para o escrivão da fazenda e para o cirurgião da capitania.” Cf. FERREIRA. Diário da Viagem filosófica pela Capitania de São José do rio Negro, *op. cit.*, p. 57.

e armazenamento em potes. Instrumentos de pesca e produção não passaram despercebidos, com ênfase no grande provimento de pessoas envolvidas na atividade, mostrando o quão era numeroso esse processo.

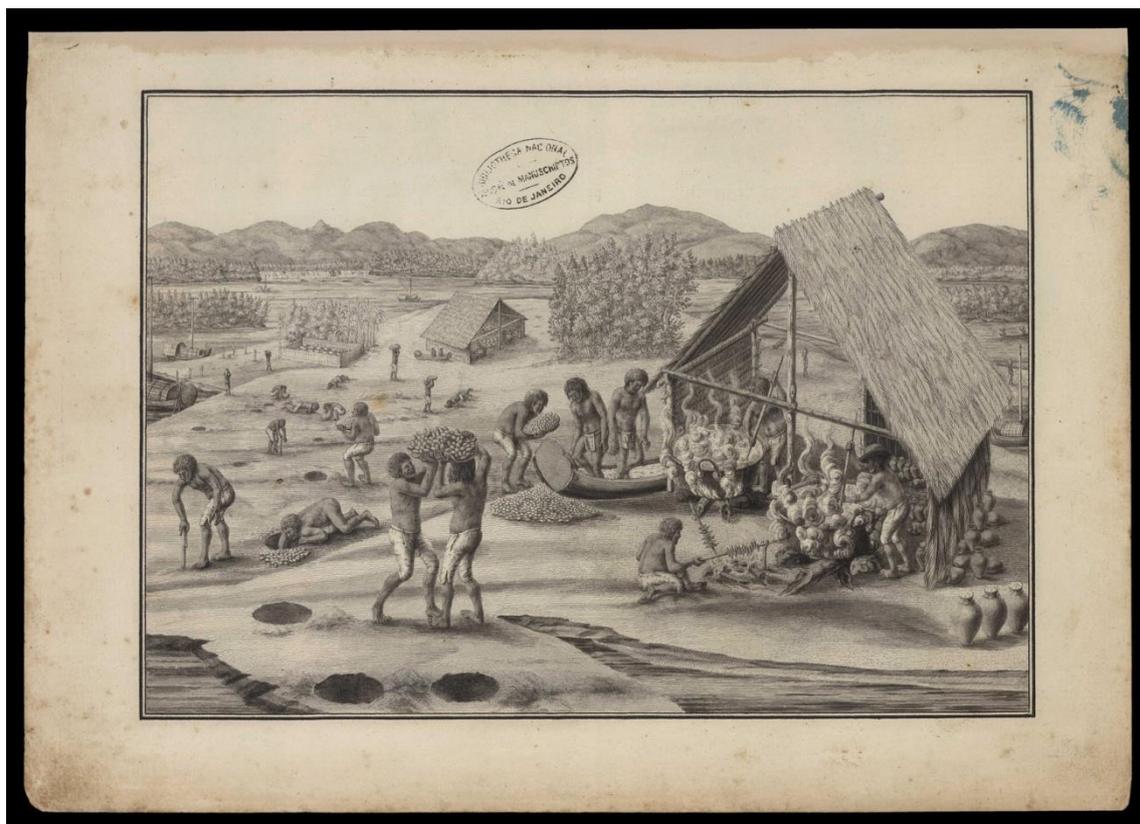
Figura 8 – A pesca das tartarugas



Fonte: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. "A pesca das tartarugas." [17]
Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1255454/mss1255454_19.jpg,
Acesso em: 27 abri. 2014.²⁶⁹

²⁶⁹ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. "A pesca das tartarugas." [17--] Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1255454/mss1255454_19.jpg, Acesso em: 27 abri. 2014.

Figura 9 – Produção da manteiga dos ovos de tartaruga



Fonte: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. "O fabrico da manteiga de ovos de tartaruga." [17--]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1255454/mss1255454_18.jpg. Acesso em: 27 abri. 2014.²⁷⁰

A instrumentalização do olhar sob o objeto o modificava e inseria numa descrição organizada na narrativa e imagética, que se tornavam legíveis por meio da classificação de animais, plantas e minerais, onde a “palavra escrita, o risco e a catalogação tentavam registrar os dados perceptíveis da natureza e da gente estudada.”²⁷¹ Este quadro, criado a partir do privilégio do número, da forma, da posição e do tamanho destes seres vivos e também dos minerais, repetia aquilo que havia sido observado no decorrer das viagens por meio do “risco”, os desenhos. Daí a importância, por exemplo, das aulas de risco na Universidade de Coimbra, considerado “instrumento fundamental para captar, observar,

²⁷⁰ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. "O fabrico da manteiga de ovos de tartaruga." [17--]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1255454/mss1255454_18.jpg. Acesso em: 27 abri. 2014.

²⁷¹ SCHIAVINATTO, Iara Lis. "Imagens do Brasil: entre a natureza e a história." In JANCSÓ, Istvan (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Unijuí, 2003, p. 605.

investigar e expressar os reinos da natureza e a gente de um dado lugar”, iniciados no decorrer da viagem e finalizados no retorno do naturalista à sua terra de origem.²⁷²

Estes riscos junto às memórias possibilitavam o retorno de outro naturalista àquele lugar, além do contato com a natureza citada, e ainda abarrotar as instituições como o Jardim Botânico, a academia de Coimbra, o Palácio da Ajuda, com os registros da natureza, instaurando uma “geografia imaginativa do Império.”²⁷³ Junto ao risco e a memória, a catalogação possibilitava a criação de um “teatro da natureza” com os elementos dela recolhidos e catalogados por meio das viagens. Nesse conjunto, os Museus ganham importância por tratarem dos objetos da história natural e das distantes etnias.

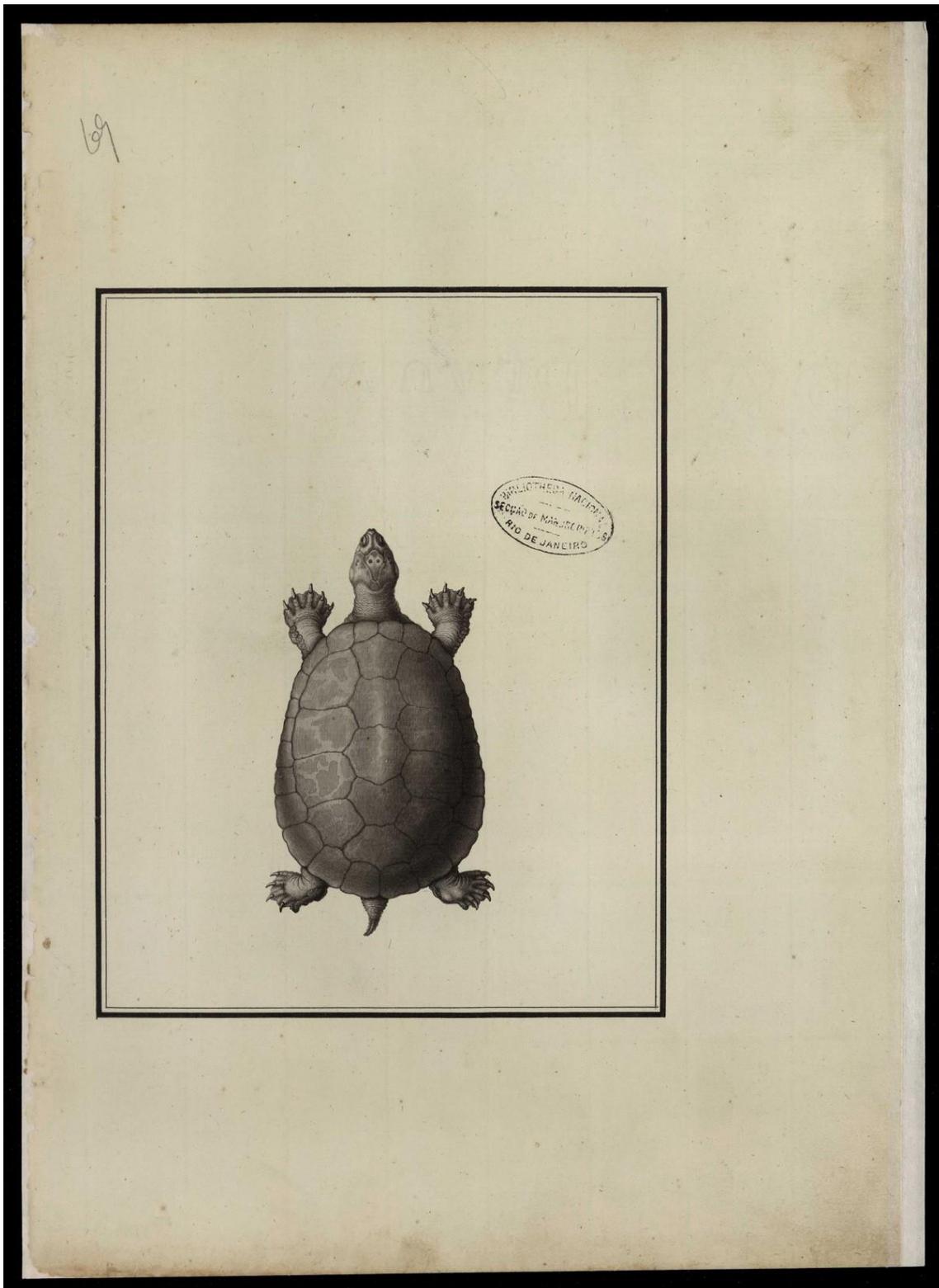
A cumplicidade entre natureza, trabalho e história, exposta nas representações contidas no texto de Alexandre Rodrigues Ferreira, indica que a natureza, portanto, não é um objeto neutro, a qual seria perscrutada pelo olhar supostamente imparcial do naturalista – cientista – ou, ainda, pelo artista em busca da “beleza pura”. Essas representações, pelo contrário, são carregadas de ideias produtoras de imagens e símbolos compondo o imaginário de uma sociedade.²⁷⁴ Como “discípulo” de Vandelli, ao escrever suas memórias, Ferreira arranhou, num mesmo texto, sua aventura de explorador, a logística da viagem, o visto e o observado, no qual retratar a natureza e sua gente repunham a noção de descrição e eficácia da observação. Sendo assim, nos estudos de Ferreira, os desenhos a respeito da captura e produção da manteiga funcionam como um tipo de registro característico da produção científica e intelectual sobre o mundo natural em que ele estava situado (figuras 4 e 5). Outra preocupação foi de representar as tartarugas em estampas (figuras 6 e 7) que ressaltavam características morfológicas e classificatórias destes animais, alinhando o naturalista com o saber crescente da anatomia, enfatizada desde Lineu e reforçada por Buffon.

²⁷² *Ibidem*

²⁷³ SCHIAVINATTO. Imagens do Brasil: entre a natureza e a história, *op. cit.*, p. 606.

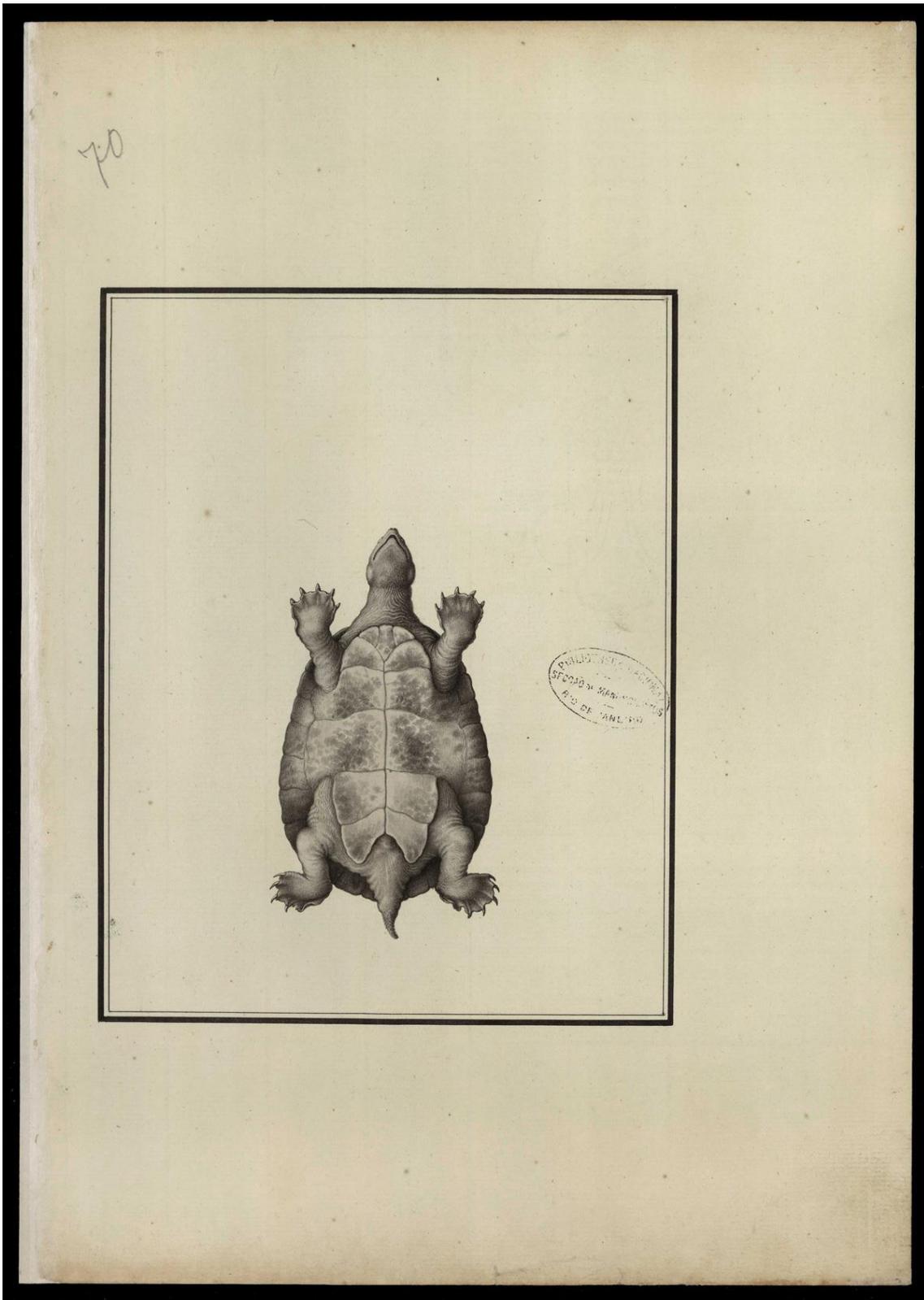
²⁷⁴ PRADO, Maria Lígia Coelho. "Natureza e Identidade nacional nas Américas." In PRADO, Maria Lígia. *América Latina no século XIX: Tramas, telas e textos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 179-216.

Figura 10 – Tartaruga da Amazônia (*Podocnemis expansa*)



Fonte: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. "Tartaruga" [17--]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1255455/mss1255455_17.jpg. Acesso em: 04 set. de 2016.

Figura 11 – Tartaruga da Amazônia (*Podocnemis expansa*)



Fonte: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. "Tartaruga" [17--]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1255455/mss1255455_18.jpg. Acesso em: 04 set. 2016.

Os currais e a grande mortandade das tartarugas pelo enclausuramento indevido também foram alvos de críticas aguçadas do naturalista. Com auxílio de João Pereira Caldas, Ferreira expos uma relação do número de tartarugas que haviam entrado e morrido no curral da Fazenda Real de Barcelos, pertencente à Demarcação de Limites, entre 1780 e 1785. De acordo com Ferreira, haviam entrado para a Vila de Barcelos, num período de 6 anos, cerca de 36.656 tartarugas, das quais foram aproveitadas 25.400 e desperdiçadas 11.400. Estes números chegariam a 53.468 coletadas e 17.461 mortas considerando outras capitânicas, sem contar com as tartarugas entradas e mortas nos currais particulares, onde eram a “carne de vaca” das mesas, tampouco as que morriam nas canoas durante a viagem dos pescadores à Vila de Barcelos.²⁷⁵ De fato, várias eram as causas para a mortes desses animais, antes e depois de entrarem nos currais, desde os índios empregados no serviço, os habitantes que as mandavam buscar nos rios Solimões e Negro, o estado no qual elas se achavam na época da captura, a distância de onde vinham, até o modo de as transportar, todos estes eram motivos para corroborar com a situação.²⁷⁶

O decréscimo das tartarugas pela produção da manteiga dos seus ovos e de sua gordura, a diminuição delas nos currais pela mortalidade, somado à dinâmica dos rios e mais os custos e despesas para a sua captura²⁷⁷ foram razões suficientes para Ferreira defender o fortalecimento da pecuária na dietética da região. Baseado no trabalho “Relação Geográfica Histórica do Rio Branco da América Portuguesa”, de 1772, do ouvidor geral Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, Ferreira relatou ser preciso imitar os “espanhóis, nossos vizinhos”, a partir da introdução dos gados *vaccum* e *cavalar*, a fim de que se pudesse conquistar e conservar os estabelecimentos, esta última, a conservação, tida pelo naturalista como grande dificuldade pela frieza política local.

De fato, o ouvidor Sampaio era defensor da consolidação da pecuária naquela região e do “estabelecimento de fazendas de gado *vaccum* nos dilatadíssimos campos” que a rodeavam, pois, a atividade faria parte de uma necessária colonização na região por meio dos europeus, entenda-se portugueses, visto que aquele era um lugar de fronteira

²⁷⁵ FERREIRA. Memória sobre jurara-reté, *op. cit.*, p. 185; FERREIRA. Memória sobre o jurararetê, *op. cit.*, p. 41.

²⁷⁶ FERREIRA. Diário da Viagem filosófica..., *op. cit.*, p. 77.

²⁷⁷ “[...] concertos das canoas de produção, conservação das casas dos pescadores, os preparos e ornatos de anzóis, linhas, arpões, pólvora, chumbo e ferragens, os jornais, o sustento dos índios pescadores e condutores, cada tartaruga que escapa...” tudo isso influenciaria nos preços dos animais, além de dificultar o seu consumo, mesmo que em falta delas houvesse criações de porcos, galinhas, patos, perus, dentre outras, com grande dificuldade de se manter por falta de sustento para elas. Cf. FERREIRA. Diário da Viagem filosófica..., *op. cit.*, p. 78.

com a América espanhola. Em sua relação, o ouvidor afirmou que o rio Negro e o rio Branco já possuíam cabeças de gado *vacum* e enfatizou a boa qualidade do pasto na região, a facilidade de transporte dos animais para aquela localidade, as utilidades ali estabelecidas pelas fazendas de gado, tais como: primeiro, a dilatação do comércio externo e interno pelo negócio de carnes salgadas e secas, couros e sebos, bem como acontecia em outras capitanias do Nordeste como Maranhão, Piauí e Pernambuco. Em segundo lugar, a subsistência da capitania do Rio Negro, sobretudo às suas margens, até localidades como a vila de Barcelos, onde a população se subsistia principalmente de tartarugas do pesqueiro do rio Solimões, da qual dependiam também as tropas de demarcação, o hospital real e as obras reais. A dificuldade na subsistência respingava ainda no sustento da mão de obra escrava e, portanto, no desenvolvimento da agricultura, comércio e população do rio Negro.²⁷⁸

Mais uma vez o discurso da busca das riquezas, fossem elas minerais, vegetais ou animais, constituiu umas das motivações econômicas básicas da expansão colonial europeia, na possibilidade de ampliar suas conquistas sobre as terras no vale amazônico para o estabelecimento da agricultura, sobretudo da monocultura, e da inserção de espécies animais exóticas, a exemplo do gado bovino, tal como nos primeiros olhares coloniais sobre a natureza amazônica.²⁷⁹ Mas por outro lado, ao exaltar os “dilatadíssimos campos”, já se traz uma visão da paisagem, mesmo na fala de alguém que não era naturalista, como no caso do ouvidor Sampaio. Também já se contrapõe aos escritos exclusivamente eclesiásticos devido sua posição administrativa na província e sua descrição das potencialidades do Rio Branco, mas com preocupação diferente das memórias de naturalistas, os quais poderiam na sua aceção descrever melhor os elementos da natureza amazônica.²⁸⁰ Sampaio também não destaca preocupações com a exploração destrutiva dos recursos da natureza e, nem mesmo, a possibilidade de devastação da floresta, como fez Alexandre Rodrigues Ferreira a partir de uma crítica

²⁷⁸ FERREIRA. Diário da Viagem filosófica..., *op. cit.*, p. 80; SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. Relação Geográfica Histórica do Rio Branco da América Portuguesa. [1777] *Revista Trimestral de História e Geografia*, Rio de Janeiro, 2ª edição, Tomo XIII, 1872, p. 267-270.

²⁷⁹ PÁDUA, José Augusto. "Arrastados por uma cega avareza": as origens da crítica à destruição dos recursos naturais amazônicos. *Ciência & Ambiente*, jul. /dez., 2005, p. 134.

²⁸⁰ SAMPAIO. Relação Geográfica Histórica do Rio Branco da América Portuguesa, *op. cit.*, p. 257. No início do capítulo intitulado "Breve nomenclatura dos animais, plantas e minerais, que se acham no território do Rio Branco", Sampaio alerta que seu trabalho não pretende ser um tratado de história natural, com descrições expressadas com termos técnicos, ordem científica de classes, e divisões de espécies, mas sim um catálogo simples das espécies presentes no vasto território do Rio branco.

sistemática às práticas de predação, o que não torna a relação histórica do administrador um documento desinteressante.

Aliás, a crítica de Ferreira não se fez presente apenas nos documentos de exploração das tartarugas, mas também de outro animal bastante utilizado e citados desde o período colonial: o peixe-boi. No trabalho de Ferreira intitulado “Memória sobre o peixe-boi e do uso que lhe dão no estado do Grão Pará”, após consideráveis informações sobre seus modos de vida, locais de incidência, métodos de sua pesca e produção da manteiga de sua banha – tão importante quanto a de tartaruga – ele afirma:

Sem dúvida de utilidades quantas são as que deste mamífero se tiram, sem nenhum policiamento feito de sua pesca. Um peixe boi para chegar ao seu devido crescimento deve gastar anos e todos os que aparecem são arpoados, mesmo as fêmeas prenhas. As fêmeas não parem mais de um até dois filhos por ano. Os filhotes tirados do ventre das mães que são arpoadas, para nada servem. Não se conhece tempo de criação e arpoador fica feliz quando encontra um filhote para mais fácil arpoar a mãe. Arpoam-nos em todos os tamanhos, sem distinção de idade. Por isto não deve causar espanto a sua raridade em alguns lagos onde já não os encontramos há alguns anos.²⁸¹

Seguindo a análise de Pádua, podemos dizer que a “consciência política de conservação da natureza” de Ferreira, exacerbada em sua memória sobre o jurararetê, apresentou-se também na discussão sobre a pesca do peixe-boi. De acordo com historiador, no contexto da Amazônia setecentista, o tema da condenação da caça predatória não costumava ser prioridade e as críticas ambientais do naturalista não fugiram do padrão das descrições anteriores sobre a natureza amazônica de concentrar esforços mais nas partes do que no todo, focando “mais os resultados deletérios da exploração predatória de determinados recursos, principalmente animais, do que as consequências do desflorestamento como um todo.”²⁸². Para ele, isso pode ter acontecido porque a quantidade qualitativa e quantitativa da ocupação colonial na Amazônia do século XVIII era menos expressiva do que nos antigos polos produtivos do Nordeste e Sudeste, locais nos quais a indústria madeireira e as monoculturas de exportação haviam causado problemas mais visíveis que na abundante mata amazônica, ainda pouco explorada. O destaque, portanto, se deu na descrição dos impactos do extrativismo

²⁸¹ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. "Memória sobre o peixe boi e do uso que lhe dão no estado do Grão Pará." In FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de cultura, 1972, p. 62.

²⁸² PÁDUA. Arrastados por uma cega avareza, *op. cit.*, 2005, p. 143.

predatório sobre animais, tais como as tartarugas e o peixe-boi, ambos percebidos com “mais clareza.”²⁸³

Tanto para tartarugas, quanto para peixe-boi, Ferreira apontou as práticas antiprodutivas como a não manutenção e destruição dos filhotes, a falta de regulação da exploração das fêmeas e a ausência de preocupação quanto às gerações vindouras como os maiores problemas ocasionados pelo extrativismo animal. Mesmo sendo ainda de forma sorrateira e como parte de um projeto maior de reconhecimento das potencialidades econômicas da região para a metrópole, sua ênfase na exploração trouxe registros importantíssimos daqueles animais que, mais tarde, iriam se tornar alvo de descrições de naturalistas e exploradores do vale amazônico como no caso de Henry Bates, Alfred Wallace e Paul Marcoy, os quais retornarão à temática da exploração dos animais no século posterior.

²⁸³ *Ibidem*; PÁDUA. Um sopro de destruição, *op. cit.*, 2004.

CAPÍTULO 4 - O extrativismo da tartaruga da Amazônia no século XIX sob o olhar de viajantes naturalistas e exploradores estrangeiros do rio Amazonas (1817-1859)

Trazendo em seu bojo, mesmo que de maneira esparsa, uma tentativa clara de regular, controlar, legalizar e, por vezes, coibir práticas consideradas ameaçadoras à natureza e seus produtos naturais, essa crescente sensibilidade ecológica pela floresta amazônica, influenciada pelo romantismo e pela tentativa cada vez maior de inserção das práticas agrícolas, contagiara algumas fontes históricas tais como os relatos de viajantes, legislações e resoluções, códigos de posturas municipais, discursos de presidentes das províncias do Pará e Amazonas, além de relatórios de comissões exploratórias ao Amazonas. A coleta de produtos da floresta como salsaparrilha, castanha, estopa, copaíba e, mais tarde, a seringa, bem como a pesca do pirarucu, peixe-boi, tartaruga, além da coleta dos ovos e produção da manteiga destas últimas continuarão a ser os principais “alvos” da discussão ambiental crescente, quase sempre pautada na crítica à prática extrativa, por um lado, e apoio à atividade agrícola, de outro. Mesmo assim, como veremos, ainda que seja visível a crescente crítica ambiental nos documentos citados e nas várias instâncias do regime monárquico brasileiro, não podemos afirmar sua generalização até final do período oitocentista.

Da maneira como venho optando desde o início deste trabalho, apesar da existência de uma crítica ambiental que alcançou plantas e animais, me debruçarei com mais insistência nessa última instância, em especial na sensibilidade ecológica em relação à tartaruga da Amazônia e como elas aparecem nas fontes citadas, mesmo sabendo da importância dos julgamentos críticos aos outros produtos da atividade extrativa para compor uma análise mais minuciosa da época. Aliás, como afirmo no decorrer de todo o capítulo, o aumento da crítica ambiental no século XIX está também atrelado à diminuição drástica do número de tartarugas e, conjuntamente, do abalo em relação ao abastecimento dos produtos oriundos de seus ovos nas pautas comerciais das províncias do Amazonas e Pará, esclarecidas nas relações de exportações e valores de produtos comercializados do período.

A grande massa espacial representada pelo Brasil na América do Sul, e futuro corpo político do Império do Brasil em 1822, não constituiu de forma alguma a unidade tão almejada, pelos menos nos primeiros anos do século XIX. Com especializações economicamente regionais, nas quais o fluxo mercantil de Belém e São Luís com a corte, ou mesmo do Pará (compreendendo em seu território a futura província do Amazonas

fundada somente em 1855) com o Peru, era muito mais comum as relações de comércio com outras províncias do território colonial da América Portuguesa.²⁸⁴ Todavia, a implementação das políticas pombalinas de cunho iluminista foram aceleradas com a chegada da Corte no Brasil, bem como o interesse pelo estudo da natureza, sobretudo para desenvolver a agricultura do país, que mais tarde se tornaria a base da economia imperial e republicana até meados do século XX.

A História Natural passa a conferir certa identidade a um país ou região, marcando suas singularidades e identificando um “ser distinto, autônomo e original.”²⁸⁵ De maneira geral, podemos dizer que no século XIX “o conhecimento da natureza confundiu-se à faina da exploração econômica dos recursos naturais.”²⁸⁶ Tal conquista ou dominação do espaço físico, bem como o consequente conhecimento do mundo natural, responsável pela exploração e cultivo dos recursos naturais “resultaram de uma vontade política e, principalmente, dos conhecimentos adquiridos com as viagens empreendidas pelos naturalistas, que visavam o desbravamento do interior desconhecido.”²⁸⁷ Mais que isso, após a independência em 1822, a natureza passou de objeto econômico a símbolo da nação, onde as “riquezas nacionais se confundiam à imagem identitária do país.”²⁸⁸

Foi fortíssima a carga política das expedições de naturalistas ocorridas no território brasileiro pois elas faziam circular “conhecimentos científicos internacionais e objetos científicos nacionais”, sendo, ao mesmo tempo, “prática científica e uma representação concreta do processo político e econômico de expansão colonial e imperialista.”²⁸⁹ Em meio às viagens, não somente plantas e animais eram descritos e se tornavam objeto dos museus e da ciência da natureza, mas também vestimentas, rituais, armas, instrumentos de caça e pesca, de cozinha e conhecimentos que viraram objetos da ciência etnográfica; além dos estudos e medições de ossos fósseis e esqueletos pertencentes aos grupos indígenas locais que dariam subsídio para a antropologia, ciência que também começava a se consolidar nesse século.²⁹⁰

As expedições de conhecimento e exploração serviram tanto ao processo de enraizamento do novo Império do Brasil, quanto ao processo de expansão para o seu

²⁸⁴ COELHO, Geraldo. *O espelho da natureza: poder, escrita e imaginação na revelação do Brasil*. Belém: Paka-Tatu, 2009, p. 124-125.

²⁸⁵ PRADO. *Natureza e Identidade nacional nas Américas*, *op. cit.*, p. 184.

²⁸⁶ DOMINGUES, Heloisa. O Homem, as Ciências Naturais e o Brasil no Século XIX. *Acervo*, v. 22, n. 1, jan/jun, 2009, p. 167.

²⁸⁷ *Ibidem*, p. 167.

²⁸⁸ *Ibidem*, p. 170.

²⁸⁹ *Ibidem*, p. 170.

²⁹⁰ *Ibidem*, p. 171; p. 172-174

interior, bem como a busca de melhores vias de penetração até a floresta, de onde seriam retirados os produtos para suprir cidades, vilas e o mercado exportador. As expedições também objetivavam coligir, reconhecer e estudar os produtos naturais de maior proveito e vantagem para o comércio, sobretudo pelas práticas ilustradas da ciência, processo, como vimos no capítulo anterior, inicialmente estimulado pela política imperial de Portugal, cuja economia se sustentava nas recompensas de suas colônias, e influenciadas pelas crescentes “viagens filosóficas”, recorrentes já no final do século anterior, além da tentativa de controlar o território e “civilizar” a região.

Durante a primeira metade do século XIX, distintos caminhos foram provados para encontrar as melhores vias de exploração pelo Amazonas e seus tributários até a floresta e o levantamento das potencialidades naturais da região, resultando em várias expedições tanto no território imperial brasileiro, como fora dele. Essas rotas eram locais de profusão de tartarugas, onde se consumia o animal aos montes e também se produzia manteiga de tartaruga visando a exportação para o Pará e para o Peru. É justamente nesse caminho onde encontraremos os relatos mais comuns de exploração desses animais e da produção da manteiga, desde cidades como Tabatinga, na região fronteira entre Colômbia e o Peru, até a Barra do Rio Negro, atual Manaus, passando por localidades com Ega (Tefé) e Barcelos, todas entre os rios Amazonas, Negro e Solimões. O destino de retorno pelo baixo Amazonas e Tocantins chegava ao Pará e à cidade de Belém, de onde geralmente os viajantes iniciavam e terminavam suas empreitadas, retornando aos seus países de origem.

Nestes lugares, a partir dos relatos de viagem, pode-se dizer que a crítica ambiental sobre o extrativismo animal, sobretudo das tartarugas, fora esparsa, porém existente, quase sempre entremeada no objetivo maior de descrever as rotas, os espécimes de história natural e o potencial econômico da região. Para constatá-las, no entanto, é necessário revisitar os seus escritos buscando o olhar da História Ambiental na denúncia sobre a destruição dos animais realizada por eles. De uma maneira geral, mesmo os viajantes e naturalistas que não fizeram críticas diretas sobre o uso desenfreado dos recursos, trouxeram reminiscências das críticas antes proferidas por João Daniel e Alexandre Ferreira durante o século XVIII, no tocante à avaliação de como o extrativismo seria uma prática selvagem, bárbara, pouco prodigiosa e, portanto, pouco lucrativa ao território. Para eles, os homens que ficavam a mercê da abundante floresta e seus produtos “à mão”, não agiam com ciência e técnica suficientes para se ter controle sobre a natureza e sua produção.

4.1- O espetáculo (da colheita dos ovos) das tartarugas

Os bávaros Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich von Martius foram um dos primeiros viajantes a atentar para a exploração e destruição das tartarugas na Amazônia durante o século XIX, quando ali estiveram entre os anos de 1819 e 1820 percorrendo as intermediações dos rios Amazonas, Solimões, Negro e Japurá, próximo da fronteira da atual Colômbia, percurso integrante da longa jornada de exploração científica de mais de 10 mil quilômetros empreitada entre 1817 e 1820, desde o Rio de Janeiro até Santarém, no Pará.²⁹¹ Foi no canal do Uruará, pertencente à ilha de mesmo nome, que os naturalistas avistaram pela primeira vez as tartarugas, que seriam substituídas pelos moradores de todo o rio Amazonas pelo gado bovino, daí o porquê de serem denominadas de “gado do rio”, pois sua carne era ali o “alimento animal mais comum.”²⁹² Elas eram apanhadas pelos índios e mantidas em currais ou taipais fechados construídos às margens do rio, onde em “fazendas abastadas, o curral mantém, às vezes, cem ou mais tartarugas, da quais costumam matar diariamente, ou pelo menos nos dias santificados, para ser servida à mesa como carne fresca”²⁹³, utilizadas em diversos pratos, alguns deles considerados saborosos, tais como as sopas.

As expedições a partir de Manaus e outras localidades sobre os vários tributários do Amazonas revelaram aos naturalistas o abundante comércio de animais e seus derivados, mas também trouxe consigo opiniões sobre a indevida exploração destes recursos. Em Vila Nova da Rainha, atual cidade de Parintins, os naturalistas denunciaram a prática – que já tinha sido vista por eles no rio Japurá – da utilização de envenenamento da água para a captura dos peixes. Para eles, eram os índios muito propensos a preferir esse modo de pescar em detrimento de todos os outros, causando “frequentemente grandes danos em lagoas e riachos.”²⁹⁴ Por essa razão, citaram, o governo teria proibido o envenenamento dos rios, mas a medida era pouco cumprida.

A crítica ambiental de Spix e Martius continuou quanto à pesca realizada nas proximidades de Manaus, tendo como foco agora a captura do peixe-boi. A prática foi considerada por eles “outrora mais abundante no Brasil” do que em 1819. Além disso,

²⁹¹ LISBOA, Karen M. Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: quadros da natureza e esboço de uma civilização. *Revista brasileira de História*, São Paulo, v.15, n. 29, 1995, p. 73-91.

²⁹² SPIX, Carl F.; MARTIUS, Johann B. *Viagem pelo Brasil: 1817-1829*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, volume III, 1981, p. 92; p. 167.

²⁹³ *Ibidem*, p. 93. Os bávaros relataram também a utilização da carapaça inteira das tartarugas inteira em lugar de outras vasilhas nas casas pobres da região.

²⁹⁴ *Ibidem*, p. 117.

segundo os naturalistas, o animal vivia também nos rios costeiros entre Rio de Janeiro e Maranhão, mas era tão caçado pelos colonos por causa do óleo que já se encontrava quase extinto naquele lugar, mesmo aparecendo as vezes no rio São Francisco. No Amazonas, o animal era arpoado a fim de se obter o óleo proveniente de sua gordura, uma vez que um “peixe boi de azeite” dava cerca de 480 a 500 galões.²⁹⁵ O problema se tornava maior quando fortalecido pelos argumentos da história natural da espécie e informações coletadas de sujeitos locais. Assim, eles afirmaram que devido à fêmea produzir poucas crias durante um considerável espaço de tempo de gestação, não era de se admirar que diminuísse rapidamente o número de peixe-boi mediante o processo predatório, ainda mais porque eram eles perseguidos por jacarés e homens, cuja proporção se tornava maior quanto mais crescia a população.²⁹⁶

Durante as expedições os naturalistas visitaram várias praias entre Manaus e Tefé, pelo rio Solimões, onde abundavam as tartarugas. Guajaratuba, a primeira delas, foi o local onde os naturalistas observaram pela primeira vez o “espetáculo da colheita dos ovos de tartaruga” e o preparo deles em forma de manteiga. A paisagem ao chegarem na ilha foi a comumente encontrada em outras praias de desova constituída de palhoças, montes de ovos desenterrados, canoas cheias de ovos quebrados, panelas cheias de gordura a ferver e cerca de 150 homens, incluindo “índios, mulatos, negros e alguns brancos”, que se ocupavam nos trabalhos de produção da manteiga.²⁹⁷ Precedendo este momento, durante o período das posturas, vigias encarregados pelo governo fiscalizavam quando a desova terminava e protegiam as praias de “perturbações por índios nômades”, a exemplo dos Muras.²⁹⁸ A partir daí, uma grande quantidade de coletores dos ovos direcionavam-se a estas praias fiscalizadas pelo capitão de praia, responsável por manter a ordem entre os trabalhadores, dividir os produtos coletados e entregar o dízimo para o erário. Estes fiscais eram escolhidos pelo governo e o cargo era geralmente ocupado por membros da guarnição ou algum outro “cidadão distinto”, assumindo um rentável negócio.²⁹⁹ O processo de delimitação das praias era feito a partir de uma “rigorosa medição das camadas dos ovos” em cada ilha com ajuda de índios. Desse modo, todo o areal era dividido entre os presentes, na proporção do número de operários trazidos por

²⁹⁵ SPIX; MARTIUS. Viagem pelo Brasil. *op. cit.*, p. 154.

²⁹⁶ *Ibidem.*

²⁹⁷ *Ibidem*, p. 162-163.

²⁹⁸ *Ibidem*, p. 163.

²⁹⁹ *Ibidem*, p. 164.

cada cidadão. A décima parte do total era, então, designada como posse da coroa, utilizando-se, para isso, uma bandeira.³⁰⁰

É importante ressaltarmos que a produção da manteiga de tartaruga configura a continuidade da prática de coleta abundante advinda desde o período colonial. Todavia, a imagem do capitão de praia, apesar de citada já em fins do século XVIII, agora torna-se crucial na fiscalização do governo imperial sobre o produto, pois era a partir dele que se tirava o erário da Coroa. Assim, além dos pesqueiros reais, “funcionários reais” asseguravam a retirada de parte do lucro proveniente da manufatura da manteiga de tartaruga, sem dúvida o produto mais rentável e procurado proveniente da tartaruga da Amazônia.

Depois disso, dava-se todo o processo de produção da manteiga já conhecido, com as etapas de trituração dos ovos nos botes, descanso do produto, fervura em caldeirões e armazenamento em potes para a comercialização. Os óleos produzidos em menor qualidade eram usados na iluminação, os demais se utilizavam na culinária. Estes animais movimentavam o comércio de localidades como Manaus, onde havia a negociação entre as colheitas das fazendas e os produtos coletados. O número de potes de manteiga preparados no Solimões chegava a 8 mil, somando-se ao número total da província, aproximadamente 15 mil deles.³⁰¹ Os maiores dízimos incidiam sobre a manteiga de ovos das tartarugas. Quando comparados com a farinha de mandioca e outros produtos, os valores de mil potes renderam ao Pará cerca de 3:000\$000 cruzados em 1819.³⁰²

Fora de Guajaratuba a atividade de produção da manteiga dos ovos de tartaruga e a pesca delas foi igualmente recorrente em outras praias. No rio Purus, do lago Anori, por exemplo, o governo havia estabelecido um pesqueiro responsável por despachar, duas vezes por mês, cerca de 150 tartarugas para Manaus.³⁰³ Mais tarde, continuando neste rio, os naturalistas aproaram na praia das onças, onde encontraram por volta de 350 homens ocupados com o preparo da manteiga, num movimento maior que aquele apresentado na praia de Guajaratuba, além da venda de diversos artigos necessários ao comércio local, formando um “interessante espetáculo.”³⁰⁴ Na praia de Jurupari tomaram informações dos indígenas de que ali as tartarugas anteriormente eram mais abundantes e forneciam milhares de potes de manteiga, todavia depois das perseguições sofridas teriam estes

³⁰⁰ *Ibidem.*

³⁰¹ *Ibidem.*

³⁰² *Ibidem*, p. 140.

³⁰³ *Ibidem*, p. 167.

³⁰⁴ *Ibidem*, p. 168.

animais procurado outras praias próximas do lago Codajás e outros rios no Rio Negro.³⁰⁵ Também relataram a presença de ovos de tartaruga na praia de Camará, no rio Coari, onde teriam visto “panejar a bandeira real”, provavelmente de delimitação das áreas de coleta, como vimos no caso de Guajaratuba, e muitos homens atarefados nas coletas.³⁰⁶ No rio Madeira, os rios e lagos vizinhos eram do mesmo modo abundantes de tartarugas, onde a praia de Tamanduá era tida como uma das “mais lucrativas para a colheita dos ovos de tartaruga e preparo da manteiga”, procurada anualmente por muitas canoas do Rio Negro, até o Pará, com valor estimado entre cinco e seis mil cruzados.³⁰⁷

Diante daquele contexto, causava admiração a Spix e Martius o fato de ainda permanecerem naqueles anos numerosas as colheitas dos ovos de tartaruga, bem como a quantidade considerável dos animais adultos, principalmente porque há pelo menos um século a mão do homem teria “furtado” o desenvolvimento natural de grande quantidade dos ovos, juntamente com outros animais que também os consumiam, como urubus, jaburus, iguanas, camaleões e jacarés, pelo fato também de muitos se quebrarem durante as posturas e, ainda, devido ao consumo das tartaruguinhas por diversos predadores. Aliás, sobre estes “animaizinhos”, Spix e Martius deram mais informações relatando a prática na qual indígenas e colonos capturavam cestos inteiros delas, mesmo com as patrulhas das praias, as consumindo assadas ou cozidas. Por fim, contribuía igualmente para o possível esgotamento dos animais a secagem dos ovos feita ao fogo pelos indígenas para consumo posteriores em provisões futuras.³⁰⁸

Para enfatizar a mortandade dos quelônios a partir da produção da manteiga de tartaruga, eles trouxeram os cálculos de Humboldt, que contabilizara cerca de 5 mil potes preparados anualmente nas ilhas do rio Orinoco, sendo necessário para isso 33 milhões de ovos. Posteriormente compararam com os cálculos de diversos “colhedores práticos” das praias do Solimões, descrevendo a quantidade de cerca de 1.600 ovos para um pote de manteiga, além das 20.000 tartarugas adultas mortas naquele rio.³⁰⁹ Estas cifras, relatavam eles, serviam de justificativa pelos habitantes para a falta de cuidado com os animais quando eram “lembrados da possibilidade de esgotar-se essa rica fonte de alimentação.”³¹⁰ Enfim, para Spix e Martius, o sistema atual exterminaria as tartarugas,

³⁰⁵ *Ibidem*, p. 170.

³⁰⁶ *Ibidem*, p. 175.

³⁰⁷ *Ibidem*, p. 290 - nota de rodapé

³⁰⁸ *Ibidem*, p. 166.

³⁰⁹ *Ibidem*.

³¹⁰ *Ibidem*.

apesar da sua produtividade ainda recorrente, fato que instigava o governo a procurar medidas de coibir as “caçadas irregulares” sobre os ovos e tartaruginhas.³¹¹ Na verdade, preocupava mais ainda aos naturalistas os grupos indígenas nômades, em especial os Muras, sobre quem parece ter pesado mais as posturas do governo, por serem constantemente vistos como um dos principais “destruidores” das tartarugas, devido sua cultura nômade e essencialmente extrativista. Obviamente, uma visão do estrangeiro, baseada na ciência pragmática do século XIX, marcada pelo ranço do iluminismo setecentista, cuja característica também era de reforçar o conhecimento científico em detrimento de outras formas de saber, e práticas de consumo dos produtos da natureza.

A narrativa de Spix e Martius em sua viagem pela Amazônia acompanhou, portanto, as descrições realizadas por eles em outras localidades, construídas a partir do seu deslocamento geográfico pelos rios, lagos, praias, cidades, vilas, dentre outros lugares, mas tendo a natureza como um dos principais focos de observação, bem ao estilo humboldtiano, em acordo com os critérios lineanos de descrição animal, de modo que a natureza do novo mundo era, paulatinamente, catalogada e inserida nos herbários, museus e obras de história natural. Ainda assim, é importante ressaltar que a relação deles com a natureza não se encerrava com a “taxonomia iluminista e o ávido colecionismo”, pois era também vertida de sentimentos, sensações, as vezes paradisíacas, da paisagem idílica da floresta e seus recursos, às vezes infernais, das pragas, cheiros, dores, doenças.³¹² A natureza, portanto, devia ser sentida, não somente vista e abstraída, ou seja, apresentava-se de forma anímica, mostrando mais uma vez a forte presença da obra de Humboldt, utilizada como suporte para informações científicas, como vimos no registro dos números de ovos de tartaruga necessários para a produção da manteiga.

Sem excluir o homem do foco do mundo natural, os relatos de Spix e Martius tornaram mais evidentes a justificativa da diferença humana em relação aos outros seres vivos, para onde deveriam convergir todas as espécies, sobretudo pela alcunha da civilização cuja natureza era dicotômica, pois quanto mais civilizada a espécie humana se tornava, maior era o seu potencial destruidor.³¹³ Nos relatos, é forte a visão de superioridade do homem europeu, em relação aos negros e, principalmente, no caso da Amazônia, dos indígenas, estabelecendo quadros da natureza bem característicos na sua obra. Nessa perspectiva os naturalistas registraram o que estava fadado à destruição em

³¹¹ *Ibidem*.

³¹² LISBOA. Viagem pelo Brasil de Spix e Martius, *op. cit.*, p. 80.

³¹³ *Ibidem*, p. 85.

ambientes como rios e lagos amazônicos, considerando que a ciência dispunha de métodos para a conservação de objetos da ciência natural. Fossem eles quadros, herbários, coleções, estudos e/ou museus, caberia à “civilização europeia” remover a selvageria americana em troca da cultura do velho mundo.³¹⁴ Ainda assim não se pode comparar, pelo menos no caso das tartarugas, o número de espécies coletadas para e pela ciência em relação às práticas de coleta dos ovos, produção da manteiga e consumo das tartarugas recém-nascidas, julgadas como imprevidentes pela incúria dos habitantes.

Registra-se que o longo trabalho de análise feito pelos naturalistas bávaros teve importante influência sobre outros estudiosos da natureza nos anos subsequentes, com discursos reivindicando o controle sobre o mundo natural por meio da ciência e a crítica ambiental a respeito das práticas extrativas dos recursos amazônicos.

4.2- Descendo o Amazonas

Entre os anos de 1834 e 1835, o desenhista irlandês e oficial William Smith, juntamente com o oficial da marinha inglesa Frederick Lowe, realizaram uma expedição com início em Lima, no Peru, em direção à Belém, de onde retornaram para a Inglaterra já em 1835, tendo como objetivo verificar a viabilidade de comunicação navegável com o Atlântico pelos rios do vale do Amazonas.

Nesse percurso os expedicionários descreveram o consumo de tartarugas e peixes-boi entre as tribos que habitavam os bancos do rio Ucayali, nome dado ao rio Amazonas no trecho entre o rio Urubamba até o rio Marañón, no Peru.³¹⁵ O Ucayali apresentava peixes de vários tipos durante o período não chuvoso, quando o rio estava baixo, e eles conseguiam a sua subsistência mais facilmente. Ali, a vaca marinha, ou manatí, como também era conhecido o peixe-boi, despontava como o primeiro na lista dos produtos do rio, tendo sua carne considerada com a das mais saborosas. Segundo os cálculos de Smith e Lowe, em boas condições, um exemplar grande desses animais renderia um pouco mais de cinquenta libras de óleo de sua gordura. Além disso, citando as informações de Padre

³¹⁴ *Ibidem*, p. 88.

³¹⁵ SMITH, William; LOWE, Frederick. *Narrative of a Journey from Lima to Pará, across the Andes and Down the Amazon: undertaken with a view ascertaining the practicability of a navigable communication with the atlantic by rivers Pachitea, Ucayali and Amazon*. London: Jhon Murray, Albermale-Street, 1836, p. 229. Disponível em: <https://archive.org/details/narrativeajourn01lowegoog>. Acesso em: 06 jan. 2015. De acordo com SMITH e LOWE, essas tribos eram bem numerosas sem bem comuns os Mayorunas, Capanaguas e Sancis. Nessa última tribo, os peixes-boi assumiam também um papel importante no seu conhecimento astronômico dando o nome às constelações.

Plaza, um simples homem poderia caçar esses imensos animais. Depois de matá-lo, curiosamente, a canoa era preenchida com água e o animal colocado sobre ela. Posteriormente, retirava-se a água para submergir a canoa.³¹⁶

A *charapa*, como os indígenas daquela localidade chamavam as tartarugas do Amazonas, formavam também um importante suplemento entre as tribos do Ucayali, sendo encontradas em imensas quantidades em todos os rios que desaguavam no *Marañón*. A prática sazonal nesta parte do rio era semelhante àquela recorrente em todo o rio Amazonas durante a estação menos chuvosa, quando todos os bancos de areia e praias ficavam cobertas de tartarugas, as quais formavam a principal parte da subsistência dos nativos. Também ali os animais eram capturados e depositados em pequenos tanques e cercados onde permaneciam para serem consumidas em todas as estações do ano. De acordo com Smith e Lowe, estes tanques só eram feitos por “pessoas importantes”, pois para o indígena comum não era hábito fazer provisões para os dias futuros, reverberando sua preocupação em relação aos provimentos futuros, bem como um posicionamento diferenciado à prática de subsistência indígena no tocante ao extrativismo animal.³¹⁷

O mesmo parece não ocorrer diretamente quando Smith e Lowe citam a produção da manteiga de tartaruga decorrente dos ovos destes animais. No Peru, segundo os escritos, o óleo de tartaruga (nome dado à manteiga de tartaruga pelos peruanos) era produzido de maneira semelhante aos outros registros trazidos até aqui no Amazonas, bem como a sua maneira de utilização, fosse para uso próprio ou para exportação, fato que identifica aproximação das relações culturais entre os povos indígenas que habitavam as margens do rio, que a partir dali já assumia outros nomes.

No Ucayali, por exemplo, a manteiga supria a iluminação noturna ou era misturada às comidas. Cerca de um milhão de galões eram exportados anualmente, sendo ela o principal artigo do comércio de todo baixo Marañón.³¹⁸ A despeito dos valores, em Sarayacu um galão da manteiga de tartaruga era vendido por um real (ou seis centavos) e, no Pará, o mesmo galão valia um dólar.³¹⁹ Milhares de galões saíam daquela parte do rio em direção a outros lugares, como no caso das capitais, locais de grande exigência energética supridos pela manteiga.

³¹⁶ SMITH; LOWE. Narrative of a Journey from Lima to Pará, across the Andes and Down the Amazon, *op. cit.*, p. 243.

³¹⁷ *Ibidem*, p. 244.

³¹⁸ *Ibidem*, p. 245.

³¹⁹ *Ibidem*, p. 246.

A prática de “viração” das tartarugas era comum no Marañón, assemelhando-se à captura de tartarugas em outras partes do rio Amazonas e também à pesca realizada nas localidades costeiras povoadas pelas tartarugas marinhas. Essa técnica de captura dos animais era usada, por vezes, a favor dos indígenas em situações de austeridades às missões, pois, conforme relatado por Smith e Lowe, era costume deles, quando em inimizade com as missões, virem à noite e virarem todas as tartarugas que pudessem encontrar, a fim de que elas pudessem ser destruídas pelo sol do dia seguinte.³²⁰ Tal registro identifica que, nem sempre, o clima amistoso permanecia no momento de captura das tartarugas nas praias e bancos de areia, mesmo sendo estas ocasiões marcadas por festas e divertimento entre os envolvidos, como veremos mais tarde nos relatos de outros viajantes. Possivelmente, aconteceram conflitos por razões diversas, como a exigência do trabalho indígena por parte dos missionários e a falta de pagamentos e retribuições pelos seus serviços prestados, sobretudo na produção da manteiga de tartaruga, recaindo sobre os animais tal fardo, cujo resultado era morrerem queimadas ao sol. O certo é que a menor parte dos lucros gerados pelo extrativismo e produção da manteiga ficava com os índios, apesar de serem claramente os indivíduos em maior número nesta tarefa, como atestam os documentos. Enquanto isso, colonos e mercadores se beneficiavam muito mais dos valores gerados desde a produção da manteiga até a venda efetiva do produto nas cidades. Animais aquáticos como os botos, apesar de não serem comumente comidos, também participavam do grupo de espécies cuja gordura era extraída para diversos fins.

Algumas cidades despontavam no comércio da manteiga de tartaruga e outros produtos naturais como a salsaparrilha. São Paulo de Olivença ou *Yavari* tinha um considerável comércio de salsaparrilha e manteiga com o Pará, a última feita em grande quantidade nas praias vizinhas, nas quais durante o período menos chuvoso os indígenas erguiam suas cabanas.³²¹ Já em Santo Antonio, vila situada aproximadamente três milhas abaixo da boca do rio Icó, o cacau e a salsaparrilha eram os chefes da produção e escoamento.³²² Em Tonantins, no Alto Solimões, havia um português de nome Moray que habitava o local desde 1813, cuja casa continha um pequeno jardim, algumas plantações, gado, porcos, aves, além de um pequeno tanque de tartaruga. A abundância de tartaruga e peixe-boi na cidade fazia com que a produção de manteiga fosse nada menos que 1600 jarras anualmente, as quais eram enviadas ao Pará para serem vendidas por oito ou dez

³²⁰ *Ibidem*, p. 246.

³²¹ *Ibidem*, p. 273.

³²² *Ibidem*, p. 278.

dólares cada uma.³²³ Outras pequenas cidades como Ega (Tefé) e Coari tinham como principais gêneros de exportação a salsaparrilha, manteiga, farinha e cacau, com vários indígenas empregados na coleta e transporte dos produtos, bem como em Manaus, onde além dos produtos citados, o peixe salgado despontava com um dos principais artigos de exportação para o Pará, além do café, tabaco e castanha.³²⁴

O missionário metodista Daniel P. Kidder também relatou a produção da manteiga dos ovos de tartaruga, considerada por ele como um produto peculiar da região.³²⁵ Entre os anos de 1837 e 1838, após descrever a já conhecida produção da manteiga de tartaruga, Kidder atentou para a constante utilização do produto como condimento tanto para os índios, quanto para as pessoas que a ela se habituaram, e deferiu seu juízo sobre o consumo. Assim, conforme os cálculos do missionário “antigamente empregavam-se cerca de duzentos e cinquenta milhões de ovos de tartaruga por ano, no fabrico dessa manteiga”, porém, o número mudara e tornara-se menor, “não só pela devastação feita sobre os quelônios, como também pelo desenvolvimento da civilização.”³²⁶

Apesar do posicionamento conservador de Kidder, parece óbvio que sua crítica não fora diretamente ao processo de civilização, mas à maneira como o Império brasileiro lidava com ele, sobretudo em relação à mão de obra e ao comércio. Afinal, sem nos aprofundarmos nos detalhes de seu pensamento, como missionário metodista, Kidder representou a ideia de superioridade da civilização anglo-americana e protestante, em ascensão pela recente independência de alguns estados americanos, em detrimento das civilizações ibéricas católicas, permeada pela crença numa racionalidade determinada pela relação do sagrado, o trabalho e a natureza.³²⁷ Mesmo assim, a nota do missionário metodista sobre a relação entre civilização e diminuição do número de tartarugas merece destaque, principalmente porque aparecerá também nos relatos de viajantes-naturalistas das décadas subsequentes.

³²³ *Ibidem*, p. 279.

³²⁴ *Ibidem*, p. 286-287; p. 294.

³²⁵ KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil: Províncias do Norte*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008, p. 211.

³²⁶ *Ibidem*, p. 222-223.

³²⁷ As descrições geográficas, botânicas e zoológicas de Daniel P. Kidder faziam parte de uma característica da literatura de viagens do século XIX, onde os relatos da relação do homem com a natureza se fazia presente, todavia não podemos nos esquecer que o objetivo da viagem do missionário metodista era difundir os valores puritanos e distribuir Bíblias em português no Brasil, portanto em sua narração ele se debruçou muito mais em compreender os costumes, hábitos e demais informações etnográficas que colaborassem com seu propósito. Cf. NAMURA, Miriam do Prado Giacchetto. *Os relatos de Daniel Kidder e a polêmica religiosa brasileira na primeira metade do século XIX*. USP (Dissertação de mestrado), São Paulo, 2011, pp. 128.

4.3- Esse “bípede miserável”

A literatura de viagem sobre as expedições pelo Amazonas no período das décadas de 1840-1850 foi muito fértil e merece destaque. De acordo com o historiador Jean-Pierre Chumeil, desde os peruanos Valdez e Palacios, em 1843, até os britânicos Wallace e Bates, em 1848, passando pelo francês F. de Castenaul e os norte-americanos Herndon e Gibbon, em 1853, os escritos são muito ricos em suas descrições e observações zoológicas, botânicas, etnográficas e geológicas, as quais tiveram muita influência sobre o pensamento científico da época.³²⁸ Ainda segundo Chumeil, um dos principais objetivos dos primeiros exploradores estrangeiros era precisamente estabelecer uma conexão navegável entre o pacífico e o atlântico por meio do Amazonas, a fim de assegurar a saída para novos produtos comerciais em ascensão, determinado também pela introdução da navegação a vapor e instituições como a Comissão Hidrográfica do Amazonas, com sede em Iquitos.³²⁹ Já ao final daquele século, reitera, tais viagens se tornariam muito frequentes à maioria dos viajantes e uma rota clássica para sair da Europa e Estados Unidos, todavia na primeira metade do século era uma aventura cheia de perigos com sucessivos naufrágios, doenças e demais intempéries.

Um destes conhecidos viajantes que relataram de maneira mais enfática o consumo, a produção da manteiga dos ovos e a exploração das tartarugas em meio ao processo de destruição emergente da natureza amazônica foi o “viajante-artista” francês Laurent Saint-Cricq, conhecido pelo pseudônimo de Paul Marcoy. Saint-Cricq (aliás Marcoy!) esteve no rio Amazonas entre 1844-1847, tendo se encontrado e participado parcialmente da expedição do Conde de Castenaul (1846-1847) desde *Echaraté* (Peru) até *SarayAcuña* (Equador), mas depois seguiu sozinho até o Pará.³³⁰ A rota realizada por Marcoy pelo rio Amazonas desde os Andes até o Pará já havia sido realizada anteriormente por outros viajantes-naturalistas, oficiais da marinha britânica, governadores,

³²⁸ CHUMEIL, Jean-Pierre. Uma visão de la amazonia a mediados do siglo XIX: el viajero Paul Marcoy, *Bulletin de l'Institute francais d'études Andins*, 1994, 23 (2), p. 270.

³²⁹ *Ibidem*, p. 271.

³³⁰ MARCOY, Paul. *Viagem pelo rio Amazonas*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006. Apesar de reconhecermos a importância do relato de Paul Marcoy desde os Andes até o Pará, trataremos do texto desde presente na obra de Antonio Porro ("Viagem pelo Rio Amazonas"), mais especificamente dos trechos de Nauta à Tabatinga e de Tabatinga à Santa Maria de Belém do Pará, respectivamente, os capítulos 11 e 12 da obra original do viajante. De acordo com o próprio Porro os relatos de Marcoy influenciaram profundamente os livros de viagens como de Augusto Biard (*Deux années au Brésil*, Paris 1862) e de romancistas como Julio Verne (A jangada). Cf. CHUMEIL. Uma visão de la amazonia a mediados do siglo XIX, *op. cit.*, p. 276; PORRO, Antonio. "Introdução". In MARCOY, Paul. *Viagem pelo rio Amazonas*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006, p. 22-23.

exploradores e expedicionários, bem como não terminou na viagem do francês, gerando um conjunto interessante de relatos de diferentes objetivos sobre esta rota tão intrigante.³³¹

De acordo com o historiador Jean-Pierre Chumeil, não há dúvidas da necessidade de distinguir os escritos de Paul Marcoy entre sua visão romântica da natureza, suas observações botânicas, geográficas e etnográficas, por um lado, e suas tentativas e hipóteses sobre a origem do homem americano, salpicado de um tom, às vezes alegre e picante, e outras ácido e aborrecido, por outro. Sob um tom pitoresco e um estilo novelista de relato, Marcoy alertou para as matas ao redor da cidade de Manaus, as quais, segundo ele, não ofereciam muitas variedades vegetais, além de algumas espécies comuns que cresceram nas vizinhanças de água pretas. O viajante afirmou que um europeu recém-chegado iria se iludir pensando que a “aparência luxuriante” dessa vegetação fosse da floresta virgem, mas que, na verdade, eram capoeiras, ou seja, bosques que haviam crescido em terras antes cultivadas e abandonadas. Nas palavras do viajante francês:

[...] talvez os botânicos europeus não saibam que uma floresta tropical que sofreu os **efeitos da mão humana nunca mais recupera o seu esplendor original**, mesmo que seja deixada ao seu destino por um século. [Eu vi florestas que foram derrubadas em fins do século XVI e abandonadas a si mesmas por volta daquela época até o presente que ainda trazem as marcas da derrubada. Também observei muitas vezes, ao caminhar por elas, que as árvores, plantas, e trepadeiras que constituem o crescimento secundário dessas florestas são na maior parte de espécies diferentes daquelas que originalmente floresciam - nota do autor]. Dirão alguns que essa marca indelével é como que o homem, como rei da criação, imprime o seu domínio; outros são levados a pensar que **esse bípede miserável**, como as harpias da fábula, tem a maldosa faculdade de sujar e fazer murchar tudo o que toca. [Grifo nosso]³³²

O escrito de Marcoy enfatiza de maneira controversa que ao mesmo tempo em que o homem apresenta um lugar diferenciado na cadeia dos seres, pois é citado por ele como “rei da criação”, possibilitando-lhe imprimir seu domínio sobre as demais obras divinas, também apresentava a “maldosa faculdade” de destruir tudo aquilo por onde passava. Quanto a isso, mesmo partindo da afirmação de Antonio Porro e suas notas etnográficas sobre o Marcoy de que as antigas derrubadas – cujos vestígios teriam sido observados pelo autor – não poderiam, certamente, ser dos fins do século XVII, se pode

³³¹ CHUMEIL. Uma vizio de la amazonia a mediados do siglo XIX, *op. cit.*, 293-294.

³³² MARCOY. Viagem pelo rio Amazonas, *op. cit.*, p. 168-169.

afirmar, a partir do relato do próprio viajante, que a “marca indelével do homem” ali estava, registrando a ação humana sobre aquele ambiente e suas espécies. Isso, obviamente, se aplicava às matas secundárias próximas da cidade, todavia as do interior do Rio Negro, famosas por sua flora e fauna, abundavam em “suas espécies vegetais preciosas e animais raros e curiosos.”³³³

A busca de uma aparência luxuriante da floresta e ênfase na intervenção humana sobre o meio ambiente coloca Marcoy no imaginário francês presente no Brasil imperial, ao mesmo tempo de edenização da natureza e certa desconfiança da humanidade das missões científicas em relação às tribos indígenas, tidos como selvagens, diante de seu pensamento nitidamente poligenista.³³⁴ É também do contexto oitocentista o pendor do viajante à prática da descrição da natureza com um sabor de pitoresco, enfatizando aspectos destoantes sobre a população, comunidade e etnia, sendo que Marcoy apoia-se mais no lirismo literário que, necessariamente, na objetividade científica, por mais que a confiança desmensurada da ciência e da técnica fosse parte das viagens do século XIX, portanto da sua também. Tal como fará Bates um pouco mais tarde, durante sua estada na Amazônia com pássaros, mamíferos e insetos, Marcoy deu um tratamento biologizante para os tipos humanos encontrados, dando destaque a estes.³³⁵ Assim, ao centrar menos sobre os aspectos da natureza sem deixar de citá-los e descrevê-los, o viajante francês acaba por trazer informações relevantes sobre os povos e suas práticas, tais como a pesca das tartarugas e a coleta de produtos vegetais nas margens do rio Amazonas, como no caso da salsaparrilha.

Marcoy proporcionou, ainda, mais informações sobre a fauna e a flora, em particular nos arredores das missões, denunciando a exploração dos recursos naturais e a destruição da fauna aquática dos rios. De acordo com o viajante francês, alguns “produtos do solo” haviam se tornado raros nas florestas do Alto Amazonas, enquanto outros haviam desaparecido.

Resinas, bálsamos, óleos, gomas, plantas têxteis, de tintura e medicinais eram outrora abundantes nas duas margens do rio. Hoje em dia o seu desaparecimento ou sua raridade obriga os comerciantes do Amazonas a enviarem uma ou duas vezes ao ano, para o interior dos rios Javari, Napo, Içá, Juruá e Purus, um certo número de Tapuias à procura desses produtos. Esses homens confraternizam com os nativos e conseguem a sua na coleta de vegetais, pagando-os com machados, facas e anzóis. Os indígenas, porém, têm vício de derrubar árvores e arbustos para

³³³ MARCOY. Viagem pelo rio Amazonas, *op. cit.*, p. 168 - nota de rodapé.

³³⁴ CHUMEIL. Uma visão de la amazonia a mediados do siglo XIX, *op. cit.*, 1994.

³³⁵ SILVA, James Roberto. *Revisitando Paul Marcoy em sua passagem pelo Amazonas: viajantes naturalistas e a vulgarização científica no século XIX*. São Paulo: ANPUH-SP, 2010.

colher frutos e de arrancar as plantas do solo para obter seus talos e folhas. **Essa imprevidência leva, com o tempo, à rarefação ou total extinção de certas espécies.** A salsaparrilha é uma delas. Atualmente as proximidades do Amazonas são tão pobres dessas *Smilax* que os coletores ribeirinhos são obrigados a viajar para as cabeceiras do rio para abastecer os mercados europeus. Em 1860 uma dessas expedições comerciais, composta de uma dúzia de igarités e uma centena de pessoas, explorou durante nove meses o rio Juruá e seus afluentes e voltou para Ega trazendo sessenta e um quintais de salsaparrilha.

A introdução de barcos a vapor no Amazonas, reduzindo as distâncias e multiplicação as relações comerciais, só veio **augmentar os meios de destruição empregados pelo homem.** Já antevemos o dia em que a salsaparrilha terá desaparecido do Brasil ou terá sido reduzida a cultivos regulares como cacau, o outro produto nativo da região. Antigamente, essa *Buttneriacea* era abundante nas florestas ao longo do rio; hoje dificilmente é vista, exceto nas florestas do interior e do litoral da zona equatorial, onde pequenos comerciantes ainda vão procurá-la. É em consequência do seu total desaparecimento em certos lugares, e da sua raridade em outros, que os habitantes criaram no baixo Amazonas, entre Vila Nova, na margem direita, e Cametá, no rio Tocantins, as grandes plantações de cacau que se observam ao passar. [Grifo nosso]³³⁶

No caso da salsaparrilha, e algumas outras espécies vegetais, o método de colheita foi considerado pelo viajante francês como o principal responsável pela diminuição do número ou desaparecimento delas no vale amazônico. A rarefação da salsaparrilha, conforme Marcoy, era tão grande e sintomática de forma que o Brasil exportava à Europa o produto proveniente, em grande parte, de “antigas possessões espanholas”, sendo assim, a colheita era feita por habitantes de planície de Sacramento, dos povoados de *Marañón* e do *Huallaga*, do Equador e da Colômbia, onde essa planta ainda era abundante e, posteriormente, a embarcavam no Alto Amazonas, no Napo e no Içá para os comerciantes de lugares como Caiçara, Tefé, Coari e Manaus, que por sua vez a despachavam para o Pará.³³⁷

Nas margens do rio Amazonas, a paisagem modificada pela ação humana ganhou destaque no escrito de Paul Marcoy. A marcha exploratória da salsaparrilha caminhava ainda mais para o interior da mata, vasculhada por pequenos comerciantes que se embrenhavam cada vez mais em busca de valerosa planta, enquanto outros já participavam de uma nova configuração à beira do rio, inserindo espécies exóticas em solo amazônico, a exemplo do cacau. Ora, diante de visível retirada desenfreada e sem método dos exemplares de salsaparrilha por toda a mata era de se esperar que outros

³³⁶ MARCOY. Viagem pelo rio Amazonas, *op. cit.*, p. 187.

³³⁷ *Ibidem.* - Nota de rodapé

naturalistas também tivessem informado sobre essa exploração. Um deles foi Wallace, cuja afirmação apontou que um dos produtos naturais de mais importância na região do Amazonas era a salsaparrilha. Essa planta, de acordo com o naturalista inglês, encontrava-se em todo o território florestal do Amazonas, da Venezuela à Bolívia e do baixo Amazonas ao Peru. De maneira sintomática, Wallace confirmou que perto dos grandes rios, geralmente, ela não era encontrada, sendo vista somente bem mais para o interior, nos barrancos dos córregos e ribeirões, em terrenos rochosos e secos. Também reafirma a colheita principalmente pelos índios, na sua maioria pelas tribos “menos civilizadas”, sendo por esse meio que se conseguia promover com eles um “comércio considerável.”³³⁸

Outra preocupação de Paul Marcoy girava em torno da navegação a vapor, inserida recentemente no rio Amazonas desde 1850.³³⁹ Se de um lado o novo modelo de transporte de navegação reduzia as distâncias entre províncias e vilas localizadas nas margens do rio Amazonas e seus afluentes, causando um crescimento considerável do trânsito e obtenção dos produtos advindos do extrativismo naquelas localidades, de outro lado, a inserção do barco a vapor foi considerada como um dos fatores responsáveis pelo aumento exponencial da destruição causada pelo homem aos recursos naturais amazônicos, sendo possível, até mesmo, prever a extinção da salsaparrilha no Brasil por conta dela.

Não há indícios de que Marcoy repreendeu a inserção da navegação a vapor no Amazonas, principalmente porque ele também representava o interesse estrangeiro sobre a região, assim como as companhias de navegação que tentavam se estabelecer no norte do Império brasileiro com objetivos claros de exploração do Amazonas e seus afluentes.³⁴⁰ Sob a análise do excerto acima, a impressão é de uma confirmação da destruição da salsaparrilha a partir da lógica destes meios de transporte, uma vez que poderiam suportar uma quantidade maior de carga e promover o acesso com mais rapidez aos locais providos da planta, logo o fluxo do produto aumentaria no sentido inverso do

³³⁸ WALLACE, Alfred Russel. *Viagem pelo Amazonas e Rio Negro*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p. 538-539.

³³⁹ Art. 2, 1º da lei nº 586 de 6 de setembro de 1850, p. 61. "O governo é autorizado a estabelecer desde já no Amazonas, e águas do Pará a navegação por vapor, que sirva para os correios, transportes, rebocagem até as Províncias vizinhas e territórios estrangeiros confinantes, consignando prestações a quem se propuser a manter a dita navegação, ou empregando embarcações do estado."

³⁴⁰ No caso de viajantes ingleses havia o interesse em relação ao território brasileiro, sobretudo no que dizia respeito ao rio Amazonas e ao apoio a sua livre navegação em meados do século XIX, deixando o próprio governo brasileiro receoso diante da navegação no rio ainda pouco explorado, conhecido em suas cabeceiras e esparsamente. Cf. NUNES, Francivaldo Alves. *Sobre o signo do moderno cultivo: Estado imperial e agricultura na Amazônia*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2011, p. 62.

tempo de coleta, tendo como consequência a redução do recurso por meio de uma prática extrativa mais corriqueira.

Na afirmação de Vitor Gregório, o estabelecimento de linhas regulares de barcos a vapor na Amazônia não foi uma decisão rápida, tampouco simples.³⁴¹ Ele se deu dentro de uma dinâmica de fortalecimento do novo regime na região em relação à sua situação de despovoamento e o fato de que os principais centros políticos e econômicos brasileiros estavam distantes de Belém em relação à capital da corte, além da necessidade de adoção de medidas que fortalecessem o novo regime na região. Segundo o historiador, a navegação surgiu como uma das medidas que tinham a intenção de impulsionar tanto o povoamento, quanto o desenvolvimento econômico do território. Sendo assim, o estabelecimento de linhas de vapores nos principais rios da região e do incentivo nas atividades agrícolas, aliados às constantes políticas de colonização e catequização dos indígenas, eram concebidos como o único meio de desenvolver o norte do Império e civilizar seus habitantes.³⁴²

O desenvolvimento técnico das navegações a vapor, ocorrido desde o final do século XVIII, deixava o tempo mais e curto e também aumentava a carga dos produtos, com a vantagem muito menor de perda pelo caminho, tanto na navegação oceânica como na navegação fluvial, mesmo que esta última sofresse a concorrência com as ferrovias. A propósito, a tentativa de embarcação a vapor na região norte adveio desde os primeiros anos do período imperial com a *Amazon Steam Navigation Company*, criada em Nova York, em 1826, sob a proteção do ministro brasileiro no país norte-americano, José Silvestre Rebelo; a criação da Companhia de Navegação e Comércio da Amazônia, em 1853, presidida pelo Barão de Mauá com a preocupação central da incorporação da região amazônica ao conjunto do Império, por meio de medidas que garantissem seu desenvolvimento econômico; e, finalmente, afirma-se com o decreto de n. 3.749 de 7 de setembro de 1866, quando se deu a abertura da navegação internacional na Amazônia.³⁴³ Todos estes momentos foram marcados com o intenso e longo debate, resvalando quase sempre nas questões da soberania brasileira sobre a Amazônia e seus rios em relação ao

³⁴¹ GREGÓRIO, Vitor Marcos. O progresso a vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX. *Nova economia*, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, jan.-abr., 185-212, 2009.

³⁴² *Ibidem*, p. 186.

³⁴³ *Ibidem*, p. 188; p. 203; p. 207-208. Em 1871, empresários ingleses assumiram a antiga Companhia de Navegação e Comércio do Rio Amazonas e formaram *The Amazon Steamship Company*, cujo monopólio se estenderia até a primeira década do século seguinte em 1911, quando daria lugar a outra empresa, a *Amazon River*. Ver também SA, Magali Romero. James William Trail: a British Naturalist in Nineteenth – Century Amazonia. *Historia Naturalis*, 1, p. 99-254.

capital estrangeiro e discussões de livre concorrência entre empresas, em contraponto aos privilégios de exclusividade a uma delas.

Apesar da incorporação ao Estado nacional a partir da navegação a vapor, não podemos dizer que os problemas da região foram resolvidos, ainda que tenha havido um crescimento exorbitante mostrado nos números de exportações e importações das companhias, bem como o *boom* da borracha a partir da década de 1870. Esta incorporação significou, de certa maneira, a ideia de pertencimento da região amazônica na comunidade brasileira.³⁴⁴ Porém, como vimos no relato de Marcoy, mesmo que a navegação a vapor não tenha criado o problema da escassez dos produtos naturais amazônicos, fato inegável é que ela intensificou o processo.

Na continuidade do relato, Paul Marcoy afirmou que tudo o que ele havia dito sobre os “produtos vegetais” da Amazônia poderia ser aplicado também às espécies animais que viviam em suas águas. Em sua concepção, durante muito tempo os índios só pescavam para obter seu próprio alimento, já o “homem branco” teria vindo e começado a pescar tanto para alimentar-se como para aquilo que ele chamou de “as necessidades do comércio.”³⁴⁵ Para Marcoy, o resultado dessa dupla demanda e dos meios destrutivos empregados durante mais de dois séculos em território amazônico foi uma assustadora redução dos cetáceos e peixes do rio. A ênfase ao processo de destruição vem com a pergunta do naturalista: “Qual pescaria nos dias de hoje, mesmo empregando toda a população ribeirinha, iria produzir em quinze dias, como no começo da ocupação portuguesa, dez mil pirarucus e quatro mil peixes-boi?”³⁴⁶ Tais números, afirmou o francês, por enormes que pudessem parecer, representavam a produção naquela época de pesca de um único povoado.

Mesmo diante destes números alarmantes, certamente exacerbados pelo processo colonizador, é importante pensarmos na afirmação do historiador Antonio Porro, tradutor da obra de Marcoy, que diz não ser verdade que os índios do rio Amazonas só pescavam para obter seu próprio alimento, pois fontes quinhentistas, a exemplo de Carvajal e dos cronistas da expedição de Urzúa e Aguirre, já traziam farta evidência de que peixe moqueado era regularmente armazenado e exportado para tribos do interior. Este fato, porém, não isenta os colonizadores da grande devastação da fauna aquática na sua economia predatória, como temos visto também em outras seções deste trabalho.

³⁴⁴ GREGÓRIO. O progresso a vapor, *op. cit.*, p. 210.

³⁴⁵ MARCOY. Viagem pelo rio Amazonas, *op. cit.*, p. 188.

³⁴⁶ *Ibidem*, p. 188.

Perseguidos incessantemente no rio, peixes-boi e pirarucus buscaram abrigos nos seus afluentes e nos lagos do interior, fato que não amenizou a pesca predatória destes animais, pois “os pescadores o seguiram naqueles refúgios e o massacre das espécies continuou tão sem remorso como antes.”³⁴⁷ O reflexo da escassez se deu no acréscimo, em números, da mão de obra necessária para obter as duas espécies. Quanto a isso, partindo de relatos de pescadores, Marcoy afirmou que no tempo dos domínios português e espanhol na América, setenta homens forneciam em média um quintal de peixe salgado, enquanto que para obter a mesma quantidade naquele momento seriam necessários de 160 a 180 deles. De um peixe-boi adulto, por exemplo, quando no “tempo do rei” obtinha-se cerca de dois potes de óleo, o equivalente a oito arrobas portuguesas ou 256 libras; já naqueles dias, três peixes-boi davam, quando muito, um pote de quatro arrobas. Diante de tal diferença de produção, Paul Marcoy chega à conclusão de que “os peixes e cetáceos já não têm [tinham] o tempo necessário para crescer e engordar.” E ilustrou comparativamente: “[...] os peixes-boi e *Ucayali*, cuja magreza há algum tempo chegamos a deplorar, são verdadeiras baleias quando comparadas aos do Amazonas e a prova é que cada um deles fornece, em números redondos, um pote de óleo pesando quatro arrobas espanholas, equivalente a um quintal.”³⁴⁸

De acordo com Marcoy, a mesma deserção acontecida com peixes-boi e pirarucus também acometia as tartarugas, resultado da perseguição do homem a elas. Todavia, sua preocupação foi bem mais enfática em relação à coleta dos ovos destes animais que no tocante ao consumo da carne, tendo a descrição dos eventos ocorridos nas praias de maneira muito semelhante à de outros viajantes e naturalistas. Sua percepção em comparar a situação atual de exaustão dos recursos naturais com aquela do período colonial sempre reaparece na análise, e a narrativa etnográfica do alto Amazonas feita por ele, e aqui destacada, é um exemplo disso. De fato, a síntese etnográfica do viajante francês intercala a comparação das tribos indígenas do século XVII com as que viviam em 1860, quando da produção de sua obra.³⁴⁹ Recorrendo novamente a Porro, seu tradutor, percebe-se que não há cidade ou vila ribeirinha descrita por Marcoy sem o devido registro das ocupações anteriores, mais precisamente dos séculos XVII e XVIII,

³⁴⁷ *Ibidem*, p. 188-189.

³⁴⁸ MARCOY. Viagem pelo rio Amazonas, *op. cit.*, p. 189. Segundo o dicionário da Língua brasileira de 1832, um quintal equivalia ao peso de 4 arrobas, cuja cada uma era cerca de 60 kg. Cf. PINTO, Luis Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: www.brasiliana.usp.br/. Acesso em: 29 jul. 2016.

³⁴⁹ PORRO. Introdução, *op. cit.*, p.15.

momento dos “descimentos” coloniais. Para isso o viajante francês recorreu constantemente às antigas crônicas de Carvajal, Teixeira, bem como dos compiladores Ribeiro de Sampaio e Monteiro de Noronha, além dos estudos de La Condamine e Antonio Baena.³⁵⁰

Apoiando-se nas fontes indicadas, mesmo não sendo elas explicitamente citadas em seu relato de viagem, Marcoy fez um comparativo do uso e exploração dos recursos naturais amazônicos, e descreveu a atividade social existente na prática extrativista dos ovos de tartaruga. A mudança para ele era da profusão, nos séculos passados, ao declínio, na sua contemporaneidade. “Sob o domínio português”, afirmou o viajante, “a época da coleta de ovos de tartaruga era, para as populações ribeirinhas, ao mesmo tempo que uma espécie de dia da graça em que a natureza, pontual, pagava a sua obrigação, uma oportunidade de reunião e um momento de lazer.”³⁵¹ Isso acontecia em longos estirões arenosos ligados às ilhas no meio do rio chamados de *praias reais*, famosos pela quantidade de ovos de tartarugas ali recolhidos todos os anos. A atividade envolvia diversas pessoas, todas elas espalhadas pela extensão dos estirões arenosos não somente do rio Amazonas, mas também, em outros rios, como o Tocantins. O envolvimento nesta prática extrativa era tamanho que vilas como Tefé chegavam a ficar “tristes e silenciosas” nessa época, pois os nativos esperavam este momento com “redobrada atenção”, porque ele fornecia a oportunidade destes se proverem também de tartarugas após a postura dos ovos na areia, chegando alguns a armar barracas nas praias do rio Juruá e a atravessar o Amazonas, alcançando a localidades como a baía de Arenapó.³⁵²

O vazio da cidade indicava também que além de ser uma prática comum, a atividade de pescar tartarugas e colher seus ovos envolvia grande parte da economia sazonal destes grupos de moradores.

Todo ano, num dia determinado, os habitantes dos povoados e missões do Amazonas armavam seus mosquiteiros dessas praias e formavam tantos acampamentos quantos eram os povoados. Ao amanhecer, a batida de um tambor dava o aviso para o início da tarefa. A areia era revolvida, os ovos de tartarugas reunidos em montes e a preparação do óleo começava. [Os habitantes ribeirinhos do Amazonas preparam esse óleo fervendo-o e temperando-o da mesma maneira que os Conibos da Planície do Sacramento. Como eles, também utilizam uma flecha de cinco pontas para quebrar a casca frágil dos ovos, uma canoa com tina, etc]. Outro sinal do tambor anunciava que a jornada havia terminado.

³⁵⁰ *Ibidem*, p.15-22.

³⁵¹ MARCOY. Viagem pelo rio Amazonas, *op. cit.*, p. 189.

³⁵² MARCOY. Viagem pelo rio Amazonas, *op. cit.*, p. 138. Como veremos mais tarde, o rio Juruá também foi citado por João Martins da Silva Coutinho, engenheiro e estudiosos da natureza, bem como a prática de ir para as praias foi discutida por Tenreiro Aranha, presidente da Província do Amazonas.

Ao trabalho seguia-se o lazer. Jogos, danças e libações de aguardente animavam a noite e se prolongavam pela madrugada, cada acampamento, com o consentimento das respectivas autoridades, convidava os vizinhos para as festas terpsicoreanas [referente a Terpsícore, a musa da dança na mitologia grega] e folias báquicas, convidavam os vizinhos sempre retribuído. Essa noite era Tefé que entretinha São Paulo, amanhã seria Fonte Boa a convidar Coari.³⁵³

Marcada por uma paisagem em que, todos os anos, as pessoas iam às praias dedicar-se ao extrativismo, sobretudo o animal, a região ribeirinha amazônica teve nas tartarugas o substrato de muitas de suas atividades. A organização do trabalho enfatizada nas batidas do tambor já mostra a tentativa de controle das tarefas e adequação do serviço realizado. Marcoy teve, ainda, o cuidado de informar a semelhança entre as técnicas de coleta dos ovos entre Conibos e ribeirinhos às margens do Amazonas, enriquecendo o relato quanto à abrangência do consumo desses ovos no decorrer daquele rio e seus afluentes. Como veremos mais tarde nas falas contrárias de presidentes da Província do Amazonas, o “lazer” envolvido nestes momentos quase sempre era visto como ligado à orgias e momentos de profundo torpor ocasionado, sobretudo, pelas bebedeiras e o forte consumo de cachaça, mesmo que para Marcoy não corresse estritamente dessa maneira, pois ele vê a reunião como parte de um entretenimento dos ribeirinhos, não apenas como um lugar de atividades de barbárie e baderna.

As citações que seguem são longas, porém necessárias, principalmente porque indicam no trabalho de Marcoy a tentativa de enfatizar, mais uma vez, o fim de um tempo áureo, de riquezas sem igual às margens do Amazonas de sua descrição. Em meados do século XIX, a literatura de viagem do naturalista denunciava de vez a escassez, talvez nunca antes vista desses valorosos quelônios, em especial dos seus ovos, alvo de profunda crítica novamente, a ponto de ele afirmar o fim da “idade do ouro”, de abundância e opulência no Amazonas.

Aquela idade de ouro acabou. Nos últimos trinta anos as margens do Amazonas, abandonadas pelos quelônios que vão pôr seus ovos rio acima pelos afluentes do Amazonas, ganharam aparência triste e desolada de cidades abandonadas; **todos os sinais de vidas, riqueza e alegria desapareceram.** Em 1850 as tartarugas haviam-se tornado tão raras que em São Paulo de Olivença um desses animais valia uma *pataca* (cerca de 18 soldos). As praias de Itapeua e Corasateua, onde a coleta de ovos rendia antigamente 2000 potes, ou 1300 quintais de óleo, não chegaram naquele ano a render 600 potes. As praias de Yeremateua e Huarumandiá não produziram nada. A de Coro, que

³⁵³ *Ibidem*, p. 189-190.

outrora dava 36.000 arrobas portuguesas de óleo, ou 1.152.000 libras, não produziu em 1850 mais que 43 arrobas ou 1.376 libras.

Não há motivo para supor que as coisas tenham melhorado desde então; **se a vista dos primeiros barcos a vapor, que sobem o rio cuspidando fogo e fumaça, deixou maravilhados os índios que sobreviveram por lá, o barulho das rodas deve ter afugentado as últimas tartarugas que permaneciam confiantes nas *Praias Reais*.** [Grifo nosso]³⁵⁴

A comparação numérica de Marcoy é alarmante, tanto no número de espécies, quanto no aumento dos preços, não só da manteiga dos ovos como também da tartaruga em si, justificado pela raridade de ambos. Aquelas praias e cidades abarrotadas de gente estavam cada vez mais vazias, cada vez mais desoladas, sobretudo porque elas eram inteiramente envolvidas no processo de pesca, coleta dos ovos e produção da manteiga de tartaruga.

Com afirmou Kerleson Costa a respeito à da exploração dos recursos amazônicos, como a castanha, a salsaparrilha, o pirarucu, até o mesmo da própria tartaruga, “a disponibilidade de um recurso não depende apenas de sua existência na natureza, mas também da capacidade de alcançá-lo de que dispõe a sociedade que dele pretende usufruir.”³⁵⁵ A entrada de novas embarcações a vapor nas cercanias do Amazonas trouxe a responsabilidade de afugentar as tartarugas que já apresentavam uma diminuição considerável em locais como São Paulo de Olivença. Para onde elas foram? O rio Madeira teria sido um destes lugares para onde as tartarugas, desde que abandonaram as praias reais, passariam a ir depositar seus ovos com frequência, fato que atraiu vários pescadores e fazedores de óleo das vizinhanças àquele rio, de onde se viam suas barracas e mosquiteiros cobrirem as duas margens.³⁵⁶

Logo vemos que as mudanças dos locais de pesca foram influenciadas diretamente, também, pelos hábitos das tartarugas, uma sensibilidade de Marcoy a respeito da sazonalidade destes animais quando submetidos a pressões como as promovidas pelas embarcações. Porém, diferente da salsaparrilha, ainda abundante no interior da mata mesmo após vários anos de exploração nas margens do rio Amazonas e seus afluentes, as tartarugas não poderiam ser encontradas mais à dentro da floresta, devido seu modo de vida predominantemente aquático e praiano nos momentos da desova, exceto as jovens em algumas “lagoas” embrenhadas na mata, apontando portanto

³⁵⁴ MARCOY. Viagem pelo rio Amazonas, *op. cit.*, p. 190-191.

³⁵⁵ COSTA. Homens e natureza na Amazônia brasileira, *op. cit.*, p. 225.

³⁵⁶ MARCOY. Viagem pelo rio Amazonas, *op. cit.*, p.193-194.

que seu desaparecimento e redução do número de indivíduos das praias reais estava associado não só a fuga dos locais “perigosos”, mas também ao aumento da mortandade destas devido à exploração constante, em especial dos ovos.

Apesar de Marcoy afirmar que seu objetivo era de mero relato dos fatos e não indagar e tirar conclusões sobre o quadro da situação do Alto Amazonas, o que o viajante fez foi uma crítica aos limites do progresso naquela localidade, fosse a substituição dos trajes indígenas, a imigração europeia, a derrubada das florestas ou o despovoamento das águas, como fatores de uma sensível e diferente crítica ambiental e social.

Alguns irão ver, talvez, indícios de um imenso progresso na sensível redução das castas de índios, na substituição dos trajes de penas e cascas de árvore por casacas e saias rodadas, **na derrubada das florestas e no despovoamento das águas**. Outros, porém, irão achar que essas conclusões merecem reservas; **que as conquistas portuguesas e espanholas lançaram nos países subjogados e nos seus povoados os germes da destruição e não as sementes da vida**; que as revoluções políticas que se sucederam na América durante os últimos cinquenta anos não mudaram a forma das instituições, sem tocar no seu conteúdo; que o presente ainda se liga ao passado por milhares de raízes; que, no fim, a regeneração desse belo país é tarefa acima das suas forças e que um futuro virá para ele na forma de uma imigração europeia. No dia em que o velho continente, abundante de gênio e vigor natural, procurar uma saída para seu excesso de população, nesse dia a América do Sul será um dos lugares do mundo para os quais a maré humana irá certamente se dirigir.³⁵⁷ [Grifo nosso]

A pressão sobre as tartarugas e outros produtos da natureza esteve aliada ao crescimento urbano das cidades amazônicas e suas exigências de alimentação e energia, além da entrada de embarcações a vapor e a inserção colonizadora de portugueses e espanhóis. Isto não indica, porém, uma relação harmoniosa entre o homem da região e estes animais antes da colonização, muito menos que o crescimento das cidades ou a colonização foram as únicas causas do decréscimo em números destes animais, apesar de muitas críticas apontarem para esse caminho.

4.4- Sensibilidade inglesa?

O galês Alfred Russel Wallace foi um destes conhecidos naturalistas que citaram várias vezes o consumo, a utilização de tartarugas e a produção da manteiga de seus ovos no decorrer de suas viagens pelos rios Amazonas e Negro. De acordo com Wallace, estas

³⁵⁷ MARCOY. Viagem pelo rio Amazonas, *op. cit.*, p. 191-192.

tartarugas eram consumidas por indígenas e demais moradores da região, eram trocadas por anzóis, serviam de pagamento e até usadas para confeccionar flautas, tambores e outros instrumentos com seus cascos.³⁵⁸ Seus ovos eram considerados pelo naturalista como “oleosos e de excelente paladar” e sua carne um “excelente manjar”, quando na ausência de peixe, podendo ser frita e conservada em potes na própria “banha” como *mixira*.³⁵⁹

Em suas “observações sobre a zoologia do vale do Amazonas”, Wallace citou as tartarugas de água doce como os “mais interessantes e mais úteis dos répteis do Amazonas”, as quais pertenciam várias espécies, fornecendo um “importante e salutar alimento”, sendo a maior e mais abundante a tartaruga da Amazônia ou jurará. A produção da manteiga de tartaruga também recebeu destaque nos relatos do naturalista inglês, o qual atentou para a destruição de milhões de ovos e a consequente devastação ocasionada pela prática, responsável pela raridade cada vez maior das “tartarugas grandes do Amazonas”.

Em algumas praias, [as tartarugas] depositam-nos [ovos] em tal número, que aqueles lugares quase são uma só massa de ovos abaixo da superfície. Os índios vão colhe-los ali, para fazer óleo. Enchem as suas canoas com os ovos que, em seguida, dentro da própria canoa, são quebrados e misturados a um só tempo. O óleo sobrenada, e, em seguida, é escumado e cozido, sendo guardado, depois dessa operação, a fim de ser usado para a iluminação ou culinariamente. **Destroem-se assim, anualmente, milhões de ovos. Em consequência dessa devastação, estão-se tornando cada vez mais raras as tartarugas grandes do Amazonas.** Nas praias mais extensas, chega-se a produzir dois mil potes de óleo por ano. Cada pote contém 5 galões, e são necessários cerca de 2.500 ovos para cada pote, o que dá a cifra de 5.000.000 de ovos destruídos em uma só localidade. Dos que escapam, só uma diminuta porção é que consegue vingar e alcançar a maturidade. Quando as tartarugas novas saem dos ovos e correm para a água, já estão à espreita muitos inimigos. Os grandes jacarés abrem as enormes mandíbulas e engolem-nas às centenas...³⁶⁰ [grifo nosso]

A descrição de Wallace segue, ainda, citando de que forma arpões, redes e flechas eram utilizados pelos índios para apanhar as tartarugas adultas, num método considerado por ele como “bem engenhoso”, pois era possível capturá-las mesmo submersas com uma espécie de flecha de ponta flexível (saraçaca) amarrada numa fina corda com a função de trazer o animal à tona. Um fato interessante observado pelo naturalista foi que as carapaças de várias tartarugas vendidas na cidade apresentavam um “pequeno orifício

³⁵⁸ WALLACE. Viagem pelo Amazonas e Rio Negro, *op. cit.*, 2004.

³⁵⁹ *Ibidem*, p. 408-409.

³⁶⁰ WALLACE. Viagem pelo Amazonas e Rio Negro, *op. cit.*, p. 563-564.

quadrado e vertical”³⁶¹, indicando a obtenção de muitas delas pela pesca com flechas e confirmando o consumo citadino tanto da manteiga dos ovos, quanto dos animais adultos.

Wallace apontou a devastação das tartarugas na prática de produção da manteiga de seus ovos, mas não citou a civilização como causa maior da diminuição destes animais, como vimos Parish Kidder fazer alguns anos antes. Apesar de deixar explícito os números da destruição dos ovos e a presença destes animais nas vendas da cidade, o naturalista traçou uma crítica ambiental sorradeira em relação a diminuição da espécie pela prática extrativa. Sua preocupação, reforçada em outros momentos do relato, está muito mais voltada à possibilidade de se dar condições ao desenvolvimento de animais e plantas para consolidar seu consumo, sobretudo pela necessidade de inserção da agricultura como maneira de racionalizar a utilização da natureza. Nesse caminho, foi indubitável a relação feita pelo naturalista entre a ação predatória dos indígenas (considerados por ele como selvagens), o pouco cultivo da terra e o diminuto estímulo ao comércio na região.³⁶²

A sensibilidade de Wallace se torna explícita quando ele descreve, em sua narrativa, o episódio da matança do gado por negros e mulatos em uma fazenda na Ilha de Marajó.³⁶³ O momento foi considerado pelo naturalista como um “espetáculo bastante desagradável e brutal”, cujo momento ele disse não ter tido desejo de assistir mais de uma vez.

Divertimo-nos muito ali, assistindo às suas rudes lidas com o gado, ora forçando as reses a entrar no curral, ora jogando nelas os laços, quando alguma tinha de ser abatida. Para esse propósito, jogam dois laços, que são atirados para pegar nos pés ou na cabeça. As pontas dos laços são firmemente sustentadas pelos cavaleiros. O matador, então, salta do cavalo, e, num golpe rápido, jarreta o pobre animal, com uma certa cutilada. Para mim, em verdade, foi esse um **espetáculo bastante desagradável e brutal**. A rês cai imediatamente no solo e em vão tenta levantar-se; e, então, corre os olhos em roda, sobre os seus impiedosos atacantes. Depois, com outro golpe, por fim, a faca é-lhes introduzida na garganta, penetrando o peito. Ainda bem o animal não está morto, já começaram a tirar-lhe o couro e a esquitejá-lo. Os cães e os urubus ficam de lado, à espreita, aguardando o momento de se arremeterem ao festim, que vão ter onde se acham as entranhas da rês, numa poça de

³⁶¹ *Ibidem*.

³⁶² Em outro momento, Wallace relatou não haver outra terra capaz de proporcionar "polpudos rendimentos aos trabalhos agrícolas" como a Província do Pará, e que, contudo, era "tão pouco cultivada", não deixando de elogiar seus solos com uma enorme variedade de produções, as grandes facilidades e comunicação interna, mesmo que pra ele fosse desagradável viajar por ali, e ainda seus "requisitos naturais" tidos como suficientes para que a região pudesse manter um "intenso e variado comércio com o mundo". Aliás, esse mesmo comércio, segundo Wallace, era limitado e insignificante, principalmente porque não só os indígenas, mas também os portugueses e seus descendentes que ali viviam eram taxados como avessos aos trabalhos mecânicos e agrícolas, deixando de suprir estas localidades de bens primários numa espécie de "aventura de risco". Cf. WALLACE. Viagem pelo Amazonas e Rio Negro, *op. cit.*, p. 232-234.

³⁶³ *Ibidem*, p. 148.

sangue, que demarca o local. **É um espetáculo muitíssimo desagradável de assistir-se, e eu não desejo testemunhá-lo mais do que uma vez.**” [Grifo nosso]³⁶⁴

Em seu trabalho de dissertação, Carla Lima atribuiu o desconforto de Wallace a respeito da matança do gado, como um processo do “corrente sentimento inglês sobre a sensação de culpa pela alimentação carnívora”³⁶⁵, fato não ocorrido da mesma maneira com outros animais, a exemplo dos pássaros, que constantemente ficavam sobre a mira do naturalista abarrotando suas coleções junto a outros animais selvagens menos “protegidos”. Ainda segundo Lima, a menção de certa “consciência preservacionista” não foi suficiente para demonstrar uma “plena efetivação de práticas sociais em defesa da fauna e da flora”. Ainda assim, identifica que os britânicos começavam a ter este debate, sobretudo pelo gosto da natureza selvagem; contudo, como no caso das tartarugas, o viajante parece se eximir de qualquer “culpabilidade” no processo de exploração das espécies animais amazônicas, colocando sobre os nativos a responsabilidade pela ação predatória.³⁶⁶

Certamente, se compararmos a mortandade dos animais provocada pelos naturalistas à mortandade ocasionada pela exploração, veremos que os números mais alarmantes estão na segunda atividade, o que não exime os homens de ciência das mortes causadas por eles em nome do conhecimento, mas talvez justifica a não “culpabilidade”. Podemos também deduzir que o episódio da matança do gado tivesse mais importância no relato de Wallace em relação à destruição de tartarugas pelo próprio lugar hierarquizado que estes animais domésticos ocuparam na Inglaterra desde o século XVIII, junto aos cavalos, ovelhas, cães perdigueiros e até pombos, que eram também criados com atenção comparável e privilegiada.³⁶⁷ Outra proposição estaria ainda no espetáculo de sangue apresentado na matança da rês, sem dúvida, um espetáculo mais chocante ao olhar do europeu, visto que na Inglaterra em fins do século XVIII “os métodos de abate também sofreram um escrutínio crítico”, trazendo a polêmica sobre a prática com métodos “mais humanos”, mesmo não tendo começado essas críticas naquele contexto com homens que lidavam diretamente com esses animais, a exemplo dos açougueiros.³⁶⁸

³⁶⁴ *Ibidem*, p. 148-149.

³⁶⁵ LIMA, Carla Oliveira de. *Natureza, cultura e imaginário nos relatos de Alfred Russel Wallace, Louis Rodolph Agassiz e Elizabeth Cabot Cary Agassiz*. 201f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008, p. 148.

³⁶⁶ *Ibidem*, p. 150.

³⁶⁷ THOMAS. O homem e o mundo natural, *op. cit.*, p. 70-85;

³⁶⁸ *Ibidem*, p. 254; 259.

Vale lembrar que a sensibilidade a respeito da crueldade aos animais na Inglaterra não foi tão recente e apresentou várias linhas de pensamento, como descrito no trabalho de Keith Thomas³⁶⁹ a respeito das mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais durante o período moderno, entre 1500 e 1800. Essa sensibilidade dependeu do tipo de animal e seu lugar na sociedade inglesa, com destaque aos animais domésticos e selvagens. Na acepção de Thomas, a defesa da inteligência e do caráter aos animais esteve diretamente entrelaçada na observação dos animais de estimação³⁷⁰, em especial animais como o cão, o gato, os cavalos, o boi, alguns pássaros, dentre outros. Acompanhando a mudança das sensibilidades, Thomas aponta para a distinção entre homens e “seres brutos”, a qual se tornou menor também à medida que o conhecimento sobre os animais crescia. A descrição de novas espécies pelos viajantes ingleses e a exploração animal por outras culturas foram influências importantíssimas para o novo lugar assumido pelas espécies. De maneira sintomática, a crescente preocupação com o tratamento dos animais e a crueldade exercida sobre eles passa a ser um dos traços distintivos da cultura inglesa da classe média no final do século XVIII. A partir de então, práticas comuns aos ingleses como o açulamento de touros e ursos por cães, a briga de galo, a perseguição e eliminação de animais selvagens por esportes como a caça e a falcoaria, passaram a ser proibidos, mesmo que atividades como a caça tenham tido grande resistência.³⁷¹ Em suma, apesar de estudiosos clássicos como Plutarco e Porfírio já terem apontado para a condenação da crueldade desnecessária com os animais, podemos pontuar que a compaixão pelas “criaturas brutas” teve sua consolidação no desenvolvimento da tradição judaico cristã, da crise na noção antropocêntrica de centralidade e dominação do mundo natural – destronada pelos astrônomos, botânicos, zoólogos na descrição e estudo de novas espécies –, além do estreito vínculo com o crescimento das cidades e a emergência de uma ordem industrial, em que os animais se tornaram cada vez mais marginais ao processo de produção adotada por cidadãos³⁷², bem como o auto interesse humano na criação das legislações.

Tal como Alfred Rusell Wallace, o naturalista Henry Walter Bates não esteve alheio à crescente sensibilidade à matança dos animais discutida na Inglaterra durante o século XVIII e consolidada no século seguinte. Durante dois anos, de 1848 a 1850,

³⁶⁹ *Ibidem.*

³⁷⁰ *Ibidem*, p. 171.

³⁷¹ *Ibidem*, p. 202-212.

³⁷² *Ibidem*, p. 258-259.

Wallace e Bates viajaram juntos pelo grande rio e seus tributários, sendo que o segundo seguiu até Cametá e, posteriormente, continuou no Solimões chegando à fronteira do Brasil com o Peru, nas proximidades do rio Javari, permanecendo na região amazônica até 1859 e resultando numa coleta com mais de 8 mil espécies remetidas ao Museu Britânico. Parte da crítica ambiental de Bates está, justamente, no seu relato proveniente deste período em que permaneceu na Amazônia e, tal como nos relatos de Wallace e de outros naturalistas, como veremos, sua discussão paira na necessidade de conhecimento das espécies naturais como forma de delimitar o potencial comercial e agrícola da região, em especial a da negatização das práticas exploratórias extrativistas consideradas selvagens, bem como a explorar e descrever preciosas informações sobre a zoologia, botânica e etnografia da região.³⁷³ Talvez pelo grande tempo de permanência de Bates na região, em especial no alto Amazonas, na região do Solimões, com destaque para cidade Tefé, antiga Ega, as tartarugas saltam com profusão nas suas descrições, sobretudo a tartaruga grande do Amazonas, sem deixar de citar os tracajás e iaçás, outras espécies também consumidas nessa localidade.

No caminho de Vista Alegre à Baião, no baixo Tocantins, Bates conseguiu comprar uma pequena tartaruga e afirmou que quase todos os moradores tinham esses animais em “pequenos cercados feito de taquaras”³⁷⁴. Foi também neste rio, acima de Baião, onde o naturalista viu ninhos de tartarugas pela primeira vez. Já o registro do óleo de tartaruga diz respeito, primeiramente, na cidade de Borba, no rio Madeira, que até 1853 era visitada regularmente por mercadores das cidades de Vila Nova, Serpa e Barra do Rio Negro (Manaus), os quais iam buscar ali “salsaparrilha, bálsamo de copaíba e óleo de tartaruga, e comercializar com os índios, com os quais geralmente tinham relações cordiais.”³⁷⁵ Nem sempre era assim, obviamente, e segundo Bates um ambiente hostil se estabeleceu entre eles e o índios Araras devido ao grande deslocamento de coletores da borracha advindos do Pará, causando abalo nas relações comerciais.³⁷⁶

Em Matari, uma aldeia dos Muras, em meio à recepção considerada nada amistosa por Bates, tartarugas e peixes eram oferecidas em troca de aguardente.³⁷⁷ Incomodava ao naturalista o hábito nômade dos Muras, bem como o fato de eles não serem dados à

³⁷³ BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 10.

³⁷⁴ *Ibidem*, p. 58.

³⁷⁵ *Ibidem*, p. 124-125.

³⁷⁶ *Ibidem*.

³⁷⁷ *Ibidem*, p. 129.

agricultura como outros grupos indígenas, apesar do cultivo de mandioca por alguns deles. A nutrição dos Muras era baseada em peixes e tartarugas, as quais segundo informações colhidas por Bates, eles eram “peritos em capturar” e mergulhavam em busca delas, agarrando-as pelas pernas, sobretudo nas lagoas rasas, onde elas ficavam presas na estação da seca.³⁷⁸ Aqui já temos uma primeira impressão de Bates a respeito do trato com a terra e das práticas de exploração da natureza que ele julgava mais positivo à sociedade amazônica naquele momento. O nomadismo, a mudança de lugares de extrativismo, não ocasionava o apego à determinada localidade, na visão do naturalista, e distanciava aquele agrupamento de uma produção agrícola periódica.

As críticas de Bates à atividade agrícola extrapolavam aos Muras, pois na própria cidade de Manaus ele relatou a ênfase da população, desde os primeiros colonizadores, quase que exclusivamente na coleta dos produtos naturais da floresta e dos rios, sendo a agricultura negligenciada, fato responsável por ocasionar a carestia de viveres básicos, como a farinha de mandioca.³⁷⁹ De Portugal, Inglaterra e América do Norte vinham muitos dos víveres de primeira necessidade, bem como supérfluos, enquanto que bois vinham de Óbidos, cerca de 750 quilômetros dali, monopolizados pelas famílias de autoridades governamentais. Aves, ovos, peixe fresco, frutas, inclusive as tartarugas, tornavam-se mais escassos e mais caros por volta de 1859. A culpa, segundo Bates, seria da pouca produção agrícola nos arredores da cidade, além da dedicação dos colonos ao comércio varejista, ao invés do cuidado com a terra, por alegarem conseguir poucos braços para a lavoura.³⁸⁰

As embarcações seguiam nos rios com diversas mercadorias, dentre elas a manteiga de tartaruga. Bates, por exemplo, pegou várias dessas embarcações no decorrer de sua viagem, tanto no caminho de Belém à Ega, quanto na rota inversa, e relatou o transporte de potes contendo óleo de tartaruga, ademais de outros gêneros de comercialização como as castanhas do Pará e “imensos” montes de salsaparrilha³⁸¹, outros produtos com grande circulação na rota comercial do grande rio. Foi justamente na cidade de Ega e seus arredores, às margens do rio Tefé, que vieram as maiores contribuições de Bates à respeito da pesca da tartaruga e extração da manteiga de seus

³⁷⁸ *Ibidem*, p. 130.

³⁷⁹ *Ibidem*, p. 134.

³⁸⁰ *Ibidem*, p. 134.

³⁸¹ *Ibidem*, p. 191.

ovos. Ali o naturalista se estabeleceu por cerca de quatro anos e meio e coletou diversas espécies para seu acervo, enviados em diferentes momentos para o museu britânico.

De acordo com o naturalista, na maior parte do ano se consumia a carne de tartaruga, as quais também eram criadas em currais para servir de suprimento à escassez da estação das chuvas.³⁸² No período das secas, aqueles que possuíam empregados indígenas os enviavam para obter mais tartarugas e aumentar o estoque, enquanto os demais costumavam obtê-las pela compra, mesmo que a demanda e os valores crescentes desses animais dificultassem adquiri-las nessas ocasiões de venda.³⁸³ De acordo com Bates, em 1850, essas tartarugas custavam cerca de meio xelim, já em 1859, quando retornou à Ega, um exemplar desse animal já custava por volta de 9 xelins, aumento atribuído por ele devido à inserção das embarcações a vapor.³⁸⁴ Apesar da carne da tartaruga ser considerada por Bates como “macia, saborosa e nutritiva”, seu gosto, contrariamente, era tido por ele como enjoativo, por isso, mais cedo ou mais tarde, todo mundo acabaria saturado dela.³⁸⁵ Segundo o naturalista, as mulheres nativas preparavam as tartarugas de diversas maneiras, desde o sarapatel até linguças recheadas com carnes e depois cozidas, passando pelo cozimento do animal no próprio casco e a fritura de bifes de seu peito na sua própria gordura. Enfim, os que não pudessem caçar por sua própria conta, ou mesmo não gostassem da carne de tartaruga, como aferiu Bates, ficariam em “má situação” em Ega.³⁸⁶ Finalmente, quando rios e lagos baixavam, várias pessoas se envolviam no processo de captura das tartarugas, bem como de seus ovos e, dependendo do período e de quanto o rio poderia baixar, o número de animais coletados poderia chegar até 2 mil tartarugas, fato que teria ocorrido em 1856, segundo o próprio naturalista.³⁸⁷

Acompanhado do delegado de nome Antônio Cardoso, seu amigo, Bates fez várias excursões pelo Solimões, aos arredores de Ega, em que visitou praias, poços onde ficavam

³⁸² *Ibidem*, p. 212.

³⁸³ *Ibidem*, p. 212-213.

³⁸⁴ *Ibidem*.

³⁸⁵ *Ibidem*. A carne de tartaruga é muito macia, saborosa e nutritiva, mas seu gosto é muito enjoativo, e o resultado é que, mais cedo ou mais tarde, todo mundo acaba por se tornar saturado dela [...] As mulheres nativas preparam-na de várias maneiras. Os miúdos são picados em pedacinhos e com eles é feita uma deliciosa sopa chamada sarapatel, geralmente preparada no próprio casco da tartaruga, que é usado como panela. Um outro saboroso prato é feito com a carne macia do peito, que é picada e misturada com farinha, torrando-se também ao fogo o casco que o recobre. Bifes tirados de peito e fritos na própria gordura do animal são também muito gostosos. Com o estômago da tartaruga, que é formado por uma pele espessa, fazem-se grossas linguças recheadas com carne e depois cozidas. Os quartos dos quelônios, cozidos num molho de tucupi, constituem um ouro prato. Para quem já está saturado de todas as outras formas de preparo desta carne, é possível conseguir uma agradável variação assando-se pedaços de carne magra e umedecendo-os ligeiramente com vinagre [...].

³⁸⁶ *Ibidem*. 213.

³⁸⁷ *Ibidem*, p. 218.

as tartarugas na floresta, além de tributários e lagoas daquele grande rio. O principal objetivo de Cardoso nessas viagens era “supervisionar a coleta dos ovos de tartaruga nas praias”, tendo ele sido eleito naquele ano [1850] pelo conselho municipal de Ega, comandante da “praia real” de Ximuni”, a que ficava mais próxima da cidade.³⁸⁸ Assim como Marcoy identificou a atividade extrativista sazonal nos arredores de Tefé, Bates também presenciou a prática nas praias da região. De acordo com o naturalista, havia quatro dessas praias reais no distrito – a uma distância de 230 quilômetros de Ega – as quais eram visitadas anualmente pelo povo do lugar, que recolhia “os ovos a fim de extrair o óleo de suas gemas.”³⁸⁹

Tal como nos relatos de Spix e Martius, Bates também se preocupou em registrar a presença dos comandantes ou capitães de praia, de onde saiam grande parte das contribuições ao governo sobre os lucros com a manteiga dos ovos de tartaruga. Segundo Bates, cada praia tinha seu comandante, cuja função era cuidar para que todos os habitantes da cidade tivessem “igual oportunidade na colheita dos ovos”, por essa razão eram colocados “vigias” para darem “proteção às tartarugas” quando estas ainda estivessem durante seu período de postura.³⁹⁰ Os sentinelas ficavam nas ilhas atentos a qualquer ação perturbadora às tartarugas, tentando se manter invisíveis e afastando todo pescador que pretendesse passar por aquelas redondezas, a fim de fazer com que as fêmeas dos quelônios não desistissem de pôr seus ovos.³⁹¹ Postos de observação eram armados em árvores, de onde se via as tartarugas na praia. De lá, os homens anotavam as datas das sucessivas posturas e orientavam Cardoso quanto ao momento adequado para fazer uma convocação geral dos moradores de Ega, para a coleta dos ovos e produção da manteiga de tartaruga. Vistas das plataformas de observação construídas pelos encarregados de Cardoso há certa distância do local de desova, a profusão destes animais era tamanha que a paisagem descrita por Bates era de praias escuras pela grande quantidade de tartarugas que desciam ao rio após as posturas.³⁹²

A prática extrativa da tartaruga orientada por Cardoso na região era diversa e abrangente, pois ao mesmo tempo em que ele regulava a captura das fêmeas em processo

³⁸⁸ *Ibidem*, p. 230.

³⁸⁹ *Ibidem*.

³⁹⁰ *Ibidem*.

³⁹¹ *Ibidem*, p. 231. No caso das ilhas de Bariá e Ximuni, havia dois vigias a mando de Cardoso, um deles era um “índio taciturno e de ar apalermado, chamado Daniel”, já o outro era um “mameluco franzino e magro, chamado Carapirá”. Ambos eram considerados por Bates como “canoeiros intrépidos”, e acostumados com àquelas “desoladas e agrestes regiões de selva e água.”

³⁹² *Ibidem*, p. 232. Legalmente, em meio a fiscalização, somente a tartarugas que se afastassem do bando poderiam ser capturadas pelos vigias, e assim eles o faziam.

de desova, constantemente fazia outros tipos de coletas consideradas “legais”, algumas delas empreendidas nas lagoas em meio à floresta atrás de peixes, tracajás, tartarugas e “aiacás”³⁹³, com objetivo maior de estocá-las em sua casa, sempre contando com auxílio de seus vigias e diversos indígenas. Apesar deste auxílio, em alguns momentos pairou sobre Bates certa desconfiança em relação aos ajudantes de Cardoso. Eles foram apontados como causa do esgotamento dos tracajás nas lagoas, embora dissessem o contrário.³⁹⁴ Ainda sobre esse caráter de legalidade, Cardoso e Bates intentaram outras excursões, tal como a realizada ao rio Japurá, afluente do Solimões, com o objetivo de coletar filhotes de quelônios³⁹⁵, descrevendo com assombro a perícia na utilização da flecha pelos indígenas na pesca das tartarugas, instrumento que eles sempre preferiam em relação às redes.³⁹⁶

O empreendimento da pesca das tartarugas era, definitivamente, rentável. Para se ter noção, em somente um dia os pescadores chegavam a encher, por mais de uma vez, três botes com cerca de oitenta tartarugas, representando em números cerca duas centenas delas, posteriormente levadas pelos pescadores para terra e aprisionadas, amarrando suas pernas.³⁹⁷ Mas, sem dúvidas, a maior rentabilidade para Cardoso e o comércio imperial do extrativismo animal ainda era a coleta e a produção da manteiga dos ovos de tartaruga. Curiosamente, Bates narrou que, em determinada época, todos os vilarejos saiam à procura dos ovos de tartaruga nas praias, “transformando essa atividade numa verdadeira festa.”³⁹⁸ A mobilização era estimulada pela divulgação do momento ideal para as coletas que, ao que tudo indica, também era feito por Cardoso em comunhão com outras instâncias da cidade, como a igreja. A respeito desse evento, conta o naturalista:

Foram colocados cartazes na porta da igreja de Ega, anunciando que as escavações na praia de Ximuni iriam começar a 17 de outubro [1850], e em Catuá, noventa quilômetros abaixo, no dia 25. Partimos no dia 16, e durante a viagem em nossa bem equipada igarité passamos por numerosos bandos de homens, mulheres e crianças, que seguiam em canoa de todo tipo como se fossem para uma grande festa. Na manhã

³⁹³ *Ibidem*, p. 233. [Nota de rodapé] Provavelmente trata-se da tartaruga “iaçá” ou “pitiú” (*Podocnemis sextuberculata*, Cornalia 1849), a menor dentre as tartarugas deste gênero, com abrangência no médio Solimões, distribuindo-se pelos rios da bacia Amazônica na Colômbia, Brasil e Peru. Estas tartarugas são essencialmente aquáticas, permanecendo em lagos e canais laterais do rio durante a cheia e migrando para o canal principal dos rios durante a seca. Todavia, segundo Bates, na coleção do Museu Britânico exemplares dessa espécie de tartarugas estariam classificados como *Podocnemis expansa*, ou seja, a mesma espécie da tartaruga da Amazônia.

³⁹⁴ *Ibidem*.

³⁹⁵ *Ibidem*, p. 235.

³⁹⁶ *Ibidem*, p. 236.

³⁹⁷ *Ibidem*, p. 237.

³⁹⁸ *Ibidem*, p. 241.

do dia 17, cerca de 400 pessoas estavam reunidas nas bordas do banco de areia, tendo cada família armado um abrigo tosco e provisório, com paus e folhas de palmeiras, a fim de se proteger do sol e da chuva. Grandes tachos de cobre, para o preparo do óleo, e centenas de jarros de barro vermelho estavam espalhados pela areia.³⁹⁹

Na continuidade de seu relato, Bates mencionou um período de quatro dias para o processo de escavação do “tabuleiro” (nome dado às praias de desova), coleta dos ovos e purificação do óleo. Foi mais além na sua descrição ao afirmar que tudo havia sido feito de acordo com o sistema estabelecido pelos “antigos governadores portugueses”⁴⁰⁰, atividade, segundo ele, com provavelmente mais de um século. Ele conta, ainda, como se dava a organização da coleta:

Primeiramente, o comandante anotou os nomes de todos os chefes de família e o número de pessoas que cada um deles pretendia empregar nas escavações; em seguida recolheu uma taxa de 140 réis por cabeça, para cobrir as despesas com os vigias. Só então todos tiveram permissão para se dirigir ao tabuleiro munidos de um remo para servir de pá, todos eles se dispuseram em círculo e começaram a cavar simultaneamente, a um sinal – o rufo de tambores – feito por ordem do comandante. Era de grande animação o quadro formado pelo vasto círculo de competidores, que lançavam nuvens de areia para o ar em sua frenética escavação, à medida que se encaminhavam gradativamente para o centro, fechando o círculo. [...] No fim do segundo dia, **esgotou-se o tabuleiro**; grandes pilhas de ovos, algumas de mais de um metro de altura, podiam então ser vistas ao lado de cada choça de palha, representando o produto do trabalho de toda a família.⁴⁰¹ [Grifo nosso]

Em seu estudo sobre a pesca e o abastecimento na Amazônia, Dante Fonseca aponta que a figura do capitão ou comandante de praia existia pelo menos desde as duas primeiras décadas do século XIX, os quais ficariam responsáveis pelos erários da produção da manteiga destinados à Coroa, geralmente dez por cento de todo o tabuleiro, bem como a divisão e pagamento às famílias envolvidas no processo de produção da manteiga de tartaruga.⁴⁰² Fonseca acredita, ainda, que a escolha destes capitães, geralmente feita pelo governador da província, deveria ser alvo de disputa, visto que o negócio era bastante rentável, com comandantes que tinham como atividade econômica não somente a fabricação da manteiga de tartaruga, gerando conflitos de interesses entre os demais, com toda certeza.

³⁹⁹ *Ibidem.*

⁴⁰⁰ *Ibidem.*

⁴⁰¹ *Ibidem.*

⁴⁰² FONSECA. Pesca e abastecimento na colonização da Amazônia, *op. cit.*, p. 205.

Apesar de amigo de Cardoso, comandante em Ega, e da aparente boa relação com o capitão Antônio, quando esteve em Aveiros, a lembrança de Bates sobre os comandantes ou capitães dos trabalhadores não era nada positiva. De acordo com o naturalista inglês, a função destes capitães indicados pelo governo, para os quais se dava um caráter “semi-militar”, era de “congregar os trabalhadores e canoieiros indígenas espalhados pela região e empregá-los quando a isso solicitados, a serviço dos viajantes de passagem pelo lugar”.⁴⁰³ A escolha também era duvidosa e alguns dos índios considerados “mais ponderados” eram denominados de sargentos, os quais participavam de reuniões com todos os membros na principal cidade do distrito, duas vezes por ano. Contudo, afirmou Bates, “os capitães geralmente abusam de sua autoridade, monopolizando os serviços do homem em seu próprio proveito, de modo que só se consegue deles um empregado como um favor muito especial.”⁴⁰⁴

Em outro momento de seu relato, Bates afirma que visitou outro desses capitães em Ega, cujo nome era José Crisóstomo, considerado como o chefe dos indígenas em Japurá. Conforme a constatação de Bates, cada um dos rios das redondezas, com suas numerosas tribos selvagens, achava-se sob controle de um chefe, nomeado pelo governo imperial. Porém, a inclinação corruptível e forma de exercício do cargo por estes homens voltava a incomodar Bates, a ponto de serem chamados por ele de “déspostas”, os quais ao se tornarem responsáveis pelos gentios de índios como capitães dos trabalhadores, usavam os indígenas em seu “proveito particular.”⁴⁰⁵

Os grupos mais beneficiados com a produção da manteiga eram os comandantes de praia e os comerciantes (às vezes, exercendo os dois papéis ao mesmo tempo), sem deixar de citar o governo imperial, que tinha parte legal no montante coletado. Apesar de receberem pelo trabalho, os grupos indígenas envolvidos na coleta dos ovos e produção da manteiga eram constantemente lesados e, provavelmente, representaram a parte menos beneficiada nos lucros da produção. Em Catuá, por exemplo, após a excursão à praia de Ximuni, que acusou a destruição dos ovos de tartaruga e seus filhotes, Bates mencionou rapidamente o episódio de uma família de índios Chumanas [yumanas] cujo relato foi de ter sido vergonhosamente enganada, em outra praia, por um “mercador velhaco.”⁴⁰⁶ A

⁴⁰³ BATES. Um naturalista no rio Amazonas, *op. cit.*, p. 166.

⁴⁰⁴ *Ibidem.*

⁴⁰⁵ *Ibidem*, p. 201.

⁴⁰⁶ *Ibidem*, p. 243. Francis de Castenaul também relata a presença dos Chumanas em sua expedição de Lima até o Pará, bem como sua característica "afável", também descrita por Bates. Cf. PORRO, Antônio. Índios e Brancos do rio Amazonas em 1847: páginas de Castenaul inéditas em português, traduzidas e anotadas, *Revista do Instituto de Estudo Brasileiros*, n. 56, jun., 2013, p. 293.

denúncia fora feita pela família para Macedo, um índio ferreiro e trabalhador em Ega que exercia, ao mesmo tempo, a função de delegado de polícia do distrito e comandante da praia de Catuá, mas de nada adiantou, cabendo à família armar seu rancho próximo dali e receber a quantia dada pelo comandante pelo óleo obtido pelos índios.⁴⁰⁷

Mesmo diante de vários problemas envolvendo os comandantes e capitães de praia, não se pode negar que estas foram tentativas normativas de controle e regularização da atividade de coleta dos ovos e produção da manteiga de tartaruga. A presença destes homens assegurando a desova completa das tartarugas nos tabuleiros aumentava a quantidade de matéria prima à disposição para a produção da manteiga posteriormente. Afugentar as tartarugas antes delas desovarem nas praias, ou virá-las logo após a desova como era comumente feito, já não é citado como algo corriqueiro entre os nativos, afinal, a manteiga era mais rentável.

É difícil determinar o início dessa regulamentação de extração dos ovos nas praias, apesar de ser possível reafirmar a constância desta prática no século XIX, como uma maneira de maximizar a coleta, como bem defendeu Dante Fonseca.⁴⁰⁸ Podemos lembrar que as próprias demarcações das praias reais no século anterior já indicavam uma tentativa de tornar a coleta dos ovos mais eficiente, proibindo-a em algumas praias e permitindo em outras. Contudo, ainda que os capitães de praia e seus vigias tenham sido citados no relato de Bates como em nenhuma descrição anterior, suas vozes a respeito do extrativismo das tartarugas não foram registradas, não sendo possível, portanto, identificar suas sensibilidades em relação àquela prática, podendo se inferir apenas a sua participação efetiva no controle das coletas pela manutenção da ordem nas praias, pelo exercício das atividades fiscais e de controle, pelo recolhimento dos impostos sobre a coleta e produção da manteiga, pelo registro dos chefes de família e número de pessoas, além da medição dos terrenos entre os envolvidos com a atividade.⁴⁰⁹

No que diz respeito à produção da manteiga de tartaruga, as etapas descritas por Bates não foram tão distintas daquelas presentes nos relatos anteriores. João Daniel,

⁴⁰⁷ BATES. Um naturalista no rio Amazonas, *op. cit.*, p. 243 e 246. Conforme o relato de Bates, o número de pessoas envolvidas na coleta dos ovos e produção da manteiga em Catuá foi bem maior em relação Ximuni, sobretudo porque ali também se inseriu-se a população das margens de várias lagoas vizinhas. O tempo de coleta também parece ter sido mais longo que na primeira praia com cerca de quatorze dias de produção da manteiga, mantido, segundo o naturalista, na "mais perfeita ordem" por Macedo. Os ranchos armados para a coleta dos ovos eram numerosos, tornando-se possível vê-los a noite pelos brilhos das fogueiras acesas pelas famílias para secar os ovos de tartaruga que seriam comidos por eles, os quais ficavam dispostos em "pequenas prateleiras" em cima do fogo.

⁴⁰⁸ FONSECA. Pesca e abastecimento na colonização da Amazônia, *op. cit.*, p. 204-205.

⁴⁰⁹ *Ibidem*, p. 207-208.

Alexandre Rodrigues Ferreira, Spix e Martius indicaram um processo de produção que se iniciava com a trituração dos ovos nas canoas com os pés, a exposição ao sol do produto pisoteado, a fervura em tachos de cobre para purificação e, por fim, o armazenamento em potes de barro ou toras de madeira. Acrescenta-se no relato de Bates, no entanto, o asco por ele sentido na etapa do “pisoteamento” dos ovos dentro das canoas, processo indígena feito tanto pelas crianças, quanto pelos adultos, os quais ficavam totalmente “lambuzados de gemas”, compondo o que ele chamou de um “quadro de inimaginável imundície.”⁴¹⁰ Assim, além de defender a exploração controlada na produção da manteiga, era necessário se pensar, conjuntamente, no beneficiamento do produto para sua manutenção de consumo por mais tempo.

Bates também se espantou com a maneira como os ovos eram destruídos todos os anos no processo de produção da manteiga de tartaruga. Em suas contas, pelo menos 6 mil jarros, contendo cada um deles cerca de três galões de óleo, eram exportados anualmente do Alto Amazonas e do Madeira para o Pará, utilizado ali para a “iluminação, fritura de peixe e outros fins.”⁴¹¹ Além desses números, ele calculou que outros 2 mil jarros, aproximadamente, seriam consumidos pelos habitantes dos vilarejos à beira do rio. E a contabilidade dele não parou por aí! Utilizando-se dos números como outros naturalistas fizeram anteriormente, Bates apresenta que, pelo menos, doze cestos de ovos (uma média de 6 mil deles) eram necessários para se obter um jarro de óleo pelo “ruinoso processo adotado pelos índios”, representando, anualmente, uma destruição de 480.000 (quatrocentos e oitenta mil ovos!) e, uma vez que cada tartaruga pusesse até 120 ovos, sua conclusão era de 400.000 filhotes deixariam de ser gerados anualmente.⁴¹² Todavia, complementa o naturalista,

[...] é vasto os números de ovos que não chegam a ser encontrados, e esses, provavelmente, seriam suficientes para manter o **equilíbrio da população das tartarugas** em todos esses rios, se o **povo da região não tivesse o imprevidente costume de ficar à espera do nascimento dos filhotes para capturá-los aos milhares e comê-los**. Sua carne tenra e os restos de gema que permanecem em suas entranhas são considerados uma fina iguaria. Os maiores inimigos naturais da tartaruga são as aves de rapina e os jacarés, os quais devoram os filhotes recém-saídos do ovo quando descem em massa para água. Em outros tempos, antes que os colonos europeus começassem a se apropriar dos ovos, esses predadores provavelmente destruíam uma quantidade de filhotes infinitamente maior do que agora. **Não seria difícil de**

⁴¹⁰ BATES. Um naturalista no rio Amazonas, *op. cit.*, p. 242.

⁴¹¹ *Ibidem*.

⁴¹² *Ibidem*.

acreditar que essa destruição natural tenha impedido a proliferação das tartarugas tão eficazmente quanto a matança atual organizada pelo homem. Mas se formos dar crédito ao que reza a tradição indígena, não foi isso o que aconteceu, pois, segundo eles, nos primeiros tempos, **tantas eram as tartarugas na água quanto os mosquitos no ar.** A opinião geral dos colonos do Alto Amazonas é que o **número de tartarugas decresceu extraordinariamente, e a cada ano diminui ainda mais.** [Grifo nosso]⁴¹³

Não há dúvidas de que aqui temos a mais enfática participação de Henry Bates na crítica ambiental sobre as tartarugas. Primeiramente, apesar da visível preocupação com a destruição dos ovos – talvez mais pela sua crítica à possível ineficiência das técnicas adotadas em relação à sua rentabilidade e aproveitamento do que um julgamento pela imprevidência de seu extermínio – foi sobre os filhotes a maior preocupação e crítica ambiental traçada pelo naturalista. Secundariamente, em sua percepção, o consumo das tartarugas adultas e jovens não trazia maiores problemas à espécie, talvez por essa razão ele não tenha censurado a pesca nas várias excursões feitas com Cardoso. Em terceiro lugar, a opinião desfavorável de Bates foi em relação à captura e consumo dos filhotes, especificamente, sobretudo pelo “povo da região”. Segundo ele, atitude suficiente para desestabilizar o “equilíbrio da população das tartarugas” em todos os rios. Por fim, em quarto lugar, como característica da literatura dos viajantes, Bates recorre às falas locais como parte de seu discurso e valoriza a percepção de indígenas e colonos quanto à diminuição extraordinária do número de tartarugas no Alto Amazonas.

A concepção de equilíbrio da natureza constitui uma noção da ciência da natureza proveniente desde a revolução científica, cujos seguidores manifestavam o desejo maior de encontrar a ordem do ambiente natural e a busca de um padrão racional na diversidade das espécies.⁴¹⁴ Animais e plantas teriam seu desígnio após serem distribuídos harmonicamente na natureza, dentro da finalidade para o qual haviam sido criados, numa noção que passou de lugar natural, ideia defendida desde a teologia natural de Tomás de Aquino no século XIII, para “equilíbrio da natureza”. Nesse sentido, nos diz Maria Elice Prestes, “o equilíbrio natural não era entendido como algo que se atinge por meio das relações, mas, ao contrário, porque existe *a priori* um ‘equilíbrio da natureza’ é que as espécies podem relacionar-se umas com as outras.” Assim, complementa Prestes, “ele era entendido como condição e não como efeito das relações.”⁴¹⁵

⁴¹³ *Ibidem*.

⁴¹⁴ PRESTES. A investigação da natureza no Brasil Colônia, *op. cit.*, p. 55.

⁴¹⁵ *Ibidem*, p. 56

O estudo da História Natural, portanto, ganhou lugar na descrição e investigação da natureza como obra divina, para além daquelas espécies que fossem úteis ao homem, numa tentativa de conhecer o funcionamento da natureza, mesmo que nessa ideia ela tivesse a propulsão em criar, efetivamente, nada.⁴¹⁶ Todavia, apesar de Bates trazer na sua fala que a atitude de exploração desestabilizaria o “equilíbrio da população das tartarugas” nos rios, não se pode dizer que sua percepção aproximou-se mais da noção de “economia da natureza”, a qual teve em Lineu, Buffon e Duhamel du Monceau, no século XVIII, seus principais expoentes, com diferentes contribuições à identificação e classificação dos seres vivos, mas também das relações entre eles e com o ambiente, mesmo que ainda levasse em consideração a sua criação por meio de um Deus Soberano.⁴¹⁷ O próprio Lineu, diga-se de passagem, definiu a economia da natureza como “a disposição muito sábia dos seres naturais, instituída pelo Soberano Criador, segundo a qual estes tendem a fins comuns e têm funções recíprocas.”⁴¹⁸ Aqui, embora a mente divina ainda tivesse relevância, ela passou de uma ordem estática, de arquitetura fixa, antes defendida na imagem da “cadeia do ser”, para uma ordem dinâmica da “economia da natureza”, segundo Pádua, dotada de uma “legalidade que se manifesta em seu próprio funcionamento”, representada por uma “rede de iniciativas e controles mútuos cujo resultado agregado é a continuidade do equilíbrio geral”, proveniente de seres e espaços naturais dotados de leis “que orientavam o seu comportamento específico e promoviam, desde que obedecidas, um equilíbrio funcional.”⁴¹⁹

Não há na obra de Bates, de fato, uma apresentação explícita ou citada claramente da economia da natureza, todavia, a maneira de descrição dos eventos adotada pelo naturalista em alguns trechos possa indicar uma proximidade dessa percepção. Contudo, fazendo uma extrapolação a respeito do conteúdo teórico da “economia da natureza”, podemos deduzir que, fundada numa observação empírica mais detalhada do funcionamento da natureza, as descrições de Bates sobre o evento de coleta dos ovos e captura dos filhotes de tartaruga são pertinentes a essa outra matriz teórica, a da teoria evolucionista, da qual ele foi considerado cofundador. Afinal as considerações sobre o equilíbrio populacional destes animais, o papel dos predadores como as aves, répteis e a espécie humana no seu controle populacional, além da interação dos quelônios com o

⁴¹⁶ *Ibidem*, p. 57

⁴¹⁷ *Ibidem*, p. 58

⁴¹⁸ *apud* PRESTES. A investigação da natureza no Brasil Colônia, *op. cit.*, p. 58.

⁴¹⁹ PRESTES. A investigação da natureza no Brasil Colônia, *op. cit.*, p. 58; PÁDUA. Um sopro de destruição, *op. cit.*, p. 44.

meio ambiente, em especial os rios Amazonas e Solimões, conjuntamente com seus lagos e praias de desova, pode nos dar um caminho a dizer que o naturalista adotou a metáfora de uma relação não harmoniosa da natureza, que diferia ferrenhamente da concepção de “economia da natureza”. Além disso, a preocupação de Bates com a descrição dos animais e taxonomia das espécies presente nos relatos, sem dúvida, representa um legado das contribuições de Buffon, Lineu e outros naturalistas do século XVIII.

Não há, também, nos escritos de Bates, a sensibilidade pela matança brutal das tartarugas, ou pelos inúmeros ovos destruídos, muitos menos em relação aos outros animais. Ao contrário, o naturalista empreendeu caçadas consideráveis para aumentar o seu acervo zoológico, as maiores delas nos arredores de Ega. Durante sua estadia naquela localidade, vários foram os animais coletados, dessecados e descritos, dentre eles jacarés e seus ovos, onças – caçadas, por sua vez, sem muita convicção pelos homens locais pois viam sua captura como agouro –, mutuns, anambés (*Cephalopterus ornatus* Saint-Hilarie, 1809), enguias elétricas (poraquês), macacos, jacutingas, dentre outros animais.⁴²⁰ Talvez as únicas vezes em que Bates pareceu sentir certa angústia foi quando perseguiu macacos acompanhado dos companheiros João e Zeferino Jabuti, mais um outro rapaz de nome José Frazão.⁴²¹ O episódio é retratado por Bates da seguinte forma:

Ao refazermos o caminho entre as duas lagoas, ouvimos o estardalhaço que os macacos faziam nas copas das árvores, logo acima de nossas cabeças. A perseguição a eles nos tomou muito tempo. José atirou finalmente num dos retardatários do bando e o feriu. Ainda assim o macaco correu agilmente para uma parte densa da folhagem, os outros dois tiros não conseguiram derrubá-lo. O pobre bicho ferido arrastou-se, então, para um dos galhos mais altos, e logo depois os vimos ali, com um ferimento na barriga, a esgravatar suas entranhas. **Um quadro de cortar o coração.** [...] Finalmente conseguimos matá-lo, depois que foi colocada uma boa carga na nossa melhor espingarda e seu cano foi apoiado no tronco de uma árvore, para firmar pontaria. Uma parte da carga do chumbo atingiu o seu queixo, e ele despencou lá de cima, de cabeça para baixo, soltando um grito. Embora o tiro tivesse partido de mim, esse macaco não foi incluído no meu quinhão, ao ser dívida a caça no final do dia. Lamento agora não ter preservado sua pele, pois o símio pertencia a uma espécie de *Cebus grande*, que nunca mais voltarei a encontrar.⁴²²

A suposta tristeza ou sentimento de culpa de Bates logo se desfaz quando comparada ao seu objetivo de coligir mais uma espécie para a sua coleção. Verdade seja

⁴²⁰ BATES. Um naturalista no rio Amazonas, *op. cit.*

⁴²¹ *Ibidem*, p. 248.

⁴²² *Ibidem*, p. 251.

dita: Bates se orgulhou de sua caçada! Tanto que ela foi considerada proveitosa por aqueles que haviam ficado na praia de Catuá. Além do naturalista, os demais companheiros também se orgulhavam do sucesso da excursão. Na análise de Bates, nenhum outro grupo de caçadores tão reduzido quanto o dele tinha, até aquele momento, “conseguido obter uma quantidade tão grande de caça em apenas um dia passado na mata, onde os animais eram escassos e se espalhavam por áreas extensas demais.”⁴²³

A angústia sentida por Bates ao presenciar a agonia sofrida pelo macaco nos leva a relacionar esse fato com as mudanças de atitude a respeito dos animais na Inglaterra a partir do período moderno. Primeiramente, de acordo com Keith Thomas, alguns naturalistas chegaram a considerar os macacos como repugnantes para o consumo, devido sua demasiada semelhança com a carne humana.⁴²⁴ Em seu relato, Bates comumente considerava os macacos como saborosos e chegou a exaltar a carne de macaco aranha como mais succulenta e mais delicada que a carne de boi. Para permanecer por mais tempo consumindo estes animais, Bates os defumava, ao invés de salgá-los, podendo aproveitá-los por mais tempo, todavia ele relatou um certo embaraço ao ter de se alimentar de um último pedaço constituído por um “braço com punho crispado”, o qual ele disse ter economizado o máximo que pôde para não consumi-lo, afirmando, por fim: “Nada a não ser a mais dura necessidade poderia ter me forçado a chegar dessa maneira tão perto do canibalismo, mas tínhamos enorme dificuldade de conseguir ali um suprimento suficiente de carne.”⁴²⁵ Assim, a necessidade alimentar justificou a mortandade dos macacos.

Outra relação para a possível sensibilidade de Bates esteve relacionada à domesticação dos macacos, os quais eram tratados como mascotes desde há muito tempo na cultura inglesa junto com lontras, coelhos, esquilos, pássaros de gaiola e até tartarugas, pelo menos desde o século XIII, e de maneira crescente a partir do século XVI.⁴²⁶ Como animais de estimação eles eram diametralmente distintos dos demais, pois comumente podiam entrar nas residências, recebiam um nome pessoal e individualizado e jamais [há discordâncias] serviam de alimento.⁴²⁷ Após denunciar a ausência dos macacos nos arredores do Pará, Bates relatou ser possível encontrar um grande número destes animais “semidomesticados” na cidade em “janelas e portas das casas, bem como dentro das canoas”. Inclusive, um deles “encarapitado no ombro de uma jovem mulata que seguia

⁴²³ *Ibidem*, p. 252-253.

⁴²⁴ THOMAS. O Homem e o Mundo Natural, *op. cit.*, p. 75.

⁴²⁵ BATES. Um naturalista no rio Amazonas, *op. cit.*, p. 177.

⁴²⁶ *Ibidem*, p. 156-157.

⁴²⁷ *Ibidem*, p. 159-170.

pela rua.”⁴²⁸ De fato, os macacos eram dados como presentes à pessoas em altos cargos, como juízes, comandantes, além de colonos, comendo à mesa com eles e até os acompanhando pelas ruas.⁴²⁹ Ele mesmo tentou domesticar algumas espécies de macacos obtendo sucesso algumas vezes, outras nem tanto, mas sempre na interface com o seu papel de coletor de espécimes de história natural.

Podemos também sugerir que a sensibilidade em Bates, assim como em Wallace, afinou-se com a crescente discussão sobre o maltrato com animais na modernidade inglesa. De acordo com Keith Thomas, as práticas de crueldade com os animais eram as mais diversas entre os ingleses durante esse período e passou pelo açulamento de ursos, touros e texugos, rinhas de galos, brigas de cães, perseguição de aves selvagens pela falcoaria e apedrejamentos de vários animais.⁴³⁰ Todavia, as discussões de proibição dessas práticas também cresceram, em especial no século XVIII e XIX, a respeito do tratamento moral dos animais, protestos contra algumas formas de crueldade contra eles, criação de algumas sociedades de proteção⁴³¹, atos e projetos do parlamento inglês, além das investidas cristãs sobre a necessidade da matança ou barbaridades com estes seres. A caça, por sua vez, constituiu o tema “mais complexo” em meio a estas discussões. Ao mesmo tempo em que foi considerada como uma prática lícita por muitos, devido ao simbolismo militar e aristocrático que ela tinha ao simular, por exemplo, a atividade bélica⁴³², ou mesmo as ideias de superioridade e utilitarismo da espécie humana em relação aos outros seres, ela foi, por outro lado, vista como uma atividade de diversão carnal, inadequada, bestializante, embrutecedora e dispendiosa.

No caso dos relatos de Bates e Wallace, a prática de caça aos mais diversos animais foi bem mais comum, mas a justificativa não parece ter sido a de simbolismo militar ou esporte. Pelo contrário, a razão pairou em duas necessidades: a subsistência durante as excursões e a coleta de espécimes para estudos de história natural. Fora destes argumentos, quando praticada como extrativismo, a prática de caça parece não ter sido vista com bons olhos, não necessariamente pela mortandade dos animais em si, mas pela condenada “imprevidência” da prática, destruindo e/ou afugentando tartarugas e macacos, por exemplo. Assim, nas últimas partes do relato de Bates, a raridade dos

⁴²⁸ *Ibidem*, p. 48

⁴²⁹ *Ibidem* p. 260-262.

⁴³⁰ THOMAS. O Homem e o Mundo Natural, *op. cit.*, p. 202-212

⁴³¹ "Sociedade pela Supressão da Crueldade dos Animais", em 1824. Cf THOMAS. O Homem e o Mundo Natural, *op. cit.*, p. 211.

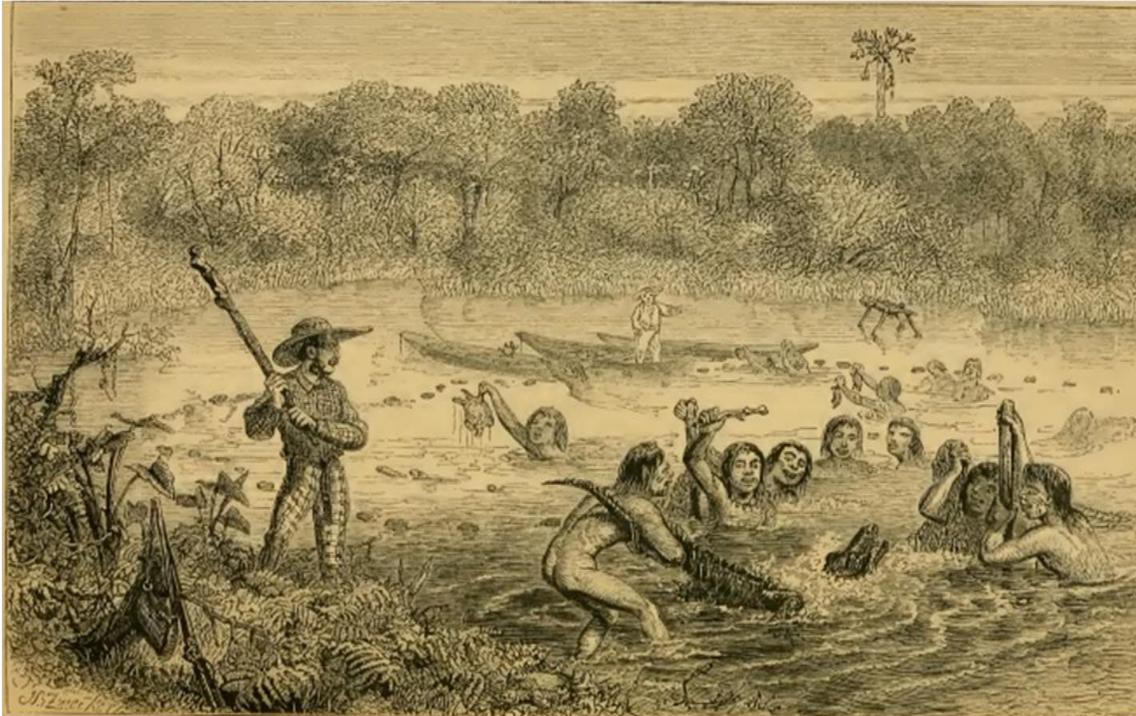
⁴³² *Ibidem*, p. 259-261.

macacos Barrigudos no arredores de Tabatinga foi descrita como resultado da perseguição feita a eles pelos índios Ticunas. Ao seguir as informações de um caçador de pássaros e mamíferos que lhe auxiliava, ele chegou à conclusão de que “somente um bando de indígenas dessa tribo, em número de duzentos, **destruía 1.200 macacos anualmente**, para comer.” E concluiu: “A espécie é muito numerosa nas florestas das terras altas, mas em **resultado da permanente perseguição que sofrem os macacos, raramente eles são vistos nas proximidades dos povoados maiores**, nunca sendo encontrados no Baixo Amazonas.”⁴³³

Definitivamente, os arredores de Tefé representaram para Henry Bates um “campo excelente para o pesquisador de História Natural”, fazendo parte da descrição de outros naturalistas e contribuindo para o estudo da estrutura, hábitos, instintos e distribuição geográfica de algumas espécies, ato considerado por ele como mais importante que, necessariamente, a descoberta de novas espécies. No que diz respeito às tartarugas e sua crítica ambiental, foi nesse lugar onde o naturalista conseguiu observar mais de perto a exploração destes animais e assim alertar para um possível caminho de diminuição da espécie. Obviamente ele não foi o único a citar a cidade como local de exploração e obtenção das tartarugas, porém o tempo que passou na cidade e nos seus arredores foi crucial para o detalhamento da sua pesca.

⁴³³ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980, p. 262-263.

Figura 12 – Pesca da tartaruga e aventura com um Jacaré



Fonte: BATES, Henry. *The Naturalist on the River Amazons, a record of adventures, habits of animals, sketches of brazilian and indian life, and aspects of nature under the equator, during eleven yars of travel.* London: John Murray, Albermale Street, 1863, p. 264.

4.5- “Acepipe” especial

Em 1859, quando Henry Bates já retornava à Inglaterra após longos anos de permanência às margens do rio Amazonas, outros viajantes exploravam o grande rio, a exemplo do médico alemão Robert Christian Avè-Lallemant. O viajante narrou a exploração das tartarugas pelos homens no “tempo das praias”, quando eles desciam em bandos para as águas baixas apanhando milhões de ovos que comiam como “acepipe” especial, além de guarda-los em número muito maior em potes com manteiga de tartaruga. Avè-Lallemant também fez uma estimativa do número de ovos destruídos para a produção da manteiga, assim como outros exploradores já citados, considerando que cada tartaruga colocava em média 100 ovos, seria preciso cerca de trinta a quarenta tartarugas para reunir os aproximadamente 24.000.000 ovos necessários à quantia suficiente para suprir os quase 4.000 a 6.000 potes enviados anualmente ao Pará. Ainda em meio aos números alarmantes da destruição, ele se pergunta quantos ovos seriam, então,

necessários para uma exportação regular de 40.000 deles, ou ainda, quantos ovos e mesmo tartarugas recém-nascidas eram comidas no local pelos “aficionados”, mais as onças, jacarés, pássaros? Algo incalculável, até centenas de milhões. “No entanto”, diz ele, “as tartarugas não se acabam embora seu número tenha certamente diminuído muito.”⁴³⁴

Mesmo não sendo tão expressiva como em outros viajantes que temos citado, a crítica ambiental de Avè-Lallemant também tem como foco a destruição em massa dos ovos para a produção da manteiga, acrescentando-se, ainda, a captura das pequenas tartarugas, cujo destino era, na maioria das vezes, os potes de manteiga para a produção da *mixira*, como uma preocupação eminente no processo de redução da quantidade de indivíduos da espécie. Assim os “aficionados” citados por ele, talvez de maneira pejorativa, parecem ser aqueles cuja opção de consumir os filhotes de tartaruga não era bem-vinda, pois contribuía diretamente à destruição delas, muito mais que os outros animais que também as caçavam.

O comércio da manteiga de tartaruga era expressivo, sobretudo pela inserção dos vapores responsáveis por grande parte do seu escoamento a partir do rio Amazonas em direção às cidades interessadas no consumo do produto. Em 1858, por exemplo, só pela Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas foram transportados entre Manaus e Pará cerca de 47 potes de manteiga de tartaruga, mais outros gêneros como a salsaparrilha (1.565 arrobas) e o pirarucu (14.794 arrobas), todos eles produtos de grande exploração, sejam de rios ou matas.⁴³⁵ Apesar da exigência do mercado a respeito destes gêneros, o relato de Avé-Lallemant descreve, também, a mudança da cultura alimentar amazônica a partir da entrada de produtos europeus. Segundo ele, comia-se cada vez menos a manteiga de tartaruga, usada preferencialmente como óleo para iluminação, importando-se “manteiga da Europa.” Ao contrário disso, consumia-se muita carne de tartaruga em todo Amazonas, fato constatado diante da observação de vários cascos de tartaruga queimados para fazer cal nas margens do rio⁴³⁶, uma outra utilização do animal não vista até aqui nos relatos. Além disso, em Tabatinga, as principais iguarias eram preparadas com tartaruga, sobretudo porque era comum faltar carne fresca na cidade por meses, visto que os bois e vacas dali, em geral, eram da igreja e só eram abatidos em ocasiões muito especiais.⁴³⁷

⁴³⁴AVÉ-LALLEMANT. No rio Amazonas, *op. cit.*, p. 86-87.

⁴³⁵ *Ibidem*, p. 145.

⁴³⁶ *Ibidem*.

⁴³⁷ *Ibidem*, p. 185. Em Tabatinga a utilização das tartarugas extrapolava a alimentação e, curiosamente, seus cascos chegavam a ser utilizados até como armadilhas para ratos pelos Ticunas que sem armários para

Os bois e vacas, quando existiam, uniam-se às práticas de abate de outros animais, como a própria tartaruga, e nas atividades, como a salga do peixe, formando uma paisagem bem específica. Assim, na localidade de Prainha, o quadro desenhado por Avé-Lallemant indicava uma grande quantidade de urubus atraídos pela “matança de gado nas povoações ribeirinhas do Amazonas, os despojos de tartarugas, que são[eram] comidos em grande quantidade, os restos de peixe, as sobras da salga do pirarucu e todos os outros resíduos”. Estes animais, que vinham em bandos com certo gosto pelos moradores, conviviam como se fossem animais domésticos, pois eram certamente “úteis para a limpeza e saúde pública.”⁴³⁸

A inserção dos produtos manufaturados da Europa, tais como a manteiga de vaca, também foi possibilitada a partir do momento em que o tempo entre o continente europeu e americano foi diminuindo com as embarcações. Também representaram transformações culturais no modo de se alimentar, sobretudo no período da *Belle Époque* amazônica, que já mostra indícios na década de sessenta do século XIX. Mas enquanto o consumo dos produtos importados ainda não se tornava maior, grande parte da alimentação ainda era pautada nos gêneros retirados diretamente da natureza, em especial os produtos de pesca. A carne de boi permanecia como um consumo incerto, comum somente quando era possível, tornando-se mais difícil ainda seus derivados, tal como a manteiga.

De acordo com Fabrício Silva, em seus estudos sobre a alimentação paraense a partir das crônicas de viajantes, o transporte precário dos bois, que faziam os percursos em pé ou abatidos, sem alimentos suficientes para mantê-los cevados, além das condições nas longas viagens, já eram defendidas como grandes problemas das condições de consumo desde Spix e Martius, os quais também se preocupavam com o transporte, criação e abastecimento. Alia-se ainda, no caso da Ilha do Marajó, questões veterinárias que promoviam a mortandade desses animais. Mas a ênfase das críticas dos viajantes a respeito do consumo da carne bovina se estabelecia nos problemas do transporte, condição dos pastos, processo de abate e higiene. A partir da comparação dos relatos, Silva conclui que durante a primeira metade do século XIX o “tripé da alimentação da população desfavorecida economicamente foi a carne seca, o peixe seco

guardar suas provisões faziam um furo bem no meio do casco de tartaruga, de maneira que ficasse horizontal, pendurado na ponta de um cordão, colocando seus “escassos víveres” debaixo desse “teto”. Assim os ratos podiam subir o telhado e chegar até o casco de tartaruga de onde caíam ao se aproximarem da sua borda, mantendo intacta as provisões dos índios. Cf. AVÉ-LALLEMANT. No rio Amazonas, *op. cit.*, p. 189.

⁴³⁸ *Ibidem*, p. 72.

e a farinha de mandioca, já a dos abastados, foram os gêneros importados”⁴³⁹, entre os quais a carne bovina já despontava na alimentação popular, sendo ela consumida fresca ou seca.

No entanto, acredita-se que no decorrer do Amazonas, como o próprio Avè-Lallemant aponta, este consumo é menos corriqueiro, em especial nas cidades mais distantes das emergentes Belém e Manaus. Portanto, mesmo com a inserção de outros produtos impulsionados pela modernidade, como foi o caso da manteiga inglesa e, em parte, da carne de gado, o consumo dos quelônios permaneceu de maneira considerável, sendo gradativamente diminuído, porém nunca ausente da mesa do ribeirinho, que continuava a se deslocar para as praias de maneira sazonal para as práticas extrativas, pelo menos até o início do século XX. Não cabe aqui fazer uma análise profunda sobre o consumo e alimentação no rio Amazonas, todavia acreditamos necessário enfatizar que a exigência alimentar, apesar de claramente não ter sido a principal causa do declínio das espécies amazônicas, dentre elas a tartaruga, foi um importante impulso da exploração animal estimulado pelas exigências energéticas da população, bem como do acúmulo de lucros gerados por estas práticas, que possibilitavam trocas comerciais e relações de trabalho emergentes entre colonos, ribeirinhos e indígenas envolvidos no processo. Fato que sem dúvida ocasionou uma pressão nas populações de tartarugas, destruindo-as ou afugentando para outras localidades, ocasionando certa crítica, por vezes contundentes, aos exploradores da região.

Portanto, a partir dos relatos, não é nenhuma transgressão dizer que von Spix, von Martius, Wallace, Bates, Smith, Lowe, Kidder, Marcoy e Avé-Lallemant tiveram preocupações que permaneceram pontuais, sobretudo nos produtos naturais considerados mais importantes e com valor comercial em destaque, a exemplo das tartarugas, apesar de nitidamente já trazerem uma diferente percepção sobre a paisagem, buscando inter-relacionar os diversos elementos vistos e experienciados. De fato, o imaginário sobre a floresta pitoresca e de vista agradável também teve influência fundamental na forma que foram estabelecidas suas críticas ambientais e concepções naturalistas sobre a exploração dos recursos naturais no rio Amazonas, sobretudo em relação ao que se esperava da paisagem amazônica, bem como indignou alguns deles em imagens ambíguas de terras remotas, florestas e rios sem fim.

⁴³⁹ SILVA, Fabrício H. T. Aos nossos olhos europeus: alimentação dos paraenses nas crônicas dos viajantes do século XIX. Viagens viajantes e deslocamentos. *Projeto História*, n. 42, jun., 2011, p. 387.

Conforme Lima, a ideia do sublime, da inocência e simplicidade da natureza em relação à natureza amazônica foi presente em especial nos relatos de Elizabeth Agassiz, afinando-os com a perspectiva romântica do pitoresco e do sublime, moldada na sensibilidade de uma educação estética que os fazia reverenciar, de rochas a criaturas do novo mundo, numa herança imagética e intelectual; no entanto, o outro lado, a desmistificação da imagem pitoresca pela realidade objetiva, por vezes, o desapontamento da paisagem idílica, do Éden, da Arcádia, na verdade, mais avessa as paisagens inglesas e estadunidenses, onde tanto o clima delicioso, a atmosfera ideal para passeios e as inigualáveis características da floresta virgem chamavam atenção, como também o desapontamento ao visitar determinados locais onde não se tinha a palmeira esperada, o beija-flor almejado, com flores e insetos que as vezes não impressionavam, ou mesmo as queimadas e a crueldade em relação à alguns animais selvagens, como no caso das tartarugas, tudo isso em contraponto às imagens anteriores de “viajantes devaneadores”, na palavras de Wallace, os quais teriam descrito o exotismo, o extraordinário, a exuberância edênica do vale amazônico.⁴⁴⁰

A maioria dos viajantes estrangeiros que desceram o rio Amazonas até o Pará, notaram uma descontinuidade profunda entre os povos hispânicos e lusitano. Em aparência, nada diferenciava a mesma desolação, a mesma insalubridade e a mesma vetustez dos lugares, com destaque para a ideia de civilização mais forte no território do Império português.⁴⁴¹ Por isso, faz-se necessário revisitar as descrições destes viajantes e exploradores na tentativa de identificar pontos referentes à História Ambiental em cada um deles, tais como a concepção da natureza, a percepção sobre a utilização dos recursos naturais, as modificações na paisagem e a crítica ambiental.

Mas porque será que a crítica ambiental, mesmo mostrada nos relatos destes estrangeiros que vieram ao rio Amazonas com diferentes olhares e objetivos não foi mais enfática no tocante à sensibilidade e à destruição ambiental?

Ficamos mais uma vez com a análise de Pádua, que afirma que a percepção da destrutividade ambiental se tornará mais frequente no decorrer século XIX, mais precisamente a partir de 1888, sobretudo pelo “paroxismo da abundância”, representado pela floresta amazônica, a qual exerceu pouca motivação às críticas, não significando, é claro, dizer que ela não existiu.⁴⁴² Ao comparar com o “paroxismo da carência ambiental”

⁴⁴⁰ LIMA. Natureza, cultura e imaginário, *op. cit.*, p. 113-137.

⁴⁴¹ CHUMEIL. Uma visão de la amazonia a mediados do siglo XIX, *op. cit.*, p. 281.

⁴⁴² PÁDUA. Um sopro de destruição, *op. cit.*, p. 203.

no nordeste, representado pela seca, José Augusto Pádua justificou sua afirmação enfatizando que a “ocupação econômica de vastas áreas florestais, particularmente a sua destruição para fins agrícolas, foi muito menos intensa na Amazônia do que na Mata Atlântica até o final do século XX”; e mesmo o grande ciclo do látex, por volta de 1870, não provocou um grande desmatamento, quando comparada à grandiosidade da floresta amazônica, não gerando grandes preocupações em relação à destruição da floresta como um todo, exceto no caso de algumas espécies vegetais e animais de especial valor econômico.

CAPÍTULO 5 – Rude, imprevidente e sem método: aspectos da crítica ambiental nos discursos imperiais sobre o extrativismo animal da tartaruga da Amazônia

Agora o café, a mandioca, e o algodão mal chega para o consumo, e todos os outros gêneros e artefatos, à falta de cultura, tem desaparecido, e a população, dividida em bandos todos os anos vai para as grandes praias, com excessos bacanais, fazer a destruição dos ovos das tartarugas e fabrico de manteigas, ou para as matas, por maiores riscos e privações, extrair os produtos espontâneos da terra, de sorte que nisso gastam os indígenas e trabalhadores quase a metade do ano; e tudo quanto tiram e destroem é para os chamados regatões das feitorias, a troco de aguardente, com que os regalam de uma calça e camisa de riscado caseiro, sendo a depravação dos costumes todo o ganho que lhes toca, pela perda de tempo e do trabalho, que, a ser bem aproveitado na agricultura, ou ainda nas extrações com regularidade, podia produzir muitos interesses; [...]

*João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha
Relatório sobre o Estado da Província do Amazonas no ato de sua instalação⁴⁴³.*

Viajantes naturalistas e expedicionários estrangeiros do rio Amazonas não foram os únicos a tecer crítica ambiental sobre o extrativismo dos produtos naturais na região durante o século XIX. Juntamente com eles, houve um certo número de presidentes da província, relatores de viagem, deputados, intelectuais e legisladores que fizeram considerações enfáticas sobre o assunto. Grande parte desta crítica é encontrada nos documentos oficiais referentes à província do Amazonas e, de maneira mais geral, ao vale do Amazonas, tais como relatórios dos presidentes da província, roteiros de viagem de vapores para reconhecimento ou exploração de rios, mapas comerciais de exportação e importação, balanços da fazenda e, ainda, em uma coleção de leis elaboradas naquele período. Também se encontram estes posicionamentos em obras escritas por personagens como Barão de Sant'anna Nery, José Veríssimo e artigos de história natural de João Martins da Silva Coutinho.

A sensibilidade presente nestes documentos, por vezes pontual, trouxe discursos sobre a necessidade de estabelecer normas de controle para a coleta dos recursos naturais às margens dos rios, lagos e praias amazônicas, sendo estes mais contundentes quando se tratou do caso da pesca do peixe-boi, pirarucu, tartaruga da Amazônia e coleta dos seus

⁴⁴³ AMAZONAS. *Relatório que em seguida ao do excelentíssimo senhor presidente da província do Pará e em virtude da circular de 11 de março de 1848, fez, sobre o Estado da Província do Amazonas, depois da instalação dela e de haver tomado posse o seu primeiro presidente, o sr. João Baptista Figueiredo Tenreiro Aranha*. Amazonas: Typ. De M. Da S Ramos, 1852, p. 31-32.

ovos para a produção de manteiga. Algo comum entre eles é a busca por uma prática de agricultura e comércio na região, em contraponto à ênfase dada ao extrativismo dos produtos naturais, o qual era visto como uma forma desmedida de exploração, com pouca possibilidade de previsão a respeito do futuro de plantas e animais amazônicos, ou mesmo de salvaguarda para as gerações posteriores.⁴⁴⁴

Como pode ser notado na citação acima, do presidente da emergente província do Amazonas, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, a crítica e opinião desfavorável à atuação da população na prática de extração dos produtos naturais foi pauta comum. Para Tenreiro Aranha, quando o Amazonas era capitania dos colonos vindos de Portugal, bem como os filhos destes com os indígenas, a população dedicava-se às artes fabris e agricultura de produtos como o algodão, o anil, o tabaco e a mandioca, os quais poderiam ser tanto consumidos quanto exportados, além de servir as fábricas de anil, “cordarias” de piaçava, de fiação e tecidos de redes de algodão, dentre outras. Ele afirma, porém, que após a instalação do Amazonas, as fábricas, o comércio e a navegação estavam estagnadas, caindo sobre o extrativismo a grande culpa da situação.

Incomodava à Tenreiro Aranha a falta de gêneros como o café, a mandioca e o algodão, além de outros artefatos, devido à “falta de cultura”. No entanto, era a sazonalidade da população ribeirinha na colheita dos produtos naturais o fato que mais merecia sua crítica, devido aos “excessos bacanais” na extração dos produtos espontâneos da terra, entregues, grande parte, aos regatões. Segundo o presidente da província, o trabalho poderia ser melhor aproveitado na agricultura ou na extração regular daqueles gêneros.⁴⁴⁵ A saída proposta diante do aniquilamento da província era o restabelecimento da agricultura e o ensino e colonização agrícola e fabril da região, a fim de aproveitar de maneira mais eficaz as suas riquezas. Assim, a dicotomia entre a pomposa paisagem e a “escassa” produção agrícola, além da pouca dedicação aos outros serviços rurais na província, era tida como paradoxo para o presidente, pois ao mesmo tempo em que nos

⁴⁴⁴ Vale lembrar que a agricultura naquele contexto imperial de acordo com Adolfo de Barros Lacerda compreendia a indústria extrativa, a qual consistia na "colheita e manipulação do produto espontâneo da natureza, para o qual não concorreu o trabalho humano"; bem como era composta da indústria agrícola, que consistia na "cultura das espécies vegetais que o homem apropria para o seu uso. Cf. AMAZONAS. *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Amazonas na sessão ordinaria do 1.º de outubro de 1864, pelo dr. Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, presidente da mesma provincia.* Pernambuco: Typ. de Manoel Figueiroa de Faria & Filho, 1864, p. 40.

⁴⁴⁵ AMAZONAS. *Relatório que em seguida ao do excelentíssimo senhor presidente da provincia do Pará e em virtude da circular de 11 de março de 1848, fez, sobre o Estado da Provincia do Amazonas, depois da instalação dela e de haver tomado posse o seu primeiro presidente, o sr. João Baptista Figueiredo Tenreiro Aranha.* Amazonas: Typ. de M. da S Ramos, 1852, p. 31-32.

rios e lagos, nas praias e nas margens havia peixes e tartarugas de “grande vulto” e “sabor especial” suficientes para sustentar centenas de milhares de “famílias íncolas”, bem como madeiras e outros recursos preciosos, a floresta matinha uma vegetação considerada por ele como inerte, a qual se achava à “lei da natureza”.⁴⁴⁶

Apesar de considerar de caráter destrutivo a forma como era feita a coleta dos produtos naturais nas grandes praias e matas, a opinião de Tenreiro Aranha caminhou muito mais na tentativa de controle da natureza por meio da agricultura do que, necessariamente, da proibição da atividade extrativa, defendendo que não somente os produtos antes já cultivados, mas também os silvestres, como cacau, salsaparrilha, guaraná, a goma elástica, o cravo e outras espécies, pudessem ser agricultados para obter-se o maior proveito deles e evitar os muitos riscos e árduos trabalhos na sua extração nas matas.⁴⁴⁷

O debate agrícola permanece nos relatórios da província do Amazonas com Herculano Ferreira Penna, em 1853, ao dirigir sua fala sobre a agricultura, indústria, navegação e comércio à assembleia legislativa do Amazonas, descrevendo os vários gêneros da província de considerável exportação no comércio com o Pará e até mesmo fora do Império.

A pescaria, e a salga do peixe, principalmente do *pirarucu*; o fabrico da manteiga do *peixe-boi*; e dos ovos de tartaruga, de que se usa comumente não só para a iluminação, mas também como tempero da comida; a extração do óleo da copaíba; a colheita do breu, do cravo, do cacau, das castanhas da estopa, da piaçava e da salsaparrilha; a cultura e preparação do tabaco e do guaraná; o tecimento das redes de algodão, de palha e de fibras de diversas palmeiras; a plantação do milho, feijão e mandioca em quantidade apenas suficiente para o consumo; tais são os principais ramos de indústria da Província, tais os artigos de sua mais considerável exportação para o Pará, de onde alguns são conduzidos para fora do Império.⁴⁴⁸ [Grifo do autor]

⁴⁴⁶ AMAZONAS. Relatório..., *op. cit.*, 1852, p. 53.

⁴⁴⁷ *Ibidem*, p. 64. Interessante compararmos que um pouco mais de 30 anos depois, em 1883, José Lustosa Paranaguá irá afirmar de maneira contundente, citando o próprio Tenreiro Aranha em relatório de 1852, que de [...]“então para cá, não tem melhorado a situação agrícola da província; pelo contrário, parece cada vez mais comprometida.” Fator causado pelos altos preços da borracha que atraía para os seringais “todas as vistas da população.” Cf. AMAZONAS. *Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da segunda sessão da décima sexta legislatura em 25 de março de 1883 pelo presidente, José Lustosa da Cunha Paranaguá*. Manaus: Typographia do Amazonas, 1883, p. 68.

⁴⁴⁸ AMAZONAS. *Falla dirigida á Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, no dia 1.º de outubro de 1853, em que se abriu a sua 2.ª sessão ordinária, pelo presidente da província, o conselheiro Herculano Ferreira Penna*. Amazonas: Typographia de M. S. Ramos, 1853, p. 41.

Dentre estes produtos, soma-se o comércio da goma elástica que crescia de forma abundante nas margens do Solimões, tornando-se um objeto de valioso comércio com países estrangeiros. A crítica se apoiava, principalmente, relação entre a uberdade da natureza, de um lado, e a ausência de estabelecimento de agricultura e indústria, do outro, pois gêneros como aguardente, arroz e açúcar vinham do Pará, já os tabuados para a construção civil vinham de outros países, como a Venezuela. Ferreira Penna também atestou a ausência de criações, outra reivindicação agrícola do momento, exceto pela produção do Rio Branco, onde já era possível se encontrar cerca de 1822 cabeças de gado *vaccum* e 263 de gado *cavalar*. Já na capital, as rezes eram menos frequentes, tal como em outras povoações da província onde “tão insuficiente para o consumo que passam-se algumas muitas sem haver carne verde à venda, o que não é todavia sensível à generalidade da população, uma vez que haja peixe e tartaruga, a que sempre dá preferência.”⁴⁴⁹

Em 1854 a Companhia de Comércio e Navegação do Amazonas já estava estabelecida fazendo viagens – das cidades de Coari a Loreto, e São Paulo de Olivença a Loreto, e desta última até Manaus. Destas cidades se importavam diversos produtos, tais como salsaparrilha (799 arrobas), chapéus de palha (8060 unidades) e manteiga de tartaruga (43 potes), além de objetos de história natural (1 caixa). Para Herculano Ferreira Penna, mesmo sem oferecer dados suficientes, estes números demonstravam razões satisfatórias para a adoção de vapores em detrimento do barco a vela, dada a organização que os primeiros traziam. Mas a preferência aos barcos a vela pela população local ainda era maior, bem como a quantidade destes extrapolava a dos vapores. Assim, enquanto as embarcações a vela transportaram naquele ano 1.383 arrobas de estopa, 43.006 de pirarucu, 5.419 arrobas de salsaparrilha, 22.955 alqueires de castanha, 4.141 potes de manteiga de ovos de tartaruga, 224 arrobas de peixe-boi e 4.792 potes de sua manteiga; entre os anos de 1853 e 1854, os números dos vapores eram mais tímidos, tendo como exemplo a salsaparrilha, com 164 arrobas, a castanha, com 150 alqueires e o pirarucu, 1.842 arrobas.⁴⁵⁰ A comparação de Ferreira Penna continua quando se trata dos gêneros que foram exportados de Manaus para o Pará, observando o comércio e indústria da província em geral que, segundo ele, por mais que tivessem progredido nos últimos anos,

⁴⁴⁹ *Ibidem*, p. 43.

⁴⁵⁰ *Ibidem*, p. 51-52.

naquele momento ainda se circunscreviam “limites muito acanhados” que não correspondiam de maneira alguma a “vastidão e riqueza natural do território.”⁴⁵¹

Na rota destes vapores, vários lugares foram reconhecidos com importantes para a indústria extrativa de produtos naturais, dentre eles a pesca e a produção da manteiga de tartaruga, situação essa descrita por João Wilkens de Matos, secretário do governo da província do Amazonas, em seu roteiro da primeira viagem do vapor Monarcha, de Manaus até Nauta, na república do Peru, em 1854.⁴⁵² De acordo com o relato de Matos, ao ancorar no aldeamento dos índios Muras, denominado Manacapuru, os integrantes do Vapor Monarcha encontraram muitos moradores, e peixes-boi, pirarucu, castanha e óleo de copaíba em abundância, sendo o local cogitado como um dos pontos mais apropriados para o assentamento de um colônia agrícola, devido ser um local fértil e sadio. Lá, segundo informações do secretário, havia existido antigamente “um pesqueiro, estabelecido por conta da Fazenda, de onde se tirava o peixe e a tartaruga para sustento da guarnição militar de Barcelos.”⁴⁵³ Nas terras circunvizinhas à Tefé, a população empregava-se “na pesca do pirarucu, de que fabrica cerca de cinco mil arrobas anualmente, e na manipulação da manteiga dos ovos da tartaruga, de que obtém um pouco mais ou menos três mil potes.”⁴⁵⁴ As extensas praias do rio Juruá eram abundantes de tartarugas e pirarucus, onde fabricavam-se “muitos mil potes de manteiga de ovos de tartaruga e tracajás.”⁴⁵⁵ Na praia de Aroti, nas proximidades de rio Jutaí, fabricava-se cerca de setecentos potes de manteiga de ovos de tartaruga.⁴⁵⁶ Em São Paulo de Olivença, além do produto de pesca que se estimava em 600 arrobas de pirarucu anualmente, havia a extração de salsa (500 arrobas), de breu (200 arrobas), cacau silvestre e se manipulavam 1.200 potes de manteiga de ovos de tartaruga.⁴⁵⁷

Analisando os números do mapa comercial de 1856, o também governador do Amazonas, João Pedro Dias Vieira, chegou à conclusão de que houvera um maior movimento do comércio, navegação e indústria da província naquele ano, se comparado com os anteriores. Ao mesmo tempo, Vieira chamou atenção em seu relatório para a

⁴⁵¹ *Ibidem*, p. 56

⁴⁵² MATTOS, João Wilkens de. "Roteiro da primeira viagem do vapor Monarcha, desde a Cidade da Barra do Rio Negro, Capital da Província do Amazonas, até a Povoação do Nauta, na República do Peru". [1854]. In *AMAZONAS Fala dirigida a Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, no dia 3 de maio de 1855, em que se abriu a sua 4.a sessão ordinária pelo vice-presidente da província, o doutor Manoel Gomes Correa de Miranda*. Cidade da Barra: Typographia de Manoel da Silva Ramos, 1855.

⁴⁵³ *Ibidem*, p. 8.

⁴⁵⁴ *Ibidem*, p. 19.

⁴⁵⁵ *Ibidem*, p. 24.

⁴⁵⁶ *Ibidem*, p. 31.

⁴⁵⁷ *Ibidem*, p. 41.

degradação ambiental cometida na colheita e extração de alguns produtos, segundo ele, tão espontaneamente oferecidos pela natureza ao “homem laborioso.”⁴⁵⁸ A salsaparrilha, atestava Vieira,

[...] desapareceu quase inteiramente das matas e margens dos rios mais próximos, à proporção, que foi sendo colhida; porque lhe arrancam do solo a batata inutilmente. O que a indústria e comércio aproveitam desta planta medicinal, tão procurada, são as raízes que estende à flor da terra, e estas podem ser facilmente cortadas independente do bulbo e da radícula principal, que o prende ao solo. Mostra a experiência que, conservado o bulbo, voltam as raízes decepadas, no prazo de três a quatro anos, ao estado de serem novamente colhidas; e, entretanto (tal tem sido até agora nossa negligência!) este ramo interessante do comércio se vai cada dia tornando mais difícil na província.⁴⁵⁹

Desde o período colonial a exploração da salsaparrilha já havia sido descrita em localidades como o rio Amazonas e Tocantins, participando da atividade de colheita de produtos da floresta junto ao cravo, baunilha, uma afinidade de resinas e sementes, além do cacau. A planta também apareceu no histórico de exploração da Mata Atlântica brasileira, onde foi urgentemente procurada pelo seu valor medicinal, pois era considerada um remédio específico contra a sífilis.⁴⁶⁰ No entanto, a salsaparrilha explorada ali não se comparava com a amazonense e, por essa razão, não tinha o mesmo apelo pela exportação em relação à última.

O cânhamo, cuja fibra era usada para a manufatura da cordoalha naval, e a *cinchona* (quina), utilizada no tratamento da malária, foram também outras plantas que receberam rápida procura na Mata Atlântica, às vezes com sucesso na sua domesticação, outras vezes não. No campo medicinal, outras plantas receberiam a exploração de maneira mais enfática, como a ipecacuaia ou poia, uma planta comum na floresta primária, que constituía parte da cobertura de solo e teve sua extirpação quase que total no Rio de Janeiro devido à sua coleta como “cultura” comercial ser realizada quando dava flor, impedindo sua reprodução e, logo, sua proliferação.⁴⁶¹

Diante dos fatos, vemos que a grande diferença em relação às descrições anteriores é identificação da rarefação da planta, bem como a crítica aos procedimentos empregados na sua extração, mais precisamente a prática extrativista. Além disso, no

⁴⁵⁸ AMAZONAS. *Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial [sic], pelo excelentíssimo senhor doutor João Pedro Dias Vieira, digníssimo presidente desta província, no dia 8 de julho de 1856 por ocasião da primeira sessão ordinária da terceira legislatura da mesma Assembleia*. Barra do Rio Negro: Typographia de F. J. S. Ramos, 1856, p. 16.

⁴⁵⁹ *Ibidem*.

⁴⁶⁰ DEAN. *A ferro e fogo*, *op. cit.*, p. 147.

⁴⁶¹ *Ibidem*.

norte do Brasil, em especial às margens do rio Amazonas, a salsaparrilha não foi o único produto a sofrer o decréscimo associado ao método de coleta usado, pois o cravo, as castanheiras (estopa) e, posteriormente, a seringueira, também já eram sinônimo de alerta nos trabalhos desde João Daniel, Alexandre Rodrigues Ferreira, dentre outros nomes.⁴⁶²

Aliás, a crítica apresentada por João Pedro Dias Vieira, em 1856, abrangia também outros vegetais, além da salsaparrilha. Das castanheiras, segundo o presidente da província do Amazonas, era colhida a estopa colhida “sem reserva” e sem critério, cortando, ainda, essas “utilíssimas árvores em toda circunferência do tronco” causando sua morte prematura e, conseqüentemente, a diminuição das castanhas, seu fruto. No caso das seringueiras, o “arrocho” – técnica de extração do látex que consistia na incisão da árvore de cima baixo amarrada depois com um cipó – necessitava de maior cuidado para que os seringais daquela província não ficassem “estragados”, como o de muitos lugares do Pará. Tamanho cuidado também se deveria ter com as árvores de copaíba, cuja forma de extração do óleo se dava aos “golpes de machado”, pagando com a vida o bálsamo que derramava em “prol do seu bárbaro destruidor”. Neste caso, a reivindicação de Pedro Dias também era clara: a necessidade de um trado ou qualquer outro instrumento acomodado à árvore para retirar o óleo de copaíba e diminuir sua destruição pelo machado. Sua sugestão diante da destruição é eminente:

Cumpra, pois, que proíbas, sob pena de prisão e multa, não só o uso do machado na extração do óleo de copaíba, e do – arrocho – na do leite da seringa, como também o arrancar-se da salsaparrilha a batata, e o colher-se da estopa, fora dos lugares para isso destinados, autorizando o governo a formular, um Regulamento adequado a boa execução das medidas propostas e a polícia nos lugares frequentados pelas pessoas, que se empregam neste ramo da nossa indústria.⁴⁶³

No mesmo documento, Pedro Dias fez a relação de produtos aos quais se pagavam “dízimos” sob a exportação, aconselhando a redução e isenção de impostos no consumo dos gêneros de produção da província, dos direitos de exportação para alguns deles, a exemplo do tabaco, café e cacau, bem como da melhor fiscalização de todos eles. A vontade de Vieira a respeito da isenção de impostos estava inteiramente ligada ao fato de

⁴⁶² COSTA. Homens e natureza na Amazônia brasileira, *op. cit.*, 220-222; 226-267. Segundo Costa, somente no século XIX a castanha, fruto da castanheira, viria a representar números expressivos na exportação do Pará e Amazonas para o mercado consumidor no Estados unidos e Inglaterra, sobretudo na produção de doces de chocolate e outros alimentos do seu fruto, mesmo assim a derrubada da árvore ainda era recorrente para a retirada da estopa, sua entrecasca.

⁴⁶³ AMAZONAS. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial..., *op. cit.*, 1856, p. 16-17.

que a colheita e extração da estopa, do breu, da castanha, dos óleos, das drogas medicinais, além do fabrico da borracha, da manteiga dos ovos de tartaruga e da banha do peixe-boi, ocupavam e absorviam para assim dizer a “atividade e ganância” de todos os que se dedicavam ao trabalho na província, onde segundo o presidente somente com “muitos favores da vossa parte poderá medrar e desenvolver-se na agricultura.”⁴⁶⁴

A respeito dessa crítica, feita por Pedro Dias Vieira, assegurada à ganância, vê-se uma outra discussão, nada velada, em relação ao desenvolvimento da agricultura na província do Amazonas, em especial quando se tratava de abastecimento de gêneros alimentícios e das técnicas empregadas para a obtenção dos produtos espontâneos, quase sempre vistas como destrutivas e pouco previsíveis. A carestia de alimentos na capital era, sem dúvida, uma das posições mais ferrenhas dos governadores, tal como Vieira, principalmente pelo fato de a região conter imenso potencial para sanar o problema, mas barrava na falta de agricultura. Em Manaus muitos produtos eram escassos como o peixe, farinha de mandioca, carne fresca, aves, ovos, cujos preços se elevavam cada vez mais junto aos gêneros importados do Pará. “As tartarugas”, atestava Vieira, “já pouco abundam, e se não obtém por preço inferior ao de dois mil e quinhentos réis cada.”⁴⁶⁵ O pirarucu, diferentemente, era encontrado em grande profusão e era exportado em grande quantidade para o Baixo Amazonas. Por conta disso, Vieira até criou uma companhia de pescadores com êxito nos meses de enchente do rio Negro, porém no período da vazante estes homens eram “seduzidos” para as salgas e extração dos ovos da tartaruga desaparecendo da capital.⁴⁶⁶

A transparente e concisa crítica ambiental será corroborada mais tarde pela reivindicação do engenheiro Joaquim Leovigildo de Souza Coelho, na missão de exploração ao Cucuí, hoje pertencente ao município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, em 1862. Coelho citou a piaçava, estopa, o breu, o peixe seco, com destaque para o pirarucu que representaria o sustento da maior parte da população, e a salsaparrilha como o principal comércio do rio Negro. Conjuntamente com a pesca do referido peixe, apanhavam-se os ovos de tartaruga para a fabricação da manteiga, a qual servia para a luz e outros fins. Infelizmente, na descrição comparativa de Souza Coelho, o animal tinha

⁴⁶⁴ *Ibidem*, p. 19.

⁴⁶⁵ AMAZONAS. *Exposição feita ao exm, senhor 1º vice-presidente da província do Amazonas o Dr. Manoel Gomes Côrrea de Miranda pelo presidente o doutor João Pedro Dias Vieira por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 26 de fevereiro de 1857*. Manaus: Typographia de Francisco José da Silva Ramos, 1857, p. 31.

⁴⁶⁶ *Ibidem*, p. 31-32.

deixado de ser tão abundante no rio Negro, obrigando os moradores das povoações dedicados a este ramo do comércio a irem para às praias do rio Branco e/ou outros afluentes onde elas eram muito comuns. A coleta de “milhares” de ovos para suprir um pote de manteiga, porém, era tida por Souza Coelho como “uma verdadeira destruição e seria bom que se proibisse este ramo de comércio em que é preciso estragar tanto para lucrar tão pouco.”⁴⁶⁷

O julgamento sobre a sensível diminuição dos recursos vegetais e animais na região continuou em 1864 com Adolfo de Barros Lacerda, outro presidente da província do Amazonas.⁴⁶⁸ Durante seu relatório, Lacerda demonstrou a [quase] inexistência da indústria agrícola na província com uma limitadíssima e insuficiente produção de cereais e a progressiva diminuição da cultura de gêneros como o fumo e o café, este último, segundo o governador, quase desaparecido no rio Negro, tal como o primeiro no rio Madeira, fato ilustrado nos decrescentes números de exportação destas mercadorias, desde 1830 até 1864. A causa deste fenômeno? Na interpretação de Lacerda tal fato ocorria, pois, “todas as forças vivas da população dirigirem-se quase exclusivamente à extração dos produtos silvestres – seringa, o cacau, os diferentes óleos, o guaraná, o cravo, a salsa e outras muitas drogas – cuja exportação avulta à proporção que decresce a dos produtos da lavoura.”⁴⁶⁹ Igualmente ele descreve, durante o mesmo período, a diminuição da quantidade de arrobas exportadas destes mesmos gêneros da indústria extrativa, atentando para uma situação, aparentemente, lisonjeira devido ao que poderia parecer uma provável redução da prática estritamente extrativista, mas que contrariando o que poderia se pensar, eram números nada satisfatórios devido às consequências ocasionadas pela preferência a este tipo de indústria.

A irresistível tendência da população a empregar-se de preferência na colheita dos produtos que a natureza espontaneamente oferece, é um mal, cujas funestas consequências muitos começam felizmente a reconhecer: como sejam a falta e carestia de gêneros alimentícios, o abandono dos povoados, a disseminação dos habitantes, o estrago das florestas, as moléstias, e a miséria geral; sem falar na perda do ensino e

⁴⁶⁷ COELHO, Joaquim Leovigildo de Souza. "Relatório sobre o estado das povoações do rio Negro. Documento nº 4, Manaus 31 de dezembro de 1861." In AMAZONAS. *Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da provincia do Amazonas pelo exm.o senr. dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, presidente da mesma provincia, na sessão ordinaria de 3 de maio de 1862*. Pará: Typographia de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p. 23.

⁴⁶⁸ AMAZONAS. *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Amazonas na sessão ordinaria do 1.o de outubro de 1864, pelo dr. Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, presidente da mesma provincia*. Pernambuco: Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filho, 1864.

⁴⁶⁹ AMAZONAS. *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa...*, *op. cit.*, 1864, p. 40.

perversão dos costumes, e em tudo que mais resulta dos hábitos da vida nômade.⁴⁷⁰

Assim, para Lacerda, enquanto a terra permanecesse “inculta”, o Amazonas ficaria no mesmo estado de “profundo atraso”, onde, segundo ele, a província se achava há muitos anos, pois somente a prática da agricultura seria a responsável por amenizar a “barbárie primitiva” daquela região.⁴⁷¹ Por essa razão ele tratou de induzir a cultura do algodão no rio Madeira e estimular quem já o fazia em outros lugares. Porém, Lacerda estava certo de que a “questão magna” para a prosperidade da província consistia no “abandono da indústria extrativa, origem principal de todos os males que afligem a província, desde a pobreza dos habitantes até seu quase geral embrutecimento, e no desenvolvimento da agricultura e, por conseguinte, na fundação da propriedade”, deixando bem claro seu descontentamento: “Isto fere os olhos de quem percorre o interior destes rios.”⁴⁷² Sendo assim, a “dor” de Lacerda não foi necessariamente pela diminuição evidente dos recursos naturais, mas da forma como o extrativismo lidava com eles, destruindo-os e tornando-os escassos para a população.

As severas críticas à utilização dos produtos espontâneos da natureza e seu contínuo decréscimo não foram exclusivas dos presidentes da província do Amazonas, pois apareceram por vezes também nos discursos dos governadores paraenses. A agricultura no Pará, a exemplo das citações a respeito da outra província, era considerada atrasada diante da riqueza e abundância de gêneros sempre à mão, vista enquanto uma perene fonte de algodão, arroz, açúcar, castanha, grude de peixe, salsaparrilha, tapioca, cravo, goma elástica, óleo de copaíba, pirarucu, além das tartarugas nos afluentes do rio Amazonas pertencentes ao território paraense.

No caso do cravo, segundo o relatório de 1862, de autoria de Francisco de Araújo Brusque, o produto extraído era a própria casca da planta, por sua vez, “ligeiramente preparada ao calor do fogo no próprio lugar, em que a mão destruidora do homem derruba a árvore para extraí-la!”; situação essa exacerbada pelo fato das estimativas apontarem um tempo de aproximadamente de 30 anos para a planta ser utilizada novamente.⁴⁷³ Os seringais, por sua vez, estariam sendo destruídos diminuindo de maneira prevista o

⁴⁷⁰ *Ibidem*, p. 41.

⁴⁷¹ *Ibidem*, p. 42.

⁴⁷² *Ibidem*. No rio Madeira Lacerda ficava consternado em ver a sazonalidade da população atrás de novos seringais, os quais segundo ele seriam desprezados quando começassem a "escassear."

⁴⁷³ PARÁ. *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Pará na primeira sessão da XIII legislatura pelo exm.o senr. Presidente da provincia, dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1º de Setembro de 1862*. Pará: Typographia de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p. 45.

produto para o futuro⁴⁷⁴; o mesmo ocorria com as árvores de copaíba, cada vez menos abundantes nas proximidades das margens dos rios navegáveis, obrigando os envolvidos na sua colheita a irem por longas distâncias para encontrá-las em estado de serem aproveitadas. Quanto a isso complementa Brusque: “Não é porque tenham de todo desaparecido destas paragens sob o peso da mão destruidora do homem, que lhes arranca até a última gota a seiva da vida; mas porque crê-se, que a árvore, que uma vez contribuiu com o contingente do óleo que lhe extraíram, não torna mais a produzi-lo.”⁴⁷⁵

Continuando seu relato, Brusque também pontuou a crítica ambiental quanto à indústria extrativa animal no lagos e afluentes do rio Amazonas, com destaque para a pesca do pirarucu e da tartaruga, considerados importantes gêneros da alimentação pública e base do sustento em muitos lugares da província.

A pesca se faz nos grandes lagos que comunicam o Amazonas. Não há medida, nem regra nesta caçada; o grande e o pequeno peixe morre à físga, e não será para admirar que este importante recurso da pobreza, venha escassear num futuro, que não está longe; porque acresce ao estrago da mão do homem, a diminuição da espécie ocasionada em alguns anos pela vazante extraordinária dos lagos.

Há de a respeito do pirarucu dar-se o mesmo, que hoje sucede com a pesca da tartaruga, que tendo abundado nos lagos e rios afluentes do Amazonas nesta província, já não aparecem senão em pequena quantidade.⁴⁷⁶

Diante desta conjuntura, Brusque reivindica uma tomada de decisão por parte das câmaras municipais:

Seria conveniente que as câmaras municipais respectivas formulassem posturas, prescrevendo as épocas que esta pesca deve ser feita, e estabelecendo condições que evitem a **aniquilação da espécie** pelo estrago do homem, recordando-se que estes **lagos são viveiros, que devem ser conservados cuidadosamente, para que possam abastecer constantemente a população e comércio de seu município.** [Grifo nosso]⁴⁷⁷

A propósito, tais posturas sobre a pesca do pirarucu e da tartaruga existiram e aumentaram consideravelmente entre as décadas de 50 e 60 do século XIX, ou seja, durante o período próximo ao da elaboração do relatório de Brusque. Não sabemos ao certo se ele tomou conhecimento da legislação já existente neste período na província do

⁴⁷⁴ *Ibidem*, p. 48.

⁴⁷⁵ *Ibidem*, p. 50.

⁴⁷⁶ *Ibidem*.

⁴⁷⁷ *Ibidem*.

Amazonas, local onde elas foram mais comuns apesar de limitadas a alguns municípios e esparsas, mas é possível perceber o lugar do posicionamento de Brusque com o intuito claro de assegurar o abastecimento da população local, bem como o comércio destes víveres nos municípios paraenses, corroborando com a ideia agrícola de consumo e controle dos produtos espontâneos da natureza.

O tratamento das leis e posturas municipais merece destaque neste trabalho, algo que faremos daqui a pouco. Por enquanto, ressaltamos somente que o pedido e alerta da necessidade de uma legislação específica para as tartarugas, em busca de evitar o aniquilamento dos quelônios onde eles estivessem, foi compartilhado também na exploração extrativa dos vegetais da região, principalmente quando se levou em consideração o descontentamento com os métodos de coleta utilizados. Tanto isso é fato que no relatório de 1863, o mesmo Francisco Brusque defendeu que criticou a mortandade das tartarugas, defendeu a extração de vários óleos que poderiam auxiliar na exportação paraense, dentre eles o próprio óleo de copaíba, porém, rebateu de maneira contundente o modo “imprevidente e rude” utilizado na coleta.⁴⁷⁸ Também deplorável para ele foi a devastação com as quais as castanheiras estavam sujeitas pela extração da estopa, usada para calafetar barcos e fabricar papel, indicando a colheita dos frutos da árvore como a melhor saída para planta, fadada à ruína pelo descuido.⁴⁷⁹

O pensamento sobre a relação entre a agricultura, extrativismo e território na Amazônia imperial pode ajudar a pensar, de certa forma, de que maneira era representada a prática exercida sobre as tartarugas durante aquele tempo. Francivaldo Nunes afirma que a prática extrativa era tida como empecilho para a moralização e civilização das províncias do Pará e Amazonas, uma vez que nas falas e concepções de autoridades provinciais, intelectuais, naturalistas e viajantes a agricultura não era apenas uma forma de obtenção de lucro advinda da venda dos seus produtos, mas também, maneira de valorização da terra e superação do extrativismo.⁴⁸⁰

A agricultura, de acordo com Nunes, tomou uma dimensão para além da simples adoção de novas técnicas de cultivo, associada ao uso de novos utensílios agrícolas, com

⁴⁷⁸ PARÁ. *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Pará na segunda sessão da XIII legislatura pelo excellentissimo senhor presidente da provincia, doutor Francisco Carlos de Araujo Brusque, em 1.º de novembro de 1863*. Pará: Typographia de Frederico Carlos Rhossard, 1863, p. 48.

⁴⁷⁹ *Ibidem*, p. 55.

⁴⁸⁰ NUNES, Francivaldo A. *Sobre o signo do moderno cultivo: Estado imperial e agricultura na Amazônia*. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Fiolosofia, 2011; NUNES, Francivaldo A. O valor das "terras" Amazônicas no século XIX: questões sobre agricultura e extrativismo. *SAECULUM, Revista de História*[26], João Pessoa, jan. /jun., 2012.

o propósito de aumento de produção. Mais que isso, as ações do governo imperial na Amazônia tinham, dentre outros propósitos, a ideia de promover a moralização das populações amazônicas e assegurar o controle e ocupação das terras da região. Neste contexto a atividade agrícola “se revestia de um aspecto moralizador civilizador, como atividade capaz de criar o hábito salutar do trabalho e conseqüentemente da ordem pública”⁴⁸¹; além disso, sua função seria de “assegurar a ocupação regular das terras, pois possibilitava o surgimento de proprietários e não apenas de extrativistas”, bem como “produziria uma ordem humana que considerava desorganizado o mundo natural, na medida em que, as terras de florestas fossem ocupadas por plantações.” Em outras palavras, Nunes diz que “a agricultura, simbolicamente, ganhava contornos de atividade capaz de assegurar hábitos modernos, civilizados e moralizadores da população.”⁴⁸²

Para isso se fazia necessário o processo colonizador forte e a tentativa constante de integralização das regiões do Império, a fim de estabelecer um Brasil moderno e territorialmente integrado, onde não houvesse desarmonia e desigualdade na sua produção. Dentre as políticas modernizadoras não figurava o extrativismo, predominantes nas províncias do Pará e Amazonas, as quais deveriam assentar suas ações numa política de valorização da agricultura, na qual houvesse a troca de suas práticas extrativistas por agrícolas, esta última apontada como responsável por manter uma produção permanente, bem como a independência quanto às forças da natureza a partir dos domínios das técnicas produtivas.⁴⁸³ Essa valorização da terra no território amazônico foi impactada por uma série de concepções sobre o extrativismo e a agricultura na região, onde a crítica se alastrou sobre a extração da estopa, da seringa, da salsaparrilha, do óleo de copaíba, dentre outros produtos vegetais, por responsabilidade de práticas extrativistas consideradas “inadequadas” ou “selvagens.”⁴⁸⁴ Havia com isso outras questões pertinentes à prática extrativa como a sazonalidade, a vida nômade, a não fixação na propriedade, a ausência de cultivo, a exploração dos comerciantes, inúmeras doenças e, claro, os métodos empregados na exploração dos recursos. As populações pobres, consideradas bárbaras e incultas, foram alvos principais das medidas de fortalecimento das atividades agrícolas, e cabia ao Estado o combate à ociosidade da população embrenhada nas matas.

⁴⁸¹ NUNES. Sobre o signo do moderno cultivo, *op. cit.*, p. 19.

⁴⁸² *Ibidem.*

⁴⁸³ *Ibidem*, p. 47-48.

⁴⁸⁴ *Idem.* O valor das "terras" Amazônicas no século XIX, *op. cit.*, 2012.

Figura 13 – Indústria extrativa animal entre 1853 e 1883 (quantidade)

QUANTIDADE	1853	1855	1856	1857	1859	1860	1861	1862	1863/64	1866/67	1869/70
Azeite Animal (canada)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.086
Azeite de Peixe (pt)	-	-	-	-	-	-	-	-	40 pot	2.329 c	-
Banha de Tartaruga (potes)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Banhas	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Cera de Abelha (KG)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15
Couros Silvestres (U)	88	39	24	30	60	251	334	381	940	71.161	993
Grude de Peixe	375 k	15 k	45 k	-	-	-	-	-	-	-	10 L
Manteiga de Peixe-boi (potes)	2.550	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manteiga de Tartaruga (potes)	2.041	5.741	6.074	3.940	1.278	2.963	3.810	3.478	1923	-	-
Mixira (potes)	341	606	757	816	166	414	573	962	260	1.463	467
Ovos de Tartaruga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ovos de Tracajá (CX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Pássaros Empalhados (U)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-
Pato Salgado (KG)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Peixe-boi Seco (KG)	3.195	-	6.240	3.510	555	1.200	1.050	-	-	1620	-
Penas de Pássaros (CX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pirarucu (KG)	652.560	951.345	776.940	536.520	602.415	798.000	851.100	1.214.445	742.500	893.460	972.105
Tambaqui (KG)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tartaruga (U)	-	11	33	39	19	14	39	10	-	-	-

QUANTIDADE	1870/71	1871/72	1872/73	1873/74	1874/75	1875/76	1876/77	1877/78	1880/81	1881/82	1882/83
Azeite Animal (canada)	3988	53.140 L	50.994 L	50.499 L	35.102 L	46.018	48.018 L	40.770 L	46.351	31.378	5.961
Azeite de Peixe (pt)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Banha de Tartaruga (potes)	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Banhas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cera de Abelha (KG)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Couros Silvestres (U)	644	1.107	1.175	5.235 Kg	2.614	2.433	2.555	1.953	3.888	5.499	7.428
Grude de Peixe (KG)	-	-	-	-	-	-	14	7	2	22	16
Manteiga de Peixe-boi (potes)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manteiga de Tartaruga (potes)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mixira (potes)	719	956	1.189	302	1.324	662	620	1.011	9891	1.719	1.078 l
Ovos de Tartaruga	1 cx	3 cx	1 Lt	-	-	-	-	-	-	-	-
Ovos de Tracajá (CX)	7 cx	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pássaros Empalhados (U)	-	-	-	-	-	-	-	-	50	84	-
Pato Salgado (KG)	-	-	-	-	-	15	-	-	-	-	-
Peixe-boi Seco (KG)	60	527	1.964	529	-	-	-	-	372	540	690
Penas de Pássaros (CX)	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Pirarucu (KG)	998.415	1.245.542	779.141	561.708	1.029.880	744.841	749.261	1.081.902	1.271.198	1.248.596	942.051
Tambaqui (KG)	-	42	-	-	-	-	-	-	165	25	20
Tartaruga (U)	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: LOUREIRO, Antonio. O Amazonas na época imperial. Manaus: Editora Valer, 2007, p. 292-293.

Figura 144 – Indústria extrativa animal entre 1853-1883 (valor/réis)

VALOR (RÉIS)	1853	1855	1856	1857	1859	1860	1861	1862	1863/64	1866/67	1869/70
Azeite Animal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30.881.125
Azeite de Peixe	-	-	-	-	-	-	-	-	260.000	13.974.000	-
Banha de Tartaruga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Banhas	-	-	6.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Cera de Abelha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.000
Couros Silvestres	12.220	8.160	8.220	27.040	14.880	93.760	148.000	204.400	604.700	2.502.400	660.900
Grude de Peixe	7.280	12.905	24.200	2.800	-	-	-	-	-	-	22.500
Manteiga de Peixe-boi	11.658.800	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manteiga de Tartaruga	16.328.000	34.446.000	42.630.000	31.552.000	10.221.000	23.704.000	30.480.000	26.708.000	10686.000	-	-
Mixira	1.148.000	2.424.000	4.544.000	4.970.000	1.145.000	2.484.000	4.736.500	8.646.000	1.421.000	10.241.000	4.029.500
Ovos de Tartaruga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ovos de Traçajá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.000
Pássaros Empalhados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000	-
Pato Salgado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Peixe-boi Seco	111.300	-	681.500	810.140	55.500	240.000	160.000	-	-	162.000	-
Penas de Pássaros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pirarucu	70.139.220	140.799.060	146.615.100	114.857.448	152.493.700	218.000.000	209.027.833	168.332.230	221.220.40	297.820.000	395.102.590
Tambaqui	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tartaruga	-	17.600	132.000	87.500	38.000	35.000	79.000	20.000	-	-	-

VALOR (RÉIS)	1870/71	1871/72	1872/73	1873/74	1874/75	1875/76	1876/77	1877/78	1880/81	1881/82	1882/83
Azeite Animal	25.067.700	20.343.708	20.002.270	19.296.253	-	-	-	-	18.039.200	9.445.400	1.943.600
Azeite de Peixe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Banha de Tartaruga	-	-	12.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Banhas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cera de Abelha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Couros Silvestres	405.200	644.400	1.072.200	2.088.300	-	-	-	-	4.801.400	7.180.300	12.380.080
Grude de Peixe	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000	22.000	25.600
Manteiga de Peixe-boi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manteiga de Tartaruga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mixira	6.934.000	7.650.000	10.902.000	2.707.600	-	-	-	-	8.753.500	9.210.000	12.240.000
Ovos de Tartaruga	2.000	10.000	6.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Ovos de Traçajá	17.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pássaros Empalhados	-	-	-	-	-	-	-	-	14.582	62.500	-
Pato Salgado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Peixe-boi Seco	24.000	148.882	406.540	211.680	-	-	-	-	97.200	135.000	162.000
Penas de Pássaros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pirarucu	419.640.320	358.828.698	376.970.421	255.183.480	-	-	-	-	493.609.520	509.127.600	586.079.200
Tambaqui	-	15.545	-	-	-	-	-	-	16.500	2.500	4.000
Tartaruga	-	-	-	20.000	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: LOUREIRO, Antonio. O Amazonas na época imperial. Manaus: Editora Valer, 2007, p. 294-295.

5.1- A tartaruga vai à exposição ou “sacrificados à voracidade dessas aves de rapina”

A crítica ambiental sobre a exploração das tartarugas no norte do Império do Brasil alcançou os documentos da 1ª Exposição Nacional, realizada entre dezembro de 1861 e janeiro do ano seguinte, com o objetivo de tornar conhecidos os diversos produtos naturais e industriais das províncias como preparação para a terceira exposição universal, a ser realizada em Londres em 1862. Organizada pela Sociedade Auxiliadora da Indústria

Nacional (SAIN) em conjunto com o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA), a exposição foi distribuída em grupos da indústria agrícola, indústria fabril e manual, indústria metalúrgica, artes e produtos químicos, artes mecânicas e liberais e belas artes.⁴⁸⁵ Para isso, como afirmam Araci Santos e José Torres citando os “Catálogos dos produtos naturais e industriais remetidos das províncias do Império do Brasil”, foram nomeadas comissões locais que ficariam responsáveis por “recolher, acondicionar e remeter os objetos naturais e industriais da província”,⁴⁸⁶ bem como construir seu respectivo documento com informações sobre a indústria local.

De acordo com o governador do Amazonas, Manuel Clementino Carneiro da Cunha, antes de ocorrer a abertura da Exposição Nacional em 1862 as províncias haviam sido chamadas a concorrer para esta “festa da inteligência e do trabalho, exibindo um documento autêntico de seu valor industrial.”⁴⁸⁷ O convite foi, portanto, bem aceito por Cunha e logo foi estabelecida uma portaria nomeando a comissão de exposição em cumprimento à exigência do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas sobre a exposição dos produtos naturais e minerais.⁴⁸⁸ O grupo era composto por Antônio Gonçalves Dias, seu presidente, Cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo, Caetano Estellita Cavalcante Pessoa, Coronel Leonardo Ferreira Marques, João Martins da Silva Coutinho, Antonio José de Freitas Junior, Engenheiro Sebastião José Basílio Pyrrho, Antonio José Moreira, Henrique Antony, Capitão João José de Freitas Guimarães e Rufino Luis Tavares, 1º Tenente do vapor Pirajá.⁴⁸⁹ Além disso, vários “particulares” não pertencentes à comissão doaram diversos produtos da natureza e da indústria para compor o acervo do evento.

Do catálogo e relatórios produzidos para a exposição pela comissão, três se destacam como importantes documentos de crítica ambiental ao extrativismo promovido sobre as tartarugas, o “relatório dos produtos naturais e indústria da província do Amazonas com a aplicação à marinha de guerra e mercante”, descrito pelo tenente Rufino Luis Tavares; o “relatório sobre óleos, leites e resinas”, assinado pelo médico José

⁴⁸⁵ SANTOS, Araci A. & TORRES, José C. O catálogo de produtos naturais e industriais da primeira exposição nacional. São Paulo: *XIII Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia*, 2012.

⁴⁸⁶ *Ibidem*.

⁴⁸⁷ AMAZONAS. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa da provincia do Amazonas pelo exm.o senr. dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, presidente da mesma provincia, na sessão ordinaria de 3 de maio de 1862*. Pará: Typographia. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p. 16.

⁴⁸⁸ AMAZONAS. "Portaria nº 103 de 11 de outubro de 1861" [Documento nº 2]. In AMAZONAS. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa...*, *op. cit.*, 1862.

⁴⁸⁹ AMAZONAS. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa...*, *op. cit.*, 1862, p. 17. Cf. AMAZONAS. *Portaria nº 103 de 11 de outubro de 1861, op. cit.*, 1862.

Antonio de Freitas Junior; além do “relatório sobre os materiais de comércio e indústria dos produtos agrícolas do alto-amazonas”, de autoria de Antonio José Moreira, João Martins da Silva Coutinho e Antonio Gonçalves.

O primeiro destes relatórios, elaborado pelo tenente Rufino Luis Tavares, a bordo do vapor Pirajá, responsável por explorar o rio Purus naquele ano, identificou várias espécies florestais em potencial de serem utilizadas na navegação da região, as quais eram extraídas na localidade segundo as necessidades, “ora para edificação, ora para substituir uma peça arruinada de alguma embarcação, ou qualquer outro uso no momento” no que ele considerou o pior possível dos métodos. A madeira era coletada para se tirar “duas falcas”, mesmo quando ela fosse susceptível de se rachar ou lascar. “Em uma palavra”, relatava Tavares, “o machado destruidor e a incúria, a nada respeitam [...]”⁴⁹⁰ E segue com o catálogo de várias delas, como as destinando para a construção civil e naval, marcenaria e combustível.

Ao tratar do tópico referente à pesca em seu relatório, Rufino Tavares contou como os índios e mais os “naturais do país” aplicavam diferentes e ardis modos na captura do pirarucu, peixe-boi e tartaruga, embora nem sempre a pesca fosse considerada um meio “comercial e subsistente.” Porém, de todos estes animais recorrentes nos rios, a crítica de Tavares se destinou de maneira mais dura aos quelônios, pois era “revoltante” o que se praticava nas praias após o momento em que eles subiam para desovar. Seguindo as informações dadas a ele, provavelmente por locais, durante o período de captura dos ovos de tartaruga ocorria uma “desenfreada orgia”, principalmente por parte dos homens. Diante desse quadro nas praias de desova, o tenente fez seu enfático julgamento relatando que “Milhares e milhares de ovos desses gérmenes de uma futura e abundante riqueza, permita-se-me a expressão, são sacrificados à voracidade dessas aves de rapina, para o fabrico da manteiga.” E como outros exploradores já vistos, dá os números da destruição: “Basta que se diga que uma tartaruga põe termo médio, cem ovos, e que para um pote de manteiga são precisos 5 mil, pouco mais ou menos.”⁴⁹¹

A descrição dos óleos, leites e resinas provenientes dos produtos naturais do Amazonas foi assinada pelo médico José Antonio de Freitas Junior e corroborou com as críticas feitas por Rufino à destruição dos ovos de tartaruga para a produção da manteiga. Resinas e leites eram provenientes da extração dos vegetais, de onde também se podia

⁴⁹⁰ TAVARES, Rufino Luis. "Relatório A". In AMAZONAS. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa..., *op. cit.*, 1862, p. 3.

⁴⁹¹ *Ibidem* p. 5-6.

retirar os óleos, enquanto as banhas e azeites eram advindos dos animais.⁴⁹² Freitas Junior defendeu os azeites como um dos ramos de comércio que, aperfeiçoado pela indústria, traria grandes interesses à Província, mas que permanecia no seu “estado irregular” e de “imperfeição primitiva”, tornando-se, portanto, antes um elemento de dano do que de utilidade,

[...] que vê todos os anos grande perda que por aí vai as suas praias, de imensos ovos de tartarugas estragados brutalmente no emprego que deles fazem sem método, e sem proporção no fabrico do azeite resultando desse estrago sofrer a população falta de abastança de tartarugas, de que faz a sua alimentação ordinária; e isso sem que ao menos uma vantagem, ou utilidade real, e conveniente, resultou dessa manipulação, que indenize, ou compense esse prejuízo.⁴⁹³

Continuando seu trabalho, Freitas Júnior descreveu a produção da manteiga de tartaruga pelos mesmos procedimentos já vistos em outros relatos, porém continuou seu julgamento definindo a atividade como um processo “inconveniente, não só pela falta de método, como pela de asseio”, sem deixar de reivindicar o aperfeiçoamento do fabrico de azeite no Amazonas por ser de “palpitante interesse e incalculável vantagem para a província.” Fato curioso, mas sem muitas informações, foi a menção do médico de ter remetido à exposição algumas qualidades de azeites, cujo trabalho de extração foi realizado por meio de processo “mais conveniente, razoável”, apesar de não citar quais foram estes métodos, mas que sujeitos à apreciação pública, seria possível distinguir estes dos outros encontrados no mercado.⁴⁹⁴

Apesar da referência de Freitas Junior, os documentos até aqui apresentados não citam em momento algum, pelo menos no caso do fabrico da manteiga de tartaruga, outra forma de produção que não fosse aquela relatada desde os séculos passados (ver capítulos II, III e IV), apenas com pequenas alterações nos utensílios de trituração dos ovos ou armazenamento da manteiga. Caso tenha existido outra forma menos danosa de extrair o azeite, como ele preferiu chamar, ela não logrou na província, muito menos entre os envolvidos diretamente na sua coleta e produção.

Antonio José Moreira, João Martins da Silva Coutinho e Antonio Gonçalves Dias ficaram responsáveis pelo relatório dos produtos agrícolas do Alto Amazonas. Do mesmo modo, a crítica ambiental existiu, dessa vez com ênfase nas árvores de seringa,

⁴⁹² JUNIOR, José Antonio de Freitas. "Relatório C" [Óleos, leites e resinas]. In AMAZONAS. In AMAZONAS. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa..., *op. cit.*, 1862, p. 1-5.

⁴⁹³ *Ibidem*, p. 2.

⁴⁹⁴ *Ibidem*, p. 2-3.

submetidas a ambição de muitos seringueiros que os levava a “arrocharem” a planta para extraírem, em pouco tempo, grande quantidade de leite. Tal técnica consiste em “apertar com um cipó a árvore, quase a rés do chão, de modo que se forme uma orla capaz de dar assento a uma goteira circular de barro, feita ali mesmo pela mão do seringueiro.” Com o auxílio de uma panela ou outra qualquer vasilha que pudesse receber bastante líquido, os homens “golpeiam toda a árvore e por todos os lados, de modo que ela se esgota em um dia; e se não morre, só se restabelece no prazo de muitos anos.”⁴⁹⁵ Quanto aos ovos de tartaruga, a preocupação dos autores foi maior em descrever o fabrico da manteiga e os números de sua exportação na região, decrescente em número de potes e crescente no preço, pois enquanto em 1830 a quantidade de 8.312 arrecadou 4\$000; em 1860 o conjunto de 2.963 potes de manteiga de tartaruga alcançava o montante de 8\$000, ou seja, quase o dobro do preço para menos da metade do número de potes, se comparado aos números da década de 30. A partir destes esboços, a ênfase do relatório foi de reafirmar a decadência desse ramo do comércio, em queda cada vez mais acentuada.

Junto ao relatório de Moreira, Silva Coutinho e Gonçalves Dias, foram enviados ovos de tartaruga e unidades de tracajá, importante alimento para a população e preferidos em relação aos primeiros por serem considerados mais saborosos, assim como manteiga de tartaruga.⁴⁹⁶ Na verdade, os produtos destinados à exposição foram diversos, vários deles provenientes dos quelônios amazônicos, segundo consta os relatórios e a relação dos objetos emitidos pela província para a exposição nacional por particulares. Cascos e peitos de tartarugas, jabotis, matá-matás, tracajás, iaçás e pitiús; garrafas de banha e manteiga de tartaruga; azeites de tracajá, pitiú, jacarés-tinga, além de outros produtos animais como línguas, pedaços e escamas de pirarucu e arrobos de peixe-boi foram remetidos aos montes em direção ao Rio de Janeiro.⁴⁹⁷

A participação na exposição nacional destes produtos amazônicos consolidou a ideologia de progresso e de projeto civilizador presente nestes eventos, a partir da divulgação expressa da natureza amazônica como identidade nacional, um trampolim para a exposição universal que aconteceria logo após em Londres. Não sem porquês, o Brasil apresentou exposições regionais e nacionais com o intuito de selecionar e premiar

⁴⁹⁵ DIAS, Gonçalves; COUTINHO, João Martins da Silva; MOREIRA, Antonio José. "Relatório sobre os produtos agrícolas do alto Amazonas." [Relatório F] In AMAZONAS. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa..., *op. cit.*, 1862, p. 5.

⁴⁹⁶ *Ibidem.* Cf. DIAS, Antonio Gonçalves. "Relação dos objetos remetidos pela província do Amazonas para exposição da corte pertencentes à particulares." In AMAZONAS. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa..., *op. cit.*, 1862, documento n.2.

⁴⁹⁷ *Ibidem.*

expositores que mais tarde se apresentariam nas feiras universais. Sediadas em países tidos como modelos de modernidade na época, as exposições universais denotavam o caráter ocidental de comércio, indústria e liberdade, instâncias almejadas por inúmeros países, especialmente aqueles que se viam com o legado do “atraso” naquela nova conjuntura regida pela maquinização e industrialização.

Para Lilia Schwarcz “concebidas inicialmente – por intelectuais, políticos e empresários –, como um local de exibição de produtos, técnicas e novas ciências, as exposições transformaram-se, aos poucos, em espaços de apresentação da própria burguesia, e de uma certa elite, orgulhosa com seus avanços recentes.”⁴⁹⁸ E não tardou para que o Império do Brasil buscasse nelas o amparo para a mudança da sua imagem, até então escravista e colonial.

O país embarcou na perspectiva da confraternização universal de maneira estratégica. Se, diante do caráter universal da paz todos os povos eram iguais, logo o Brasil estaria no mesmo caminho de avanço das demais nações, desde que se utilizasse das estratégias corretas para rechaçar o seu “atraso” atribuído ao passado colonial. Certamente, a indústria e sua representação metafórica da modernidade, era parte disso. As manufaturas e os produtos do extrativismo foram recursos não apenas expostos pelo Brasil durante a era das exposições, como também compartilharam seu espaço com o indígena, a mata e os produtos agrícolas nacionais. Esse é o primeiro dos paradoxos da participação brasileira nas exposições e, por essa razão, um paradoxo da ideologia de progresso. Explico: o exotismo da cerâmica marajoara, dos animais estranhos, das madeiras raras e das plantas pitorescas disputou lugar com o maquinismo e os demais símbolos de modernidade das exposições. Não que a tônica da máquina como ícone do progresso ou da valorização das riquezas naturais não existisse mas, ao mesmo tempo, o tempero do pitoresco se adequou de forma constante no objetivo de entretenimento das feiras internacionais. Ora, se para fora era o nosso lado exótico que estava em pauta e pouco se alterava a imagem do país, certamente havia um local bastante explícito para o Brasil nesse certame: “o de fornecedor de matéria prima, um exótico reino vegetal [e animal].”⁴⁹⁹

⁴⁹⁸ SCHWARCZ, Lillia M. "Os trópicos como espetáculo: a participação brasileira nas exposições universais." In STEPHAN, Beatriz González; ANDERMANN, Jens (Orgs.). *Galerias del progreso. Museos, exposiciones y cultura visual en América Latina*. 1 ed. Rosario: Viterbo Editora, 2006, v. 1, p. 198.

⁴⁹⁹ *Ibidem*, p. 206.

O segundo paradoxo diz respeito à diferença entre a imagem brasileira das exposições e as condições reais da sociedade. Enquanto o indígena figurava de forma romantizada e se tornava sinônimo da riqueza e uberdade natural do país por meio do resgate da natureza, o negro e, com ele, a escravidão, foram ausentados dos locais de exposição. Enquanto a ideia de indústria era promulgada aos quatro cantos, a economia local ainda era essencialmente agrícola. Enquanto homens e mulheres abarrotavam os salões das exposições, os grandes lucros ficavam retidos na burguesia, os quais constituíam os “verdadeiros” mentores das exposições. Enquanto a máquina era ovacionada como ícone do progresso, a grande parte da produção nacional ainda tentava se esgueirar das manufaturas, tão comuns entre os setores de produção, especialmente no período imperial.

Totalmente inseridas neste contexto, as críticas ambientais da comissão de exposição apresentam conformidade com o caráter divulgador do evento em relação aos produtos naturais e a indústria, pois tocavam diretamente nos problemas ocasionados pela falta de técnica, maquinização e da própria industrialização. Isto era visto na extração dos óleos, resinas, banhas, dentre outros, na maioria das vezes submetidos à mão destruidora da prática extrativista. Proibir a pesca ou a produção da manteiga não foi, necessariamente, o caminho buscado pelos membros da comissão, mas sim o de regular e controlar aquilo que já era utilizado para, assim, subsistir a população local e aumentar as trocas comerciais sem esgotar sua fonte. Tais críticas foram vozes incutidas da sensibilidade ambiental da época, e que darão eco para proposições posteriores sobre a destruição do ambiente natural, como ocorrerá, mais tarde, nos trabalhos de João Martins da Silva Coutinho, um dos membros da comissão da exposição, responsável pelo principal estudo sobre a tartaruga da Amazônia durante o período imperial.

5.2- O major e as tartarugas: João Martins da Silva Coutinho

João Martins da Silva Coutinho foi um dos principais exploradores do vale amazônico e importante nome da crítica ambiental brasileira durante o Império. Ao publicar obras como relatórios de viagem e artigos científicos, cujos maiores objetivos eram estudar, reconhecer e divulgar o território amazônico, acabou por estabelecer um discurso sensível sobre a ruína de alguns produtos naturais da região, com destaque especial para o extermínio das tartarugas (o qual nos deteremos neste trabalho), além da destruição da salsaparrilha e a evidente diminuição da seringueira.

Silva Coutinho nasceu na cidade de São João da Barra, província do Rio de Janeiro, em 1º de maio de 1830, e faleceu em Paris, em 11 de outubro de 1889. Tornou-se major ao servir o Corpo dos Engenheiros do exército, após ter estudado matemática na Escola Militar de Realengo. Foi funcionário do Ministério de Agricultura, membro da comissão Executiva de trabalho que representou o Brasil na Exposição Internacional dos caminhos de Ferro, em Paris, no ano de 1886, além de ser secretário da delegação brasileira de na Exposição da Filadélfia, em 1876, professor do Museu Nacional e membro da Sociedade de Geografia e do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro.

Antes disso, durante a década de 1860, Silva Coutinho trabalhou como assistente de Guilherme Capanema na chefia da seção geológica da Comissão Científica de Exploração, integrando o grupo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em Expedição ao Ceará, liderada por freire Alemão, seguindo posteriormente para Manaus já em outro grupo, do poeta Antônio Gonçalves Dias, em 1861.⁵⁰⁰ Lá ele permaneceu até 1863, agora contratado como engenheiro da província, explorando diversos rios da região, tais como Purus, Japurá, Juruá e Madeira, dada a importância, diante da inserção dos barcos a vapor na bacia amazônica, de ampliar as relações comerciais e econômicas com o Peru e a Bolívia. Fez isso por meio de informações potamográficas – variações de profundidade, largura, correnteza, declive, obstáculos à navegação, propriedades da água –, além de ressaltar a fauna aquática, as espécies vegetais e a vida social de colonos e índios, oferecendo uma visão integrada de todos esses fatores, “ao considerar de que modo aquelas características ambientais podem favorecer – ou, inversamente, inibir – o desenvolvimento da sociedade nacional sobre aquelas margens”.⁵⁰¹

⁵⁰⁰ PÁDUA. Um sopro de destruição, *op. cit.*, 2004.

⁵⁰¹ COSTA. Homens e natureza na Amazônia brasileira, *op. cit.*, p. 172. DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. As ciências Naturais e a construção da nação brasileira. *Revista de História*, São Paulo, n. 135, 1996.

O conhecimento geográfico adquirido por Silva Coutinho sobre os rios amazônicos nas expedições anteriores, inclusive uma realizada em 1864, no rio Madeira, na companhia do botânico alemão Gustav de Wallis, o levou a participar, em 1865, da *Expedição Thayer* (1865-1866), comandada por Louis Agassiz, naturalista suíço e grande estudioso da fauna aquática. Apesar do claro objetivo da comissão de Agassiz em estudar a ictiologia da região amazônica, a participação de Silva Coutinho nesta comissão inseriu saberes sobre a geografia botânica da região, atentando para várias características dos vegetais ali encontrados, reforçou conhecimentos sobre o curso dos rios, o regime das águas, as condições topográficas, a zoologia e os costumes indígenas na relação homem/natureza na construção da nação.⁵⁰²

A rede de sociabilidade resultante da “parceria” com Agassiz o aproximou dos conhecimentos da bacia amazônica, sobretudo os mineralógicos, especialidade de Silva Coutinho, e, por outro lado, deu projeção internacional aos estudos do major, que publicou textos fora do Império, sobre a região. Este foi o caso do artigo intitulado *Sur les tortues de L'Amazone* (Sobre as tartarugas do Amazonas), publicado inicialmente, em 1868, no *Bulletin de la Société Impériale Zoologique D'Acclimatation*, com informações importantíssimas a respeito da tartaruga da Amazônia, desde sua história natural até seus usos culturais na região, passando pela sua preocupação com o destino da sobrevivência destes animais.⁵⁰³

As tartarugas, conforme o texto de Silva Coutinho, eram parte integrante da alimentação da população residente nas proximidades dos rios, bem como nas cidades e vilas da região amazônica. Dentre elas, sem dúvida, a mais comentada era a tartaruga verdadeira, comparada pelo engenheiro com sabor “ora com a vitela, ora com o frango ou o porco.”

⁵⁰² *Ibidem*, p. 49-50

⁵⁰³ O texto foi traduzido para o alemão, em 1886, por Emilio Goeldi, sob o título *Bedeutung, Fang und Verwertung der Schildkröten am Amazonas*, ou "Importância, captura e aproveitamento das tartarugas no Amazonas". Goeldi ainda traria uma parte do trabalho de Coutinho traduzido para o português em seu artigo "Chelonios do Brasil" de 1906, publicado no Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia. Há, ainda, outra versão - a qual estou utilizando - em português publicada em 1999 em "Terra das águas: revista de estudos amazônicos", cuja tradução é do historiador Kerleson Costa. A dinâmica das traduções e republicações indica a relevância deste texto para o conhecimento da importância das tartarugas na história amazônica. Cf. SILVA COUTINHO, João Martins. Sur les tortues de l'Amazone. *Bulletin de la Société Impériale Zoologique D'Acclimatation*. 2ª série – Tome V. Paris, 1868, 148-166. Disponível em: http://www.iucn-tftsg.org/wp-content/uploads/file/Articles/Coutinho_1868.pdf. Acesso em: 12 abri. 2014; SILVA COUTINHO, João Martins da Silva. Sobre as tartarugas do Amazonas. *Terra das águas: revista de estudos Amazônicos*. Vol. 1, n. 2, 1999; GOELDI, Emilio. Chelonios do Brazil (Jabotys - Kágados - Tartarugas). *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, n. 4, v. 4, 1906, 699-756.

A tartaruga *Podocnemis expansa* é, de toda a família, a mais saborosa. É com sua carne que se preparam os melhores pratos; pode mesmo constituir o prato principal de uma delicada refeição. A depender da parte do corpo escolhida e do modo como se preparou a carne, seu sabor se assemelha ora com a vitela, ora com o frango ou o porco. Os indígenas consomem-na sempre. Quando participei de uma viagem na região do Purus, comi carne de tartaruga durante mais de dois meses sem ter nunca enjoado. Essa carne, de digestão fácil e muito saudável, substituí perfeitamente o frango da alimentação dos convalescentes, tal como é praticado no hospital militar da cidade de Manaus.⁵⁰⁴

A partir da referência ao hospital militar, pode-se depreender o abastecimento das tartarugas nas cidades, pelo menos em Manaus. Elas pareciam chegar corriqueiramente aos pratos e mesas da instituição na alimentação dos convalescentes e tinham como atributos alimentares o sabor apreciado, sua fácil digestão e salubridade, possibilitando sua utilização em substituição à outras carnes. Os indígenas, por sua vez, consumiam a carne de tartaruga em maior frequência. O macho, no entanto, designado como *capitary*, e cerca de duas vezes menor que a fêmea, não tinha o sabor “tão delicado” quanto ela. Os ovos eram utilizados para fabricar a manteiga de tartaruga, uma gordura animal cuja consistência dependia da forma como era preparada. Estes índios conservavam os ovos para comê-los “como se fossem ovos de galinha, fritos ou temperados com açúcar”, ou ainda, misturados à farinha de mandioca e um pouco de água na preparação do mocangue, alimento muito apreciado pela população.

A comparação dos sabores da tartaruga verdadeira aconteceu também em relação a outras espécies, como no caso do tracajá e dos jabotis. De acordo com Silva Coutinho, os tracajás tinham os ovos de “sabor mais delicado” que os da tartaruga verdadeira e muita gente preferia sua carne talvez, pela raridade da segunda⁵⁰⁵. O jaboti, por sua vez, rivalizava com a tartaruga verdadeira no que dizia respeito à “delicadeza do paladar de sua carne”, a qual frita constituía “um dos alimentos melhores de que se possa ter notícia”, além de ser “afrodisíaca.”⁵⁰⁶

A tartaruga verdadeira desbancava entre todas as espécies como “a mais abundante na região Amazônica”, sendo ela um “importante recurso natural para a população”. Certamente, sua carne era “boa para a alimentação”, e seus ovos podiam ser empregados para a fabricação de um óleo que servia como “combustível para a iluminação”, podendo ser empregados, mesmo quando não saborosos, “como condimento

⁵⁰⁴ SILVA COUTINHO. Sobre as tartarugas do Amazonas, *op. cit.*, p. 246-247.

⁵⁰⁵ *Ibidem*, p. 248.

⁵⁰⁶ *Ibidem*, p. 251

para a preparação de conservas”⁵⁰⁷. Estes produtos eram chamados na região de *mixiras* – uma espécie de conserva de peixe-boi, tambaqui ou filhotes de tartaruga mantidos na própria gordura do animal. Aliás, sobre elas já falamos nos capítulos anteriores.

Apesar da suposta profusão destes animais, o jornal do Rio Negro de 14 de março de 1868 apontou para outro caminho e testemunhou a carestia de gêneros alimentícios em Manaus.

Há um mês que vão se tornando raros os gêneros de primeira necessidade em nosso mercado: a carne verde além de ser cara e de péssima qualidade já tem escasseado, o pescado fresco e a tartaruga já não é suficiente para o abastecimento da população, a galinha é de um valor tão subido que o pobre não chega lá, a farinha está por preço fabuloso e agora até sem pão já estamos.

Chamamos a atenção do Exm. Sr. Presidente da província [Jacinto Pereira do Rego], afim de tomar algumas providências que melhore o estado crítico do povo desta cidade, já que o Exm. tem sido incansável nas medidas, que tem adotado até hoje, para evitar os males que nos ameaçam.⁵⁰⁸

O mesmo ocorre em outra edição do jornal, agora de 24 de abril de 1868, pela crítica anônima de um leitor de codinome Zangão:

O açúcar está caro, cara a bolacha, não há tartaruga, o peixe é pouco, a carne caríssima e até se procura desprestigia a da *fazenda*, quando põem-na, ela mesma, em seu estabelecimento a venda por muito boa, e com cento por cento de lucro.

Pobre condição a do povo, que se deixa engazopar! [...]

Queremos crer que a falta de pão e de gêneros alimentícios que temos tido, seja mais filha da especulação que dá indiferença ou da má vontade dos comandantes dos vapores e mais empregados da companhia, pois a quadra não podia ser melhor, melhor o câmbio! [...]⁵⁰⁹

Alimentar-se destes produtos se tornava mais difícil na região. Marcada anteriormente por uma atividade agrícola de comodidades em crescimento, onde se plantava o algodão, o anil, o tabaco, o guaraná e o cacau, cujos excedentes eram exportados, a população da Província do Amazonas reduziu essas atividades para dedicar-se a outra considerada mais rentável: o extrativismo. O desamparo a este tipo de cultivo

⁵⁰⁷ *Ibidem*, p. 252

⁵⁰⁸ JORNAL do Rio Negro. Carestia de gêneros alimentícios. Manaus, 14 de março de 1868, ano 2, n. 61, p. 1.

⁵⁰⁹ JORNAL do Rio Negro. Publicações solicitadas. Manaus, 24 de Abril de 1868, ano 2, n.87, p. 2.

resultou na falta de produtos importantes para o sustento dos moradores da região tais como hortaliças, mandioca e carne. A escassez daquilo que se comia atribuiu-se, também, ao abandono das atividades da agricultura de subsistência por conta da prática de extração dos recursos naturais. Tais crises constantes na alimentação foram agravadas pelo crescimento e demanda da população de cidades como Manaus e o advento da navegação a vapor, que possibilitou o escoamento mais rápido dos produtos florestais de exportação⁵¹⁰.

A precariedade do abastecimento era constante. As carnes verdes, como era chamada a carne de gado, estavam em constante falta devido ao pequeno número de rezes, tanto nos subúrbios da capital quanto no interior.⁵¹¹ A agricultura de exportação e comodidades (mandioca, café, algodão, guaraná e tabaco) concorria com outras províncias que estavam em melhores condições de produzi-los, além de ter seu cultivo abalado pela drástica diminuição de mão de obra.⁵¹² A própria indústria extrativa, apesar de ser tomada enquanto causa para o declínio das outras atividades, também atravessava problemas devido à concentração em um de seus produtos: a borracha.

Em seu artigo, Silva Coutinho tocou na questão do abastecimento de maneira bem menos panfletária que nos jornais, mas demonstrou como a espécie humana promoveu determinada pressão sobre as tartarugas, afetando os provimentos alimentares. Após relatar detalhes do uso destes animais, seus ovos e filhotes, como em outras descrições de naturalistas viajantes e expedicionários do vale amazônico já vistas até aqui, o engenheiro enfatiza a cadeia alimentar de consumo das tartaruguinhas não utilizadas na produção da manteiga consumidos tanto por gaviões, urubus, jacarés, piranhas, pirararas, quanto por viajantes e fabricantes de *mixiras*. Os ninhos, relata Silva Coutinho, eram sondados pelos pescadores por meio de um bastão e, uma vez achadas, as recém-nascidas tartarugas eram consumidas assadas na brasa ou em conserva, no mesmo óleo obtido da manteiga dos ovos. Aqui começa efetivamente a crítica ambiental de Silva Coutinho. Ao discutir tal prática, ele afirmou que homens e bichos eram “igualmente vorazes”, sendo os homens “os mais perigosos e culpados pela ameaça à espécie”; mais que isso, o homem era a vanguarda, bem antes de qualquer predador, de um “exército extravagante da destruição” das pequenas tartarugas que acabavam por sair dos ninhos.⁵¹³

⁵¹⁰ LOUREIRO, Antonio José Souto. *O Amazonas na Época Imperial*. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2007, 219-220.

⁵¹¹ *Ibidem*, p. 223.

⁵¹² *Ibidem*, p. 229.

⁵¹³ SILVA COUTINHO. Sobre as tartarugas do Amazonas, *op. cit.*, p. 257.

No caso das tartarugas adultas, ele informou que a dinâmica do trabalho, bem como os produtos de pesca, mudava de acordo com as preferências das comunidades envolvidas. Assim, enquanto em algumas localidades os ribeirinhos se reuniam para produzir a manteiga de tartaruga, em outras, eles se juntavam apenas para a pesca dos animais. No primeiro caso, esperava-se o fim da postura para proceder à “viração”, definida por ele como ação de “virar o animal de ponta cabeça, permanecendo a carapaça junto ao solo e o plastrão (peito) rumo aos céus, não tendo mais a tartaruga qualquer possibilidade de movimento”⁵¹⁴, ou seja, a velha prática de virar as tartarugas com o dorso para cima, deixando-as imobilizadas; no segundo caso, as tartarugas eram pegas no momento da postura, ato condenado por Silva Coutinho.⁵¹⁵ O homem, portanto, estava novamente à frente da exaustão daquele rio, das tartarugas em especial, emanando outra vez a crítica ambiental sobre aquela pesca, nada cuidadosa, daqueles animais.

Silva Coutinho trouxe outras informações bem detalhadas sobre a história natural, os usos e costumes a respeito da tartaruga da Amazônia, sem nada perder para descrições anteriores. Citou a dinâmica destes animais nos lagos, igapós e florestas inundadas, sua alimentação, o regime e as técnicas de pesca nos rios durante o período das cheias, com destaque para o “espírito engenhoso” dos indígenas diante dos obstáculos, cuja necessidade o “afiava” a ponto de resolver, “sem qualquer dificuldade, todos os problemas materiais da vida.”⁵¹⁶ Exemplificou assim a destreza do homem local em “examinar cuidadosamente o fundo dos igarapés detectando imediatamente a presença do anfíbio”, enquanto em outras situações descreveu a pesca manual dos índios Paumari, tidos por ele como os “mais habilidosos pescadores da Amazônia”, por não terem outros instrumentos senão os seus braços, “mergulhando para ir buscar as tartarugas a oito, dez metros de profundidade”, mesmo diante da força e rapidez que os quelônios exerciam na água depois de capturados.⁵¹⁷

Ele citou também instrumentos de pesca dos “pescadores civilizados, índios ou mestiços” como o jaticá, uma espécie de “espeto de ferro, com cerca de 8cm, colocado na ponta de uma lança de 3 metros de comprimento e 3 centímetros de diâmetro na base”⁵¹⁸. O dispositivo era simples, tanto na sua confecção, quanto no seu uso. A lança era feita de “pracuuba”, amarrada numa extremidade com um laço que tinha sua outra

⁵¹⁴ *Ibidem*, p. 256 – nota de rodapé.

⁵¹⁵ *Ibidem*.

⁵¹⁶ *Ibidem*, p. 253.

⁵¹⁷ *Ibidem*.

⁵¹⁸ *Ibidem*.

ponta atada ao barco. Uma vez atingido o casco das tartarugas, após seu lançamento pelo pescador, a lança se desprendia e ficava presa apenas pela corda, a mesma que servia para alçar a tartaruga à embarcação. O jaticá empregava-se em muitas outras ocasiões. Assim, os pescadores, em suas atividades, estavam “invariavelmente municiados desse instrumento de utilidade ímpar.”⁵¹⁹

Nos igapós, onde as tartarugas ficavam com mais frequência no fundo, quando não podiam recorrer ao jaticá, os pescadores utilizavam uma flecha, essa bem menor que a primeira, porém contendo um princípio semelhante: atada a uma corda forte, de tucumã ou fibra de abacaxi, que possibilitasse o movimento do animal de forma a ser içado posteriormente ao barco. Tanto o jaticá quanto a sararaca continuavam a ser utilizados na baixa das águas, quando as tartarugas deixavam os igapós rumo aos lagos de água calma. Ali, o pescador habilidoso, “segundo seu cálculo mental empiricamente elaborado”, fisingava a presa que agora estava em lagos menos profundos.⁵²⁰ Eram estes instrumentos de pesca também utilizados nas partes mais rasas e nos bancos dos cursos d’água, quando os quelônios ficavam absolutamente vulneráveis após as posturas. “Em emboscadas”, relatou Silva Coutinho, “os pescadores aguardam apenas a chegada dos bichos, armados de arcos e flechas, não deixando escapar sequer uma daquelas que vêm respirar na superfície da água.”⁵²¹

Silva Coutinho ainda citou a captura pelo método da “batição”, a qual utilizava-se da rede de pesca ou canoas bloqueando a boca dos lagos de água calma realizada sobretudo nos lagos de águas pouco profundas. A técnica consistia “lançar a presa rumo à armadilha já instalada”, em outras palavras, para as extremidades superiores dos lagos com seus botes alinhados transversalmente fazendo “o máximo possível de barulho, a fim de que os animais fossem em direção à foz e fossem capturados nas malhas das redes”⁵²², ali se encontrava, então, um grande número de pescadores armados de lanças para apreender aqueles animais.

⁵¹⁹ *Ibidem*, p. 254.

⁵²⁰ *Ibidem*, p. 254-255.

⁵²¹ *Ibidem*. A ponta dos instrumentos de pesca pode dizer bastante sobre as trocas culturais na Amazônia. A ponta de ferro para flechas, um produto trazido pelos europeus e adaptado às sararacas, foi utilizada na região pelos índios, pois "as pontas de osso das antigas flechas tinham maior possibilidade de partir, tornando a pesca mais incerta" e, embora essa flecha não fosse utilizada na pesca comercial, dado ser um método pouco produtivo, além de ter pouco impacto no processo de exploração mercantil, elas eram cobiçadas pelos indígenas, por um lado, e utilizadas pelos europeus "para atrair os grupos arredios ou para o escambo." Cf. FONSECA. A Pesca na Amazônia, *op. cit.*, p. 214.

⁵²² *Ibidem*, p. 254.

A citação detalhada das técnicas e tecnologias de pesca das tartarugas adultas não trouxe, de modo algum, a crítica ambiental que ele fez sobre a “viração”, produção da manteiga de tartaruga e coleta dos filhotes nos tabuleiros. Sua primeira opinião desfavorável foi o fato de alguns pescadores tentarem pegar as tartarugas antes da subida delas a estes tabuleiros, afugentando-as e obrigando-as a desovarem em outras praias, por vezes menos elevadas, o que promovia uma importante diminuição da espécie pela submersão dos ovos durante o processo de desenvolvimento embrionário das pequenas tartarugas. Ainda assim, em locais como a praia do Tamanduá, às margens do rio Madeira, por exemplo, a quantidade de tartarugas era tamanha que, em muitos casos, não havia espaço para que os pescadores passassem entre os animais. A multidão era tanta que, ao avançar nos tabuleiros para a desova, elas chocavam-se umas contra as outras, produzindo um barulho que se podia ouvir a longas distâncias.

O barulho dos cascos relatado por Silva Coutinho se aproxima muito das descrições de Bates e Spix e Martius, quando relataram, os três, o “espetáculo das tartarugas”, cujo estalar se ouvia à considerável distância. Isto demonstra que o conhecimento histórico sobre a Amazônia e seus recursos esteve arraigado de saberes locais, quando realizou suas viagens em diversas destas praias, como também saberes produzidos nas crônicas, relatos e demais escritos sobre a região. Outra prova disso se dá, justamente, nos momentos de sua maior crítica ambiental, na qual comparativamente traz informações históricas sobre a “viração” e produção da manteiga de tartaruga. Já falei, a partir do relato de Silva Coutinho, que em determinadas localidades a comunidade se reunia para a fabricação da manteiga de tartaruga, ao passo que em outras as pessoas se uniam apenas para a pesca dos animais. No primeiro caso, esperava-se a postura dos ovos para se fazer a “viração”, já no segundo, as tartarugas eram capturadas no ato da postura. Cabe agora dizer que esta ação rendeu várias críticas dele, seguido de certo saudosismo de como se procedia a captura das tartarugas e seus ovos nas praias anos antes daqueles que ele agora estava a ver:

Antigamente, uma tal barbárie não seria tolerada. Tão logo era iniciada a arribação e as tartarugas aparecessem nos bancos de areia, sentinelas eram incumbidos de não tolerar a pesca. Em cada banco de aluvião havia um inspetor com autoridade de juiz, e ninguém se aproximava enquanto não houvesse terminado a postura da última tartaruga. Tão logo encerrada a atividade, os fabricantes de manteiga e pescadores, acompanhados pelo inspetor, procediam à viração, sem jamais ultrapassar meia tartaruga por pessoas presente. As demais podiam voltar ao leito do rio.

Em seguida, o inspetor realizava apontamentos contendo listagens com os nomes dos trabalhadores de cada fabricante sob a autoridade de um empresário conhecido como chefe ou cabeça de rancho. O cabeça de rancho colocava seus funcionários em fileira e, por meio do sinal convenionado do tiro de um bacamarte ou da batida de um tambor, dava início aos trabalhos. Um terço da coleta de ovos era reservado à reprodução da espécie e os dois terços restantes consagrados à fabricação da manteiga.

Atualmente, nenhuma dessas prescrições é observada. As tartarugas são perseguidas a qualquer tempo, mesmo durante a arrição, uma grande parte assustada foge perdendo seus ovos; os ovos são destruídos em sua totalidade, escapando, por descuido dos pescadores, uma postura aqui, outra acolá.⁵²³

Sentinelas, inspetores, cabeças de ranchos, funcionários... O envolvimento na coleta dos ovos de tartaruga num passado pouco remoto à descrição de Silva Coutinho era engenhoso e, aparentemente, organizado, em contraponto à coleta contemporânea ao major, cuja definição ele chamou de “barbárie.” Tartarugas adultas na arrição, ou subida às praias, eram poupadas até finalizarem seu serviço de postura, quando o recolhimento era finalmente aceito. O demonstrativo feito por ele, entretanto, não mostra proibição na pesca ou colheita dos ovos, mas uma tentativa de controle destas, ao som de tambores que ditavam o ritmo das coletas. E assim, cerca de um terço delas eram dispensadas, aventurando-se na fuga de outros animais, de peixes à sáurios.

O panorama da pesca naqueles anos do trabalho de Silva Coutinho fez, de acordo com ele, a Província do Amazonas votar uma lei restabelecendo as disposições reguladoras à captura das tartarugas nas praias da região, medidas “no intuito de proceder a uma tentativa de não extinção das tartarugas”, no entanto, tais regulamentações não haveriam surtido efeito devido falha dos inspetores de praia na execução das leis. Na verdade, aconteceu que, ao se nomear um inspetor de praia, com muita frequência, ele “fazia justamente o que deveria impedir, dando péssimo exemplo à comunidade.”⁵²⁴ Além disso, no ponto de vista de Silva Coutinho o “ato predatório de caça aos ovos de tartaruga para a fabricação da manteiga e a inexistência de uma regulamentação de pesca fizeram com que a espécie conhecesse uma diminuição radical de indivíduos”, o que tornaria, em alguns anos, a espécie ameaçada caso não se tomasse “imediatamente as providências cabíveis.”⁵²⁵

⁵²³ *Ibidem*, p. 256

⁵²⁴ *Ibidem*, p. 256.

⁵²⁵ *Ibidem*, p. 259.

A posição acusadora e, ao mesmo tempo, reguladora de Silva Coutinho apontou mudanças na paisagem ecológica dos tabuleiros, chegando a condenar o homem e sua brutalidade pelo aspecto desolador causado àquele ambiente praiano. Eram ossos e cascos de tartarugas ou restos cadavéricos espalhados formando um verdadeiro “teatro do contrassenso humano”, sacrifício injustificável para ele, devido o pequeno lucro advindo daquele sacrifício desmedido da espécie e colocava em perigo a subsistência das gerações futuras.

Certos peixes e os insaciáveis jacarés são, portanto, os derradeiros “batedores” nesta deplorável carnificina, na frente da qual se pôs o homem na sua brutalidade. Desolador é o aspecto da paisagem, depois de acabada a colheita dos ovos e o fabrico da manteiga. A praia é literalmente entulhada com ossos e cascos de tartarugas. Em alguns lugares os restos cadavéricos são amontoados em pilhas, onde urubus e cães finalmente procedem ainda à sua nojenta cata. **Dor e indignação desperta o aspecto de um tal teatro do contrassenso humano. Por causa de um pequeno lucro sacrificam-se, de um modo, isento de raciocínio, hecatombes de uma espécie animal, que protegida e poupada, representaria para geração atual como para as futuras um precioso meio de subsistência.**⁵²⁶ [Grifo nosso]

O problema diagnosticado por ele tinha mais abrangência, pois a prática extrativista indicou que não apenas os índios pescaram as tartarugas, mas os colonos também foram responsáveis, muitas vezes, pela diminuição do número de indivíduos das espécies de quelônios na Amazônia. O fato de os estrangeiros serem seduzidos e dominados pelos costumes indígenas foi visto de forma maléfica por Silva Coutinho que não hesitou em citar, por exemplo, o caso do conde italiano que fabricava manteiga de tartaruga e “vivia como os índios e como eles falava.”⁵²⁷ Ou seja, a atividade extrativa, por si só, já era considerada suficiente para embrutecer os que se envolviam nela, por outro lado, quebrava com a imagem da civilização associada à Europa.

A chacina alinhada à uma pesca isenta de raciocínio com a possibilidade eminente de outra condição menos “sangrenta”, caso houvesse proteção e regulação suficiente no consumo destes animais, coloca o pensamento de Silva Coutinho na esteira das discussões sobre a destruição ambiental naquele momento. A partir de seus posicionamentos, situamos o engenheiro na literatura científica das comissões descrita na metade do século XIX, a qual tomando contato com os aspectos físicos, e também da vida dos índios pela etnografia, descrevia-os quase sempre como selvagens, o oposto da civilização, mesmo

⁵²⁶ *apud* GOELDI. *Chelonios do Brazil*, p. 742.

⁵²⁷ SILVA COUTINHO. *Sobre as tartarugas do Amazonas*, *op. cit.*, p. 258.

que eles representassem o símbolo da liberdade e substitutos dos escravos no trabalho agrícola e construção da nova nação em oposição ao legado deixado pelo período colonial.⁵²⁸ Ele também contribuiu com esta literatura a partir do momento que deixou nítido o seu posicionamento sobre a importância de controle no consumo das tartarugas em oposição ao extrativismo desenfreado sem a dimensão científica, bárbara, enfim. Como o foco de Silva Coutinho não foi somente o inventário e a descrição zoológica das tartarugas do rio Amazonas, mas também a maneira de controlar sua demanda como produto comercial da região, podemos dizer que a relação homem/natureza estabelecida em seu escrito foi para além da tentativa de preservar o animal, tentando mantê-lo comercialmente como parte da base econômica e alimentar, a partir da legitimidade das ciências naturais.

A queda drástica do número de indivíduos da tartaruga verdadeira tornou-se cada vez mais visível devido sua pesca abrangente, desde o estágio embrionário até a idade adulta do animal. Como diagnóstico deste processo, algumas praias dos rios onde se praticava a “viração” passaram a apresentar menos quelônios no decorrer de suas margens. Por exemplo, as tartarugas que antes abundavam em todo o rio Amazonas a partir de 50 léguas da foz, no momento do relato de Silva Coutinho, já não passavam de um número superior a 15 indivíduos por colônia, sob uma extensão de 300 léguas, do Pará à foz do Rio Negro.⁵²⁹ Dados alarmantes de um recurso tão importante para a comunidade ribeirinha.

E qual a razão de uma diminuição tão radical da espécie? “O ato predatório de caça aos ovos da tartaruga para a fabricação da manteiga e a inexistência de uma regulação de pesca”⁵³⁰ foram as razões, segundo o major. Ele ainda tentou ser bem mais convincente por meio dos números, afirmando que uma família que caçasse aproximadamente 100 tartarugas teria subsistência assegurada por um ano, ainda mais se fizessem no quintal de suas casas um poço com água, uma espécie de cativeiro, onde estes animais viviam perfeitamente bem, sem interferência nas suas posturas, reprodução ou alimentação.

Nítidamente a preocupação de Silva Coutinho esbarrava na rentabilidade da fabricação da manteiga devido à destruição dos ovos de maneira desregrada. Para ele,

⁵²⁸ DOMINGUES. As ciências Naturais e a construção da nação brasileira, *op. cit.*, p. 52; *Idem*. O Homem, as Ciências Naturais e o Brasil no Século XIX, *op. cit.*, 2009.

⁵²⁹ SILVA COUTINHO. Sobre as tartarugas do Amazonas, *op. cit.*, p. 258-259.

⁵³⁰ *Ibidem*.

outras partes do animal também teriam serventia, como no caso da gordura da tartaruga, opção muito mais rentável quando comparada à manteiga de seus ovos, amplamente utilizada para condimento e considerada como sendo “muito saborosa, saudável” e “bem superior à [gordura] do porco”. Adiciona-se a essa informação o fato da “banha” do quelônio ser considerada uma excelente pomada para os cabelos. Em resumo, a produção da manteiga de tartaruga trazia muita destruição, sem pouco, ou quase nenhum lucro extra. Em números, a comparação de Silva Coutinho era a seguinte:

Uma tartaruga produz cerca de 2,5 kg de banha e como o quilo é comercializado a dois francos, cada tartaruga tem seu preço total custando apenas pela gordura nela contida, a carne não custando assim absolutamente nada.

Para a fabricação 24 litros de manteiga, são necessários 3 mil ovos, com o custo de 12 francos. Ao invés de se destruírem mil ovos para obtenção de uma renda de 12 francos, parece bem mais adequado comercializar a banha e a carne de apenas uma única tartaruga para se obter quase os mesmos rendimentos, inconveniente de se estar labutando para a destruição, sem lucro extra, de um animal tão útil.⁵³¹

Tão importante quanto as críticas de Silva Coutinho a respeito da pesca das tartarugas foram suas propostas de medidas preventivas sobre o controle da mortalidade delas para a administração pública, defendidas na última parte de seu artigo. De acordo com o major, era necessário, primeiramente, a **proibição da fabricação da manteiga de tartaruga**, por razões que já citamos no parágrafo anterior; a segunda medida seria a **instalação de viveiros para a criação de tartarugas em cativeiro**, sendo elas capturadas já ao saírem do ninho numa cota de 50% para o cativeiro e a outra metade deixadas em liberdade; e, por fim, **não permitir a pesca antes da arribação das tartarugas**, ou seja, antes das tartarugas subirem aos tabuleiros (aluviões) para a postura dos ovos, pois constituiria uma ameaça para espécie, principalmente por afugentá-las. Na estimativa de Silva Coutinho, somente com essas medidas seria possível que houvesse, num período de aproximadamente dez anos, a recuperação das tartarugas mortas e o abastecimento de acordo com as exigências de consumo locais com um alimento “saudável, de bom preço e saboroso.”

A austeridade humana com a natureza ribeirinha incomodava novamente o observador, além de colocar outra vez as tartarugas na seta da destruição. As praias de desova, anos depois do julgamento de naturalistas, exploradores, comissários e

⁵³¹ *Ibidem.*

presidentes da província voltaram constantemente aos discursos imperiais sobre a natureza amazônica, e a reivindicação por medidas de proibição e controle da espécie aumentou gradativamente, tendo nesse meio a solicitação de Silva Coutinho.

Fora estas decisões podemos dizer, concordando com Pádua, que a mensagem central das discussões de autores da crítica ambiental durante o Império foi “explorar de forma cuidadosa os elementos da natureza, plantar o que for retirado, valer-se do apoio da ciência, aperfeiçoar os métodos de produção, construir uma vida social estável e gerar um sólido processo civilizador.”⁵³² Ou seja, complementa Pádua, nada muito diferente, “não obstante as especificidades do cenário amazônico, do que estava defendido por críticos ambientais atuantes em outras regiões do país.”⁵³³

5.3- Posturas, leis e tentativas de controle

Na história da legislação ambiental brasileira, como defende João Batista Drummond Câmara, a “governança ambiental”, ou seja, o ato de o “Estado formular e implementar políticas públicas efetivas”, desde o descobrimento até 1930, “pautou-se em normas nacionais emanadas pelo governo central que tinham cunho punitivo. Eram, pois, ações de comando e controle voltadas para assegurar a produtividade e o desenvolvimento econômico, e com pouca atenção ao uso sustentável ou de longo prazo dos recursos naturais”, com investimentos voltados estritamente para a produção internacional num efetivo aumento do consumo dos recursos naturais e a degradação ambiental, resultando no fortalecimento das elites quanto ao “controle do uso e ocupação do solo e na apropriação dos recursos naturais, como uma estratégia de governança baseada no comando e controle”, com pouca atenção à proteção ambiental, reduzido número de normas de caráter protecionista e poucas leis para assegurar a manutenção dos recursos naturais.⁵³⁴

No âmbito da pesca das tartarugas, esta governança ambiental foi influenciada, como temos visto, pela crítica ambiental elaborada desde os relatórios das províncias do Pará e Amazonas até trabalhos publicados em periódicos, a exemplo do trabalho de Silva Coutinho, sem esquecer dos relatos de viajantes e expedicionários da Amazônia tratados no capítulo anterior. Mas sua execução não foi tão fácil, tampouco assegurou

⁵³² PÁDUA. Um sopro de destruição, *op. cit.*, p. 208.

⁵³³ *Ibidem.*

⁵³⁴ CÂMARA, João Batista Drummond. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 46, jun., 2013, p.129-130

efetivamente o fim da exploração desenfreada destes quelônios. Estas decisões, por sinal, foram marcadas, de um lado, por uma série de tentativas de assegurar o abastecimento das tartarugas no território amazônico (entenda-se do comércio principalmente das capitais); e, de outro, uma quantidade indubitável de ações fraudulentas e burlonas cometidas de forma especial no período da produção da manteiga de tartaruga nas praias de desova. Todavia, apesar de uma se valer da outra, não podemos confundir a governança ambiental com a crítica ambiental, pois enquanto a primeira seriam as normas do Estado sobre determinado recurso e sua utilização, a segunda, como defini desde o início deste trabalho, está mais próxima dos posicionamentos intelectuais em relação à ação sobre o mundo natural.

Desde o século anterior, algumas das primeiras tentativas de controle legal da atividade já apontavam para uma confusa e dispersa legislação com pouco efeito diante de um denso território ocupado pelas praias de manteiga, que tinham diferentes grupos sociais envolvidos no processo. Citamos em outro momento (Capítulo III), por exemplo, a solicitação da câmara da cidade de Belém, em 1727, para que o rei Dom João VI tomasse providências quanto as “piscadelas” realizadas naquele Estado para “interesses particulares”, ocasionando grande prejuízo na falta de tartarugas na região; bem como a resposta dada pelo rei de que as próprias câmaras deveriam ficar responsáveis por tais deliberações de controle.⁵³⁵ Da mesma forma, nos referimos ao ato determinado por Joaquim Tinoco Valente, presidente da capitania do Rio Negro, proibindo a “viração” no rio Branco em 1769, revogada, porém, pelo Governador geral do Grão-Pará, João Pereira Caldas, visto a necessidade de abastecer as tropas de demarcação.⁵³⁶ Em ambos os casos, a tentativa de disciplinar a prática de pesca e “viração” dos animais teve idas e vindas, recaindo na confusão das tramitações e delegações de responsabilidade sobre a práticas ou nas necessidades imediatas de consumo.

Exceto pelo posicionamento de João Daniel e Alexandre Rodrigues Ferreira, o silêncio dos autores do século XVIII a respeito da exploração abusiva das tartarugas foi reflexo de uma legislação em que o mais importante não era impor limites ao fabrico da manteiga ou à “viração”, mas a “que cuidou da organização da atividade, ao criar pesqueiros para a captura e ao definir a participação da Coroa na produção das praias por

⁵³⁵ PARÁ. *Anais da Biblioteca e do Arquivo Público do Pará* 1902, Tomo I, Doc. 229, p. 233-234. Disponível em: <<https://archive.org/stream/annaesdabibliot01archgoog#page/n6/mode/2up>>. Acesso em 17 mai. 2013.

⁵³⁶ FERREIRA. Memória sobre yurara-reté, *op. cit.* p. 185.

meio das canoas de comércio da manteiga e dos capitães de praia.” No século posterior, durante o regime imperial, as discussões sobre a legislação ambiental e crítica ambiental apontam para o período em que grande parte das posturas e decisões imperiais eram destinadas às florestas, em deliberações a respeito do cuidado com a derrubada e queimada das matas, coleta de espécies vegetais e destruição de paisagens, exploração de recursos minerais e madeira.⁵³⁷ Daí a importância de discussão da legislação sobre a exploração dos animais, sobretudo da prática extrativista sobre eles.

Leis provinciais e municipais sobre a prática extrativa das tartarugas e seus ovos tornaram-se mais frequentes entre 1839 e 1881, período de nosso recorte temporal, algumas delas com o objetivo de assegurar a legalidade da prática, outras com fins proibitivos. Na primeira categoria encontramos a lei nº 48, de 1839, incumbindo as câmaras municipais de que houvessem praias “aproveitáveis para o fabrico da manteiga dos ovos de tartaruga” a produzir toda a quantidade do produto que elas achem susceptíveis, além de ficar ao seu cargo o encargo de estabelecer as posturas a respeito da mesma lei, incluindo-se o rio Trombetas, no distrito de Óbidos, e no município de Faro, o rio Jamundá.⁵³⁸ O estímulo à produção veio pelo Governo do Grão-Pará o qual deixou, mais uma vez, a cargo das câmaras decidir sobre o destino da produção da manteiga de tartaruga.

No segundo grupo de leis do Pará encontram-se deliberações proibitivas mais gerais, como no caso da lei de nº 44, de 15 de outubro de 1839, proibindo no Alto e no Baixo Amazonas o uso de tapagens nos lagos e rios, ou mesmo de “os bater para matar-se o peixe”, bem como “lançar-se de fogo nos pastos próprios para criação das marrecas antes que elas tenham [tivessem] acabado de criar, excetuando a tapagem de *paris* que se faz nos pequenos igarapés para apanhar o peixe miúdo.”[grifo nosso]⁵³⁹ Apesar de a lei

⁵³⁷ Cf. DEAN. A ferro e fogo, *op. cit.*, 1996; PÁDUA. Um sopro de destruição, *op. cit.*, 2004; WAINER, Ann W. Legislação ambiental brasileira: evolução histórica do direito ambiental. *Revista de informação legislativa*, v. 30, n. 118, p. 191-206, abr./jun. 1993; CÂMARA, João Batista Drummond. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, jun., 2013, p.125-146.

⁵³⁸ PARÁ. *Coleção de Leis da Província do Grão Pará*, Tomo II, 1839; PARÁ. "Lei nº 48, 15/10/1839". In PARÁ *Índice ou repertório geral de leis da Assembleia legislativa provincial do do Grão-Pará (1838-1853)*. Pará: Typographia Comercial de Antonio José Rabelo Guimarães, 1854, p. 30. Artigo 1º - Fica a cargo das Câmaras Municipais, em cujos municípios houverem praias aproveitáveis para o fabrico da manteiga dos ovos de tartaruga, providenciar que elas produzam todo o interesse de que forem suscetíveis, bem como no rio - Trombetas - distrito de óbidos, e no rio Jamundá - distrito de Faro. Artigo 2º. As câmaras municipais estabelecerão suas posturas a respeito do artigo 1º desta lei. Cf. COSTA. Homens e natureza na Amazônia brasileira, *op. cit.*, p. 246.

⁵³⁹ PARÁ. "Lei nº44, 15/10/1839." In PARÁ *Índice ou repertório geral de leis da Assembleia legislativa provincial do Grão-Pará (1838-1853)*. Pará: Typographia Comercial de Antonio José Rabelo Guimarães, 1854, p. 52. Outro desdobramento legislativo sobre a pesca no Grão-Pará se deu na resolução nº 123 de 11

nº 44 não estar voltada especificamente às tartarugas, destacamos que a proibição de tapar ou bater nas margens também pode ter livrado das redes algumas tartarugas, pois como sabemos, essa técnica de pesca (batição) também acometia os quelônios e até mesmo outros animais como jacarés que, por vezes, eram vitimados; conjuntamente, vale o alerta desta legislação que busca assegurar o crescimento e, portanto, a precaução das marrecas para fins de criação.

Uma série dessas proibições viriam mais tarde, entre os anos de 1852 e 1863, com foco na diminuição da “viração” e o fabrico da manteiga, várias delas, aliás, indicadas por Kerleson Costa em seus trabalhos, sobretudo pela emergência de leis que regulamentassem a utilização dos produtos na recém-criada província do Amazonas, lugar de maior profusão das tartarugas e praias de manteiga. Dessa sucessão de medidas legais temos, primeiramente, o artigo nº 19 da lei nº 10 (lei orçamentária), de 3 de dezembro de 1852, dando a seguinte ordenação:

As câmaras em cujos municípios houverem (sic) praias de desovação de tartarugas, darão providências necessárias para que seja reservada à propagação das mesmas (sic), uma quinta parte das ditas praias, impondo multa de trinta mil réis, ou oito dias de prisão, a cada pessoa, que extraviar os ovos depositados na parte reservada ao fim acima dito.⁵⁴⁰

Outra proibição, agora pela resolução nº 54 de 4 de julho de 1855, impedia a manipulação da manteiga de ovos de tartarugas em algumas praias e, ao mesmo tempo, estabelecia regras em outras cuja atividade era permitida exercer. Dentre as praias vetadas para a produção da manteiga de tartaruga e caça das tartaruginhas estavam Urucurituba, Guajaratuba, Camará, Cauá, Japuna, Guanapiti, Palheta, Envira, Caturia, e Jandiatuba, situadas no Amazonas e Solimões. De maneira continuada às leis anteriores, as câmaras municipais permaneceriam encarregadas de assegurar a vigilância das praias. Para isso, a resolução previu a designação de quatro homens nesta função, afim de impedir qualquer perturbação na postura dos ovos e perseguição das pequenas tartarugas. Caso estes vigias decidissem por burlar a resolução, aceitando suborno, seriam submetidos a uma dura multa, podendo ir à cadeia, junto com seu corruptor caso não tivessem como pagar.⁵⁴¹

de outubro de 1844, proibindo a matança de peixe com "timbó, cunambi, assacú", e outros iguais venenos, revogada, posteriormente pelo art. 177 do código de posturas municipais - provavelmente de 1852.

⁵⁴⁰ Lei nº 10, de 03 de novembro de 1852 *apud* COSTA. Homens e natureza na Amazônia brasileira, *op. cit.*, p. 247.

⁵⁴¹ Resolução nº 54 de 4 de julho de 1855 *apud* COSTA. Homens e natureza na Amazônia brasileira, *op. cit.*, p. 247.

Quatro anos mais tarde, o artigo 1º da lei nº 102, de 8 de julho de 1859, estabeleceu nova medida legal de proibição, corroborando com as interdições anteriores.

Artigo 1º. Fica proibido em toda a Província:

1º. A condução de tartarugas em canoas ou jangadas de modo que fiquem apinhadas ou cavalgadas umas sobre as outras, e por isso em número maior que uma por cada 4 arrobas, que lotar a canoa, ou de 13 por cada tonelada. Os infratores sofrerão a multa de 1000 réis, ou meio dia de prisão, por cada tartaruga excedente do número fixado por arrobas ou toneladas.

Fica sujeito ao dobro destas penas, por cada tartaruga todo aquele que as conservarem (sic) em currais ou depósitos, em espaço menor que quatro palmos.⁵⁴²

Esta lei não só deliberou impedimentos às embarcações abarrotadas de tartarugas, como também impediu a prática da “viração” e a pesca com flechas das fêmeas no período da desova. Quanto a essa decisão, relembramos que Alexandre Rodrigues Ferreira já havia denunciado a grande mortandade destas tartarugas nos currais e transporte nas canoas. De acordo com seus números, cerca de 17 mil delas havia morrido na Fazenda Real de Barcelos, pertencente à demarcação de limites, e demais capitanias entre 1780 e 1785, sem levar em consideração os currais particulares onde, certamente, a quantidade de morte dos quelônios se elevaria em muito.⁵⁴³ No que se sabe, exceto pela cobrança de impostos e dízimos, não havia um número estipulado de quantas tartarugas poderiam ser transportadas nas embarcações a vapor, nem mesmo de manteiga de seus ovos ou *mixira*, mesmo assim sabemos que sua presença nos navios era muito comum. Para exemplificar, segundo os mapas comerciais, cerca de 199 tartarugas vivas foram importadas do Peru via Amazonas desde 1855 até 1867⁵⁴⁴; e somente entre os meses de janeiro a junho de 1864, oitenta e seis delas foram transportadas do Solimões para Manaus a bordo do vapor *Inca*.⁵⁴⁵

⁵⁴² Lei nº 102, de 8 de julho de 1859 *apud* COSTA. Homens e natureza na Amazônia brasileira, *op. cit.*, p. 248.

⁵⁴³ FERREIRA, Diário da Viagem filosófica pela Capitania..., *op. cit.*, p. 77 - Capítulo III

⁵⁴⁴ AMAZONAS. *Relatório com que o exm.o sr. presidente da província do Amazonas, tenente coronel João Wilkens de Mattos, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 4 de abril de 1869*. Manaus: Typographia do Amazonas do Antonio Cunha Mendes, 1869, p. 46-47. O quadro dos produtos importados do Peru via Amazonas desde 1855 até 1867 demonstrava: banha de tartaruga era de 3 potes (16\$200), manteiga de tartaruga 428 potes (3.962\$000), manteiga de peixe boi 71 (468\$200), *mixira* 80 potes (456\$400), salsa 4.700 arrobas e 12 libras (59.963\$500), tartarugas vivas 199 (248\$800), tendo em maior quantidade chpaeus de palha 913.078 arrobas (4.947.394\$670).

⁵⁴⁵ AMAZONAS. *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Amazonas na sessão ordinaria do 1.o de outubro de 1864, pelo dr. Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, presidente da mesma provincia*. Pernambuco: Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filho, 1864.

Curiosamente, um dia antes de ter deliberado sob o transporte das tartarugas e as dimensões dos currais, a Lei do Orçamento de 1859 da Província do Amazonas estabeleceu a proibição total do fabrico da manteiga de tartaruga. De acordo com o documento, a decisão entraria em vigor a partir de 1º de janeiro de 1862. Depois disso, toda a manteiga que fosse manufaturada seria apreendida e vendida em hasta pública, “sendo do seu produto deduzidos os respectivos direitos a que estava sujeita e mais despesas, metade para aprensor, e o restante para fazenda provincial.”⁵⁴⁶ Agora o controle e proibição da atividade extrativa do animal tinha um conjunto de legislação para assegurar a reprodução da espécie, principalmente pela interdição da produção da manteiga de tartaruga, o consumo das tartaruginhas, a pesca e “viração” das fêmeas em época de desova, ao mesmo tempo em que tentava diminuir a sua destruição e desperdício com medidas voltadas ao consumo dos animais adultos, com regras para acomodação destes animais nas canoas e currais.

O jogo de poder na legislação sobre as tartarugas e a fabricação da manteiga proporcionou várias “idas e vindas” quando se tratou da sua execução. A dúvida sempre ficava em quem teria a responsabilidade real sobre estes animais: as câmaras municipais, os governadores, a assembleia legislativa provincial ou a administração da fazenda? Francisco José Furtado, por exemplo, admitindo estar ocupado e distraído com uma multiplicidade de negócios diversos, relatou negativamente o poder de sancionar a resolução da administração da fazenda sobre a condução das tartarugas, currais, etc., na lei nº 102, de 8 de julho de 1859, cabendo à própria administração da fazenda resolver como julgasse mais acertado.⁵⁴⁷ De maneira complementar, os números comerciais da exportação identificavam lucros volumosos, tendo a manteiga na linha de frente das exportações do Amazonas quando se falava em extrativismo animal. Logo, a proibição total da sua produção, proposta na lei nº 99 de 1859, encontrou sua oposição e revogação na lei nº 125, de 28 de abril de 1863, ou seja, um ano depois do período proposto para o início de sua execução. Esta lei estipulou:

Artigo 1º. É livre em todas as praias da Província, a manufaturação da manteiga de ovos de tartaruga.

Artigo 2º. Em cada uma das ditas praias conservar-se-á um terço dos tabuleiros para produção.

⁵⁴⁶ Lei nº 99, de 07 de julho de 1859 apud COSTA, 2002, p. 248.

⁵⁴⁷ AMAZONAS. *Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas apresentou na abertura da sessão ordinaria em o dia 3 de maio de 1859 Francisco José Furtado, presidente da mesma provincia.* Manaus: Typographia de Francisco José da Silva Ramos, 1859, p. 17.

Artigo 3º. As câmaras municipais continuarão a fazer a polícia das praias do seu município em ordem a que esse serviço seja feito com regularidade, nomeando com a precisa antecipação, pessoas que dêem garantias de si para o desempenho dessa comissão, e da fiscalização dos seus direitos.⁵⁴⁸

A partir da respectiva lei, tornava-se igualmente nula a resolução nº 54, de 4 de julho de 1855, referente às interdições de determinadas praias do Solimões e Amazonas. A nova regra substituiu o veto pela conservação do tabuleiro, colocando novamente sob a responsabilidade das câmaras municipais a força pública encarregada por manter a fiscalização e disposição sobre os quelônios em cada município.

A decisão de regulação da utilização dos ovos de tartaruga foi complementada no início da década de 1870. O jornal *Comércio do Amazonas*, de 13 de julho do mesmo ano, tornou pública a resolução da câmara municipal de Manaus, de 27 de junho de 1870, declarando “que o fabrico da manteiga dos ovos de tartaruga nas praias do município seja em princípios de setembro, e acabe em fins de novembro de cada ano; devendo os respectivos administradores aí se apresentarem no princípio do supradito mês de setembro, e se retirarem no fim do fabrico.”⁵⁴⁹ O diferencial da decisão em relação às anteriores foi a tentativa de organizar a produção da manteiga em período específico, com início e fim, com a fiscalização direta dos administradores da fazenda, responsáveis pelas coletorias locais.

A recapitulação da proibição total da viração, produção de manteiga de ovos e extração de ovos ou tartaruguinhas em diversos rios da Província do Amazonas só ocorreria com a lei nº 601, de 1º de junho de 1882.⁵⁵⁰ De acordo com seu Art. 1º, a decisão foi ampliada para as praias onde as tartarugas formassem os “tabuleiros” de desova nos rios Solimões, Madeira, Purus e Branco. Os comandantes e guardas foram obrigados a permanecer nas praias desde o momento da desova até a submersão dos tabuleiros,

⁵⁴⁸ Lei nº 125, de 28 de abril de 1863 apud COSTA. *Homens e natureza na Amazônia brasileira*, *op. cit.*, p. 249.

⁵⁴⁹ CÂMARA municipal. *Comércio do Amazonas*. Manaus, ano 1, num. 269, p. 2, 13 jul. 1870; A lei nº 228, de 06 de maio de 1872, da assembleia legislativa do Amazonas ordenou que a salga do pirarucu nos rios e lagos da província daquele momento em diante tivesse começo de 1º de agosto a fins de outubro de cada ano. Disponível em: <http://legislador.aleam.gov.br/Legislacao_1871_1889/index.htm>. Acesso em 12 abri. 2016.

⁵⁵⁰ CEZAR, Isidoro M. *Trabalhos municipais*. *O correio do Purus*, Lábrea, Ano XIII, num. 45, p. 3, 9 jun. 1910; AMAZONAS. Lei nº 601, de 1º de junho de 1882. *História do Poder Legislativo do Amazonas*. Disponível em: <http://legislador.aleam.gov.br/Legislacao_1871_1889/index.htm>. Acesso em 05 mai. 2016. [Proíbe a viração de tartarugas em diversos rios da Província]. O documento referenciado no *Correio do Purus* foi publicado por Isidoro Marinho Cezar, secretário da intendência Municipal de Lábrea para conhecimento da lei.

quando as águas retornavam a subir (Art. 4º). As multas tornaram-se mais severas para os infratores, sendo elas de 10\$000 por cada tartaruga virada nas praias, 15\$000 por paneiro de ovos ou tartaruginhas retiradas do tabuleiro e 15 dias de prisão nas cadeias dos respectivos municípios, com penas impostas pelos comandantes das praias, para aqueles que rescindissem qualquer uma das infrações, crimes estes que teriam como testemunhas os guardas das mesmas praias (Art. 5º, parágrafos de 1 a 3; Art. 6º e Art. 7º). Na disposição do Art. 8º da nova lei, competia ao comandante:

1.º. Não consentir que se faça viração de tartarugas, fabricação de manteiga de ovos e extração de ovos ou tartaruginhas nas praias sob seu comando;

2.º. Não consentir que durante o tempo das desovação [desova] das tartarugas sejam elas espantadas de sobre o *taboleiro* ou dos *boidadores*; [grifo do autor]

3.º. Executar bem fielmente a disposição as disposições desta lei;

A novidade da lei nº 601 estava em delimitar, de maneira mais evidente, o papel de comandantes e guardas, as penas cabíveis aos infratores, além da inserção das praias dos rio Branco e Purus, excluídas nominalmente nas legislações anteriores que priorizavam as praias do Solimões e Amazonas. Para o barão de Santa-Anna Nery, diante de um processo considerado como uma verdadeira caçada, na qual os “habitantes não teriam escrúpulos de desenterrar os ovos”[...] e de, na mesma ocasião, “pegar as minúsculas tartarugas recém-saídas das cascas dos ovos”, a lei de 1882 era uma forma de barrar essa “prática bárbara.”⁵⁵¹ Os números apresentados por Nery a respeito da exportação do óleo de tartaruga pela província do Amazonas foram: 1882-1883 (6.028 quilos), 1894-1895 (14.450 quilos) e 1895-1896 (7.781 quilos).⁵⁵² A referida lei pareceu ter maior abrangência em relação às primeiras tanto na sua divulgação, quanto no tempo de vigência, adentrando o período republicano, pois o texto de obra de Santa-anna Nery é do final da década de 90. Além disso, a transcrição do documento por ora apresentada neste trabalho, citada no jornal Correio do Purus por Isidoro Marinho Cezar, secretário da intendência Municipal de Lábrea, data de 9 de junho de 1910, indicando a validade da lei até o início século seguinte.

⁵⁵¹ NÉRI, Frederico José de Santana. [Barão de Santana] *O País das Amazonas*. Belo Horizonte: ed. Itatiaia, São Paulo: Ed. Da universidade de São Paulo, 1979, p. 119.

⁵⁵² *Ibidem*. O barão de Santana afirma também o decréscimo da exportação da *mixira* de peixe boi e do pirarucu em fins do século XIX, além de denunciar a “pesca bárbara” ocasionada pelo envenenamento da água com o timbó, o tingui, o turari, o cruapé-vermelho, dentre outros venenos vegetais.

Todavia, como temos visto desde as decisões anteriores, a distância entre a publicação de leis e a execução delas foi, senão o principal, um dos maiores problemas enfrentados no processo de exploração dos quelônios nos rios amazônicos. O presidente da província do Amazonas, José Cunha Paranaguá, em viagem pelo rio Madeira, durante outubro de 1883, verificou o não cumprimento da decisão acerca da viração de tartarugas na praia de Tamanduá e mandou “abrir três grandes currais e soltar as tartarugas de que estavam cheios.”⁵⁵³ Chegando um pouco depois a Santo Antônio do rio Madeira, atual município de Porto Velho, Paranaguá ordenou “imediatamente ao subdelegado do distrito que se dirigisse à mesma praia e, se verificasse que a infração à lei continuava, procedesse a corpo de delito e abrisse inquérito afim de remetê-los, por intermédio do juiz municipal, ao promotor para dar a denúncia.” O subdelegado logo atendeu aos pedidos do presidente da província deslocando-se à praia, onde encontrou “viradas muitas tartarugas e de novo fechados os currais” e deu ordem para que “fossem estes destruídos e aquelas soltas, depois de feito o competente corpo de delito.”⁵⁵⁴ Por fim, Paranaguá denunciou o fato à câmara do município de Santo Antônio, por ofício de 24 de outubro do mesmo ano, recomendando-lhes “energias providenciais” a respeito e substituição imediata do pessoal incumbido da fiscalização da praia de Tamanduá.⁵⁵⁵

Na afirmação de Kerleson Costa, no norte do Império do Brasil, a legislação sobre as tartarugas utilizou-se das estratégias de leis e posturas tanto com o intuito de regular e/ou proibir principalmente a “viração” e a coleta de seus ovos para a produção de manteiga de tartaruga, quanto objetivou a “criação de vantagens comparativas para produtos equivalentes em sua finalidade”, tentando reduzir a demanda do produto pela substituição a outros similares e com mesma função.⁵⁵⁶ Aqui temos, principalmente, as leis orçamentárias, cujas medidas destinavam sobre valores e impostos sobre os produtos espontâneos da natureza. A manteiga de tartaruga tinha enorme importância nas questões orçamentárias da província, por isso, as medidas sobre orçamento tinham o intuito de promover o recebimento condizente com a produção desta manufatura.

⁵⁵³AMAZONAS. *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da segunda sessão da decima sexta legislatura em 25 de março de 1883 pelo presidente, José Lustosa da Cunha Paranaguá*. Manaus: Typographia do Amazonas, 1883, p. 41.

⁵⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵⁵ *Ibidem*. Sobre a praia de Tamanduá: "Praia arenosa da margem direita do rio da Madeira, passada a cachoeira de Santo Antonio, onde as tartarugas costumam ir em cardumes depor seus ovos. Na estação de postura e criação destes anfíbios [répteis] os Paraenos [paraenses] apanham grande quantidade delas, cuja carne conservam durante uma parte do ano, e dos ovos fabricam certa espécie de manteiga com que fazem seus guisados e frituras, e que também servem para luzes." Cf. BRASIL. *Diccionario geographico, histórico e descriptivo do Império do Brazil*. Pariz: J. P. Aillaud, 1845.

⁵⁵⁶ COSTA. Homens e natureza na Amazônia brasileira, *op. cit.* p. 275-276.

No geral, as arrecadações eram provenientes das estações situadas no interior, divididas em coletorias, agências e mesas de rendas, as quais também oscilaram muitas vezes, desde o surgimento da província do Amazonas, entre cidades, vilas, freguesias e povoações como Tefé, Vila de Borba, Vila de Maués, Vila Bela da Imperatriz (Parintins), Silves, Serpa (Itacoatiara), Manacapuru, Coari, Barcelos, dentre outras localidades. Dali saíam quase todos os produtos que seriam exportados pelo Amazonas, escoados pelas canoas de regatões e embarcações a vapor. As coletorias passavam por problemas pelo extravio de rendas de difícil fiscalização devido aos imensos lagos e rios afastados dos centros fiscais, um número reduzido de guardas fiscais para fazer o referido serviço, as dificuldades permanentes com o controle dos regatões, os quais não pagavam impostos, bem como algumas casas comerciais, a frágil inspeção à canoas da província paraense, que voltavam sem a devida cobrança dos impostos⁵⁵⁷, além do fato de os coletores não serem empregados do governo, podendo estes fazer comércio tanto na esfera pública quanto privada, esta última sempre de maior preferência entre eles.⁵⁵⁸

Mesmo sendo a arrematação dos impostos o único meio de obter a arrecadação sobre os produtos coletados no interior da província, nem todos concordavam com os valores da contribuição, considerados, por vezes, exorbitantes. Presidente da província em 1853, Herculano Ferreira Penna, apontou as dificuldades de fiscalização da fazenda na própria capital devido à falta de gente e material, além de uma legislação ambígua, em alguns casos inaplicável e muito onerosa ao comércio.⁵⁵⁹ Entre os erros da tabela de gêneros estaria a cobrança de dízimo à artigos de baixo valor como, por exemplo, arcos, bancos *uaupés* e zarabatanas, cuja intenção, segundo ele, seria “embaraçar o pequeno comércio, e para afugentar os pobres índios, em cujas mãos se acharem esses produtos de sua indústria, que o empregado fiscal deverá forçosamente apreender.”⁵⁶⁰ Para Penna, o imposto de mil réis sobre cada pote de manteiga de ovos de tartaruga, além de duzentos réis para a câmara do município em cujas praias fossem fabricadas, era tão grave que só podia ser justificado pela “necessidade de favorecer a propagação daqueles úteis animais, fazendo diminuir a desordenada matança e estrago que sofrem por causa desse

⁵⁵⁷ AMAZONAS. Relatório..., *op. cit.*, 1861, p. 12.

⁵⁵⁸ AMAZONAS. "Relatório apresentado ao Exc. Sr. Coronel José de Miranda da Silva Reis, presidente da província do Amazonas, pelo inspector da thesouraria da fazenda provincial, José justiniano Braule Pinto" [1871]. In AMAZONAS. *Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas apresentou na acta da abertura das sessões ordinarias de 1871, o presidente, b.el José de Miranda da Silva Reis*. Manáos: Typographia do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1871, p. 6.

⁵⁵⁹ AMAZONAS. Falla dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas..., *op. cit.*, 1853, p. 71.

⁵⁶⁰ *Ibidem*, p. 78-79.

comércio.”⁵⁶¹ Ele ainda alertou a recorrente fraude à lei por parte de alguns exportadores que alegavam levar manteiga de peixe-boi nos potes, cujo imposto era somente o dízimo, enquanto, na verdade, estavam transportando manteiga de tartaruga.

Os impostos refletiam os jogos de poder observados na elaboração e suspensão das leis sobre os produtos, dentre eles a manteiga de tartaruga, os quais variaram constantemente por anos. Em seu relatório da administração da fazenda da província do Amazonas, em 1861, Manoel Coutinho de Abreu informa que os direitos da exportação declarados no estado naquele momento eram o dízimo e meio dízimo, as mais lucrativas das arrecadações, seguidos dos impostos sobre a manteiga de tartarugas, em terceiro lugar, e dos recebimentos sobre os escravos saídos da província e tartarugas, consideradas as mais insignificantes das arrecadações e, portanto, menos lucrativas.⁵⁶² Segundo o ministro, as muitas alterações nas taxas de impostos promoviam uma constante elaboração de leis, ano após ano, a respeito dos produtos do interior, promovendo várias mudanças nas tabelas de gêneros para os pagamentos das contribuições à província. Por exemplo, a lei nº 58, de julho de 1855, impôs 50% sobre o valor maior de 1.280 réis para cada tartaruga; sobre o peixe e pirarucu que se vendesse a mais de 3.200 réis; a manteiga de tartaruga pagava, assim, 1.000 por cada pote⁵⁶³; já a lei nº 40 do mesmo documento eliminou o dízimo sobre gêneros como arroz, feijão, gergelim, mel e milho, enquanto as tartarugas exportadas ficavam pagando 400 réis; por sua vez, a lei nº 95, de 11 de novembro, que vigorou em 1859, além de transferir de meio dízimo para um dízimo o breu e a estopa, elevou os impostos sobre a exportação das tartarugas para 1\$500 réis.⁵⁶⁴ Em suma, aos potes de tartaruga eram pagos 1\$500 reis por unidade em 1853, taxa de 2\$000 reis em 1859 e, daí em diante, 15% por pote; já as taxas cobradas pelas tartarugas foram de 400\$ de 1855-1857, 1.000 em 1858 e depois 1.500, enquanto que *mixira*, o pirarucu e o peixe oscilavam entre meio e um dízimo, mas sempre pagarão até o momento.⁵⁶⁵

⁵⁶¹ *Ibidem*.

⁵⁶² AMAZONAS. *Falla dirigida a á [sic] Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da 2.a sessão ordinaria da 5.a legislatura no dia 3 de maio de 1861 pelo presidente da mesma, o exm.o senr. dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha*. Manáos: Typographia de Francisco José da Silva Ramos, [1861 - Anexo nº 5 - exposição da Administração da fazenda]

⁵⁶³ *Ibidem*, p. 5.

⁵⁶⁴ *Ibidem*, p. 6

⁵⁶⁵ AMAZONAS. *Falla dirigida a á [sic] Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da 2.a sessão ordinaria da 5.a legislatura no dia 3 de maio de 1861 pelo presidente da mesma, o exm.o senr. dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha*. Manáos: Typographia de Francisco José da Silva Ramos, [1861]. Não paginado [Demonstração dos gêneros despachados nos anos declarados]. Segundo a tabela foram despachados entre 1853 e 1860 uma quantidade de 12.021 potes de tartaruga, que renderão por volta

De acordo com José Veríssimo, as pescarias amazônicas, diferentemente de outros países, não possuíam legislação especial e o processo de pesca era feito “todo tempo, sem método, com sacrifício inútil de milhões de indivíduos completamente desaproveitados.”⁵⁶⁶ As posturas e impostos municipais eram “inventados” sem muito discernimento, pelo desconhecimento da opulência a qual não sabiam aproveitar, nem desenvolver. Os valores variavam de município à município. Em Faro, uma canoa de tartarugas ou tracajás pagava 10 mil réis e 20 mil réis por pessoa que fosse encontrada na extração dos ovos; no município de Mazagão o valor da coleta dos ovos dos quelônios era de 50 mil réis por indivíduo, sendo a mesma quantia para quem as pegassem no rio Maracu; 200 mil réis por valas de apanhar tartaruga ou tracajás era o preço cobrado em Portel; na cidade de Almerin, o imposto custava 4 mil réis por canoa empregada na pesca de tartaruga, enquanto que Gurupá o mesmo imposto era de 4 mil réis por canoa de tartaruga.⁵⁶⁷

Na análise de Veríssimo, esse problema recorrente às prescrições legais na Amazônia se deu pelo protecionismo dos municípios, o desejo de evitar a destruição inútil e a deterioração do pescado e, talvez, com maior destaque “o intuito de tirar dessa indústria, de si mesma pobre, o melhor proveito para municípios, cujos verdadeiros recursos de riqueza [são] a politicagem, a empregomania, a centralização excessiva em proveito de capitais dos dois Estados [Amazonas e Pará] que não deixam fomentar e desenvolver.”⁵⁶⁸ A tartaruga, ressaltou ele, era sem dúvida um dos recurso mais úteis à alimentação Amazônia, embora a tendência fosse de visivelmente desaparecer, pois não era mais abundante no Baixo Amazonas tal como na outra parte do rio, onde ainda era possível, em fins do século XIX, ver praias de “viração”.⁵⁶⁹ Mesmo assim a redução de seu contingente acontecia principalmente porque, diferente do pirarucu e peixe-boi, eram alvos da vasta destruição os adultos, jovens e os ovos.

A indiferença à conservação e aumento dos recursos incomodava Veríssimo, pois vários países procuravam proteger e desenvolver o pescado, a partir de uma legislação

de 84.699\$000, castanha 142.192\$788, goma elástica 398.088\$895, pirarucu 3623.344\$780 em 200.285,45.

⁵⁶⁶ VERÍSSIMO. *A pesca na Amazônia*, op. cit., p.120. Segundo Veríssimo não havia base para os preços das tartarugas pois seu valor era muito variável, mas ele estimava por volta de 4 mil réis cada uma delas; já a indústria extrativa da manteiga dos ovos foi considerada por ele altamente rentável quando comparada a outros tipos de pesca, seus números chegavam ao preço médio de 792 réis por quilo entre 1890 e 1893, numa média 11.987 quilos consumidos de manteiga de tartaruga entre os anos de 1889 e 1893.

⁵⁶⁷ *Ibidem*, p. 121.

⁵⁶⁸ *Ibidem*, p. 122.

⁵⁶⁹ *Ibidem*, p. 125.

“baseada em estudos não só estatísticos e administrativos, mas ainda científicos e cuja execução fica a cargo de repartições especiais.”⁵⁷⁰ Cita o caso do Estados Unidos, com a *Comission of the Fish and Fisheries*, com medidas sobre a investigação sobre as condições das pescaria naquele país e, posteriormente, o aumento do abastecimento pela cultura de determinados animais e inserção em novas localidades, ou mesmo nos ambientes em que fossem abundantes anteriormente, como havia acontecido com salmões do rio Macleoud, carpas na Alemanha e demais peixes em outros países. Por fim, Veríssimo faz o seguinte diagnóstico sobre a pesca na Amazônia:

Na Amazônia não há certamente quem não reconheça e lastime a extinção que se está ali dando do pescado, que nenhuma providência ou providência protege. A continuarem as coisas referentes à pesca como vão, dentro de um século, senão antes, a tartaruga, o peixe-boi, o próprio pirarucu terão desaparecido das águas amazônicas e serão apenas uma tradição, como já começam a ser em certas porções delas.

Evite-se esse imenso mal. Estude-se as condições de pesca e do seu regime ali e bem conhecidas que sejam procure-se conservar às futuras gerações os dons naturais da esplêndida região[...].

Não pensemos, porém, nas emergências tristes que podem surgir, há um elemento de bem estar e de fartura para as populações de hoje de amanhã a zelas: que estes simples fato seja bastante para despertar o nosso interesse e a nossa atividade.⁵⁷¹

Publicar leis, obstar praias de desova, coibir a viração, reprimir o consumo dos filhotes, impedir o amontoamento nas canoas, limitar o tamanho mínimo de currais, destinar comandantes e guardas de praia, cobrar altas taxas de impostos, punir infratores, enfim, das inúmeras tentativas de controlar e diminuir a devastação das tartarugas no vale do Amazonas, nenhuma de fato parece ter conseguido impossibilitar o declínio no número de quelônios. A imponência dos números apresentados nas tabelas comerciais dos relatórios de presidentes de província e jornais, nos estudos de história natural sobre a espécie, na constante crítica à produção imprevidente da manteiga de tartaruga exposta por diferentes sujeitos, além da visível diminuição da disponibilidade destes animais advindo do processo de exploração, cada vez mais brutal desde o início da colonização da Amazônia, não deixam dúvidas da relação entre a pressão extrativista sobre elas, principalmente na produção da manteiga de seus ovos e da “viração”, e a rarefação delas nos rios, lagos e praias amazônicas.

⁵⁷⁰ *Ibidem*, p. 126.

⁵⁷¹ *Ibidem*, p. 127.

Devido a característica de comportamento das tartarugas, podemos inferir que muitas delas podem ter deixado de pôr seus ovos nas praias onde a ameaça era constante, indo para outras de menor predação, como foi relatado por Paul Marcoy, Henry Bates, Silva Coutinho e José Veríssimo. Não que os indivíduos da espécie tenham feito isso, necessariamente, por perceberem os perigos de sua exploração nas praias pelo processo de colonização, mas por que são estes animais sensíveis às perturbações antrópicas, retornando para a água nos primeiros sinais de distúrbio como comportamento antipredatório, como atestam observações recentes a respeito do comportamento de nidificação da espécie.⁵⁷²

No final, já no término do século XIX e primeiras décadas do XX, durante um momento de efervescência das discussões sobre a possível relação entre a diversidade e riqueza da natureza brasileira e a identidade nacional⁵⁷³, diversas tensões históricas, como o uso do carbureto e iluminação elétrica, a aparição de uma série de leis referentes ao estímulo da criação de gado, sobretudo na região do rio Branco, identificado o consumo crescente da “carne verde” na região; a promulgação do decreto nº 23.672, de 2 de janeiro de 1934, que aprovou o código de caça e pesca a nível nacional e proibiu a pesca da tartaruga entre os mês de outubro a dezembro, momento de desova do animal, o impedimento à apanha de tartarugas que não tivessem atingido ainda o “pleno desenvolvimento” e a coibição terminantemente da pesca denominada “batição”⁵⁷⁴, fechariam em nível nacional um ciclo de tentativas de controle da pesca e consumo da tartaruga da Amazônia, por vezes com êxito, outras nem tanto, mas que promoveram várias dinâmicas de uso dos recursos animais e sua história de exploração na Amazônia.

⁵⁷² CANTARELLI. Alometria reprodutiva da tartaruga da Amazônia (*Podocnemis expansa*), *op. cit.*, p. 19; NASCIMENTO, Sebastião P. Observações sobre o comportamento de nidificação de três espécies de *Podocnemis* Wagler (Testudinata, Pelomedusidade) no Baixo Rio Branco, Roraima, Brasil. *Revista Brasileira de Zoologia*, v. 19, n.1, p. 201-204; por essa razão nas atividades de manejo de quelônios, deve-se evitar em frente as pra qualquer tipo de interferência, seja ela o “trânsito de barcos, pessoas e animais domésticos, uso de fogo, ruídos altos, objetos que causam reflexos, etc., a fim de a dispersão e conseqüente desova em outras áreas não protegidas ou monitoradas. Cf ANDRADE, Paulo César M.; BALESTRA, Rafael A. “Planejamento e preparo das áreas monitoradas de reprodução de quelônios aquáticos.” In BALESTRA, Rafael A. (Org.). *Manejo conservacionista e monitoramento populacional de quelônios amazônicos*. Brasília: IBAMA, 2016, p. 34.

⁵⁷³ FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMONT, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009, 272p.

⁵⁷⁴ BRASIL. DECRETO nº23.672, de 2 Janeiro de 1934. Aprova o Código de Caça e Pesca. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23672-2-janeiro-1934-498613-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 dez. 2015. “Art. 115. A pesca da tartaruga é proibida do mês de outubro a dezembro, que é o tempo em que se verifica a desova desse anfíbio. *Parágrafo único*. É proibida a apanha de tartarugas que não tenham atingido ainda pleno desenvolvimento. Art. 116. É terminantemente proibida a pesca denominada "batição".”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os capítulos antecedentes, conjuntamente com a identificação da atividade extrativa animal, busquei investigar de que maneira foram relatados o uso e a exploração da tartaruga da Amazônia por cronistas, viajantes, naturalistas, expedicionários, comissários e presidentes de província, enfim, intelectuais brasileiros e estrangeiros no vale Amazônico, entre os anos de 1727 e 1882. Por meio de diversas fontes documentais, como crônicas e relatos de viagem, relatórios, legislações, dentre outras, identifiquei um vasto processo socioeconômico e cultural de consumo dos quelônios que se utilizou desde as carnes até os ovos destes animais para consumo próprio e de excedentes, diante das necessidades energéticas locais, e se expandiu por todo o processo de colonização das margens do rio Amazonas e seus afluentes.

Por serem apenas um dos recursos naturais explorados no vale amazônico, o escrito trouxe, por vezes, a citação de outros animais e plantas como alvo da exploração, indicando a necessidade de aprofundamento futuro sobre consumo destes gêneros. Levando em consideração o referido recorte temporal do trabalho, vimos a tartaruga como um dos mais importantes recursos do extrativismo animal no território amazônico, desde o início da colonização europeia, estando com ela nesse alvo da exploração o pirarucu e o peixe-boi. Na esteira de discussão, não deixamos de ressaltar as tentativas de práticas de controle e/ou proibição expostas desde D. João VI sobre as “pescadelas”, em 1727, até a proibição total da “viração”, produção de manteiga de ovos de tartaruga e captura das tartaruguinhas nos rios Solimões, Madeira, Purus e Branco, prevista na lei nº 601, de 1882.⁵⁷⁵

Minha tese foi de que a drástica redução do número de indivíduos de tartarugas da Amazônia descrita nas fontes consultadas deveu-se à pesca, consumo dos filhotes e, principalmente, à produção da manteiga proveniente dos ovos destes animais, proporcionado de forma mais impactante pelo processo de colonização estrangeira do vale amazônico, entre os séculos XVIII e XIX, diante da exigência alimentar e energética do mercado consumidor de carne, gordura, ovos e derivados do quelônio. Por meio de diversas fontes, pude concluir que o processo de acumulação destes produtos da natureza, estimulado pela inserção de novos sujeitos no processo de exploração, em especial os colonos, e a exigência alimentar e energética do mercado consumidor e da população pela

⁵⁷⁵ CEZAR. Trabalhos municipais, *op. cit.*, p. 3; AMAZONAS. Lei nº 601, de 1º de junho de 1882, *op. cit.*

carne e os ovos de tartaruga, realmente possibilitaram uma drástica diminuição de indivíduos da espécie. Fator este que culminou numa enfática crítica ambiental de diversos intelectuais brasileiros e estrangeiros que experienciaram o vale amazônico na sua mais profunda dinâmica social, econômica e cultural.

Pertencente às práticas alimentares e a cultura material dos grupos indígenas, antes mesmo do processo colonizador na América portuguesa, a tartaruga da Amazônia foi um reflexo do modo de exploração estrangeiro, em especial português, dos recursos naturais, cuja ênfase quase exauriu a tartaruga e, com ela, a salsaparrilha, as castanheiras, os peixes-boi, pirarucus, e, mais tarde, as seringueiras pela indústria gomífera durante a *Belle époque* amazônica. Desta forma, a história do extrativismo da tartaruga da Amazônia, bem como da crítica ambiental sobre a atividade, mostrou o processo de mudanças e tensões sofridos na perspectiva de conhecimento da natureza, inventário dos recursos naturais, descrição do mundo natural, atitudes legislativas, práticas de consumo e abastecimento, que seguiram da natureza renascentista, dos primeiros escritos sobre ambiente, em direção à uma descrição iluminista, majoritariamente progressista e cientificista, já no decorrer do final do século XVIII e durante o século XIX.

Quase sempre, como vimos, este progresso foi atrelado à tecnologia, em especial aquela ligada à indústria agrícola, em detrimento de atividades tidas como obsoletas e bárbaras do extrativismo, apesar de ser evidente que não poderíamos deixar recair toda a herança da crítica ambiental sobre o vale amazônico na dualidade extrativismo *versus* agricultura. Diante disso, refletimos sobre o risco desta dualidade que pode, perigosamente, colocar sobre a mão de obra indígena a culpa pela imprevidência e o declínio do número de tartarugas nas praias de desova, ou seja, há mais o que se investigar a respeito do assunto para traçar o verdadeiro papel de relação entre o extrativismo e o comércio indígena na Amazônia.

Embora tenha pesado sobre as tartarugas a exploração durante pelo menos três ou quatro séculos após a colonização europeia, o que se viu foi uma crítica muito mais ferrenha quanto à utilização dos ovos do quelônio para a produção da manteiga e óleo para iluminação. O mesmo aconteceu com tartarugas de rio em outros lugares do mundo onde os adultos não se encontravam em perigo, porém os ovos tinham “outra história”, por serem considerados delicados, afrodisíacos, aliando-se a fatores indiretos que contribuíram conjuntamente para a extinção destes animais, como a alteração do habitat, alteração do ambiente terrestre, sobretudo o desflorestamento, desenvolvimento do rio com crescimentos das cidades às suas margens, hidrelétricas, navegação, mineração,

introdução de espécies.⁵⁷⁶ Portanto, as citações sobre as mudanças de paisagem e fuga destes animais para outros tabuleiros indica mudança ecológica da paisagem das praias do rio Amazonas e, com ela, transformações sociais e econômicas.

O recorte histórico trazido aqui é uma parte das numerosas escolhas que poderiam ser realizadas para analisar as mesmas documentações até então apresentadas, diferindo, no entanto, de trabalhos anteriores por partir da legislação como forma de investigar o extrativismo da tartaruga da Amazônia, entremeada por documentos não retratados anteriormente, como as Correspondências Originais dos Governadores do Pará com a Corte, constando os mapas gerais dos rendimentos do índios, as cartas do Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, relatórios da Comissão Demarcadora de Limites e da Comissão da Exposição Nacional, conjuntamente com relatos de Brunelli, Kidder, Smith, Lowe, Marcoy e Avè-Lallemant, nunca citados em trabalhos anteriores. Sabemos que, mesmo diante destas diferentes fontes documentais, obviamente, poderíamos ter levantado muitas outras, tais como as legislações do estado do Amazonas sobre a pesca das tartarugas. Enfim, há muito a se fazer nesta linha de investigação da História Ambiental que trata a interface entre a exploração do recurso natural e a crítica ambiental exercida sobre ele, seja no Brasil colonial, imperial ou republicano, mas acreditamos que tese aqui apresentada já é um passo.

Talvez, além do claro decréscimo da espécie no período histórico analisado neste trabalho, resultado da exploração dos animais adultos e da produção da manteiga de tartaruga a partir de seus ovos, outro fato entre os mais evidentes trazidos na análise seja, portanto, o processo de federalização da legislação de pesca, culminado em 1934, com o código de caça e pesca. Percebemos, a partir do terceiro capítulo, que desde os atos e decretos pontuais sobre a pesca das tartarugas nas câmaras municipais de cidades no Pará e Amazonas durante o período colonial e o Império do Brasil, até o referido código, já na República brasileira, a legislação de pesca a respeito das tartarugas passa de ações pontuais à classificação destes animais enquanto fauna silvestre, protegido nacionalmente. A preocupação com sua permanência enquanto espécie irá extrapolar as fronteiras locais das câmaras municipais e províncias, atribuindo a estes animais também seu papel na construção da identidade nacional, como alvo das tentativas de proteção à natureza na metade da terceira década do século XX, resultado das preocupações

⁵⁷⁶ MOLL, Don; MOLL, Edward O. *The ecology, exploitation, and conservation of river turtles*. New York: Oxford University Press, 2004, p. 241-264.

emergentes sobre o patrimônio nacional brasileiro, as pesquisas científicas em ascensão, as sensibilidades em crescimento sobre o direito dos animais, argumentos da utilidade econômica e identidade nacional.

Por ter me detido nas fronteiras nacionais do Brasil reforço a necessidade de trabalhos com foco na relação entre o Brasil e os demais países abrangidos pela Amazônia, uma vez que neles também a tartaruga foi explorada de maneira constante e numerosa até meados do século XX.⁵⁷⁷ Outra extrapolação possível é investigar mais a fundo os tributários do rio Amazonas, e demais rios de abrangência das tartarugas como o rio Orinoco, a bacia Cassiquiare, ambos na Venezuela, o rio Caquetá na Colômbia, bem como o Marañón e o Ucayali, ambos no Peru. Há, portanto, certamente um campo riquíssimo a se explorar com muitas possibilidades de investigação e, certamente, mais resultados profícuos para a História Ambiental do vale amazônico. Aliás, acredito fortemente que estes tipos de trabalhos possam de uma forma, ou de outra, contribuir para pensar o nosso cuidado com o meio ambiente hoje e, conjuntamente, a relação entre a espécie humana e as demais espécies animais.

Finalmente, diante da emergência planetária no âmbito da ciência, tecnologia, sociedade e ambiente, acreditamos que os estudos sobre os danos ambientais provocados à natureza amazônica, bem como a preocupação e crítica à estas atividades, tornam-se de grande importância para pensarmos a ciência e os organismos além do utilitarismo, influenciando a tomada de decisão a respeito do mundo natural.

⁵⁷⁷ COSTA. Homens e natureza na Amazônia Brasileira, *op. cit.*, p. 270.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Relatórios, Falas e Exposições das Províncias do Amazonas e Pará. Todos eles consultados no “Center for Research Libraries”, do projeto “Latin American Microfilm Project”. Disponível em <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>

AMAZONAS. *Relatório que em seguida ao do excelentíssimo senhor presidente da província do Pará e em virtude da circular de 11 de março de 1848, fez, sobre o Estado da Província do Amazonas, depois da instalação dela e de haver tomado posse o seu primeiro presidente, o sr. João Baptista Figueiredo Tenreiro Aranha*. Amazonas: Typographia de M. da S Ramos, 1852.

AMAZONAS. *Falla dirigida á Assembleia Legislativa da provincia do Amazonas, na abertura da primeira sessão ordinaria da primeira legislatura, pelo Exm.o vice-presidente da mesma provincia, o dr. Manoel Gomes Correa de Miranda, em 5 de setembro de 1852*. Capital do Amazonas: Typographia de M. da S. Ramos, 1852.

AMAZONAS. *Falla dirigida á Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, no dia 1.o de outubro de 1853, em que se abriu a sua 2.a sessão ordinária, pelo presidente da província, o conselheiro Herculano Ferreira Penna*. Amazonas: Typographia de M. S. Ramos, 1853.

AMAZONAS *Fala dirigida a Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, no dia 3 de maio de 1855, em que se abriu a sua 4.a sessão ordinária pelo vice-presidente da província, o doutor Manoel Gomes Correa de Miranda*. Cidade da Barra: Typographia de Manoel da Silva Ramos, 1855.

AMAZONAS. *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Rovincial [sic], pelo excellentissimo senhor doutor João Pedro Dias Vieira, dignissimo presidente desta provincia, no dia 8 de julho de 1856 por ocasião da primeira sessão ordinaria da terceira legislatura da mesma Assembléa*. Barra do Rio Negro: Typographia de F.J S. Ramos, 1856.

AMAZONAS. *Exposição feita ao ex. ,senhor 1º vice-presidente da província do Amazonas o Dr. Manoel Gomes Côrrea de Miranda pelo presidente o doutor João Pedro Dias Vieira por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 26 de fevereiro de 1857*. Manáos: Typographia Francisco José da Silva Ramos, 1857.

AMAZONAS. *Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas apresentou na abertura da sessão ordinaria em o dia 3 de maio de 1859 Francisco José Furtado, presidente da mesma provincia*. Manáos: Typographia de Francisco José da Silva Ramos, 1859.

AMAZONAS. *Falla dirigida a á [sic] Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da 2.a sessão ordinaria da 5.a legislatura no dia 3 de maio de 1861 pelo presidente da mesma, o exm.o senr. dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha*. Manáos: Typographia de Francisco José da Silva Ramos, [1861 - Anexo nº 5 - exposição da Administração da fazenda].

AMAZONAS. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa da provincia do Amazonas pelo exm.o senr. dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, presidente da mesma provincia, na sessão ordinaria de 3 de maio de 1862.* Pará: Typographia de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

AMAZONAS. "Portaria nº 103 de 11 de outubro de 1861" [Documento nº 2]. In AMAZONAS. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa da provincia do Amazonas pelo exm.o senr. dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, presidente da mesma provincia, na sessão ordinaria de 3 de maio de 1862.* Pará: Typographia de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

AMAZONAS. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Amazonas na sessão ordinaria do 1.o de outubro de 1864, pelo dr. Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, presidente da mesma provincia.* Pernambuco: Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filho, 1864.

AMAZONAS. *Relatorio com que o exm.o sr. presidente da provincia do Amazonas, tenente coronel João Wilkens de Mattos, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 4 de abril de 1869.* Manáos: Typographia do Amazonas do Antonio Cunha Mendes, 1869.

AMAZONAS. "Relatório apresentado ao Exc. Sr. Coronel José de Miranda da Silva Reis, presidente da provincia do Amazonas, pelo inspector da thesouraria da fazenda provincial, José justiniano Braule Pinto [1871]." In AMAZONAS. *Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas apresentou na acta da abertura das sessões ordinarias de 1871, o presidente, b.el José de Miranda da Silva Reis.* Manáos: Typographia do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1871, p. 6.

AMAZONAS. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da segunda sessão da decima sexta legislatura em 25 de março de 1883 pelo presidente, José Lustosa da Cunha Paranaguá.* Manáos: Typographia do Amazonas, 1883.

COELHO, Joaquim Leovigildo de Souza. "Relatório sobre o estado das povoações do rio Negro. Documento nº 4, Manaus 31 de dezembro de 1861." In AMAZONAS. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa da provincia do Amazonas pelo exm.o senr. dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, presidente da mesma provincia, na sessão ordinaria de 3 de maio de 1862.* Pará: Typographia de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

DIAS, Gonçalves; COUTINHO, João Martins da Silva; MOREIRA, Antonio José. "Relatório sobre os produtos agrícolas do alto Amazonas." [Documento F] In AMAZONAS. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa da provincia do Amazonas pelo exm.o senr. dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, presidente da mesma provincia, na sessão ordinaria de 3 de maio de 1862.* Pará: Typographia de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

DIAS, Antonio Gonçalves. "Relação dos objetos remetidos pela província do Amazonas para exposição da corte pertencentes à particulares." In AMAZONAS. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa da provincia do Amazonas pelo exm.o senr. dr.*

Manoel Clementino Carneiro da Cunha, presidente da mesma provincia, na sessão ordinaria de 3 de maio de 1862. Pará: Typographia de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

JUNIOR, José Antonio de Freitas. "Relatório C" [Óleos, leites e resinas]. *In* AMAZONAS. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa da provincia do Amazonas pelo exm.o senr. dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, presidente da mesma provincia, na sessão ordinaria de 3 de maio de 1862.* Pará: Typographia de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

MATTOS, João Wilkens de. "Roteiro da primeira viagem do vapor Monarcha, desde a Cidade da Barra do Rio Negro, Capital da Província do Amazonas, até a Povoação do Nauta, na República do Peru". [1854]. *In* AMAZONAS. *Fala dirigida a Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, no dia 3 de maio de 1855, em que se abriu a sua 4.a sessão ordinária pelo vice-presidente da provincia, o doutor Manoel Gomes Correa de Miranda.* Cidade da Barra: Typographia de Manoel da Silva Ramos, 1855.

PARÁ. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Pará na primeira sessão da XIII legislatura pelo exm.o senr. presidente da provincia, dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1º de Setembro de 1862.* Pará: Typographia de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p. 45.

PARÁ. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Pará na segunda sessão da XIII legislatura pelo excellentissimo senhor presidente da provincia, doutor Francisco Carlos de Araujo Brusque, em 1.o de novembro de 1863.* Pará: Typographia de Frederico Carlos Rhossard, 1863, p. 48.

TAVARES, Rufino Luis. "Relatório A". *In* AMAZONAS. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa da provincia do Amazonas pelo exm.o senr. dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, presidente da mesma provincia, na sessão ordinaria de 3 de maio de 1862.* Pará: Typographia de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

Decretos e leis

AMAZONAS. Lei nº 601, de 1º de junho de 1882. *História do Poder Legislativo do Amazonas.* Disponível em: http://legislador.aleam.gov.br/Legislacao_1871_1889/index.htm>. Acesso em: 05 mai. 2016.

AMAZONAS. Lei nº 228, de 06 de maio de 1872. Manda que a salga do a salga do pirarucu nos rios e lagos da província de agora em diante tenha começo de 1º de agosto a fins de outubro de cada ano. Disponível em: http://legislador.aleam.gov.br/Legislacao_1871_1889/index.htm>. Acesso em: 12 abri. 2016.

BRASIL. DECRETO nº23.672, de 2 Janeiro de 1934. Aprova o Código de Caça e Pesca. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23672-2-janeiro-1934-498613-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 dez. 2015.

BRASIL. Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5197-3-janeiro-1967-364679-norma-pl.html>. Acesso em: 16 mar. 2016.

PARÁ. *Anais da Biblioteca e do Arquivo Público do Pará*. 1902, Tomo I, Doc. 229, p. 233-234. Disponível em: <https://archive.org/stream/annaesdabibliot01archgoog#page/n6/mode/2up> Acesso em: 07 set. 2014.

PARÁ. *Coleção de Leis da Província do Grão Pará*, Tomo II, 1839

PARÁ. *Índice ou repertório geral de leis da Assembleia legislativa provincial do do Grão-Pará* (1838-1853). Pará: Typographia Comercial de Antonio José Rabelo Guimarães, 1854.

PARÁ. "Lei nº 48, 15/10/1839". In PARÁ. *Índice ou repertório geral de leis da Assembleia legislativa provincial do do Grão-Pará* (1838-1853), Pará: Typographia Comercial de Antonio José Rabelo Guimarães, 1854, p. 30.

PARÁ. "Lei nº44, 15/10/1839." In PARÁ. *Índice ou repertório geral de leis da Assembleia legislativa provincial do do Grão-Pará* (1838-1853). Pará: Typographia Comercial de Antonio José Rabelo Guimarães, 1854, p. 52.

Periódicos

CEZAR, Isidoro M. Trabalhos municipais. *O correio do Purus*, Lábrea, Ano XIII, num. 45, p. 3, 9 jun. 1910

JORNAL do rio Negro. Carestia de gêneros alimentícios. Manaus, 14 de março de 1868, ano 2, n.61, p.1.

JORNAL do Rio Negro. Publicações solicitadas. Manaus, 24 de abril de 1868, ano 2, n.87, p. 2.

CÂMARA municipal. *Jornal Comércio do Amazonas*. Manaus, ano 1, num. 269, p. 2, 13 jul. 1870.

Correspondência Original dos Governadores do Pará com a Corte. Documentos do acervo do Arquivo Nacional.

TEIVE, Fernando da Costa de Ataíde e. [1764] Mapa geral do rendimento que houve na tesouraria do comércio dos índios este presente ano de todas as vilas e lugares com que cada uma importa. [18 de janeiro de abril de 1765]. *Correspondência Original dos Governadores do Pará com a Corte: Cartas e anexos*. Cod. 99, flash 1, volume 1, 1765, p. 12-13.

TEIVE, Fernando da Costa de Ataíde e. Mapa geral do rendimento que houve na tesouraria do comércio dos índios este presente ano de todas as vilas e lugares com que cada uma importa [29 de novembro de 1765]. *Correspondência Original dos*

Governadores do Pará com a Corte: Cartas e anexos. Cod. 99, flash 1, volume 1, 1765, p. 36-37.

TEIVE, Fernando da Costa de Ataíde e. Mapa geral do rendimento que houve na tesouraria do comércio dos índios este presente ano de todas as vilas e lugares com que cada uma importa. [16 de outubro de 1766]. *Correspondência Original dos Governadores do Pará com a Corte: Cartas e anexos*. Cod. 99, flash 1, Volume 1, 1766, p. 90-91.

TEIVE, Fernando da Costa de Ataíde e. Mapa geral do rendimento que houve na tesouraria do comércio dos índios este presente ano de todas as vilas e lugares com que cada uma importa. 23 de outubro de 1767. *Correspondência Original dos Governadores do Pará com a Corte: Cartas e anexos*. Cod. 99, flash 1, Volume 1, 1767, p. 219-220.

TEIVE, Fernando da Costa de Ataíde e. Mapa geral do rendimento que houve na tesouraria do comércio dos índios este presente ano de 1769 de todas as vilas e lugares e o que cada uma importa. [14 de janeiro de 1770] *Correspondência Original dos Governadores do Pará com a Corte: Cartas e anexos*. Cod. 99, flash 2, volume 2, 1770, p. 152-153. Ver também p. 790.

RIBEIRO, Matias José. Mapa de todos os efeitos que na Tesouraria Geral do Comércio das Povoações dos Índios do Estado do Grão Pará entraram no Ano de 1782, sendo tesoureiro o Capitão João Manoel Rodrigues. *Correspondência Original dos Governadores do Pará com a Corte: Cartas e Anexos*. Cod. 99, flash 4, Volume 4, 1783, p. 123.

RIBEIRO, Matias José. Mapa geral dos todos os gêneros e efeitos que na tesouraria geral do comércio das povoações dos índios do Estado do Grão Pará entraram no ano de 1784, sendo o Tesoureiro João Manoel Rodrigues [19 de março de 1785]. *Correspondência Original dos Governadores do Pará com a Corte: Cartas e anexos*. Cod. 99, flash 2, volume 6, 1785, p. 3-4.

PARÁ. Mapa do Rendimento e Despesa que tiveram os Gêneros entrados na Tesouraria Geral do Comércio, remetido das povoações de Índios do Estado do Pará em 1790. p.112-113

Crônicas, memórias, cartas e relatos de viagem

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

BATES, Henry Walter. *The Naturalist on the River Amazons, a record of adventures, habits of animals, sketches of brazilian and indian life, and aspects of nature under the equator, during eleven yars of travel*. London: John Murray, Albermale Street, 1863.

BETENDORF, João Felipe. 1910 [1698]. Chronica da missão dos Padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão. In IHGB. *Revista do Instituto Historico e*

Geographico Brasileiro, Tomo LXXII, Parte I. Disponível em:
http://biblio.etnolinguistica.org/betendorf_1910_chronica. Acesso em: 10 nov. 2014.

BRASIL. *Diccionario geographico, histórico e descriptivo do Império do Brazil*. Pariz: J. P. Aillaud, 1845.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. "Memória sobre yurara-reté." *In Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, volume XII, ano 1903, p. 181-186. Disponível em:
<http://www.obrasraras.museunacional.ufrj.br/0017.html>. Acesso em: 10 nov. 2014.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da Viagem filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro. *Revista trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo LI, 1888, p. 56-57.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de cultura, 1972.

FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. "113ª carta." *In MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na Era Pombalina: correspondência do Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759*. Brasília: Senado Federal, 2005, Tomo II, p. 419-421.

FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. "Carta 105ª." *In MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na Era Pombalina: correspondência do Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759*. Brasília: Senado Federal, 2005, Tomo II, 2005, p. 385-386.

FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. "Relação dos rios que deságuam no Rio Negro, de que até agora tenho achado na primeira parte da nascente, ou da mão direita." *In MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na Era Pombalina: correspondência do Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759*. Brasília: Senado Federal, 2005, Tomo II, 2005, p. 350.

GOELDI, Emilio A. Chelonios do Brazil (Jabotys - Kágados - Tartarugas). *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 4(4): 699-756, 1906.

KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil: Províncias do Norte*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

MARCOY, Paul. *Viagem pelo rio Amazonas*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

NÉRI, Frederico José de Santana. [Barão de Santana] *O País das Amazonas*. Belo Horizonte: ed. Itatiaia, São Paulo: Ed. Da universidade de São Paulo, 1979.

NORONHA, José Monteiro de. *Roteiro da viagem da cidade do Pará, até às últimas colônias do sertão da Província*. [1768]. Pará: Typographia de Santos & Irmãos, 1862. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01230800#page/5/mode/1up>. Acesso em: 25 mai. 2013.

PINTO, Luis Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: www.brasiliana.usp.br/. Acesso em: 29 jul. 2016.

ROJAS, Alonso de. "Relação do descobrimento do Rio das Amazonas, hoje S. Francisco de Quito e declaração do mapa onde está pintado." In PAPAVERO, Nelson *et.al.* *O novo Éden: a fauna da Amazônia Brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Idelfonso (1777)*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2000.

SILVEIRA, Simão Estácio. "Intento da Jornada do Pará [1618]". In PAPAVERO, Nelson *et.al.* *O Novo Éden: a fauna da Amazônia Brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Idelfonso (1777)*, 2000.

SILVEIRA, Simão Estácio da. "Relação sumária das cousas do Maranhão. Escrita pello capitão Symão Estácio da Sylveira. Dirigida aos pobres deste reyno de Portugal." In PAPAVERO, Nelson *et. al.* *O novo Éden: a fauna da Amazônia Brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Idelfonso (1777)*, 2000.

SMITH, William; LOWE, Frederick. *Narrative of a Journey from Lima to Pará, across the Andes and Down the Amazon: undertaken with a view ascertaining the practicability of a navigable communication with the atlantic by rivers Pachitea, Ucayali and Amazon*. London: Jhon Murray, Albermale-Street, 1836. Disponível em: <https://archive.org/details/narrativeajourn01lowegoog>. Acesso em: 06 jan. 2015.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. Relação Geográfica Histórica do Rio Branco da América Portuguesa. [1777] *Revista Trimestral de História e Geografia*, Rio de Janeiro, 2ª edição, Tomo XIII, 1872, p. 200-273.

SILVA COUTINHO, João Martins. Sur les tortue de l'Amazone. In: *Bulletin de la Societé Impériale Zoologique D'Acclimatation*; 2ª série – Tome V. Paris, 1868, p. 148-166. Disponível em: http://www.iucn-tftsg.org/wp-content/uploads/file/Articles/Coutinho_1868.pdf

SILVA COUTINHO, João Martins da Silva. Sobre as tartarugas do Amazonas. In: *Terra das águas: revista de estudos Amazônicos*. Vol.1, n2 segundo semestre de 1999. SPIX, Carl F.; MARTIUS, Johann B. *Viagem pelo Brasil: 1817-1829*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, volume III, 1981. VERÍSSIMO, José. *A pesca na Amazônia*. BELÉM, UFPA, 1970. Série José Veríssimo.

Bibliografia

ALVES, Rômulo R. N.; SANTANA, Gindomar G. Use and Commercialization of *Podocnemis expansa* 2008 (Schweiger 1812) (Testudinae: Podocnemididae) for medicinal purposes in two communities in North of Brazil. *Journal of Ethnobiology and Etnomedicine*, vol. 4, n. 3, p. 1-6.

- ALVES, José Jerônimo de Alencar. “A natureza e a cultura no compasso de um naturalista do século XIX: Wallace e a Amazônia”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.3, jul.-set. 2011, p. 775-788.
- ANDRADE, Gilberto Osório de. Furos, Paranás e Igarapés: análise genética de alguns elementos do sistema potamográfico amazônico. *Revista Geográfica*, t.22, nº 48, 1958, p. 3-36.
- ANDRADE, Paulo César M.; BALESTRA, Rafael A. “Planejamento e preparo das áreas monitoradas de reprodução de quelônios aquáticos.” In BALESTRA, Rafael A. (Org.). *Manejo conservacionista e monitoramento populacional de quelônios amazônicos*. Brasília: IBAMA, 2016, p. 15-28.
- ARNOLD, David. *La naturaleza como problema histórico: el medio, la cultura y la expansión de Europa*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e Viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- BARROS, Pedro Silva; CÓRDOVA, Jesús Alberto Mercado. Cassiquiare: o canal da integração fluvial entre Brasil e Venezuela. *Boletim de Economia Política Internacional – BEPI*, n.18, set. /dez., 2014, p. 5-22.
- BASILE, Marcello O. “Império brasileiro: Panorama Político”. In LINHARES, Maria Yeda (org.) *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p. 189-190.
- BÉRNILS, Renato Siqueira; COSTA, Henrique Costa (org.). *Répteis brasileiros: Lista de espécies*. Versão 2012.2. Disponível em: <http://www.sbherpetologia.org.br/>. Sociedade Brasileira de Herpetologia. Acesso em: 09 ago. 2013.
- CANTARELLI, Vitor Hugo. *Alometria reprodutiva da tartaruga da Amazônia (Podocnemis expansa): bases biológicas para o manejo*. 118 f. Tese (Doutorado em Ecologia de Agrossistemas). Escola Superior de agricultura Luiz Queirós, Piracicaba, SP, 2006.
- CAMERINI, Jane R. *The Alfred Russel Wallace reader: a selection of writings from field*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 2002.
- CÂMARA, João Batista Drummond. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, jun., 2013, p. 125-146.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Opulência e miséria na Amazônia seiscentista. *Raízes da Amazônia*, Manaus, v.1, n.1, 2005, p.105-124.
- CHAMBOULEYRON, Rafael; BONIFÁCIO, Monique da; MELO, Vanice Siqueira. Pelos sertões "estão todas as utilidades". Trocas e conflitos no sertão amazônico (Século XVII). *Revista de História*, São Paulo, 1 semestre de 2010, p. 13-49.

CHAMBOULEYRON, Rafael & BOMBARDI, Fernanda Aires. Descimentos privados de índios na Amazônia colonial. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 27, nº 46, jul/dez, 2011, p. 601-623.

CHUMEIL, Jean-Pierre. Uma visão de la amazonia a mediados do siglo XIX: el viajero Paul Marcoy. *Bulletin de l'Institute francais d'études Andins*, 1994, 23 (2), p. 269-295.

COELHO, Geraldo. *O espelho da natureza: poder, escrita e imaginação na revelação do Brasil*. Belém: Paka-Tatu, 2009.

COSTA, Hideraldo Lima da. *Cultura, trabalho e luta social na Amazônia: discurso dos viajantes - século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Social). Puc, São Paulo, 1995.

COSTA, Kelerson Semerene. *Homens e natureza na Amazônia brasileira: dimensões (1616-1920)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

_____. Templos de tãatos, templos de Eros: a exploração da tartaruga nas praias amazônicas. In FRANCO, José Luiz de A. et.al. *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamound, 2012, p. 261-292.

_____. Natureza, colonização e utopia na obra de João Daniel. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, suplemento, dez., 2007, p. 95-112.

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. As Viagens são os Viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, 2002, p. 61-98.

DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos, e outros episódios da história cultural francesa [1984]*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DEAN, Warrean. *A Ferro e Fogo: A História da Devastação da Mata Atlântica*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DEMÉTRIO, Denise Vieira. *Senhores governadores: Artur de Sá e Meneses e Martim Correia Vasques*. 322f. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2014.

DRUMOND, José Augusto. *Devastação e Preservação ambiental: os parques nacionais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. da UFF, 1996.

DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. As ciências Naturais e a construção da nação brasileira. *Revista de História*, São Paulo, n. 135, 1996, p. 41-60.

DOMINGUES, Heloisa. O Homem, as Ciências Naturais e o Brasil no Século XIX. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, jan. / jun., 2009, p. 167-178.

DUARTE, João Alfredo da Mota *et. al.* "Revisão sobre as características das principais espécies de quelônios aquáticos amazônicos." In MACHADO, Paulo César (org.). *Criação e manejo de quelônios no Amazonas*, 2007, p. 24-54.

ELLIS, Myriam. *A baleia no Brasil Colonial*. São Paulo: Melhoramentos, 1969, p. 20.

FERNANDES, Maria Luiza; FILHO, Gregório Gomes. A expedição de Pedro Teixeira e a "descoberta" do Rio Branco. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 7, n.1, abr., 2014, p. 147-164

FERRARA, Camila Rudge. "História natural e biologia dos quelônios amazônicos." In BALESTRA, Rafael Antônio Machado (Org.). *Manejo conservacionista e monitoramento populacional de quelônios amazônicos*. Brasília: IBAMA, 2016, p. 19.

FIORI, Marlon M.; PALMA, Monique; SANTOS, Christian F. Milhares e milhares de tartarugas espalhadas pela praia: uma breve história do consumo de *Podocnemis expansa* na Amazônia do século XVIII. *Anais do VI Congresso Internacional de História*, 2013.

FONSECA, Dante Ribeiro da. *Pesca e abastecimento na colonização da Amazônia*. 507f. 2 vols. Tese (Doutorado em Ciência: Desenvolvimento Socioambiental). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos -NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

FONSECA, Dante Ribeiro. *A Pesca na Amazônia: da pré-colônia ao mundo colonial (Séculos XVII ao XIX)*, *Saber científico*, Porto Velho, 2008 p. 201-222.

FOUCAULT, Michel. "Classificar". In FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRAGOSO, João. *et. al.* Uma leitura do Brasil Colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. Penélope. *Revista de História e Ciências Sociais*. Lisboa, nº 23, nov. 2000, p. 67-88.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMONT, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e paisagem do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Global, 2004.

GERHARDT, Marcos. *História ambiental da erva mate*. 290f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2013.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. Manaus: Editora valer, 2007.

HARTT, Frederick Charles. *Os mitos amazônicos da tartaruga*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

IBAMA. Sumário Executivo do Plano de Ação Nacional para a conservação dos Quelônios Amazônicos. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/fauna-silvestre/quelonios-pqa/plano-de-acao-nacional-para-conservacao-dos-quelonios-amazonicos>. Acesso em: 20 abril. 2017.

ISENBERG, Andrew C. *The destruction of the bison: an environmental history, 1750-1920*. Cambridge University Press, 2000.

KEINER, Christine. How Scientific does marine environmental history need to be? *Environmental History*, vol. 18, january, 2013, p.111-120.

KETTLE, Wesley Oliveira. "Ciclopes e profetas no rio Amazonas: História e natureza no século XVIII." In *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*, 2013.

KEITH, Thomas. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação aos homens e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

KURY, Lorelai. "Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem". In *Revista História Ciências e Saúde* vol. VIII. –Fund. Oswaldo Cruz, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000500004&lng=pt&nrm=iso. Acesso: 08 de abril de 2012.

LEITE, Miriam L. *Livros de Viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LEFF, Enrique. Vetas y vertientes de la historia ambiental latinoamericana – una nota metodológica y epistemológica. *Varia história*, vol.21, no. 33. Belo Horizonte, 2005, p. 17-31.

LEFF, Enrique. Construindo a História Ambiental da América Latina. *Revista Esboços*, Santa Catarina, vol.12, n. 13, 2005, p. 13-29.

LEONARDI, Victor. *Os Historiadores e os rios: Natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: EDUNB/Paralelo, 1999.

LIMA, Carla Oliveira de. Natureza, cultura e imaginário nos relatos de Alfred Russel Wallace, Louis Rodolph Agassiz e Elizabeth Cabot Cary Agassiz. 201f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008, p. 148.

LISBOA. Karen M. Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: quadros da natureza e esboço de uma civilização. *Revista brasileira de História*, São Paulo, v.15, n. 29, 1995, p. 73-91.

LOUREIRO, Antonio José Souto. *O Amazonas na Época Imperial*. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2007.

LUI, Gabriel Henrique; MOLINA, Silvia Maria Guerra. Ocupação Humana e transformação das paisagens na Amazônia brasileira. *Amazônica - Revista de Antropologia*, Belém, vol.1, n.1, 2009, p.200-228.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. *Daquilo que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850 - 1900)*. Dissertação (Mestrado em

História Social da Amazônia) Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2009.

MACHADO, Paulo César (org.). *Criação e manejo de quelônios no Amazonas*. Manaus: ProVárzea/FAPEAM/SDS, 2007.

MACLEOD, Roy. "Introduction". In *Osiris*, 2nd Series. Vol. 15. Nature and Empire: Science and the Colonial Enterprise (2000). Disponível em: www.jstor.org. Acesso em: 01 mai. 2011.

McEVOY, Arthur F. *The Fisherman's problem: ecology and law in the California fisheries, 1850-1980*, Cambirdge Univesity Press, 1986.

MEGGERS, Betty J. *Amazônia: a ilusão de um paraíso*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1987.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de. *Quando o Amazonas corria para o pacífico: uma história desconhecida da Amazônia*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MOLL, Don; MOLL, Edward O. *The ecology, exploitation, and conservation of river turtles*. New York: Oxford University Press, 2004, p. 241-264.

MORELLI, Armando Novaes. Espécies cinegéticas e proteção à fauna na região norte. In *Seminário sobre caça amadorista*, 1978.

MOURÃO, Leila. *Do açaí ao palmito: uma história ecológica das permanências, tensões e rupturas no estuário amazônico*. Belém: Ed. Açaí, 2011.

MOURÃO, Leila. História e Natureza: do açaí ao palmito. *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, 2010, p. 74-96.

NAMURA, Miriam do Prado Giacchetto. *Os relatos de Daniel Kidder e a polêmica religiosa brasileira na primeira metade do século XIX*. USP (Dissertação de mestrado), São Paulo, 2011.

NUNES, Francivaldo A. *Sobre o signo do moderno cultivo: Estado imperial e agricultura na Amazônia*. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2011

NUNES, Francivaldo A. O valor das "terras" Amazônicas no século XIX: questões sobre agricultura e extrativismo. *SAECULUM, Revista de História*[26], João Pessoa, jan. / jun., 2012.

PRADO, Maria Lígia Coelho. "Natureza e Identidade nacional nas Américas." In PRADO, Maria Lígia. *América Latina no século XIX: Tramas, telas e textos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p. 179-216.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 24, n. 68, 2010, p.81-101.

PÁDUA, José Augusto. "Arrastados por uma cega avareza": as origens da crítica à destruição dos recursos naturais amazônicos. *Ciência & Ambiente*, Santa Maris, jul. / dez., n.31, 2005, p. 133-146.

PÁEZ. "Generalidades y estado de conservación del orden testudines". In PÁEZ, Vivian P. et. al. (Org.) *Biología y conservación de las tortugas continentales de Colômbia*. Bogotá: Instituto de Investigación de Recursos Biológicos Alexander von Humboldt, 2012, p. 57-68.

PAPAVERO, Nelson et. al. Os escritos de Giovanni Angelo Brunelli, astrônomo da Comissão Demarcadora de limites portuguesa (1753-1761), sobre a Amazônia Brasileira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, Belém, v. 5, n. 2, p.493-533, maio-ago, 2010, p. 493-533.

PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. Os animais no estado do Grão Pará segundo um manuscrito do jesuíta Antônio Moreira (1750). *Arquivos de Zoologia*, volume 42 (2), 2011, p. 83-131.

PIZARRO, Ana. *As vozes do rio: imaginário e modernização*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2012

POUGH, F. Harvey. et.al. *A vida dos vertebrados*. São Paulo: Atheneu Editora, 2008, p. 304-305.

PORRO, Antonio. História Indígena do alto e médio Amazonas: séculos XVI e XVIII. In: *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras - FAPESP, 1992, p. 175-196.

PORRO, Antônio. Índios e Brancos do rio Amazonas em 1847: páginas de Castenaul inéditas em português, traduzidas e anotadas. *Revista do Instituto de Estudo Brasileiros*, São Paulo, n. 56, jun., 2013, p. 281-308.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. *A investigação da natureza no Brasil Colônia*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.

RAJ, Kapil. *Relocating and the Construction of Knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900*. New York: Palgrave Macmilam, 2007.

RAVENA, Nírvia. O abastecimento no Século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. *Novos cadernos do NAEA*, Belém, v.8, n. 2, dez., 2005, p. 125-149.

REICHEL, Heloisa Jochims. *Os relatos dos viajantes como fonte para o estudo da história*. Texto de Comunicação. Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS – RS- BRASIL.

RIBEIRO, Ana Beatriz Nunes. *Captura e implicações da pressão antrópica para o Tracajá (Podocnemis unifilis TROSCHEL, 1848) na Região dos Lagos do município de*

Pracuúba, Amazônia, Brasil. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade Tropical). Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2012, p. 15.

SALERA JUNIOR, Giovanni; MALVASIO, Adriana; PORTELINHA, Thiago Costa Gonçalves. Avaliação da predação de *Podocnemis expansa* e *Podocnemis unifilis* (Testudines, Podocnemididae) no rio Javaés, Tocantins. *Acta Amazônica*, Manaus, 2009, p. 207-213

SALLES, Vicente. "Rapsódia Amazônica de João Daniel." In DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, Volume I, 2004.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. "Imagens do Brasil: entre a natureza e a história." In JANCSÓ, Istvan. (Org.) *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Unijuí, 2003, p. 603-631.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. "Os trópicos como espetáculo: a participação brasileira nas exposições universais." In STEPHAN, Beatriz González; ANDERMANN, Jens (Orgs.). *Galerias del progreso. Museos, exposiciones y cultura visual en América Latina*. Rosario: Viterbo Editora, 2006, v. 1, p. 195-220.

SHAFFER, H. Bradley. *et.al*. Defining turtle diversity: proceedings of a workshop on genetics, ethics, and taxonomy of freshwater turtles and tortoises. *Chelonian Research Monographs*, 2007, p.173-199.

RHODIN, Anders G.J *et. al*. *Turtles in trouble: the world's 25+ most endangered tortoise and freshwater turtles, Lunenburg, Massachusetts, 2011*. Trabalho publicado por outro grupo de especialistas em tartarugas – Tortoise and Freshwater Turtle Specialist Group (TFTSG) – em colaboração Turtle conservation Fund (TCF) e Turtle Conservation Coalition (TCC).

SALERA-JUNIOR, Giovanni; BALESTRA, Rafael Antônio; LUZ, Vera Lúcia. "Breve histórico da conservação dos quelônios amazônicos no Brasil." In BALESTRA, Rafael Antônio Machado (Org.). *Manejo conservacionista e monitoramento populacional de quelônios amazônicos*. Brasília: IBAMA, 2016, p. 11-14.

SILVA, Fabrício H. T. Aos nossos olhos europeus: alimentação dos paraenses nas crônicas dos viajantes do século XIX. Viagens viajantes e deslocamentos, *Projeto História*, nº 42, jun., 2011, p. 373-390.

SILVA, James Roberto. *Revisitando Paul Marcoy em sua passagem pelo Amazonas: viajantes naturalistas e a vulgarização científica no século XIX*. São Paulo: ANPUH-SP, 2010.

SMITH, Nigel J. H. Quelônios aquáticos da Amazônia: um recurso ameaçado. *Acta Amazônica*, Manaus, v. 9, n. 11, 1979, p. 87-97.

STEPAN, Nancy. *Picturing Tropical Nature*. London: Reaktion Books, 2001.

SOUZA, Bernardino José de. *O pau-brasil na história nacional*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1939. Fac-similar.

SOUZA, Maria Luiza Rodrigues. "Técnicas indígenas." In VARGAS, Milton. *História da técnica e da tecnologia no Brasil*. São Paulo: Centro Estadual de educação Tecnológica Paulo Souza, 1994, p. 44.

VIANNA, Camilo Martins. *A tartaruga no contexto histórico*. In Preservação da tartaruga da Amazônia. Belém, Ministério da Agricultura. Belém: Ministério da Agricultura, DEMA/PA, IBDF, Belém, 1973, p.37-65.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A formação territorial do Espaço Paraense: dos fortes à criação de municípios. *Revista ACTA Geográfica*, Ano II, n.3, jan./jun., 2008, p. 59-83.

TCA (Tratado De Cooperacion Amazonica). *Biología y manejo de la tortuga (Podocnemis expansa)*. Secretaria Pro Tempore. Caracas, Venezuela, 1997.

THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988

VIANNA, Camillo Martins. A tartaruga, o tracajá, o jabuti e outros quelônios na história e na tradição amazônica. In: 1ª *Jornada de Folclore e Artesanato da Amazônia*, Belém, 1972.

WAINER, Ann W. Legislação ambiental brasileira: evolução histórica do direito ambiental. *Revista de informação legislativa*, v. 30, n. 118, p. 191-206, abr./jun. 1993

WILLIAMS, Raymond. Ideias sobre natureza. In: WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Materialismo*. – São Paulo: Editora Unesp, 2011

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Revista Estudos Históricos*. Vol. 4, nº 8, 1991, p.199.

WORSTER, Donald. Transformações da Terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente e Sociedade*. Vol.5, nº2, Campinas 2003, p.24.

WOSTER, Donald. *Nature's economy: a history of ecological ideas*. – New York, Cambridge University Press, 1994

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Revista Estudos Históricos*. Vol. 4, nº 8, 1991, p. 199.

WORSTER, Donald. Transformações da Terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente e Sociedade*. Vol.5, nº2, Campinas 2003, p.24.